

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E LUTAS SOCIAIS: O  
CONFRONTO POLÍTICO NOS PRIMEIROS ANOS DO  
GOVERNO HUGO CHÁVES FRÍAS**

Pedro Henrique de Moraes Cicero

Orientadora: Profa. Dra. Andréia Galvão

CAMPINAS

2010

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP  
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

**C485r Cicero, Pedro Henrique de Moraes**  
**Revolução Bolivariana e lutas sociais: o confronto político nos primeiros anos do governo Hugo Chávez Frías / Pedro Henrique de Moraes Cicero. - - Campinas, SP : [s. n.], 2010.**

**Orientador: Andréia Galvão.**  
**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Chávez Frías, Hugo, 1954- 2. Revolução Bolivariana. 3. Movimentos sociais. 4. Conflito social. 5. Venezuela – Política e governo, 1989-2006. 3. I. Galvão, Andréia. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**Título em inglês: Bolivarian Revolution and social struggles: political confrontation in the early years of the Hugo Chávez Frías administration**

**Palavras chaves em inglês (keywords) : Bolivarian Revolution  
Social movements  
Class conflict  
Venezuela – Politics and government, 1989-2006**

**Área de Concentração: Ciência Política**

**Titulação: Mestre em Ciência Política**

**Banca examinadora: Andréia Galvão, Alvaro Bianchi, Gilberto Maringoni de Oliveira**

**Data da defesa: 21-09-2010**

**Programa de Pós-Graduação: Ciência Política**

**PEDRO HENRIQUE DE MORAES CICERO**  
**“REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E LUTAS SOCIAIS: O CONFRONTO**  
**POLÍTICO NOS PRIMEIROS ANOS DO GOVERNO HUGO CHÁVEZ**  
**FRÍAS”**

Dissertação apresentada ao Departamento de  
Ciência Política do Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universidade Estadual  
de Campinas para obtenção do grau de Mestre  
em Ciência Política sob orientação da Profa.  
Dra. Andréia Galvão.

Este exemplar corresponde à redação  
final da Dissertação defendida e aprovada  
pela Comissão Julgadora em 21/09/2010.

**Comissão Julgadora:**

Titulares:

  
Profa. Dra. Andréia Galvão (Presidente)

  
Prof. Dr. Álvaro Gabriel Bianchi Mendez

  
Prof. Dr. Gilberto Maringoni de Oliveira

Suplentes

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes  
Prof. Dr. Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida

Campinas  
setembro/2010

iii

“Devotos do mundo inteiro ouvi-me:  
Deveis muito à bondade do pai,  
Deveis muito à compaixão da mãe.  
Pois se o homem está neste mundo  
Tem por causa o karma,  
E por agentes do karma, os pais.”

(Buda Prega sobre o Quanto Devemos aos Pais)

*Para Sílvio e Maria Fernanda*

## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus pais pelo amor, educação e apoio incondicional em todas as etapas da minha vida. A ele sou eternamente grato pelo exemplo, tanto de professor como de pai. A ela por suas vitórias, ensinamentos e carinho. Também à minha querida irmã Maria, tão diferente e tão igual a mim.

Agradeço à Bruna, minha companheira de todas as horas. É um privilégio compartilhar os dias da minha vida com você e sua alegria de viver, amor e solidariedade. Estendo meus sinceros agradecimentos à Ana Lúcia, ao Paulo e a toda família, por terem me acolhido tão bem.

Agradeço a todos os amigos que partilharam importantes momentos comigo durante esta jornada. Levo em mim, para sempre, os ensinamentos e alegrias dos tempos de Piracicaba, UNESP-Franca, PUCCAMP e do mestrado na UNICAMP.

Agradeço à Professora Andréia Galvão pelo extremo profissionalismo, dedicação e confiança em meu trabalho. Suas correções, paciência e atenção foram indispensáveis para a consolidação deste texto. Meus agradecimentos também às valiosas contribuições feitas pelos professores Armando Boito Júnior e Gilberto Maringoni no Exame de Qualificação.

Agradeço, por fim, aos professores e funcionários do Programa de Mestrado em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP pela oportunidade de poder desenvolver esta dissertação em uma instituição pública de ensino. Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fomento desta pesquisa por meio da bolsa de estudos a mim confiada durante os dois anos de Mestrado.

## **Resumo**

A presente dissertação objetiva analisar as principais lutas sociais na Venezuela durante os dois primeiros mandatos do governo comandado por Hugo Chávez Frías (1999-2006). Para tanto, três eixos conceituais permearão o trabalho: as idéias de neoliberalismo, de lutas sociais e a de confronto político. A partir delas serão expostas as conexões entre a vitória conquistada por Hugo Chávez nas eleições de 1998 e duas variáveis: o aumento na quantidade e intensidade dos conflitos sociais durante a década de 1990 (não obstante a debilidade dos movimentos sociais venezuelanos) e os desastrosos resultados obtidos pela investida neoliberal no país. Uma vez eleito, porém, o governo bolivariano pouco avançou no sentido de enfrentar o principal entrave para o contínuo e sustentável desenvolvimento da referida nação: a estrutural dependência de sua economia frente aos proventos advindos do comércio petrolífero. As relações de produção na Venezuela mantiveram-se, pois, eminentemente capitalistas. Houve, entretanto, a partir das transformações impostas pela administração bolivariana, a solidificação um novo “bloco no poder”. A atual correlação de forças sociais é reflexo direto do embate entre duas estratégias bastante distintas no seio do *chavismo*: de um lado a perspectiva hegemônica que estrutura suas ações políticas em práticas partidaristas, hierarquizadas e orientadas “de cima para baixo”; de outro, uma vertente de oposição pautada por esforços no sentido de incentivar a construção de um cenário político no qual os movimentos sociais atuem como forças políticas capazes de comandar a Revolução Bolivariana “de baixo para cima”. A alternância entre estas estratégias são uma constante no desenrolar do processo político liderado por Hugo Chávez. Tal dinâmica mostra-se extremamente importante para as análises que buscam entendê-lo em sua totalidade.

## **Palavras-Chave**

VENEZUELA – REVOLUÇÃO BOLIVARIANA – MOVIMENTOS SOCIAIS –  
ORGANIZAÇÃO POPULAR

## **Abstract**

This dissertation aims to explore the major political actions and popular struggles waged in Venezuela during the first two terms of the administration led by Hugo Chávez Frías (1999-2006). To this end, three central bases permeate the debate: the concepts of neoliberalism, social struggles and political confrontation. They all are necessary to express the clear interface between the victory by Hugo Chávez in the 1998 election and two variables: despite the weakness of the Venezuelan social movements, the increase in the quantity and intensity of social conflicts and, also, the disastrous results obtained by the neoliberal onslaught during the 1990s. However, once elected, the Chávez government has advanced little in order to confront the main obstacle to the continued and sustainable development of the country: its economy structurally depends on the proceeds from the oil market. In this sense, it is clear that the relations of production in Venezuela remained essentially capitalists. Yet, there was, since the transformations imposed by the Bolivarian administration, the solidification of a new "bloc in power". The current power correlation of social forces is a direct reflection of the clash between two very different strategies within the *chavismo*: in one side, the hegemonic perspective "top down", whose actions are structured in partisan and hierarchically oriented orders from the political party; on the another side, the view "bottom up": a strand of opposition guided by efforts to encourage the construction of a reality on which social movements end up acting as political forces capable of commanding the Bolivarian revolution "from below". The alternations between these strategies are constant in the course of the experience led by Hugo Chávez and, for that mean, are extremely important to analyze its entirety.

## **Key-Words**

VENEZUELA – BOLIVARIAN REVOLUTION – SOCIAL MOVEMENTS –  
PEOPLE'S ORGANIZATION

## Lista de Quadros e Gráficos

<b>Quadro nº 1:</b> Alfabetizados e Expectativa de Vida na América (1920 e 1970).....	15
<b>Gráfico nº 1:</b> PIB Convencional x PIB Petroleiro.....	16
<b>Quadro nº 2:</b> Presidentes durante o período puntofijista.....	18
<b>Quadro nº 3:</b> Proletariado industrial na Venezuela.....	23
<b>Quadro nº 4:</b> Força de Trabalho venezuelana por setor econômico.....	24
<b>Quadro nº 5:</b> Números e natureza dos protestos na Venezuela (1988-1992).....	37
<b>Quadro nº 6:</b> Motivos dos protestos entre 1994 e 1998.....	51
<b>Quadro nº 7:</b> Confiança nos partidos políticos.....	74
<b>Quadro nº 8:</b> Referendo Presidencial (2004).....	84
<b>Gráfico nº 2:</b> Variação do preço do barril de petróleo venezuelano.....	96
<b>Quadro nº 9:</b> Gastos sociais na Venezuela (1998-2006).....	97

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

- AD** – Acción Democrática
- ANC** – Asamblea Nacional Constituyente
- CB** – Círculos Bolivarianos
- CC** – Consejos Comunales
- CD**- Coordinadora Democrática de Acción Cívica
- CEPAL** - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CLPP** - Consejo Local de Planificación Pública
- CNE** - Consejo Nacional Electoral
- CNCB** - Coordinación Nacional de Círculos Bolivarianos
- CNPPP** - Comisión Nacional Presidencial del Poder Popular
- COPEI** - Comité de Organización Política Electoral Independiente
- COPRE** - Comisión Presidencial para la Reforma del Estado
- CTV** – Confederación de Trabajadores de Venezuela
- FAN** – Fuerza Armada Nacional
- FEDECAMARAS** - Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción
- FMI** – Fondo Monetario Internacional
- FTB** - Frente Bolivariana de Trabajadores
- LAP** - Ley Orgánica de la Administración Pública
- LCR** – La Causa Radical
- LCC** – Ley de los Consejos Comunales
- LORM** - Ley Orgánica de Régimen Municipal
- MBR-200** – Movimiento Bolivariano Revolucionario 200
- MIR** – Movimiento de Izquierda Revolucionaria
- MTA** - Mesas Técnicas de Água
- MVR** – Movimiento Quinta Republica
- OEA** – Organização dos Estados Americanos
- OPEP** - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- PCV** – Partido Comunista de Venezuela

**PDVSA** - Petróleos de Venezuela S.A.

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**PSUV** - Partido Socialista Unido de Venezuela

**SIDOR** - Siderúrgica del Orinoco

**SNP** - Sistema Nacional de Planificación

**UBA** - Unidades de Batalla Electoral

**UCV** – Universidad Central de Venezuela

**UNT** - Unión Nacional de Trabajadores

## Índice

<b>Introdução.....</b>	<b>01</b>
------------------------	-----------

### Capítulo I

#### **“Como transformar o gigante num pigmeu: as desventuras do projeto neoliberal na Venezuela”**

##### **Parte I: Ascensão e Queda do Puntofijismo**

1.1.1. Pacto de Punto Fujo e rentismo petrolero.....	13
1.1.2. Apontamentos sobre a estrutura de classes na Venezuela.....	19
1.1.2.1. A classe burguesa.....	21
1.1.2.2. A pequena burguesia e as camadas médias.....	23
1.1.2.3. O campesinato.....	23
1.1.2.4. A classe proletária.....	23
1.1.3 Luta Armada e partidos de esquerda na Venezuela pré-bolivariana.....	25
1.1.4. Panorama Sindical da Venezuela pré-bolivariana.....	27
1.1.5. Crise da democracia puntofijista e descentralização.....	29

##### **Parte II: Carlos Andrés Pérez: o trator neoliberal (1989-1993)**

1.2.1. Grande Virada?.....	34
1.2.2. A rebelião popular sacode a Venezuela: o Caracazo.....	37
1.2.3. “Acción Democrática” ladeira abaixo.....	41

##### **Parte III: Rafael Caldera: ruptura transformada em continuísmo (1993-98)**

1.3.1. A “Causa R” e a ascensão de um novo modelo de partido na Venezuela.....	43
1.3.2. Quarenta anos depois, A.D. e COPEI deixam Miraflores.....	45
1.3.3. A “Agenda Venezuela”.....	46
1.3.4. Lutas sociais em tempos de Caldera.....	50

<b>Considerações Finais.....</b>	<b>52</b>
----------------------------------	-----------

## Capítulo II

### “De Yare a Miraflores: a Saga da Revolução Bolivariana na Venezuela”

#### **Parte I: Da conspiração às urnas: o bolivarianismo na Venezuela (1983-1998)**

2.1.1. O legado de Bolívar e a formação da(s) ideologia(s) bolivariana(s).....	55
2.1.2 MBR-200 e o “bolivarianismo castrense”.....	58
2.1.3. Militares à esquerda: a face popular-progressista da <i>Fuerza Armada Nacional</i> .....	61
2.1.4. Às armas: investidas golpistas de 92 e suas repercussões na organização popular... 64	
2.1.5. A consolidação da figura do caudilho e a opção pela institucionalidade.....	69
2.1.6. O novo bloco no poder. Quem são os chavistas?.....	79

#### **Parte II: A Refundação da República (1999-2001)**

2.2.1. Continuísmo na economia e modificações na política.....	85
2.2.2. Constituição Bolivariana e a afirmação legal da “participação cidadã”.....	90
2.2.3. A apoteose eleitoral da revolução bolivariana.....	94
2.2.4. As leis habilitantes e o despertar oposicionista.....	98
2.2.5 Transformações e continuidades no sistema sindical.....	100

#### **Parte III: Venezuela em conflito: lutas sociais e participação política (2002-2006)**

2.3.1. A oposição em marcha.....	103
2.3.2. Entre o golpe e as marchas: a explosão participativa em tempos de Chávez.....	106
2.3.3. As <i>misiones</i> e o novo modelo administrativo do Estado venezuelano.....	114
2.3.4. Democracia participativa na era bolivariana: impulsos e amarras.....	117
2.3.5. Socialismo do Século XXI ou rentismo repaginado?.....	122
2.3.6. Afinal, como definir a administração Hugo Chávez?.....	125

<b>Considerações Finais</b> .....	131
-----------------------------------	-----

## Capítulo III

### “As ‘duas almas’ da revolução: tensões entre base e liderança nas fileiras do *chavismo*”

#### Parte I: A Estratégia “de baixo para cima”

3.1.1. Fundamentos e propostas da “ <i>corriente histórico-social</i> ” .....	134
3.1.2. A inserção da estratégia de “baixo para cima” no bolivarianismo chavista .....	138
3.1.3. Os Círculos Bolivarianos como [parte da] da estratégia “de baixo para cima” .....	144
3.1.3.1. Estrutura, atividades e financiamento: o início favorável à autonomia.....	145
3.1.3.2. Polarização política e metas eleitorais: pretextos para cooptação.....	149

#### Parte II: A Estratégia “de cima para baixo”

3.2.1. Fundamentos e propostas.....	153
3.2.2. Os Consejos Comunales como expressão da estratégia “de cima para baixo” .....	159
3.2.2.1. O caminho legislativo percorrido para criar e definir as atribuições dos CC ....	159
3.2.2.2. Estrutura e funcionamento.....	161
3.2.2.3. Avanços e retrocessos.....	163
3.2.2.4. Sobre a autonomia.....	165
3.2.2.5. Transferência de poder ou estratégia clientelista?.....	168
3.2.4 A confirmação.....	172

<b>Conclusões.....</b>	<b>175</b>
------------------------	------------

<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>183</b>
--	------------

# INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem a intenção de agregar mais uma dimensão aos estudos publicados no Brasil a respeito da chamada “Revolução Bolivariana<sup>1</sup>” na Venezuela. São diversas as análises e narrativas que se ocupam em trabalhar os mais diferentes aspectos do conturbado processo político que levou Hugo Chávez Frías à presidência do país sul-americano. Algumas delas, como, por exemplo, as obras publicadas por Maringoni (2004 e 2009) e os relatos contidos no livro de Uchoa (2003), preocupam-se em discorrer sobre a trajetória que alçou um pequeno grupo constituído majoritariamente por jovens militares nacionalistas ao ápice da estrutura política nacional para, em seguida, detalhar as principais singularidades da administração chavista. Outros, como é o caso do livro de Borges (2005), procuram estabelecer uma análise sobre a originalidade e ousadia características da Revolução Bolivariana. Há, ainda, os estudos feitos por Villa (2005), que focam as drásticas mudanças político-institucionais implementadas no país durante a última década. Por sua vez, a dissertação de Silva Barros (2007) prioriza a análise da dinâmica econômica do governo, enquanto o ensaio de Buzzeto (2008) discute as relações de poder e o posicionamento político do chavismo a partir de uma perspectiva crítica.

Todos esses trabalhos, além de inúmeros outros por ora não citados, contribuem para o interessante debate, ainda incipiente em nosso país, acerca do “caso venezuelano”. Nesse sentido, um dos campos de análise ainda pouco explorado pelos pesquisadores nacionais diz respeito ao estudo das lutas sociais antes e durante as duas primeiras administrações bolivarianas (1999-2006).

---

<sup>1</sup> A utilização do termo “revolução” para caracterizar o processo político em curso na Venezuela é polêmica. Conforme o presente texto buscará demonstrar, não há elementos que indiquem ou sustentem a materialização de um processo revolucionário de cunho socialista no país. Tampouco se trata de uma revolução burguesa. A ascensão do projeto bolivariano culminou, sim, na reconfiguração do cenário político e da correlação de forças entre os segmentos sociais no país. Não houve, porém, modificações de grande monta em sua estrutura produtiva. Assim, não é conceitualmente acurado classificar a experiência bolivariana como revolucionária. Entretanto, ao acentuar as consequências causadas pelas profundas transformações institucionais e políticas efetuadas pelo governo comandado por Hugo Chávez Frías, grande parte dos principais estudiosos do caso em pauta (López-Maya, 2005, Lander, 2006, entre muitos outros) optaram por referir-se e classificar o processo como “revolucionário”. O governo, por sua vez, e em inúmeras ocasiões, também faz uso desta denominação. Por isso, em que pese as considerações acima elaboradas, o presente trabalho referir-se-á ao momento histórico iniciado em 1999 como o período da “Revolução Bolivariana” na Venezuela.

Em linhas gerais, este será o desafio a ser enfrentado pela presente dissertação. As informações aqui elencadas são fruto, em sua maioria, de pesquisa bibliográfica realizada na Venezuela durante os quase dois meses que ali pude estar durante o ano de 2007. Nessa ocasião, também tive a oportunidade de conhecer e conversar com diversas pessoas que muito me instruíram e influenciaram na escrita do presente trabalho. Outrossim, muitas das fontes aqui utilizadas foram conhecidas e analisadas em solo pátrio, sendo que a maior parte delas têm origem venezuelana.

Inicialmente, faz-se necessário afirmar que o objetivo não é o de produzir uma teoria, nem estabelecer novos conceitos e, tampouco, aplicar determinado conjunto de categorias para testar sua validade empírica a partir das especificidades de um estudo de caso. A proposta é, sim, a de empreender um ensaio que consiga realçar o alcance e a importância política desempenhadas pelas lutas sociais na atual fase da história contemporânea venezuelana<sup>2</sup>. Para tanto, são três os eixos conceituais centrais ao debate: as idéias de neoliberalismo, de lutas sociais e, finalmente, de confronto político.

É relativamente vasta a produção acadêmica sobre a instalação do projeto neoliberal em território latino-americano (entre outros Boito Jr, 1999 e Galvão, 2007). Em linhas gerais, denomina-se **neoliberalismo** a mais recente etapa do (sub)desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nela, aprofunda-se a concentração e a centralização do capital, enfatiza-se a acumulação e intensifica-se a exploração dos recursos naturais e das relações de trabalho.

Nesse cenário, as estruturas estatais sofrem uma considerável redução: ocorre privatização das empresas públicas, diminuem-se drasticamente as atribuições do Estado em seu papel de agente regulador e interventor nas relações econômicas, há a supressão de políticas e programas sociais, bem como se afasta dos órgãos públicos a tarefa de mediação entre os capitalistas e a força de trabalho (Martinez Torres, 2010). Tais medidas foram

---

<sup>2</sup> Sobre as lutas sociais que, não só na Venezuela, revolucionaram a política latino-americana durante o século passado, Zibechi (2005) afirma que através delas, entre outras conseqüências, derrubaram-se presidentes de regimes corruptos e foram freados ou retardados processos de privatização por meio de ações populares massivas que, em certas ocasiões, geraram insurreições violentas. Desta forma, uma pluralidade de movimentos sociais, cada um a sua maneira, forçaram as elites burguesas nacionais a negociarem com as classes exploradas e, ao menos, ouvirem suas exigências. Essa onda de mobilizações se chocou, especialmente, contra o projeto neoliberal, provocando fissuras de maior ou menor profundidade na implementação desse modelo de (sub)desenvolvimento econômico e modificando, assim, o cenário sócio-político da região.

inadvertidamente aplicadas na Venezuela e, conforme será oportunamente demonstrado, lá causaram grandes distúrbios sociais e, por conseguinte, profundas transformações políticas.

Por sua vez, as **lutas sociais** se referem a um conjunto de acontecimentos através dos quais se expressam, de modo abrangente ou parcial, diferentes tipos de conflitos sociais contra a “ordem” estabelecida: são conflitos relacionados ao trabalho, a ideologias políticas e religiosas, a identidades de gênero e étnicas etc., que assumem a forma de greves, manifestações, protestos, golpes de Estado, e também, disputas partidárias nas eleições representativas. Por meio deste tipo de ação política as classes sociais se projetam na disputa pelo exercício do poder tanto no Estado como nas demais instâncias através das quais se materializam as atividades políticas<sup>3</sup>. O fazem ao apresentar, de modo espontâneo e organizado, suas discordâncias às instituições governamentais e não governamentais. A concepção de lutas sociais aqui apresentada corresponde ao que Vakaloulis (2005) denomina “ação coletiva<sup>4</sup>”. Nas palavras do autor, estas possibilitam aos dominados interferir nos processos políticos, transformando-se em protagonistas dos mesmos.

Os principais agentes responsáveis pela materialização desta forma de atuação política são os movimentos sociais. Segundo Vakaloulis (2005), ambos os conceitos – “ação coletiva” e “movimentos sociais” - não devem ser analisados de maneira separada, sendo que o primeiro não faz sentido sem o segundo e vice-versa.

Nesse sentido, o parâmetro que rege as formas de protestos na sociedade contemporânea estabelece-se pelas ações dos movimentos sociais que, em regra, por sua natureza eminentemente reivindicativa, tendem a se opor à modernização liberal, que intensifica as relações de exploração e dominação de classe. O movimento social toma forma, então, como um conjunto mutável de relações sociais de protesto que emergem no

---

<sup>3</sup> Vakaloulis (2005) aponta, porém, que as lutas sociais são, na verdade, a exceção, na medida em que a regra é o individualismo e a luta competitiva. Argumenta que um encadeamento fatal de obstáculos estruturais impede os indivíduos de passarem de sua posição desfavorável à participação em ações coletivas para outra onde se cultive o compromisso com a materialização desta importante forma de ação política.

<sup>4</sup> Vakaloulis (2005) utiliza o termo “ação coletiva” de uma forma que pode ser criticada, uma vez que remete à concepção que autores tais como Mancur Olson (2007) fazem das lutas sociais, qual seja a “ação coletiva” como a amálgama de ações individuais politicamente administradas por grupos de pressão. Nessa perspectiva, a análise recai sobre a individualidade e não na ação de classe, ou seja, sobre as motivações subjetivas e não sobre os condicionantes objetivos da ação, ao contrário do que enfatiza a tradição marxista do pensamento político, da qual faz parte o pensador francês Vakaloulis. Nesse sentido, apesar de partir de referenciais teóricos opostos àqueles utilizados por Olson, o pensamento de Vakaloulis, por este fazer uso de tal nomenclatura para referir-se às lutas sociais, pode acabar sendo confundido com a construção teórica estabelecida nos textos elaborados pelo primeiro autor.

seio da sociedade capitalista: os grupos sociais explorados entram em conflito, de forma direta ou indireta, com a materialidade das relações de poder e dominação, mas também com o imaginário social marcado pela dinâmica da valorização/desvalorização dessas atitudes (Vakaloulis, 2005)<sup>5</sup>.

Ademais, a interação perpetrada pelos movimentos sociais deve ser prolongada. Para compreendê-la em sua forma contemporânea, conforme explicam Mouriaux e Beroud (2005), deve-se estabelecer uma abordagem pautada na problemática das lutas sociais. Enquanto os “movimentos sociais” são, por definição, mais duradouros e estruturados, as “lutas sociais” referem-se à atividades políticas mais pontuais e menos institucionalizadas. E é exatamente por essa característica que a presente dissertação optou por priorizar a noção de “lutas” e não a de “movimentos” sociais para abordar o caso venezuelano: o texto demonstrará que, por motivos estruturais, notadamente pela influência da economia petroleira no desenvolvimento sócio-econômico da nação, são poucos e débeis os movimentos sociais ali estruturados. Entretanto, mesmo sem movimentos sociais fortes, a ascensão política do projeto bolivariano projetou e alavancou as lutas sociais no país.

A intenção é, portanto, firmar uma análise do caso venezuelano que reconheça e procure caracterizar os incentivos e os limites impostos à proliferação das lutas sociais por parte das estruturas prevalentes daquilo que McAdam, Tarrow e Tilly (2009) denominam “oportunidade política”, ou seja, as variáveis referentes à facilitação/repressão das demandas e propostas materializadas através da atuação dos grupos “desafiantes” ante a “ordem” política estabelecida.

Tais variáveis afetam de forma significativa o padrão das lutas sociais no sistema político. As dimensões congruentes do entorno político são fundamentais, na medida em que podem oferecer incentivos ou obstáculos para a participação do sujeito em lutas sociais ao elevar suas expectativas de êxito em detrimento das de fracasso, ou o contrário. Sidney Tarrow (1994) argumenta que mudanças na estrutura das oportunidades políticas catalisam, canalizam ou desmobilizam as lutas empreendidas por movimentos sociais. Estas

---

<sup>5</sup> O autor alerta sobre a tentação de se reificar as ações dos movimentos sociais, uma vez que estes representam o aspecto “promissor” de uma política cada vez mais degradada. Nesta visão deturpada da realidade, os movimentos sociais representariam a resposta a todos os males e a solução para todos os problemas políticos intrínsecos à contemporaneidade. Assim, a partir desta visão um tanto romantizada – a qual Vakaloulis (2005) classifica como “anarco-sindicalismo” – o movimento social se transformaria no agente que se apropriaria diretamente da totalidade das relações políticas, de maneira acríica, descontínua, episódica e sem mediações.

proliferam quando os indivíduos adquirem acesso aos recursos necessários para escapar de sua postura política individualista habitual, encontrando, assim, a oportunidade para convertê-la em ações coletivas que se perpetuam no tempo, graças a estruturas organizativas paulatinamente construídas e marcos culturais sedimentados.

Torna-se, portanto, importante agregar tal conceito às reflexões propostas, uma vez que, segundo Mouriaux e Beroud (2005, p. 162), “é unicamente sob a estrutura das “oportunidade políticas” que se permite integrar a teoria da mobilização de recursos<sup>6</sup> numa visão dinâmica e muito mais extensa das relações entre classes sociais, dos mecanismos de exploração, de subordinação e de dominação.”

A apresentação do caso venezuelano, caracterizado pelo importante incremento da participação popular em decorrência da ascensão política do projeto comandado por Hugo Chávez Frias – ou, em outras palavras, onde se aumentou a “oportunidade política” para o desenvolvimento das lutas sociais - será bastante útil para corroborar com a assertiva acima apresentada<sup>7</sup>.

Por fim, sobre o tema “**confronto político**” pode-se afirmar que este corresponde aos desdobramentos das ações materializadas através das lutas sociais. Segundo McAdam, Tarrow e Tilly (2009), os confrontos têm início quando, de forma coletiva, um grupo de pessoas faz reivindicações a outros indivíduos em posição de comando das diversas instituições sociais. Os últimos, por sua vez, não as atendem - ou as atendem apenas parcialmente - tendo em vista o fato de que, direta ou indiretamente, seus próprios interesses seriam afrontados caso tais demandas fossem acolhidas.

---

<sup>6</sup> A Teoria da Mobilização de Recursos, desenvolvida principalmente nos Estados Unidos e com forte influência do pensamento comportamentalista, assumiu como tarefa principal descrever, classificar e comparar as diferentes formas de organização adotadas pelos Movimentos Sociais. Estrutura-se, assim, uma rígida metodologia de pesquisa que fixa parâmetros comparativos, o que torna possível a discussão de assuntos como, por exemplo, as conseqüências do tipo organizacional por eles escolhido.

<sup>7</sup> Importante mencionar que grande parte dos estudos sobre este tema considera que os movimentos sociais venezuelanos caracterizam-se por serem formados por atores híbridos e efêmeros. Estes se encontram às margens das instituições estabelecidas, sem nelas estar nem plenamente incluídos nem plenamente excluídos (conforme propõe, por exemplo, Gómez Calcaño, 2006). Ou seja, a análise mais corriqueira aponta para um cenário caracterizado pela debilidade organizativa, certa dispersão e desarticulação, carência de visibilidade, ausência de uma plataforma de luta clara e, em especial, em compasso quase vertical com as políticas do Estado. Em suma, lhes falta iniciativa política própria. Em contrapartida, e não desconsiderando as conseqüências dos problemas acima aventados, busca-se aqui apresentar também algumas análises distintas. Já há na bibliografia interessantes ensaios que retratam a Revolução Bolivariana como exemplo de oportunidade política que possibilita a ampliação da participação dos movimentos sociais no cenário político nacional (sendo o mais significativo deles o texto de 2004 escrito em parceria por Bonilla-Molina e El Troudi). Este será um dos principais debates travados ao longo desta dissertação.

Trata-se, então, de uma interação sustentada entre, de um lado, indivíduos ou grupos “poderosos” e, de outro, o conjunto heterogêneo de atores que são cotidianamente subjugados pelo poder. É, portanto, a uma disputa contínua que opõe as camadas abastadas que procuram manter seus privilégios ante os setores sociais explorados que denunciam as injustiças sociais e lutam para minimizá-las.

Os supramencionados confrontos assumem formas de “repertórios de ação”: números limitados de ações historicamente estabelecidas ligando os reivindicadores aos objetos de suas reivindicações. Nesse sentido, os repertórios são uma expressão da interação histórica e atual entre os agentes políticos que materializam as lutas sociais e seus opositores corporificando, assim, uma tensão criativa entre inovação e persistência (Tarrow, 1994 ).

Da materialização de ditos confrontos extrai-se que a eficácia de um determinado repertório escolhido é derivada da inovação, ou seja, da habilidade em surpreender os oponentes e/ou autoridades de forma a criar situações de desordem pública que se mostrem custosas à manutenção dos interesses daqueles contra quem o confronto está sendo desenvolvido. O uso repetitivo do mesmo repertório diminui sua eficácia instrumental, fato que encoraja as inovações estratégicas e táticas. Ao mesmo tempo, porém, os repertórios contam também com uma função expressiva cuja lógica encoraja a persistência ao invés da mudança (McAdam, Tarrow e Tilly 2009).

Pautado por esses três eixos conceituais, o **primeiro capítulo** da dissertação, após tecer breves considerações sobre a estrutura de classes sociais no país, faz um apanhado dos principais acontecimentos políticos e sociais que marcaram a sociedade venezuelana durante a década de 1990.

Nesse período transcorreram os governos dos presidentes Carlos Andrés Pérez (1989-1993) e Rafael Caldera (1993-1998) que ficaram marcados pelos pacotes econômicos - “A Grande Virada” e a “Agenda Venezuela”, respectivamente - os quais vincularam a Venezuela às determinações emanadas pelo Consenso de Washington.

Desde então, construiu-se um novo quadro para as lutas sociais travadas no país. Aos tradicionais conflitos reivindicativos perpetrados pelos camponeses sem terra, pelos movimentos populares em busca de melhores condições habitacionais e pela classe

trabalhadora super-explorada se somaram novas demandas por parte dos segmentos mais prejudicados pelos ajustes neoliberais.

Uniram-se à “política das ruas”, entre outros, aqueles que perderam seus postos de trabalhos nas diversas empresas estatais fechadas ou privatizadas, os aposentados e pensionistas em luta pela não diminuição no valor de seus vencimentos, os estudantes universitários contrários à privatização da educação pública, os vendedores ambulantes que se organizaram para exigir e assegurar espaços de trabalho nos centros comerciais das grandes cidades e, também, os grupos de gênero (as auto-intituladas “mulheres organizadas”) estruturados nas periferias venezuelanas em protesto contra as privatizações (em especial na área da saúde) e contra o aumento nas tarifas dos serviços públicos (Martinez Torres, 2010)<sup>8</sup>.

A amálgama desses atores configurou, assim, uma nova dimensão que se somou ao “quadro clássico” das lutas sociais e transformou a Venezuela do início da década de 1990 em uma das nações mais afeitas às práticas de protestos em todo subcontinente latino-americano (López-Maya, 2005)<sup>9</sup>.

A intenção do capítulo de abertura é, portanto, a de expressar a clara relação entre a vitória conquistada por Hugo Chávez Frías nas eleições de 1998 e duas situações conjunturais: o aumento na quantidade e intensidade dos conflitos sociais e os desastrosos resultados obtidos pela investida neoliberal no país no decorrer dos anos 90. A análise será feita de maneira a ressaltar os acontecimentos políticos de maior relevância para os assuntos relativos às lutas sociais. Dentre estes se destaca o *Caracazo*, rebelião popular ocorrida em 1989 que, até os dias de hoje, é recordada como um referencial histórico imprescindível para se compreender a trajetória e os alicerces das estratégias de organização popular na Venezuela. .

---

<sup>8</sup> Tal cenário (no qual os conflitos sociais ultrapassam a esfera das relações de trabalho *stricto sensu*) é uma tendência percebida não só na Venezuela, mas sim mundialmente, tendo em vista que, segundo Vakaloulis (2005), a lógica dominante do capital na contemporaneidade é a da acumulação flexível. A partir dela, a totalidade do conjunto social de acumulação – o qual transcende a os limites da cooperação produtiva circunscrita aos limites da fábrica – transforma-se em terreno de confronto estratégico. Ou seja, o capital passa a se apropriar de todas as esferas produtivas e políticas da sociedade. No entanto, faz-se necessário mencionar que o conflito trabalhista “tradicional” (pautado no trabalho assalariado) está longe de desaparecer.

<sup>9</sup> Entretanto, conforme será oportunamente apresentado, faz-se necessário flexibilizar a noção de “novidade” dessas lutas, uma vez que as demandas acima descritas sempre estiveram presentes, ainda que latentes, na vida política venezuelana. O que ocorreu a partir do final da década de 1980 foi a ativação da mobilização popular em forma de manifestações, violentas ou não, dos setores mais afetados pelos “custos sociais” do plano neoliberal.

Em seguida, já no **segundo capítulo**, a proposta é expor detalhadamente a trajetória empreendida pelo *chavismo* na Venezuela. Para tanto, iniciaremos com um breve prólogo sobre o bolivarianismo e a formação e desenvolvimento do MBR-200, organização cívico-militar fundada nos quartéis no início da década de 1980 e que teve extraordinária importância para o amadurecimento teórico e político do movimento liderado por Hugo Chávez Frías. Também será retratada a “metamorfose” do grupo que, já em meados dos anos 90, após duas insurreições levadas a cabo no ano de 1992, desiste das táticas golpistas para se transformar em uma agremiação partidária capaz de concorrer – e vencer - as eleições presidenciais de 1998.

A partir daí, tratar-se-á do primeiro mandato presidencial chavista (1999-2001), o qual se caracterizou, concomitantemente, por uma postura até certo ponto conservadora no que tange à economia e, por outro lado, por uma abordagem bem mais agressiva nas questões concernentes à reformulação das estruturas e dos quadros integrantes do aparelho estatal venezuelano. A Constituição Bolivariana de 1999 pavimentou o caminho para as drásticas modificações que seriam paulatinamente implementadas. Dentre estas, a presente dissertação procurará discutir a “participação cidadã”, figura prevista pela carta magna e que provocou, posteriormente, a produção de mecanismos legais típicos do modelo participativo de democracia. Através delas flexibilizou-se o até então hegemônico sistema político exclusivamente representativo.

Na continuação, será apresentado o segundo termo presidencial de Hugo Chávez (2002-2006), no qual se percebe uma aguda polarização social engendrada, entre outros motivos, pelas modificações institucionais acima aventadas. Tal dinâmica fez com que organizações de apoio e de oposição ao presidente se proliferassem. De um lado, um coeso grupo opositor formado essencialmente pelos donos dos meios de comunicação privados, oficiais de alta patente na hierarquia militar, o alto escalão eclesiástico da igreja católica e os “executivos de carreira” da gigante empresa petroleira PDVSA. Estes, habilmente, conseguiram utilizar a pujança econômica sob seu comando para tentar subverter o sistema político nacional, com sucesso em algumas ocasiões. Do outro lado postou-se considerável parcela da população venezuelana, historicamente excluída das posições de mando no cenário político nacional que, desde o início da década de 1990, se organizou e atuou coletivamente a fim de manter e qualificar a experiência bolivariana.

Assim, a primeira greve geral oposicionista (dezembro de 2001), o efêmero golpe de Estado (abril de 2002), a segunda greve geral (entre 2002 e 2003) e o referendo revogatório (agosto de 2004) são os principais exemplos da violenta instabilidade que dividiu e mobilizou a sociedade venezuelana. Estes acontecimentos caracterizam um período histórico no qual as lutas sociais assumiram um papel relevante no intrincado jogo político em curso no país.

Logo após o breve arrefecimento da referida “onda de protestos” oposicionista, o governo iniciou a implementação do chamado “Socialismo do Século XXI”, projeto político que aprofundou as reformas propostas pelos bolivarianos. Apesar de propor medidas que, por vezes, confrontam importantes instâncias do modo de produção capitalista, a experiência venezuelana pouco avançou no sentido de enfrentar o principal entrave para o contínuo e sustentável desenvolvimento do país: a estrutural dependência de sua economia em relação aos proventos advindos do comércio petrolífero. Assim, após cinco anos de vigência, o “Socialismo do Século XXI” não logrou transformar o modo de produção empregado. Solidificou, porém, um novo “bloco no poder”<sup>10</sup> na Venezuela.

Por fim, o terceiro e **último capítulo** trata de um assunto complexo e extremamente importante para a compreensão do processo em curso na Venezuela: a composição e as particularidades das duas principais vertentes que se contrapõem no interior do movimento liderado por Chávez pelo controle e direcionamento do projeto político atualmente desenvolvido no país.

De um lado, o segmento composto essencialmente pelos antigos companheiros de armas de Chávez (quase todos ligados ao MBR-200) e pelos membros da chamada “velha esquerda” (entre os quais alguns dos principais líderes da luta armada levada a cabo no país durante a década de 1960). Este é o grupo político hegemônico, ao passo que a chamada *corriente histórico-social*, há tempos, trabalha como uma força crítica e, até certo ponto, de oposição interna ao primeiro grupo. Sua postura é favorável à transferência urgente e irreversível do comando político do processo bolivariano às organizações e coletividades conduzidas pela base e seus quadros<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Emprestando aqui o conceito desenvolvido por Nicos Poulantzas, o qual será oportunamente desenvolvido.

<sup>11</sup> A utilização do termo “base”, apesar de ser bastante difundido na literatura, pode ser alvo de críticas, em especial por ser demasiadamente generalizante. De fato, conforme a presente dissertação procurará demonstrar, não é prudente reduzir o conjunto dos apoiadores e/ou simpatizantes chavistas a um todo

Em linhas gerais, de acordo com Ellner (2008), o embate entre as duas vertentes perdura porque cada uma delas apresenta concepções bastante distintas sobre a prática e a ideologia que devem ser aplicadas na condução política do processo em questão. A coexistência de ambas as estratégias, por diversas vezes, fez com que Hugo Chávez Frias – líder incontestado e portador da palavra final quando há divergências – fosse submetido a um difícil exercício de equilíbrio para manter controlada as graves tensões presentes no interior do bolivarianismo.

Interessante notar que o cerne das disparidades entre as duas vertentes diz respeito a uma questão histórica e exaustivamente discutida pelos pensadores marxistas em relação ao papel e à organização do partido político. A primeira “alma” da revolução – metáfora cunhada por Ellner (2006) – é personificada pela proposta leninista segundo a qual o processo político é protagonizado pelo proletariado que, por sua vez, deve ser dirigido por uma vanguarda de ativistas políticos reunidos na instância organizacional máxima para a implantação do projeto socialista: o partido político (Bottomore, 2001).

Para esta vertente, portanto, o partido representa a estrutura encarregada de mediar e viabilizar a tomada do poder estatal. A conquista do último torna-se, pois, o objetivo e tarefa principal das atividades teóricas e práticas concernentes à organização dos trabalhadores. Esta, por sua vez, deve prezar pela unidade dos militantes e preponderância do partido, bem como pelo respeito às instâncias hierárquicas que compõem os quadros administrativos da agremiação proletária. Assim, no contexto de hegemonia política chavista, a atuação e o alcance das atividades desenvolvidas pelos movimentos sociais devem ser coordenados pelo Estado e delimitadas pelos ditames do partido. Eis o alicerce teórico evocado pelos adeptos da estratégia de revolução “de cima para baixo”, uma das “almas” da revolução bolivariana.

A segunda “alma”, que se contrapõe à primeira, corresponde à vertente protagonizada pelas lutas sociais empreendidas por setores politicamente organizados da população que, através destas, buscam promover – de forma espontânea, organizada e autônoma – sua própria agenda de transformações e projetos políticos. Ou seja, nesta

---

homogêneo. As especificidades são muitas e extremamente diversas. Contudo, no contexto deste trabalho, a designação “base” deve ser entendida em oposição à “cúpula”, ou seja, compreende todos aqueles indivíduos que não fazem parte do grupo formado pelos poucos líderes e dirigentes políticos os quais, por meio da estratégia de “cima para baixo”, lutam para exercer sua influência e, assim, controlar o desenvolvimento do processo político na Venezuela.

situação, a ênfase na mediação das atividades políticas recai não sobre o partido, mas sim sobre a organização e o movimento de massas.

A partir, então, de uma dinâmica de construção da luta popular de “baixo para cima” acreditam ser possível estabelecer cenários onde a mudança desejada não será outra armadilha de poder verticalmente construída (como são os partidos) e, sim, a auto-organização autônoma dos explorados (Tischler, 2005). Posicionamento este bastante parecido com o defendido pelos membros da *corriente histórico-social* na Venezuela contemporânea.

A alternância entre as duas estratégias políticas são uma constante no desenrolar do processo político liderado por Hugo Chávez. O terceiro capítulo assume como objetivo demonstrar exatamente a mencionada tendência. Para tanto será estruturada uma análise pautada nas peculiaridades de cada uma delas. Serão abordados exemplos e situações tomadas de duas das principais instâncias participativas surgidas no país durante a administração chavista: os Círculos Bolivarianos e os Conselhos Comunais.

Dessa forma, em considerações finais, será possível traçar um quadro da atual correlação de forças entre as “duas almas” da revolução bolivariana, bem como projetar as principais tendências de atuação para o futuro próximo das lutas sociais estabelecidos na Venezuela contemporânea.

# CAPÍTULO I

## COMO TRANSFORMAR O GIGANTE NUM PIGMEU: AS DESVENTURAS DO PROJETO NEOLIBERAL NA VENEZUELA (1989-1998)

### Parte I

#### Ascensão e Queda da “Venezuela Saudita” (1920-1989)

*De la Venezuela [de 1970] proviene casi la mitad de las ganancias que los capitales norteamericanos sustraen a toda América Latina. Esto es uno de los países más ricos del planeta y, también, uno de los más pobres y uno de los más violentos. Ostenta el ingreso per capita más alto de América Latina, y posee la red de carreteras más completa y ultramoderna; en proporción a la cantidad de habitantes, ninguna otra nación del mundo bebe tanto whisky escocés. Las reservas de petróleo, gas y hierro que su subsuelo ofrece a la explotación inmediata podrían multiplicar por diez la riqueza de cada una de los venezolanos [...]. Los taladros han extraído, en medio siglo, una renta petrolera tan fabulosa que duplica los recursos del Plan Marshall; desde el primer pozo que reventó a torrentes, la población se ha multiplicado por tres y el presupuesto nacional por cien, pero buena parte de la población, que disputa las sobras de la minoría dominante, no se alimenta mejor que en la época en que el país dependía del café.*  
(Galeano, 1971, p. 215)

#### 1.1.1: Pacto de Punto Fijo e rentismo petroleiro

A República Bolivariana da Venezuela é o quinto maior país da América do Sul e, atualmente, sua população ultrapassa os 28 milhões de habitantes, 89% dos quais habitam áreas urbanas, tais como as cidades de Caracas, Valencia e Maracaibo, todas elas metrópoles onde vivem mais de um milhão de pessoas. Destes venezuelanos, aproximadamente 13 milhões fazem parte da população economicamente ativa e o Produto Interno Bruto (PIB) para o ano de 2008 foi calculado em U\$ 313.799,3 milhões (a trigésima

maior economia do mundo), dos quais cerca de 115 bilhões são frutos diretos do comércio petrolero<sup>12</sup>.

As cifras são claras. Desde a década de 1920, quando superou o café como principal produto de exportação do país, a divisão dos proventos advindos da produção petrolera é fator crucial para se compreender as características da política econômica e social desenvolvida na Venezuela. Conforme consta na introdução da clássica obra “*Los Venezolanos y el Petróleo*”:

Desde sus más remotos orígenes en el siglo XVI, en toda la historia de lo que ha venido ser la nación venezolana, no hay un hecho, un acontecimiento, un fenómeno, que haya ocasionada más radicales y profundas transformaciones, que haya alterado todos los aspectos de la vida nacional, que haya logrado cambiar la mentalidad, la conducta y los valores de toda la sociedad que pueda compararse con el impacto que el surgimiento de la riqueza petrolera tuvo para nuestro país [...] La apropiación directa o indirecta, por los actores económicos, de la renta petrolera percibida por el estado por un grupo muy exclusivo es la principal fuente de revoluciones y conflictos promovidos por los excluidos, que intentan sustituirlos o proclaman repartos más igualitarios y denuncian la corrupción (Uslar, 1990, p.7).

Assim, a condição de país petrolero, segundo Ellner (2003, p.20-1), “minimizó la lucha de clases, debilitó a la oligarquía, y generó una clase media excepcionalmente amplia”. A oligarquia *criolla*, oriunda do período colonial, teve sua preponderância na economia nacional contestada pela ascensão de uma nova elite formada por comerciantes e empreendedores vinculados ao setor petrolero. A classe média, em contrapartida, também foi afetada e cresceu devido, principalmente, ao enorme volume de divisas injetadas no país, fato que alavancou a renda per capita e, por conseguinte, o consumo interno<sup>13</sup>.

Por sua vez, o enorme aporte petrolero propiciou ao Estado venezuelano as condições para, especialmente até o final da década de 1970, ofertar à população índices de desenvolvimento social relativamente bons que, apesar de não resolver, minimizavam as contradições sociais presentes no país (notar a variação demonstrada no **quadro nº 1**: a Venezuela, em 1920, apresentava índices de desenvolvimento sociais baixos em

---

<sup>12</sup> Tais dados, assim como diversos outros indicadores macroeconômicos do país, podem ser encontrados no sítio eletrônico da CEPAL: <http://www.eclac.org/>.

<sup>13</sup> Segundo dados da CEPAL, no ano de 1980, a Venezuela contava com a seguinte distribuição de riqueza por extratos sociais: os 10% mais pobres da população dispunham de 2,5% do total das riquezas do país. Já aqueles que se encontravam na faixa dos 20% mais pobres contavam com 6,8% das riquezas. Por sua vez, os 20% mais abastados dominavam 37,8% enquanto os 10% mais ricos controlavam 21,8% das riquezas. Esse quadro, apesar de bastante desigual, fez da Venezuela, em comparação com os demais países latino-americanos (em especial Brasil, Haiti, Guatemala e Paraguai), uma nação com índices de desigualdade social relativamente baixos. Conseqüentemente, a classe média do país pode ser considerada volumosa.

comparação com as demais nações americanas; já em 1970, devido aos lucros obtidos pela exploração do petróleo, os mesmos índices são bem mais aceitáveis e colocam o país entre os de melhores condições sociais no continente).

---

**Quadro nº 1.**  
**Indivíduos Alfabetizados (A) e Expectativa de Vida (EV) na América**  
**(1920 e 1970)**

País	1920		1970	
	A (%)	EV (Anos)	A (%)	EV (Anos)
Argentina	68	49	93	67
Brasil	35	32	68	59
Chile	63	31	88	62
Colômbia	44	32	78	61
Costa Rica	58	37	88	67
El Salvador	27	28	58	57
Guatemala	15	25	45	52
Honduras	32	29	53	53
México	35	34	75	61
Nicarágua	39	24	57	54
<b>Venezuela</b>	<b>32</b>	<b>31</b>	<b>77</b>	<b>65</b>
EUA	94	57	99	71

Fonte: Maloney e Baer (1997, p. 125).

---

Tais características fazem do país, segundo definição amplamente difundida na literatura, uma nação rentista<sup>14</sup>, cujo desenvolvimento está atrelado à incorporação dos

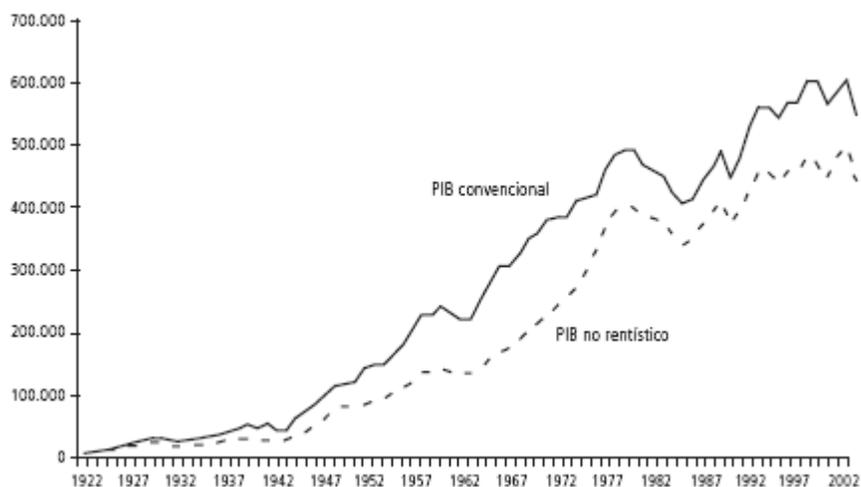
---

<sup>14</sup> O mencionado modelo de desenvolvimento caracteriza-se, essencialmente, pela extrema dependência do setor petrolífero. Segundo o texto de Silva Barros (2006, p. 212), a partir da década de 1970, não menos de 75% do total das exportações venezuelanas advém do comércio internacional do petróleo, valor que corresponde à metade do montante total arrecadado pelo Estado em impostos. Dessa maneira, grande parte do ingresso fiscal provem de um setor pouco integrado da economia, cuja rentabilidade se deve ao pagamento de *royalties* ao Estado e, não propriamente, à vitalidade do setor produtivo nacional.

lucros obtidos com o comércio do petróleo. O gráfico abaixo demonstra com propriedade o enorme peso do combustível para a economia nacional. A linha tracejada representa o que seria o PIB venezuelano se dele descontássemos todos os aportes gerados pela exportação do óleo.

---

**Gráfico nº 1.**  
**PIB convencional x PIB petroleiro**  
**(1922-2002)**



Fonte: Baptista (2005, p.97).

---

Esta importante singularidade confere à economia do país um elevado grau de volatilidade, na medida em que os preços do combustível flutuam consideravelmente gerando, ciclicamente, períodos de bonança econômica, nos quais há relativa estabilidade política, seguidos por graves crises financeiras que, entre outros desdobramentos, produzem crises institucionais.

Nesse sentido, o período do pós-guerra (décadas de 1950 e 1960) caracterizou-se pelo robusto crescimento da economia capitalista na Venezuela. O enorme volume de recursos oriundos da comercialização do petróleo gerou as condições econômicas necessárias para “distencionar” os conflitos sociais no país. Os petrodólares foram estrategicamente investidos numa política clientelista que, na verdade, desperdiçou a oportunidade de impulsionar transformações estruturais no aparato produtivo nacional. As

vozes contestatórias eram silenciadas através da cooptação, das calúnias midiáticas e do preconceito por parte dos intelectuais vinculados ao regime *puntofijista*, o qual será apresentado nas próximas linhas. Os líderes populares mais combativos foram minimizados através da perseguição, do cárcere e de incontáveis assassinatos (Bonilla-Molina e El Troudi, 2004).

Não por acaso, durante boa parte da era marcada pela “bonança petroleira”, costumava-se apontar a Venezuela como a mais promissora democracia latino-americana<sup>15</sup>. De fato, o restabelecimento da democracia formal em 1959, através do governo comandado por Romulo Betancourt (1959-1963), consolida o modelo de democracia representativa e burguesa no país<sup>16</sup>.

Através da consolidação de um regime *sui generis*, que ficou conhecido como o “*Pacto de Punto Fijo*”<sup>17</sup>, os venezuelanos passaram a gozaram de um cenário político democrático aparentemente estável, garantidor de eleições regulares e da alternância partidária no poder, muito embora tal alternância ficasse restrita a, apenas, dois partidos (conforme aponta o **quadro nº 2**).

---

<sup>15</sup> Nas palavras de Buxton (2001, p. 02), “a Venezuela era vista como exemplo de estabilidade democrática numa região amaldiçoada pelas ditaduras militares e pelo subdesenvolvimento político” (Tradução livre).

<sup>16</sup> A redemocratização de 1958 não foi a primeira da História política venezuelana. Entre 1908 e 1935, o país foi governado pela ditadura militar liderada por Juan Vicente Gómez, responsável pela centralização administrativa e pela formação do exército nacional. A morte de Gómez não significou, porém, o fim do regime, uma vez que seus sucessores Eleazar López Contreras (1935-1941) e Isaías Medina Angarita (1941-1945) também eram militares oriundos do grupo político edificado durante a era *gomecista*. Foi somente com a “onda de democratização” que impactou o mundo no pós guerra que o governo ditatorial chegou ao fim. Na Venezuela, a “*Acción Democrática*”, principal partido de oposição ao *gomecismo*, logrou liderar uma composição de forças políticas que, em 1945, destituiu Medina Angarita do poder. Contudo, dado a intensa polarização política da época, o governo *adeco* de Rómulo Galegos durou apenas três anos. Em 1948, uma junta militar foi imposta para administrar a nação. Configurou-se, novamente, o *putsh*. Em 1952 os militares optaram pela organização de eleições presidenciais. Porém, quando pesquisas eleitorais demonstram que o candidato oposicionista liderava as intenções de voto, a junta suspendeu o processo eleitoral e fez de Marcos Pérez Jiménez presidente da Venezuela. Durante seu governo, o país foi submetido à políticas de industrialização e de melhoria em sua infra-estrutura. Contudo, o regime ditatorial de Pérez Jiménez não conseguiu sustentar-se politicamente e, em 1958, através da pressão exercida pelas lutas sociais, foi deposto. Após um ano de governo temporário comandado pela junta militar, Rómulo Betancourt foi democraticamente eleito restituindo, assim, o Estado de direito na Venezuela.

<sup>17</sup> A coalizão capitaneada pelos partidos “*Acción Democrática*” (AD) e “*Partido Socialcristiano*” (COPEI) tinha como principal objetivo a definição de uma agenda que reduzisse suas diferenças programáticas, de modo a estruturar um programa de governo comum que abarcasse, concomitantemente, as expectativas e planos políticos das duas agremiações partidárias. Assim, estabeleceu-se um amplo e hegemônico consenso entre as mais importantes instituições do país, incluindo os sindicatos patronais e dos trabalhadores, a igreja, as Forças Armadas e outras entidades civis que garantiam, na prática, a estabilidade política da nação. Como maneira de formalizar tal consenso, os principais líderes das forças em aliança reuniram-se em um sítio de propriedade de Rafael Caldera (“cujo nome era “*Punto Fijo*”) e lá firmaram o acordo que tornaria o grupo politicamente hegemônico até o início da década de 1990.

---

**Quadro nº 2.**  
**Presidentes durante o período puntofijista**  
**(1959-1993)**

<b>Mandato</b>	<b>Presidente</b>	<b>Partido</b>
1959-1964	Rómulo Betancourt	AD
1964-1969	Raúl Leoni	AD
1969-1974	Rafael Caldera	COPEI
1974-1979	Carlos Andrés Pérez	AD
1979-1984	Luis Herrera Campins	COPEI
1984-1989	Jaime Lusinchi	AD
1989-1993	Carlos Andrés Pérez	AD

Fonte: Elaboração própria.

---

Nesse ínterim, pouco se questionou o protagônico papel exercido pela administração pública no fomento do capitalismo no país. O Estado, possuidor das jazidas de petróleo e principal administrador das riquezas por estas produzidas, assumiu as rédeas do desenvolvimento sócio-econômico venezuelano<sup>18</sup>. As estruturas estatais venezuelanas assumiam, assim, gigantescas proporções:

Venezuela es una de las economías más estatistas del hemisferio occidental, según un conocido intelectual venezolano [Moisés Naim, diretor da revista 'Foreign Politics'], '*la mas estatizada fuera del mundo comunista*'. Ese ha sido el fundamento del modelo de desarrollo económico, social y político, históricamente conformado por la confluencia de una economía petrolera en manos del Estado, en un marco democrático representativo con partidos de fuerte componente populista. (Petit, 2006, p.03).

Os chamados “anos dourados *puntofijistas*”, capitaneados pela liderança política exercida pela AD, pautaram-se pela modernização e democratização da sociedade venezuelana, de forma a instalar:

En el campo econômico, un Estado distribuidor del ingreso petrolero, con inflación baja, moneda fuerte y crecimiento sostenido; en el plano político, un Estado centralizado, con partidos políticos que controlan la vida social; en el terreno social, una mejora de los indicadores básicos de bienestar social,

---

<sup>18</sup> Segundo Krauze (2009), durante a década de 1980, o Estado venezuelano atingiu o ápice de sua tendência ao super-dimensionamento ao ser proprietário de um total de 75 empresas estatais e 146 empresas mistas.

posibilidad de movilidad social ascendente, educación masificada, mejoras sanitarias y reducción de la pobreza y la desnutrición. Venezuela había hecho avances en la institucionalización política, lo que significaba que las clases dominantes habían impuesto con éxito su proyecto sociopolítico, de tal forma que los proyectos alternativos, especialmente de las fuerzas y los movimientos antisistémicos habían sido seriamente debilitados (Levine, 2001, p.13).

O pontofijismo estabeleceu-se, por tanto, como um sistema político arquitetado para promover a dominação da classe burguesa, no qual os setores empresariais internacionais (ávidos pelas matérias primas venezuelanas, o petróleo em especial), os grupos financeiros e industriais da burguesia nacional, os latifundiários e os especuladores do mercado financeiro utilizaram o aparelho governamental para impor seus interesses perante o todo social. A democracia representativa se limitava a garantir aos cidadãos, a cada cinco anos, o direito ao voto em eleições para a escolha do presidente, deputados e senadores na República. (Bonilla-Molina e El Troudi, 2004).

### **1.1.2. Apontamentos sobre a estrutura de classes na Venezuela**

A mencionada participação/intervenção do Estado na economia se deu com maior intensidade a partir da década de 1940, quando por meio de diversas políticas públicas que redistribuíram a renda petroleira<sup>19</sup> em benefício das frações burguesas, os governantes estimularam concomitantemente a industrialização e o capitalismo agrário no país. Formou-se, assim, um aparelho estatal cujas características principais remetiam a práticas mediadoras e distributivas.

Ou seja, o Estado venezuelano cumpriu o papel de mediar as díspares relações entre o cartel petroleiro controlado pelas empresas transnacionais (notadamente as estadunidenses Exxon, Shell e Gulf<sup>20</sup>) e a sociedade. Ocupavam-se em captar o excedente dos lucros petroleiros para, então, aplicá-lo em obras de infra-estrutura (ofertando, assim, a oportunidade às classes altas de firmarem vantajosos contratos com o governo) e, em proporção menor, distribuí-lo à população por meio de programas assistencialistas. Desse modo, minava a potencialidade dos confrontos e lutas sociais (Denis, 2001). Nesse sentido, não houve significativos esforços no sentido de promover a industrialização do país.

---

<sup>19</sup> Por “renda petroleira” entende-se o ingresso monetário que fica em poder dos agentes que participam deste comércio (notadamente o Estado e suas empresas vinculadas ao negócio) depois que os mesmos recuperam os gastos relativos aos investimentos necessários para a exploração do combustível.

<sup>20</sup> Conforme relata Mommer (2003).

Tal prática foi alterada durante os anos 60. Financiadas pelos abundantes petrodólares, as instâncias públicas passaram a assumir novas e importantes funções ao realizar substanciais investimentos em setores produtivos da economia, especialmente nas áreas de siderurgia e da indústria petroquímica. Desde então, o Estado venezuelano deixou de ser um mero “mediador-distribuidor” de riquezas e passou a se comportar como um investidor, organizando a produção não só do petróleo como, também, da siderurgia e das poucas indústrias voltadas à exportação (notadamente a petroquímica, a de alumínio e a metal-mecânica). Doravante, o capitalismo de Estado firmar-se-ia como o modelo de desenvolvimento adotado no país (Añes, López e Suárez, 2003)<sup>21</sup>.

Na década de 1970, considerada o auge do rentismo, outra importante modificação ocorreu na estrutura sócio-econômica venezuelana: apesar de ter continuado a exibir as feições de uma nação semicolonial, dependente da exportação de matérias-primas para as potências de capitalismo avançado, suas características de nação minera-exportadora urbana tornaram-se ainda mais acentuadas. O país consolidou o sistema de desenvolvimento baseado essencialmente na exploração de um único recurso (não renovável), opção que fez da indústria e da agricultura nacionais setores incapazes de abastecer as necessidades do mercado interno em expansão. Materializou-se, assim, uma grave contradição entre os extraordinários ingressos petrolíferos e uma base industrial e agrária pouco produtiva, o que fez com que grande parte da demanda de insumos básicos fosse satisfeita preponderantemente através de importações. Explica Rodríguez Araque, em entrevista a Krauze (2009, p.292):

Desde el siglo pasado, Venezuela ha dependido de un ingreso que no ha generado al aparato productivo interno. El Estado ejerce el monopolio sobre la riqueza del subsuelo, cobra una contribución como propietario por el acceso al recurso natural y el ingreso así generado supera ampliamente la productividad nacional. Esto lleva a otro problema: el ingreso petrolero supera ampliamente la capacidad gerencial del país. Este es un problema característico de toda economía rentista y trae aparejado otro problema más: la economía venezolana es estructuralmente inflacionaria una vez que la capacidad de compra del país supera su capacidad de producción. El gran problema en el Estado no ha sido como recaudar el ingreso para cubrir los gastos propios de un Estado. Los excedentes se han distribuidos generalmente a través de no cobrar impuestos, bajar la carga tributaria. Todas las

---

<sup>21</sup> Por “capitalismo de Estado” entende-se o viés deste modo de produção caracterizado pela ascensão do Estado como força econômica significativa, diretamente envolvida na acumulação de capital. Tal tendência passa a ser reconhecida pelos estudiosos a partir da década de 1930, quando se torna flagrante a intervenção dos Estados nacionais em favor dos monopólios. Lança-se, assim, a idéia de “fusão” entre o Estado e o capital monopolista. Poulantzas, por sua vez, argumenta que o capitalismo de Estado representa uma fase dentro da segunda grande etapa do capitalismo, o imperialismo (Bottomore, 2001, p. 55-56).

monedas del mundo se devaluaran. La de Venezuela no devaluó. Desde entonces Venezuela dejó de ser un país exportador de productos agrícolas e pasó a ser un de los países que más importan productos de necesidad básica en todo el mundo.

Delimitado por tais singularidades conjunturais o aparelho estatal emergiu como o principal comandante e articulador das relações sociais na Venezuela. O capitalismo de Estado fez do último o principal agente garantidor dos interesses capitalistas de uma sociedade hegemonicamente comandada pela classe burguesa<sup>22</sup>.

Nesse sentido, o setor público venezuelano historicamente serviu às exigências do capital privado, concentrando esforços na tarefa de fazer a mais-valia ser apropriada não por um ou vários burgueses em particular, mas sim pelas transnacionais e pela classe burguesa em suas diferentes frações (Denis, 2001).

As características gerais acima delineadas impactaram de forma acentuada os principais determinantes da composição das classes sociais na Venezuela. Porém, são poucas as obras na literatura sociológica que se propuseram a destrinchar tão importante tema, qual seja, a estrutura e a formação das classes no país.

Nesse sentido, a presente dissertação apoiou-se no texto intitulado “Estado y Estructura de Clases em la Venezuela Contemporanea” (Universidad Central de Venezuela, 1984) para, de forma bastante esquemática, instruir este estudo com informações basilares e imprescindíveis para a melhor compreensão sobre a estrutura de classe venezuelana, cujos elementos serão inúmeras vezes abordados no decorrer do trabalho.

#### **1.1.2.1. A classe burguesa**

A principal característica da burguesia venezuelana é sua dependência perante o Estado, ou seja, estruturalmente necessita dos créditos estatais, dos subsídios e das isenções tributárias. O fato de o foco econômico nacional ser centrado preponderantemente na exportação de matérias primas faz dos burgueses industriais agentes intrinsecamente vinculados ao capital monopólico internacional, o que torna inviável a utilização da expressão “burguesia nacional” no país (Ellner, 1998).

Junto a pouco numerosa burguesia industrial, consolidaram-se outros setores burgueses no seio social venezuelano, a saber: a burguesia agrária, estabelecida com o

---

<sup>22</sup> Porém, é importante exaltar a relativa independência financeira exercida pelo Estado ante às demais instituições e forças sociais, tendo em vista o fato de o primeiro não depender tanto dos impostos pagos pela burguesia e pelas classes populares devido ao ingresso gerado pela exploração petrolífera (Krauze, 2009).

desenvolvimento e aprofundamento do capitalismo no campo a partir dos anos 40; a burguesia ligada ao ramo da construção civil, que assumiu significativa importância devido à série de investimentos efetuados pelo Estado em obras de infra-estrutura espalhadas por todo o território nacional; a burguesia comercial que, em associação com empresas estrangeiras, controla as grandes distribuidoras de alimentos e os supermercados no país e, finalmente, a burguesia financeira, crescente desde a década de 1970, em consonância com o aumento da circulação e especulação monetária mundial.

Vale ressaltar que um dos pilares centrais da sustentação do regime *puntofijista* foi, exatamente, a exitosa composição de interesses articulada entre os mais relevantes setores burgueses. Através de acordos e mediações políticas perpetradas pelos artífices do regime *puntofijista*, os industriais manufatureiros foram compelidos a compartilhar seus privilégios com os membros da burguesia financeira associada ao capital internacional, com a burguesia agrária e, também, com as camadas burguesas emergentes vinculadas às grandes empresas estatais.

Por sua vez, o capital proveniente do aparelho estatal – o verdadeiro responsável pelo processo de acumulação no país – é dirigido e administrado por um numeroso contingente de técnicos e burocratas alocados nos corpos diretivos das empresas públicas. Os referidos funcionários, por disporem da prerrogativa para tomar decisões, tornam-se figuras extremamente influentes na dinâmica da economia nacional e aproveitam-se dessa situação privilegiada para consolidar, a reboque do Estado, uma abastada camada de tecnocratas dotada de sólida influência junto ao manejo do capital e dos recursos públicos.

Em síntese, pode-se afirmar que a burguesia financeira, o setor burguês associado às indústrias de exportação e os burocratas de alto comando nas empresas do Estado exercem a hegemonia no bloco social dominante. Tais setores interessam-se essencialmente em produzir bens de consumo demandados pelo mercado externo. O referido direcionamento acaba por sufocar as atividades produtivas desempenhadas pela burguesia industrial tradicional (as indústrias têxtil, metalúrgica, de alimentação, entre outras) e agrária, que dependem do consumo no mercado interno. As tensões entre esses dois posicionamentos – excludentes, por definição – paulatinamente desestruturaram a aliança da classe burguesa na Venezuela. Conforme veremos adiante, tal fator será determinante para a implosão do regime *puntofijista* e a conseqüente ascensão do bolivarianismo no país.

### **1.1.2.2. A pequena burguesia e as camadas médias**

A pequena burguesia urbana (donos de pequenos comércios, motoristas de táxis, caminhoneiros, proprietários de pequenos hotéis e restaurantes e todos os demais profissionais que exploram algum meio de produção e/ou circulação de mercadorias) cresceu de forma contínua e sustentável na Venezuela depois do acelerado processo de urbanização ali instalado.

Por sua vez, as camadas médias assalariadas são um setor de extrema importância para o país, uma vez que ali são inseridos os demais técnicos e burocratas que trabalham nas repartições e firmas estatais. Além deles, fazem parte dessa categoria, entre outros, os empregados de baixos e médios níveis salariais em empresas públicas e privadas, os intelectuais e os demais “profissionais liberais”.

### **1.1.2.3. O campesinato**

O desenvolvimento do capitalismo agrário nas décadas de 1960 e 1970 provocou importantes transformações nas formas produtivas desempenhadas no país construindo, assim, um crescente proletariado rural. Os setores agrícolas que mais empregam são aqueles voltados para a exportação de produtos como café, tabaco, cana de açúcar, milho e pescados.

### **1.1.2.4. A classe proletária**

É somente nas décadas de 1970 e 80 que ocorre a conformação definitiva do proletariado moderno na estrutura social venezuelana. Depois de décadas dependendo quase exclusivamente do comércio petrolífero, o país deu início a um tímido processo de industrialização, como aponta o quadro abaixo:

---

#### **Quadro nº 3.**

#### **Proletariado Industrial na Venezuela (número de indivíduos)**

	<b>1950</b>	<b>1971</b>	<b>1975</b>
<b>Proletários Industriais</b>	170.000	242.898	329.460

Fonte: Universidad Central de Venezuela, 1984.

---

Nesse sentido, a consolidação do modelo econômico pautado no capitalismo de Estado, a instalação de plantas industriais em algumas regiões do país, o desenvolvimento do capitalismo agrário e a crescente demanda por bens e serviços nas áreas urbanizadas culminaram, conseqüentemente, na constituição de um concentrado proletariado urbano e um disperso proletariado rural que se somaram ao já consolidado proletariado petrolero. É importante destacar, conforme demonstra o quadro abaixo, a força do setor terciário no país (responsável por praticamente 70% dos postos de trabalho disponíveis) e a conseqüente debilidade/pequenez do setor industrial.

---

**Quadro nº 4.**  
**Força de Trabalho por Setor Econômico na Venezuela**  
**(total de pessoas)**

Ano	1990	1995	1999	2005
População Empregada	6.039.863	7.729.174	8.741.645	10.771.268
Setor Primário	864.878	1.099.613	947.183	1.212.856
Atividades Agropecuárias	802.165	1.032.289	890.122	1.145.881
Petróleo e Mineração	62.713	67.344	57.061	66.975
Setor Secundário	1.579.206	1.725.800	1.926.441	2.171.269
Manufaturas	1.038.206	1.634.564	1.202.101	1.245.913
Construção Civil	475.901	622.584	665.227	867.813
Eletricidade, gás e água	64.536	68.652	59.113	57.543
Setor Terciário	3.593.199	4.881.320	5.860.537	7.313.003
Comércio e Inst. Financeiras	1.536.022	2.205.669	2.747.622	3.118.450
Transporte e Comunicações	385.526	474.282	604.483	871.086
Serviços	1.671.651	2.201.369	2.514.432	3.323.469

Fonte: Anuario de Estadísticas Precios y Mercado Laboral (Banco Central de Venezuela).

---

Geograficamente, são quatro as regiões de maior concentração operária no país: o Estado de Miranda (que abriga importantes zonas industriais nas cidades de Sucre e Los Teques), a faixa territorial que se estende pelos Estados de Aragua, Carabobo e Lara, a região de Zulia (localidade onde se encontra o Lago Maracaíbo, responsável por 80% do

total da produção de petróleo no país) e a capital Caracas ( o maior conglomerado urbano, atualmente com uma população de aproximadamente três milhões de habitantes).

Faz-se necessário ressaltar ainda que, por conta dos ingressos petroleiros, o modo de produção capitalista encontrou um terreno bastante fértil para se desenvolver na Venezuela tendo em vista o contínuo e sustentável aumento da capacidade de consumo da população. Tal situação foi possível graças aos programas governamentais estruturados para, através de uma rede de programas assistenciais, distribuir parte da renda. Este subterfúgio logrou, durante o período de bonança, atenuar a exploração da classe trabalhadora que, em parte por isso, não se converteu numa força social capaz de fazer frente ao domínio capitalista.

Entretanto, conforme será oportunamente demonstrado, a crise econômica instalada no país durante a década de 1980 acarretou o decréscimo da capacidade de consumo da população. A partir de então, o regime *puntofijista* teve de aumentar as medidas visando à repressão, de forma a fazer frente à crescente germinação de interesses antagônicos à lógica capitalista (Denis, 2001).

### **1.1.3. Luta Armada e partidos de esquerda na Venezuela pré-bolivariana**

Apesar de terem sido um dos mais importantes agentes articuladores para o restabelecimento da democracia na Venezuela, as forças de esquerda perderam bastante visibilidade quando foram deliberadamente excluídas do pacto de Punto Fijo. A aliança estratégica que as vinculava os esquerdistas à luta parlamentar liderada pelos social-democratas da AD e pelo socialismo-cristão do COPEI foi unilateralmente desfeita com a efetiva queda do regime militar em 1959.

A partir de então, perseguidos e isolados, os militantes do Partido Comunista Venezuelano (PCV) optaram por organizar um grupo de resistência armado, denominado “Movimiento de Izquierda Revolucionario” (MIR). Assim, elegeram as armas como estratégia para levar adiante a luta socialista no país, opção esta que os fez concentrar todos os esforços na construção de aparelhos guerrilheiros espalhados por diversos pontos do território venezuelano.

Movidos por tal perspectiva, entre os anos de 1960 e 1962, ocorreram quatro tentativas de levantes armados orquestrados pelo MIR sem que houvesse, porém, sucesso militar e/ou político. A clandestinidade – característica fundamental da atividade

guerrilheira – foi responsável pelo progressivo distanciamento entre as vertentes revolucionárias da esquerda e os setores sociais que deveriam constituir sua base de apoio (Bonilla-Molina e El Troudi, 2004).

Cientes desta debilidade, a direção do movimento insurgente liderada por Douglas Bravo<sup>23</sup> buscou alternativas bastante singulares para tentar remediar os entraves à luta armada: o plano era inserir a guerrilha no interior das Forças Armadas e, com isso, assegurar logros de curto e longo prazo. Acumular quadros e recursos materiais para o momento insurrecional seria a estratégia para o futuro enquanto, imediatamente, os militantes infiltrados deveriam se concentrar em desviar armamentos e obter informações privilegiadas. Assim, especialmente durante a década de 1970, alguns setores militares foram procurados e passaram a estabelecer alianças políticas com combativos setores da esquerda venezuelana<sup>24</sup>.

Respaldo por tais apoios, os guerrilheiros foram capazes de se organizarem para, novamente, promover atividades subversivas. As principais delas ocorreram em fevereiro de 1976, quando os “Grupos de Comando Revolucionários”, vinculados ao MIR, pouco antes de seqüestrar o industrial estadunidense William Frank Nieheous, conseguiram executar uma operação de resgate de presos políticos (episódio conhecido como a “Fuga del Cuartel San Carlos”), onde 23 militantes foram libertos do cárcere.

Após o sucesso obtido nesses episódios houve o recrudescimento da repressão ao movimento guerrilheiro. O governo venezuelano, instruído pela agência de inteligência norte-americana através da “doutrina Reagan” de combate à insurgência, conseguiu exterminar os principais quadros revolucionários do país. No “Massacre de Cantaura”, ocorrido a 4 de outubro de 1982, as forças *puntofijistas* receberam informações privilegiadas relatando que a cidade localizada no estado de Anzoátegui seria palco de uma

---

<sup>23</sup> Douglas Ignacio Bravo Mora nasceu em 1932 e, logo aos 12 anos de idade, ingressou no Partido Comunista venezuelano, de onde foi expulso em 1964. Dois anos mais tarde fundou o “Partido de la Revolución Venezolana” (PRV), cujo braço armado - as “Fuerzas Armadas de Liberación Nacional” - promoveu lutas guerrilheiras no estado de Falcón no decorrer da década de 1960. Anos depois, não obtendo sucesso na guerrilha, Bravo aliou-se ao MBR-200 e participou ativamente das tentativas de golpe militar de 1992, razão pela qual foi preso. Libertado no ano seguinte, continuou a ser um dos principais pontos de apoio à Chávez, agora em sua investida eleitoral.

<sup>24</sup> Desses contatos surgiria, anos depois, o MBR-200, a organização militar comandada por Hugo Chávez Frías cujos atributos básicos (organização conspirativa, de caráter clandestino e espalhada por todos os setores do aparelho militar) foram forjados nessa época.

importante reunião onde estariam presentes os principais líderes da luta armada. O foco guerrilheiro foi sumariamente exterminado em uma operação militar que utilizou, inclusive, bombardeios aéreos para acabar com a vida de 41 militantes (Bonilla-Molina e El Troudi, 2004).

A derrota da luta armada fez com que se estabelecesse um debate crítico sobre a estrutura verticalizada utilizada pelos partidos comunistas na organização do movimento popular. Por sua vez, a bonança petroleira da década de 1970 foi decisivamente utilizada pela forças hegemônicas para impedir que a Revolução Cubana influenciasse o cenário político interno. A união desses dois fatores resultou no enfraquecimento das estruturas partidárias de esquerda no país, as quais se mostraram inoperantes durante a metade final do período *puntofijista* (Azzeline, 2008).

#### **1.1.4. Panorama Sindical da Venezuela pré-bolivariana**

A historiografia aponta que o movimento operário contemporâneo na Venezuela foi organizado após a morte do General Juan Vicente Gómez que, entre os anos de 1908 e 1935, comandou com mão-de-ferro um regime ditatorial no país. Após a redemocratização, procedeu-se a formação dos primeiros sindicatos que, concomitantemente, gerou uma ferrenha luta pelo controle dos mesmos entre os militantes do Partido Comunista da Venezuela (PCV) e os membros da agremiação social-democrata A.D (à época ainda fora do governo). Inicialmente, o primeiro grupo logrou ampla vantagem montado, assim, uma estrutura sindical baseada nas diretrizes emanadas pela Internacional Comunista.

A primazia do PC venezuelano no movimento sindical estendeu-se de 1936, data em que se realizou o I Congresso da “Confederación de Trabajadores de Venezuela” (CTV), até o ano de 1947, quando ocorreu o II Congresso da central. Naquela ocasião, os sindicalistas vinculados ao PCV eram minoria e, por isso, acabaram sendo derrotados pelos dirigentes afeitos à A.D<sup>25</sup>.

O predomínio “adeco” junto à central sindical impulsionou uma nova etapa no desenvolvimento do movimento operário venezuelano. A nova conjuntura política abriu

---

<sup>25</sup> Os sindicatos na Venezuela foram estruturados pelos partidos políticos, de forma que os primeiros eram comandados pelos segundos. Os dirigentes sindicais, antes de militantes classistas, eram quadros políticos disciplinados e amplamente permeáveis às orientações determinadas pelos partidos *puntofijistas*. Tais práticas debilitaram estruturalmente o movimento sindical desenvolvido no país (Bonilla-Molina e El Troudi, 2004).

espaço o crescimento no sindicalismo no país. A taxa de filiação que, em 1961, era de apenas 17% aumentou para expressivos 45% em 1978<sup>26</sup>. Ademais, a atividade sindical transcendeu a esfera trabalhista e desempenhou um importantíssimo papel na consolidação do regime *puntofijista* durante a década de 1950. A CTV foi uma das principais organizações que se aliou aos partidos AD e COPEI para solidificar a coalizão de forças políticas que acabou por destituir o governo ditatorial comandado pelo General Marcos Pérez Jiménez (1952-1958).

Ao incluir-se no Pacto de Punto Fijo, a direção sindical *cetevista* expressou sua intenção de cooperar com a recém empossada elite política venezuelana. Tal posicionamento seria incessantemente repetido no decorrer das quatro décadas seguintes e caracterizaria a prática sindical no país: desenvolver-se-ia um sindicalismo voltado à negociação com os patrões – que também eram parte no pacto - e com o governo. Afastou-se, por conseguinte, qualquer possibilidade de estabelecer-se uma lógica de embate/confronto impulsionada pela CTV.

Nesse sentido, a estratégia *cetevista* pautada na negociação priorizou a tática de ajustar os interesses da central às circunstâncias políticas ditadas pelo momento de relativa harmonia política estabelecida no país, deixando de fora de sua pauta questões de natureza ideológicas e/ou classistas. Os objetivos, cumpridos em sua maioria, resumiam-se em frear as atividades potencialmente perturbadoras que poderiam ser empreendidas pelas bases operárias, manter a disciplina no ambiente de trabalho e garantir a “paz laboral”.

Assim, os sindicatos venezuelanos - representados pela CTV e organizados ou nas empresas, ou por profissão e/ou por setores<sup>27</sup> - atuaram como agentes garantidores das prerrogativas empresariais ao mediar as tensões entre estas e a classe trabalhadora.

---

<sup>26</sup> A organização sindical venezuelana rege-se pela *Ley del Trabajo* que, em seu artigo de número 400, confere aos trabalhadores e aos patrões o direito de associarem-se livremente em sindicatos os quais, por sua vez, também são livres para constituírem federações e confederações. O mesmo ordenamento também prevê a liberdade de associação sindical, ou seja, o direito de trabalhadores e empregadores se organizarem na forma que lhes convierem e sem a necessidade de autorização prévia. Porém, para funcionarem dentro da legalidade, as estruturas sindicais necessitam da chamada “investidura sindical”, ou seja, há monopólio de representação sindical uma vez que não se admite a existência de sindicatos no país que não sejam detentores da referida investidura (Urquijo, 2000).

<sup>27</sup> Conforme dispõe o artigo 411 da *Ley dek Trabajo* venezuelana.

### **1.1.5. Crise da democracia *puntofijista* e descentralização**

Como consequência do elevado acúmulo de divisas gerado pela crise energética de 1973, que catapultou os preços do petróleo em quase 400%, a grave crise econômica que afetou grande parte da América Latina já no início da década de 1970 chegou à Venezuela com certo atraso. Porém, o castelo de areia não demoraria a ruir. Os perniciosos efeitos gerados pela extrema dependência em relação ao comércio petrolífero, já no início da década de 1980, tornaram-se incontroláveis:

El Estado se convirtió en el gran empleador creando una aberrante dinámica de endeudamiento para pagar los gastos de funcionamiento de la administración pública, cuyo monto, sólo por servicio de la deuda llegó a representar un tercio del presupuesto. En una situación solo comparable a la de los países árabes, por la propiedad estatal del petróleo, el 90% de los ingresos en divisas internacionales han estado bajo control estatal, cosa que no ha ocurrido en ningún país del mundo (Petit, 2006, p.05-06).

Nesse sentido, o último ano de governo *copeiano* do presidente Luís Herrera Campins (1979-1983) representou o marco inicial do colapso econômico e institucional que assolou o país durante o quarto final do século XX. Segundo López-Maya (2005), os resultados da desaceleração econômica, rapidamente, fizeram-se sentir no campo político, uma vez que os mecanismos de mediação entre estado e sociedade, tais como os sindicatos e a igreja, passaram a apresentar sistemáticas dificuldades em cumprir as funções de manutenção do consenso político a elas atribuídas pelo Pacto de Punto Fijo. As tensões entre classes, até então amortecidas pela precária, porém eficiente, distribuição dos abundantes recursos petrolíferos, se mostravam cada vez mais fortes.

Em meio à profunda recessão econômica Jaime Lusinchi, quadro político vinculado à AD, assumiu a presidência da República para o período entre 1984-1989. Poucos meses após sua posse, o presidente anunciou um pacote de ajustes econômicos em consonância com as recomendações emanadas das agências financeiras internacionais, embora este não fosse, formalmente, um plano derivado de acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Era, sim, um compromisso unilateralmente assumido pelo governo venezuelano que, através dessa atitude, procurava criar condições favoráveis à renegociação da dívida externa nacional para obter melhores possibilidades de retomar o crescimento econômico estagnado desde meados da década de 1970.

Conforme Lucena (1990), os principais procedimentos colocados em prática pela administração Lusinchi pautavam-se pela desvalorização do bolívar, o aumento no preço

dos combustíveis e uma série de recomendações para reduzir os gastos relativos ao funcionamento do Estado. Em contrapartida, e simultaneamente, foram anunciadas providências que não eram compatíveis com um programa neoliberal ortodoxo, como o provimento de medidas compensatórias para minorar o impacto do ajuste na remuneração dos trabalhadores e o pagamento de dívidas internas da administração pública.

Vale ressaltar que a estabilidade política do regime *puntofijista* também foi seriamente abalada pela decadência macroeconômica experimentada pelo país no início da década de 1980. Até então, o termo “participação política” resumia-se ao ato de votar. A alternância de presidentes originários de dois partidos mostrava-se suficiente para legitimar a democracia venezuelana.

Contudo, a falência do rentismo petrolífero repercutiu nas relações e mediações entre os cidadãos e o Estado e, a partir de então, emergiram diversas formas de organizações sociais que ingressaram no cenário político reivindicando, no discurso e na prática, reivindicações por uma maior democratização e eficiência das instituições sociais. Os governantes *puntofijistas* foram compelidos a promover modificações na estrutura política do país e, para isso, apostaram na descentralização como maneira de acenar com a possibilidade de se compartilhar o poder de decisão e execução de políticas públicas, que até então eram privativas do governo central, com atores sociais não vinculados à administração pública.

Porém, em um ambiente político ainda dominado pelas agremiações partidárias, os mecanismos legais que incentivavam a participação direta instalados no início da década de 1980 se limitaram a transferir para grupos de “cidadãos organizados” as responsabilidades e ações que o Estado, até aquele momento, não havia conseguido cumprir eficazmente. Ou seja, a participação política passou, então, a corresponder às atividades de intervenção popular na execução de tarefas públicas (García-Guadilla, 2003).

É durante este momento que emergiram com grande força na sociedade venezuelana os discursos e as intervenções acadêmicas invocando análises centradas na idéia de “sociedade civil”. O polêmico e polissêmico conceito assumiu no país, de acordo com Lander (2002), um sentido bastante controverso: tratava-se do âmbito da vida coletiva onde

se privilegiava a comunicação, o diálogo e a solidariedade<sup>28</sup>. Ou seja, identificou-se a sociedade civil como algo necessariamente bom/virtuoso em comparação com os partidos políticos e o próprio Estado, os quais passam a assumir conotações pejorativas. Assim, a partir dessa época, proliferou na Venezuela a maniqueísta oposição entre os segundos (caracterizados pela corrupção, ineficácia e práticas clientelistas) e a primeira (miticamente entendida como a “síntese de todas as virtudes sociais”).

Estruturou-se, pois, a luta pela efetivação da chamada “democracia de cidadãos”, forjada para substituir a até então vigente “democracia de partidos”. Tal movimento, levado a cabo essencialmente por organizações territorializadas em bairros caraquenhos, urbanos e de classe média e alta, apresentava uma concepção bastante conservadora sobre política, entre outros motivos, por defender que debates ideológicos não eram pertinentes e, por isso, não deveriam ser parte das pautas dos governos. A preocupação central dos membros da “sociedade civil” de então deveria ser o de fiscalizar e garantir a eficácia e a honestidade das decisões tomadas pelos gestores eleitos para os cargos públicos. Buscava-se, portanto, políticos com perfis eminentemente técnicos que, por supostamente serem mais capacitados, deveriam gozar de plena liberdade para tomar decisões relativas à gestão pública sem a interferência da população.

Firmou-se, assim, um entendimento bastante preciso sobre o significado da expressão “sociedade civil” na Venezuela: correspondia a tudo aquilo que não pertencia ao âmbito estatal. Sua função repousava na tarefa de impedir que o Estado, através de políticas redistributivas, assumisse um papel superdimensionado na regulamentação das relações sociais. Buscava-se, portanto, o estabelecimento de uma sociedade eminentemente liberal, individualista e “moderna”, em oposição à “barbárie” representada pelos anseios de justiça social oriundos do majoritário setor popular do país. O robusto movimento de descentralização política que, nos anos seguintes, ocorreu na Venezuela foi flagrantemente fundamentado/inspirado por esse projeto político.

---

<sup>28</sup> Nota-se, aqui, a aproximação com o conceito de “sociedade civil” formulado pelo teórico alemão Jürgen Habermas, para quem a racionalização do mundo da vida possibilita, por um lado, a formação de subsistemas independentes e, ao mesmo tempo, abre o horizonte utópico de uma sociedade burguesa, na qual os âmbitos formalmente organizados de *Bourgeois* (economia e aparato estatal) constituem os fundamentos para um mundo da vida pós-tradicional de esfera privada e esfera pública. Assim, o pensador alemão, ao aplicar a dualidade “sistema / mundo da vida” à problemática da sociedade civil, produz um resultado diferente da concepção marxista de mediação entre sociedade civil e Estado (Lubenow, 2007).

Antes de abordar especificamente os meios pelos quais ocorreu a descentralização, faz-se necessário ressaltar que as reformas do Estado venezuelano não seguiram um plano estratégico pré-estabelecido e nem mesmo uma concepção doutrinária precisa. Corresponderam, sim, aos resultados de decisões governamentais tomadas nos diferentes momentos de confrontação política que emergiram como respostas conjunturais delineadas para tentar adequar as ineficientes estruturas administrativas ao novo momento político vivido no país (Lander, 2007).

Foi assim que, em 1984, o governo venezuelano assumiu explicitamente a necessidade de reformar a estrutura da administração pública. Para isso foi criada, por decreto do executivo nacional, a “Comisión Presidencial para la Reforma del Estado” (COPRE), um grupo de trabalho onde se reuniam profissionais de diversas áreas com a incumbência de aconselhar o poder público sobre as modificações institucionais necessárias para efetivamente promover a descentralização política. Tal comissão tornou-se importante, pois trouxe à Venezuela as novas tendências sobre o reordenamento dos poderes, facilitando a anexação do país à dinâmica global e, sobretudo, ao modelo de “democracia americana” como paradigma mundial (Denis, 2001).

Entre as inovações sugeridas pela COPRE destacam-se os princípios efetivados pela “Ley Orgánica de Régimen Municipal” (LORM), de 15 de junho de 1989, onde se ampliou as fronteiras da participação em assuntos públicos, extrapolando a perspectiva exclusivamente eleitoral proposta pela Constituição Federal de 1961. Nesse sentido, o referido marco regulatório instituiu as bases legais sobre as quais deveria se desenvolver o processo de descentralização administrativa que, a partir daí, assumiria um caráter progressivo e irreversível.

Contudo, embora expressamente reconheça a participação popular como elemento essencial para a otimização da gestão pública, a mencionada lei não formalizou nenhum mecanismo que viabilizasse a intervenção prática da população nos processos de tomada de decisão. A principal contribuição instituída pela LORM, nesse sentido, foi ter estabelecido eleições para governadores (os quais, até então, eram designados discricionariamente pelo Presidente), além de ter criado a figura administrativa do “*Alcade*”, cuja eleição seria popular em cada um dos municípios do país.

Dessa maneira, o tema da participação política foi abordado a partir do processo de descentralização e reforma do Estado e incorporou-se como uma ferramenta de gerenciamento público, em substituição à excessivamente burocratizada administração *puntofijista*. Foi concebida, pois, como um mecanismo liberal para frear a pressão popular e garantir, através do controle social, a eficiência dos órgãos públicos. Tratava-se, portanto, um tipo de participação eminentemente consultiva. A população assumiu certas responsabilidades que, antes, eram de competência exclusiva do Estado através de atividades técnicas. Não houve a efetiva transferência de poder decisório aos cidadãos (Añez, López e Suárez, 2003).

À crise estrutural do modelo rentista de desenvolvimento tentou-se impor uma solução eminentemente política através das propostas de descentralização administrativa. Essa foi, evidentemente, uma estratégia desesperada dos líderes *puntofijistas* para tentar recuperar a legitimidade necessária à sustentação do regime.

Entretanto tal solução não funcionou. O clientelismo estatal continuou crescendo e a oferta de empregos na administração pública se transformou numa medida paliativa contra o desemprego, fato que tornou as instituições governamentais ainda mais propícias à corrupção e à burocratização (Denis, 2001).

Apesar de tudo isso, o processo de descentralização ajudou a inaugurar uma nova dinâmica política no país. As organizações civis ganharam peso e legitimidade no cenário político ao demandarem novos métodos de inter-relação com o Estado. Converterem-se, assim, em importantes atores e interlocutores que pressionaram pelo processo de descentralização<sup>29</sup>.

Ademais, a criação da figura do prefeito municipal e o estabelecimento de eleições para a escolha dos Governadores de estado resultaram no fortalecimento das lideranças regionais fato que, por sua vez, estimulou a proliferação de novas formas de organização social, especialmente as “associações de vizinhos”, os movimentos estudantil, feminista,

---

<sup>29</sup> Cabe aqui destacar que um dos grupos políticos de maior expressão à época era o movimento estudantil que se mostrou combativo e autônomo frente às organizações partidárias. Os estudantes universitários e secundaristas estabeleceram amplas articulações com os setores populares nas maiores cidades do país e construíram novas formas de resistência que revigoraram as lutas trabalhistas e pelos direitos humanos (López-Maya, 2005).

ecologista e pela afirmação dos Direitos Humanos<sup>30</sup>. Entretanto, também nesse ponto, a descentralização foi minimizada pela atuação dos partidos, os quais voltaram suas atenções para as lideranças políticas locais, atraindo-as para o centro hierarquizado do poder (García-Guadilla, 2006).

Já em Dezembro de 1988, em meio a mais uma das recorrentes crises deflagradas pela desvalorização nos preços do petróleo, o presidente Lusinchi, novamente, recorreu à desvalorização da moeda para tentar equilibrar a deficitária balança de pagamento do país.

Contudo, ao contrário do que se poderia imaginar, tal medida não significou a ampliação do ajuste neoliberal. Pelo contrário. Esta foi uma cartada dada pelo governo para expandir os gastos fiscais do Estado e revertê-los em políticas sociais com o claro objetivo de garantir sua popularidade e assegurar, assim, o triunfo eleitoral *puntofijista* nas eleições presidenciais marcadas para o início do ano seguinte. Tal atitude, de acordo com Parker (2003), resultou na diminuição excessiva das reservas internacionais da nação o que, somado a outros graves desequilíbrios macroeconômicos, levou o presidente, em janeiro de 1989, a declarar moratória ao pagamento da dívida externa.

## Parte II

### Carlos Andrés Pérez: o trator neoliberal (1989-1993)

#### 1.2.1. “Grande Virada”?

A primeira opção encontrada pelo *establishment* venezuelano para tentar amenizar as profundas feridas causadas pela depressão econômica foi recorrer ao principal ícone do período dourado que o país há pouco experimentara. Carlos Andrés Pérez, que havia sido o presidente da república indicado pela AD entre 1974 e 1979, era tido como o mais bem preparado político que o país havia produzido durante toda sua história<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> É importante notar que tais movimentos, apesar de ter nos partidos de esquerda sua principal referência, não adotavam mecanicamente os esquemas organizativos ditados pelo leninismo. Nesse sentido, conformavam-se como novos espaços com uma nova proposta para a militância política (Dennis, 2001).

<sup>31</sup> O primeiro mandato presidencial de Pérez notabilizou-se pelo ótimo desempenho da economia e, principalmente, pela nacionalização de todos os poços de prospecção de petróleo, fato que culminou na criação da gigante estatal PDVSA. Essa “ousadia” foi sustentada pela conjuntura econômica favorável que dava ao país certa autonomia frente aos interesses estrangeiros. Em várias ocasiões, a partir da utilização de discursos combativos, Pérez enfrentou o Banco Mundial, descrevendo os seus economistas como ‘genocidas a

Em 16 de Fevereiro de 1989, depois de cercar-se por um contingente de jovens economistas seguidores da Escola de Chicago e poucos dias após o início de seu mandato, o presidente, sem ao menos consultar o Congresso Nacional ou debater o assunto durante a campanha eleitoral, anunciou um amplo e drástico programa de ajuste para o país. O novo mandatário argumentara que os principais indicadores sociais e econômicos herdados da administração Lusinchi eram tão alarmantes que requeriam uma guinada de grandes proporções no modelo de desenvolvimento nacional.

Segundo a nova agenda imposta por Pérez era imperioso rever o papel e o tamanho do Estado venezuelano que, durante meio século, havia controlado a vida política e econômica nacional. Em suas palavras, reproduzidas por Gott (2004, p. 80), “o ideal seria reduzir as atividades estatais a sua expressão mínima”. Ou seja, a missão assumida pelo novo presidente era difícilíssima: fazer encolher ao máximo as então superdimensionadas estruturas do Estado venezuelano para, assim, reduzi-lo ao menor tamanho possível, tal qual um pigmeu.

Para tanto, com a alcunha de “A Grande Virada”, o presidente materializou uma série de modificações econômicas, fiscais e monetárias que assumiam a necessidade de, num primeiro momento, reparar os prejuízos latentes e estabilizar as finanças do Estado para, em seguida, lançar as bases de uma mudança estrutural na economia do país. Tal modificação seria pautada pela outorga do papel preponderante às forças da iniciativa privada, que deveriam substituir o Estado na condução do processo econômico. Era o preço a ser pago pelo empréstimo de U\$ 4,5 bilhões recém efetuado junto ao FMI.

Assim, de maneira oposta ao compromisso assumido por Lusinchi pouco mais de três anos antes, o programa de ajuste abruptamente anunciado por Carlos Andrés Pérez era resultado direto das recomendações feitas pela missão do Fundo Monetário enviada à Venezuela no ano de 1987. Por conseguinte, os ajustes anunciados pelo mandatário seguiam com exatidão as recém elaboradas recomendações do Consenso de Washington<sup>32</sup>:

---

serviço do totalitarismo econômico’. De acordo com Ali (2008), a retórica era popular, mas foram as nacionalizações da Shell e da US Steel que lhe garantiram o massivo apoio dos venezuelanos.

<sup>32</sup> As políticas neoliberais colocadas em prática na América Latina durante os anos de 1990, assim como em outros países com alto endividamento externo, ficaram conhecidas como o “Consenso de Washington”. Este consistia num programa de dez pontos com o objetivo principal de reformar os mecanismos internos de regulamentação econômica das nações, de tal forma a dar-lhes condições para pagar as dívidas que haviam contraído. Entretanto, na prática, as exigências feitas aos devedores constituíam praticamente uma nova forma de colonialismo, tamanho os benefícios que o programa neoliberal garantia aos credores, estadunidenses em

drástica redução dos gastos fiscais do Estado; restrição dos níveis salariais dos funcionários públicos; estabelecimento das taxas de juros pelo mercado; diminuição dos subsídios às atividades agrícolas; ajuste nas tarifas dos bens e serviços oferecidos pelas empresas estatais, incluindo os preços dos produtos derivados do petróleo no mercado interno (entretanto, faz-se necessário mencionar que, mesmo tendo sido reajustado, o valor cobrado pelo combustível no país continuou a ser simbólico tamanho era o subsidio proporcionado pelo governo)<sup>33</sup>. As metas do programa eram claras: a partir do protagonismo do incipiente empresariado nacional e do capital transnacional, flexibilizar a economia de modo a vincular a sociedade venezuelana à competição do mercado globalizado.

À parte das modificações macroeconômicas de praxe, o mais importante ponto da agenda neoliberal desenhada por Pérez dizia respeito ao início de um movimento que vislumbrava a abertura da exploração e comércio petroleiro por agentes da iniciativa privada. A intenção não era privatizar a PDVSA, o que seria um imenso contra-senso, uma vez que fora exatamente Pérez o presidente responsável pela nacionalização da empresa em 1976. O que se propugnava era estabelecer programas que estimulassem e facilitassem o ingresso de investimentos estrangeiros nas diversas atividades produtivas relacionadas ao comércio do combustível. Além disso, buscava-se, paulatinamente, a desregulamentação do setor petroleiro para fins de diminuição da carga tributária cobrada das refinarias transnacionais, o que causaria queda no repasse de royalties ao Estado.

A análise dos resultados macroeconômicos que se seguiram à implantação da “Grande Virada” aponta para uma forte recessão expressa, segundo os índices extraídos do estudo de Lander (2006), pela redução do PIB em 8,7% no ano de 1989 e, especialmente, pela alta histórica dos níveis inflacionários que eram de 29,49% em 1988 e chegaram a 84,46% em 1989. Por sua vez, a taxa de desemprego também aumentou consideravelmente subindo, no mesmo interregno, de 6,9% para 9,6%, índice que representava, à época, um total de aproximadamente 200 mil novas pessoas desempregadas num intervalo de apenas um ano. Por outro lado, graças à severa contração da economia, tanto a balança de pagamentos quanto a balança comercial se fizeram positivas, recuperando-se, assim, parte das reservas internacionais perdidas nas constantes desvalorizações da moeda nacional.

---

sua maioria. A Venezuela acumulara uma enorme dívida, imprudentemente adquirida a juros altíssimos por sucessivos governos, o que fez do país um alvo privilegiado das reformas do Consenso de Washington.

<sup>33</sup> Para detalhes, consultar o texto integral disponível em <http://www.worldcat.org/oclc/23833593>.

### 1.2.2. A rebelião popular sacode a Venezuela: o Caracazo

Se os efeitos dos ajustes impostos por Pérez através da “Grande Virada” não se mostraram satisfatórios no campo macroeconômico, pode-se afirmar que no contexto social os resultados foram catastróficos. De acordo com os dados contabilizados no estudo efetuado por López-Maya (reproduzidos na tabela abaixo), o segundo mandato de Carlos Andrés Pérez - que ocorreu entre os anos de 1989 e 1992 - foi caracterizado pelo acentuado aumento da intensidade e da violência nos protestos e mobilizações populares se comparado aos índices registrados nos anos anteriores à sua volta ao cargo. Travou-se uma luta permanente contra a implementação das políticas neoliberais, a qual incorporou um universo heterogêneo de forças sociais que tiveram no território urbano – nos *Barrios*, nas ruas e nas Universidades - seu principal cenário. As estatísticas expostas pela autora demonstram que, em média, um em cada três protestos foi reprimido de forma violenta pelos aparelhos de Estado, repressão esta que produziu um alto número de fatalidades.

---

**Quadro nº 5**  
**Número e Natureza de Protestos na Venezuela<sup>34</sup>**  
**(1988-1992)**

Ano	Total de Eventos	Convencionais	Confrontacionais	Violentas
1988	121	81	22	18
1989	225	86	63	76
1990	156	51	74	31
1991	220	111	53	56

Fonte: López-Maya (2006, p. 6).

---

<sup>34</sup> Os dados utilizados por López-Maya estão contidos na base de dados “El Bravo Pueblo” que, por sua vez, alimenta-se dos relatos de protestos contidos nas edições no diário “El Nacional”, jornal de ampla circulação e cobertura nacional. A referida base de dados classifica os protestos resenhados em três categorias: convencionais (protestos rotineiros, dentro da legalidade e que não despertam entre os participantes, observadores e autoridades sentimentos de temor e/ou angústia), confrontacionais (protestos como, por exemplo, fechamento de avenidas, marchas e greves de fome, que, sem resultar em agressões físicas entre os antagonistas ou danificar a propriedades ou bens, suscitam sentimentos como temor e /ou angústia) e, por fim, os protestos violentos (que produzem danos ou destruição às propriedades públicas ou privadas e/ou danos à integridade física de participantes ou não do protesto),

Ainda de acordo com López-Maya (2000), no início dos anos 90 constatou-se a ocorrência de certas formas de protestos que não eram predominantes nas décadas anteriores. Antes do retorno de Pérez ao poder, as modalidades de protesto mais comuns eram, pela ordem, as paralisações, as marchas e as greves. Após 1989 observou-se que, apesar das primeiras terem se mantido como a forma preferida de se fazer manifestações, as marchas perderam lugar para outros tipos de ação, classificados pelos órgãos de imprensa como “distúrbios” e caracterizados por atos de violência e aparente anarquia. No novo repertório de protestos destacaram-se os saques, os bloqueios de ruas e avenidas e a queima de automóveis.

Nesse sentido, as modificações na frequência e no modo através do qual o povo venezuelano saía às ruas para se rebelar expressa a falência do *puntofijismo* e seu sistema de mediação e resolução de conflitos sociais para o país. Formas de ação política como, por exemplo, as ocupações de prédios públicos (que, no passado recente, eram associados principalmente aos protestos estudantis e de esquerda) generalizaram-se entre os demais atores sociais, deixando nítida a ausência de canais eficazes de comunicação entre a população e a administração pública.

A prova do profundo descontentamento da sociedade venezuelana, especialmente em relação à imposição da “Grande Virada”, veio logo na manhã em que se colocaram em prática os ajustes neoliberais - mais precisamente no dia 27 de fevereiro de 1989 - data marcada pelo advento da mais feroz e sangrenta rebelião popular já ocorrida na história venezuelana.

Estudantes, camelôs e operários, ao se darem conta de que as tarifas do combustível haviam dobrado e a do transporte público aumentara em 30%, tomaram o principal terminal rodoviário do município de Guarena, localizada na região metropolitana de Caracas, e iniciaram um protesto contra a majoração das tarifas. Poucas horas depois, a manifestação havia se espalhado pelas principais ruas e avenidas da capital e das cidades no interior do país (López-Maya, 2005).

Foi somente na tarde seguinte, quando o levante tomara proporções ainda maiores, que Carlos Andrés Pérez declarou estado de sítio em todo território nacional. A partir daí, a repressão aos setores mobilizados passou a ser brutal. O terror generalizou-se e, de acordo com os números divulgados pelo governo, 277 pessoas foram sumariamente assassinadas

por estarem nas ruas depois do toque de recolher decretado pelo presidente<sup>35</sup>. Este foi o Caracazo, a primeira revolta popular contra o capitalismo neoliberal, antecedendo os famosos protestos ocorridos em Seattle (EUA) em uma década e o levante zapatista em Chiapas (México) em meia.

A característica principal da revolta urbana em questão foi a mobilização massiva e, em alguns momentos, organizada dos setores sociais venezuelanos mais explorados. Apesar da aparente anarquia vivenciada nos primeiros momentos dos protestos, pouco a pouco, no calor dos acontecimentos, foram materializando-se tentativas que buscaram conferir certa coesão à ação, além de dar-lhe um sentido menos imediatista. Tais esforços surtiram efeito e, paulatinamente, o quadro de total desordem motivado pela euforia expropriadora foi sendo substituído por táticas pensadas para encaminhar de forma mais contundente e eficaz o levante da multidão. Relatos como o de Denis (2001) dão conta de que, em certos momentos, o trabalho realizado por pequenos grupos de ativistas conseguiu dar um sentido construtivo à violência emanada das ruas através de ações dotadas de racionalidade e organização como, por exemplo, a formação de brigadas de solidariedade e ajuda aos feridos e a distribuição equitativa dos bens saqueados.

Apesar da perda de inúmeras vidas, a capacidade de mobilização demonstrada no decorrer do Caracazo contribuiu decisivamente para modificar a compreensão sobre a força e o status apresentado pelos setores populares venezuelanos. As camadas que, antes, eram subjugadas e diminuídas passaram a jogar um importante papel no cenário político nacional. Após o levante, a violência coletiva e espontânea se converteu em uma forma recorrentemente utilizada para as manifestações e atos políticos das comunidades periféricas dos grandes centros urbanos espalhados pelo país. O protesto tornou-se uma espécie de resposta automática às injustiças e arbitrariedades rotineiramente praticadas contra a população. A apatia de outrora não mais reinava. O controle momentâneo de espaços públicos (especialmente as grandes avenidas) passou a ser, assim, um recorrente e eficaz instrumento no combate ante a exploração cotidiana (Denis, 2001).

Outro aspecto importante da vida política influenciado decisivamente pelo Caracazo foi a dissolução da estratégia partidária na tarefa de luta pela organização popular. A partir

---

<sup>35</sup> Os números relativos ao massacre fornecidos pela administração pública foram amplamente contestados. Outros levantamentos foram efetuados e, naquele que é considerado o mais preciso deles, o número total de fatalidades chegou a 396 (conforme López-Maya, 2005, p.75) .

desse momento histórico, superou-se o referencial até então majoritariamente empregado, caracterizado pelo verticalismo burocrático comum nos partidos políticos e sindicatos, e passou-se a uma prática marcada pela legitimação das ações eminentemente confrontacionais, as quais buscavam a imediata construção de uma nova ordem sócio-política. Graças às características específicas assumidas no decorrer da rebelião, o Caracazo representou o ponto de partida de uma revolução política e cultural fundada nas ruas - e ali mesmo organizada - a partir de ideais de superação das relações capitalistas. A rebelião popular de fevereiro de 1989 é um marco cujo eco ressoa fortemente até os dias de hoje, conforme aponta Denis (2001, p. 09):

El curso de la década de 1990, luego de haber quedado frustrado el primer gran intento de la rebelión masiva, estuvo signada por las rebeliones parciales, por lo general truncadas en su camino inmediato pero que en suma fueran dejando una estela gruesa de movilización permanente, una subversión social continuada que fue creando el piso de la subversión política ante el régimen puntofijista, régimen este formado bajo a una partidocracia corrupta y represiva.

Os desdobramentos da revolta urbana, tanto entre a população que, de forma violenta e abrupta, sublevou-se, quanto entre os membros do exército envolvidos na repressão exerceria forte impacto sobre a dinâmica política nos anos seguintes. Vários são os estudos<sup>36</sup> que apontam esse acontecimento como o marco inicial da história contemporânea no país, uma vez que implodiu as bases do sistema hegemônico e evidenciou a fratura existente entre as classes sociais dominantes (a direção intelectual, econômica e política da sociedade) e as classes subalternas, insatisfeitas por terem de, sozinhas, pagarem pelos prejuízos causados por décadas de corrupção e péssima administração pública.

Entretanto, também ficou claro que as manifestações careciam de uma estrutura organizacional melhor construída, falha que, em vários momentos, as impediu de gerar transformações políticas de maior alcance. Tal cenário seria modificado com a ascensão política do Movimento Bolivariano Revolucionário-200<sup>37</sup>, agrupamento militar comandado

---

<sup>36</sup> Entre eles destaca-se o trabalho de Gott (2004).

<sup>37</sup> Grupo constituído no seio das Forças Armadas da Venezuela, fundado em 1982 e dirigido por Chávez e outros dois militares (Felipe Acosta e Jesús Urdanera Hernández). A partir da metáfora da “árvore das três raízes” (expressão utilizada pelo grupo para designar suas três grandes referências: Simon Bolívar, Ezequiel Zamora e Simon Rodriguez) o MBR-200 estruturou uma célula política no interior do exército que, durante duas décadas, organizou-se para fomentar um golpe de Estado para por fim ao Regime puntofijista.

por Hugo Chávez Frias que, três anos depois, apresentar-se-ia ao país ao tentar, por duas vezes, derrubar Pérez do poder.

A extensão, a força e a violência empregadas durante a rebelião popular de Fevereiro de 1989 são atos únicos e singulares da história contemporânea da Venezuela. As transformações delas decorrentes obrigaram os cientistas sociais a prestar maior atenção a um fenômeno que, apesar de sempre ter estado presente<sup>38</sup>, até então permanecia esquecido pelos estudos acadêmicos do país: a chamada “política das ruas”. Este conceito, definido por López-Maya e Lander (2006), diz respeito à interação que se produz nas ruas ou outros espaços públicos entre atores sociais e políticos e as diversas representações da autoridade. Recorrem à “política de rua” principalmente os setores sociais mais débeis e afastados dos centros de poder, uma vez que estes grupos, em geral, carecem de outros canais de comunicação perante aqueles que detêm o poder político. Conforme os fatos históricos demonstram, saber como evoluiu a “política de rua” no país é elemento essencial para explicar a ascensão do bolivarianismo chavista na Venezuela.

### **1.2.3. “Acción Democrática” ladeira abaixo**

Mesmo seriamente abalada pelos desdobramentos do Caracazo, a administração neoliberal de Carlos Andrés Pérez não retrocedeu. Segundo Lander (2006), a partir de 1990 as finanças do país deram sinal de recuperação, registrando-se um aumento no PIB de 6,47%, seguido por outro salto de 9,73% no ano de 1991. A dívida externa foi renegociada com os organismos financeiros internacionais e se colocaram em dia os pagamentos pendentes. Novos empréstimos foram efetuados pelo Estado, realizando-se investimentos em setores deficitários e, assim, conseguiu-se amenizar a fuga de capitais. É necessário ressaltar, também, o fato da momentânea recuperação econômica conquistada entre 1990-1991 ter sido resultado direto da Guerra do Golfo que, por sua vez, reduziu abruptamente a

---

<sup>38</sup> López-Maya e Lander (2006) afirmam, a respeito dos protestos, que a conjuntura vivenciada no país a partir do final da década de 1980 não representava uma novidade. Os autores são céticos quanto à harmonia e à unidade que a historiografia venezuelana fez questão de relatar nos anos 60 e 70, classificando tal análise como mais ilusória do que real. Deixam claro o fato de ter ocorrido no passado períodos de alta efervescência e mobilizações de rua, embora estas não tenham logrado afetar seriamente a legitimidade do sistema político puntofijista. Os atores que fizeram “política de rua” nos anos 70 procediam principalmente do setor educacional: eram majoritariamente estudantes, tanto secundaristas como universitários. Outros atores bastante ativos à época foram os professores e os funcionários públicos.

produção e comercialização do petróleo iraquiano gerando, como conseqüência, a elevação dos preços no mercado internacional e beneficiando, assim, a economia venezuelana.

Não obstante, o fortalecimento dos indicadores macroeconômicos não se prolongou de forma sustentável. Já em 1992 se reverteu boa parte dessas conquistas. O incremento do PIB percebido no biênio anterior só fora possível graças à recuperação natural das perdas ocorridas anteriormente.

Talvez o único objetivo estabelecido por Pérez que conseguiu ser plenamente alcançado pela “Grande Virada” foi, não por acaso, a geração de capacidade financeira para o pagamento da dívida externa. Graças à política econômica notadamente recessiva foram geradas reservas financeiras excedentes que permitiram cumprir com os compromissos internacionais recém negociados. A preocupação central estabelecida pelo Consenso de Washington fora sanada.

Como se não bastasse o caos gerado pelo desgaste social oriundo dos efeitos do Caracazo e a total ineficácia das medidas econômicas adotadas pela “Grande Virada”, o governo Carlos Andrés Pérez teve de enfrentar, ainda, duas importantes sublevações da Força Armada Nacional. A primeira, ocorrida em 3 de fevereiro de 1992, foi capitaneada pelo então tenente-coronel Hugo Chávez Frias e contou com a adesão de aproximadamente 10% do contingente do exército em torno do objetivo de prender Pérez e fazê-lo renunciar (Harnecker, 2002). Os militares insurrectos não obtiveram sucesso e Chávez, juntamente com outros 180 oficiais, acabou preso. Pouco mais de um semestre depois, em 27 de novembro, o MBR-200, agora sob as ordens do vice-almirante da Marinha Hernán Grüber Odréman, tentou novamente derrubar Pérez, falhando mais uma vez<sup>39</sup>.

Os militantes do MBR-200, apesar de não terem alcançado o objetivo ao qual se propuseram, desferiram outro duro golpe ao já combalido governo de Pérez. Apoiando-se num voraz discurso contra as medidas econômicas impostas pelo Fundo Monetário Internacional, os bolivarianos saíram politicamente vitoriosos, uma vez que as pesquisas de opinião efetuadas pouco após os acontecimentos davam conta de que aproximadamente 60% dos venezuelanos eram simpáticos ao mal sucedido levante, conforme atesta o estudo

---

<sup>39</sup> Para maiores detalhes sobre a constituição do MBR-200 e das duas malogradas tentativas de golpe de Estado arquitetado por Chávez e seus companheiros de armas consultar Gott (2004) e Harnecker (2004).

de López-Maya (2005). Pela primeira vez em quatro décadas uma organização política apresentou-se como uma sólida alternativa ao regime *puntofijista*.

O golpe de misericórdia ao governo Pérez veio quando um escândalo político provocado por rumores de que o presidente havia desviado cerca de U\$ 17 milhões foi denunciado pelo seu próprio partido perante a Suprema Corte de Justiça. No dia 5 de maio de 1993, o tribunal considerou que havia evidências suficientes para afastá-lo do cargo. Além do impeachment, a Pérez foi imposta a pena 23 meses de prisão domiciliar.

Importante ressaltar novamente que a crise de governabilidade que caracterizou o governo Pérez acabou por gerar a abertura do sistema político nacional. A falência do sistema político venezuelano resultou na ascensão de organizações sociais paralelas à institucionalidade política tradicional, os quais expressavam profundo descontentamento e pressionavam pelo término do monopólio partidarista na intermediação das relações entre Estado e sociedade (Bonilla-Molina e El Troudi, 2004).

Era, oficialmente, o fim do *puntofijismo*. A conversão da AD em mera máquina eleitoral, desprovida da dupla função de aglutinar e ao mesmo tempo orientar os interesses das principais forças nacionais, gerou um enorme vazio no sistema político venezuelano. Contudo, não seria o próximo presidente eleito quem conseguiria preencher este espaço.

### **Parte III**

#### **Rafael Caldera: ruptura transformada em continuísmo (1993-98)**

##### **1.3.1. A “Causa R” e a ascensão de um novo modelo de partido na Venezuela**

A primeira agremiação partidária que se beneficiou da *débâcle puntofijista* foi a “Causa Radical” (LCR). Tal organização, fundada na década de 1960, iniciou seus trabalhos a partir de uma dissidência do PCV que se opunha à estrutura rígida e “verticalizada” do partido.

Assim, desenvolvendo-se aos poucos e apostando no ainda incipiente, porém crescente poder político emanado pelos movimentos tais como o estudantil, o de camelôs e o de luta por moradia, a LCR chegou a ser a terceira maior força eleitoral – e a primeira de oposição – em meados da década de 1990. O partido contava com sua base de militantes,

essencialmente, instalada no meio universitário (notadamente na UCV) e entre grupos de trabalhadores empregados na estatal “Siderurgica del Orinoco” (SIDOR).

Seu principal líder, o ex-gerrilheiro e antigo membro do Comitê Central do PCV Alfredo Maneiro, reiteradamente afirmava que a LCR tinha como função básica atuar como agente facilitador para as bases populares tomarem as rédeas do processo histórico e, assim, produzirem uma nova maneira de se pensar e praticar a política no país. Afirmava, ainda, que a vanguarda revolucionária deveria ser uma amálgama entre a liderança partidária consciente e as lideranças sociais em constante formação e renovação, sendo que o trabalho militante de determinado quadro deveria ser avaliado pelas atividades efetivamente realizadas e não por sua filiação meramente burocrática ou administrativa. (Bonilla-Molina e El Troudi, 2004).

Além de Maneiro, os demais membros-fundadores e os destacados representantes da agremiação eram, ao mesmo tempo, lideranças dos variados movimentos populares espalhados pela Venezuela. Vetava-se, assim, a participação de dirigentes “profissionais” no comando do partido. Seguindo tais diretrizes, por mais de duas décadas, a LCR funcionou sem contar com uma “ata constitutiva” ou quaisquer outras formas de estatutos, sempre afirmando a perniciosidade das amarras burocráticas e insistindo numa organização política em permanente formação. O referido partido diferenciou-se dos demais por sua estrutura estabelecida com base em fortes relações junto a uma rede de diversos movimentos populares e de bairros. Utilizava-se das clássicas referências do discurso de esquerda e enfatizava a condição de pobreza como o critério unificador dos setores explorados (López-Maya, 2005).

O surpreendente sucesso obtido pela LCR nas eleições de 1993, quando logrou eleger os governadores dos importantes estados de Bolívar e Miranda, demonstrou a boa aceitação dessa nova proposta de atuação partidária entre a população venezuelana. Contudo, o crescimento das dimensões e a maior popularidade da agremiação acarretaram graves crises em sua militância. O partido não respondeu com suficiente consistência o dilema de exercer o poder executivo e manter de forma satisfatória suas atividades concernentes à coordenação e aglutinação dos movimentos sociais. Ao tomar-se parte da máquina administrativa, a LCR abriu mão de todo o trabalho de base que a fizera alcançar tão importantes postos.

Não obstante, a ascensão da LCR no cenário político nacional reafirmou não só a falência do regime *puntofijista* como, também, o apoio de importante parcela da população venezuelana a uma estrutura organizativa partidária menos verticalizada/burocratizada e, por isso, mais aberta à efetiva participação popular. Tal tendência tornar-se-ia cada vez mais forte no decorrer da década.

### **1.3.2. Quarenta anos depois, AD e COPEI deixam Miraflores**

Em junho de 1993, um governo de emergência chefiado por Ramón Velásquez foi designado para cumprir o restante do termo constitucional pertencente a Carlos Andrés Pérez. Um processo eleitoral foi convocado para o final daquele ano e dele saiu vencedor Rafael Caldera<sup>40</sup>, com 30,46% dos votos.

A campanha eleitoral levada a cabo por Caldera foi construída de forma a afastá-lo ao máximo do discurso e das ações que caracterizaram o governo Pérez. Em especial, o então candidato fez questão de rechaçar a opção de, caso eleito, voltar a pedir financiamentos junto ao FMI. Prova disso é sua “Carta de Intención al Pueblo de Venezuela<sup>41</sup>”, redigida pouco antes do pleito, na qual Caldera se comprometeu a evitar novas privatizações e a renegociar a dívida externa de maneira enérgica. Conseqüentemente, dada a imperiosidade das afirmações feitas por Caldera, faz-se notório o fato de seu triunfo ser, também, reflexo do extenso sentimento de crítica e falta de apoio por parte dos venezuelanos às medidas neoliberais ortodoxas.

O presidente, uma vez empossado, colocou em prática o chamado “Programa de Estabilización e Recuperación Económica”, idealizado para servir como transição entre o sistema neoliberal legado do governo anterior e um novo modelo de desenvolvimento econômico a ser implantado respeitando as prioridades supracitadas<sup>42</sup>.

De fato, durante seus primeiros 18 meses, a nova administração adotou medidas que se colocaram em desacordo com os preceitos estabelecidos pelo Consenso de Washington como, por exemplo, o controle estatal do câmbio, dos preços e das taxas de juros, além da

---

<sup>40</sup> Após romper com o COPEI, Caldera agrupou os quadros políticos que lhe eram próximos e criou a agremiação *Convergencia Nacional*, como forma de atender os requisitos da lei eleitoral venezuelana que exige a filiação partidária para concorrer às eleições. Foi, então, um neonato e inexpressivo partido o responsável pela eleição de Caldera em 1993.

<sup>41</sup> O documento pode ser lido na íntegra no sítio <http://members.ziggo.nl/gdal/caldera.html>.

<sup>42</sup> O documento pode ser lido na íntegra no sítio <http://www.hoy.com.ec/noticias-ecuador/nuevo-plan-en-venezuela-28624-28624.html>.

postergação do aumento nos preços dos combustíveis. De acordo com Ellner (1998), tais opções causaram grande desconforto entre o governo e o empresariado local que acusou a Caldera de, irresponsavelmente, auto-promover sua administração a partir do uso de um repaginado “populismo econômico”.

A essas críticas que desestabilizaram politicamente o governo seguiu-se uma grave crise do sistema bancário nacional, causando prejuízos à já combatida economia venezuelana. Os reflexos do chamado “Efeito Tequila”, que colapsou a economia mexicana em 1994, atingiram em cheio o país. Para evitar a quebra bancária, empréstimos estrangeiros e fundos de créditos nacionais, estes obtidos através da majoração da carga de impostos e dos lucros advindos de privatizações<sup>43</sup>, foram utilizados. Segundo Ali (2006, p. 78), em apenas um ano, não menos de 12% do total do Produto Interno Bruto, cerca de US\$ 5,6 bilhões, foram consumidos para evitar a bancarrota de dez bancos.

Os efeitos dos distúrbios acima descritos culminaram na desaceleração da atividade econômica e em altos índices inflacionários que, em 1996, alcançaram a casa dos 103%. Assim, em março, Rafael Caldera se viu obrigado a modificar substancialmente seu plano de governo e, após substituir grande parte de sua equipe ministerial, apelou ao FMI.

Pela segunda vez em menos de sete anos um mandatário venezuelano clamava por socorro na capital estadunidense. Os setores capitalistas – nacionais e transnacionais – foram eficientes em ludibriar a classe política ao convencê-la sobre a propagada “inevitabilidade do neoliberalismo ortodoxo”. A Venezuela firmava, novamente, sua incondicional aliança, nos planos político e econômico, com os centros mundiais do capitalismo.

### **1.3.3. A “Agenda Venezuela”**

Num contexto político bastante distinto daquele experimentado durante o governo Carlos Andrés Pérez uma vez que, agora, importantes setores da sociedade pressionavam pela redefinição da política econômica, o presidente Caldera apresentou à nação a “Agenda Venezuela”, o novo programa de ajuste macroeconômico concebido em conformidade com o neoliberalismo ortodoxo: através de ajustes fiscais e cortes nos investimentos públicos,

---

<sup>43</sup> Tais recursos eram provenientes das privatizações de empresas públicas como, por exemplo, a companhia nacional de telefonia (Cantv), o sistema nacional de portos, a companhia aérea “Viasa”, além de seis instituições bancárias nacionais, sete centrais açucareiras e algumas empresas do setor alimentício.

houve drástica redução dos gastos e investimentos estatais; facilitou-se a especulação e o mercado de capitais ao, progressivamente, baixar a taxa de juros; já em sua política fiscal, efetuou-se uma reforma tributária como mecanismo para, ao elevar a arrecadação interna, evitar o déficit público; e finalmente, através da reforma e flexibilização da legislação trabalhista reduziu-se o pagamento dos encargos relativos à demissão de trabalhadores sem justa-causa (Lander, 2006)<sup>44</sup>.

Dessa forma, resta claro que as principais diferenças entre a “Grande Virada” e a “Agenda Venezuela” não são de ordem estrutural. Elas se encontram, sim, no campo político, uma vez que Rafael Caldera, mediante hábeis acordos partidários, conseguiu costurar entre os setores sociais uma conjuntura política menos turbulenta do que a experimentada durante os tempos de Pérez. Tal arranjo foi possível graças à adoção de políticas assistenciais compensatórias, especificamente os chamados “Programas sociales contra la pobreza<sup>45</sup>”, os quais apaziguaram as tensões e contradições sociais naturalmente geradas pelo ajuste econômico.

Ademais, ciente de suas debilidades, à administração Caldeira não restou outro caminho senão reconhecer a necessidade de se buscar alternativas que promovessem alguma melhoria nas instâncias governamentais e de assistência social. Para tanto, procurou dialogar com as comunidades e organizações sociais que pressionavam por ditas transformações, tratando de incluí-las em sua agenda clientelista. Datam desse momento os primeiros incentivos à construção de políticas públicas pautadas em mecanismos mais abertos à participação - tal como a economia solidária - os quais seriam mantidos e aprofundados durante o governo de Hugo Chávez Frias (Denis, 2001).

Apesar das “contraprestações sociais” é interessante destacar a correlação entre o número de protestos violentos ocorridos no país e o período subsequente à adoção das medidas de corte neoliberal, tanto por parte de Pérez como por parte de Caldera:

---

<sup>44</sup> Interessante ressaltar que, após onze anos de administração bolivariana, ainda não houve modificações substanciais da legislação trabalhista referente a este último ponto.

<sup>45</sup> Segundo o estudo de Alvarado Chacin (2003, p.437) a principal característica das políticas sociais implantadas pelo governo Rafael Caldera foi seu crescente financiamento/dependência das organizações não governamentais e das agências financeiras internacionais e a concomitante deteriorização dos serviços sociais prestados pelo Estado. Nesse sentido, em função das relações entre as medidas de ajuste macroeconômico e o contrapeso de seus profundos custos sociais, priorizaram-se as debilidades de curto prazo. Reservou-se à política social, assim, um papel compensatório ao privilegiar apenas setores “cruciais” tais como educação, saúde e nutrição. Por outro lado, os outros braços da política social como, por exemplo, a formação profissional e a seguridade social, perderam importância como áreas de atenção.

Llama la atención como las reseñas de protestas violentas, que en los primeros años de la serie [1983 até 1986] constituían menos de 10% del total, desde 1987 pasan a tener siempre porcentajes de dos dígitos. Se registran como períodos especialmente violentos los períodos 91-92 y 92-93, correspondientes a la crisis política del segundo gobierno Pérez, y el período 95-96. Este segundo período corresponde a los años de aplicación del programa de ajuste macroeconómico conocido como la ‘Agenda Venezuela’ (López-Maya, 2005, p. 91-92).

Outra relevante modificação instituída pela “Agenda Venezuela” foi a chamada “Apertura Petrolera”. Através dela instituiu-se um agressivo programa de transferências do setor público para o setor privado das atividades relativas à prospecção, refinamento e comercialização do combustível. Mesmo sendo notória a grave crise social que deixava 66,7% dos venezuelanos abaixo da linha de pobreza, o próprio governo propôs reduzir o valor do imposto pago pelas empresas petrolíferas multinacionais a título de royalties dos 16% previstos em lei para irrisórios 1%. O Congresso venezuelano aprovou as linhas mestras da abertura e, já em 1996, 8 contratos foram assinados com empresas estrangeiras para a exploração privada de campos inativos ou marginais no país<sup>46</sup>.

Ademais, a “Apertura Petrolera” influenciou no novo posicionamento assumido pela Venezuela junto à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), uma vez que o governo Caldera posicionou-se favoravelmente à regulamentação dos preços como resultado direto da atuação do mercado internacional, sem que fosse necessária a interferência das nações exportadoras. Mesmo sem a anuência dos demais países membros, e desrespeitando as cotas previamente assumidas, a Venezuela expandiu em grande medida suas exportações diárias, causando graves tensões diplomáticas na organização multilateral.

Em que pese, no princípio, a resistência popular à “Agenda Venezuela” ter sido mais amena do que a enfrentada pela “Grande Virada” de Carlos Andrés Pérez, a brusca queda nos preços internacionais do petróleo, a partir de outubro de 1997, causou profundos abalos ao governo de Rafael Caldeira. Vale ressaltar que o papel da “Apertura Petrolera” foi determinante para a diminuição do ingresso de divisas na Venezuela, tendo em vista o posicionamento do país que, ao aumentar substancialmente a produção do combustível, causou o incremento da produção mundial o que, conseqüentemente, culminou na queda dos preços no mercado internacional. Segundo Baptista (2005, p.107), entre 1989 e 1998, a produção petrolífera venezuelana teve um aumento substancial na ordem de 91%, passando

---

<sup>46</sup>De acordo com dados obtidos no sítio [http://www.beg.utexas.edu/energyecon/newera/case\\_studies/Apertura\\_in\\_Venezuela.pdf](http://www.beg.utexas.edu/energyecon/newera/case_studies/Apertura_in_Venezuela.pdf)

de 1,7 para 3,3 milhões de barris/dia. Projeções estabelecidas pela PDVSA dão conta de que aproximadamente um terço do total da produção entre 2004 e 2009 ocorreu em campos inaugurados pelo programa de abertura petroleira.

Com base nos levantamentos até aqui apresentados pode-se afirmar que os resultados sócio-econômicos obtidos durante o governo Rafael Caldera estiveram longe do aceitável. O relatório anual de 1996 elaborado pelo “Programa Venezolano de Educación-Acción en Derechos Humanos (PROVEA) <sup>47</sup>” é bastante contundente em sua análise sobre o desempenho do governo Caldera em relação às suas políticas sociais:

El gasto social correspondiente a 1995, en términos reales, per cápita, es inferior al que se dedicó a ese fin en 1984 y equivalente a 1989, un año crítico en la historia del país. Luego del incremento ocurrido durante los años 1990-92 el gasto social ha experimentado una fuerte caída. Una vez más, el gobierno Caldera no solo no ha frenado la disminución en la asignación de los gastos sociales, sino que incluso ha optado por reducirlo. La llamada Agenda Venezuela dedica solo uno de sus diez puntos al aspecto netamente social. Según cifras del Ministerio de la Familia, los programas sociales representan ahora apenas el 1% del presupuesto nacional.

Ademais, o desemprego e a pobreza mantiveram a tendência ascendente, registrando-se o total de 48,33% de domicílios abaixo da linha de pobreza, sendo que 27,66% deles encontravam-se em situação de pobreza extrema. Os estudos de López-Maya e Lander (2000) apontam que, no setor produtivo, 48,2% dos trabalhadores não desempregados encontravam-se na informalidade. A inflação acumulada entre o período entre 1994-1998 atingiu a cifra de 885%.

Tampouco a burguesia nacional fortaleceu-se na administração Caldeira. Pelo contrário. A situação econômica extremamente desfavorável fez com esta se dissolvesse como classe ao tomar a decisão de investir seus últimos centavos no mercado financeiro internacional. Este sim foi o grande beneficiado: além de pressionar com sucesso o Estado para acelerar o processo de privatização das empresas públicas, as grandes corporações transnacionais tornaram-se as proprietárias dos principais bancos e indústrias que outrora pertenceram à oligarquia venezuelana. Concomitantemente, graças à desregulamentação das políticas concernentes ao movimento de capitais, percebeu-se a instalação de grande volume de investimentos financeiros de curto prazo no país. Estes, por sua vez, lograram atrair capitais especulativos para viabilizar a sobrevalorização artificial do câmbio, uma das principais metas assumidas por ocasião do acordo assinado com o Fundo Monetário. Em

---

<sup>47</sup> O documento é acessado em: [http://www.derechos.org.ve/publicaciones/infannual/1995\\_96/index.htm](http://www.derechos.org.ve/publicaciones/infannual/1995_96/index.htm).

decorrência desses fatos, a Venezuela tornou-se um porto receptor de capitais estrangeiros. Porém, ínfima parcela destes, efetivamente, vinculava-se à produção de bens e serviços (Denis, 2001).

As referências quantitativas acima elencadas constituem uma expressão palpável da situação de grave deteriorização sócio-econômica vivenciada no país durante o final da década de 1990. Não se pretende, com a interpretação das conseqüências advindas do ajuste neoliberal, sugerir que não havia necessidade de se promoverem profundas mudanças institucionais ou remediar a constante instabilidade que historicamente assolou a peculiar economia venezuelana. É nítido que os reflexos culturais advindos da mentalidade rentista são demasiado fortes e, indubitavelmente, contribuem tanto para o estabelecimento de um Estado paternalista, caracterizado por programas sociais assistencialistas, como para se inculcar na prática social a idéia de que as demandas populares só serão solucionadas quando forem intermediadas pelo aparelho estatal (Ellner, 2003). Assim, encontrar uma alternativa simples para problemas tão complexos não é tarefa de fácil execução. Nessas condições não há política econômica que, por si só, apresente as soluções para todos os problemas.

Contudo, como já foi feito, não se pode deixar de apontar as debilidades do projeto neoliberal imposto aos venezuelanos. A desordem econômica patrocinada pelo Consenso de Washington afetou profundamente o desenvolvimento social do país, fazendo com que áreas essenciais como educação e saúde fossem relegadas a segundo plano, enquanto bilhões de dólares foram entregues a banqueiros falidos e a políticos corruptos.

#### **1.3.4. Lutas sociais em tempos de Caldera**

Diferentemente da violenta repressão efetivada pelo governo de Carlos Andrés Pérez ante as mobilizações, a administração comandada por Rafael Caldera assumiu uma postura menos repressiva, tendendo a minimizar a criminalização das lutas sociais. Os dados estatísticos delineados por López-Maya e Lander (2006) apontam queda no índice de manifestações reprimidas pelo governo (uma em cada seis). As mortes nessas ocasiões diminuíram, a ponto de não se registrar nenhuma no ano de 1996. Também se reduziram os relatos de uso de armas de fogo durante os protestos, os quais se originaram, majoritariamente, por motivos de natureza sócio-econômicos (ver quadro):

---

**Quadro n ° 6**  
**Motivos dos protestos<sup>48</sup>**  
**(1994-1998)**

Ano	Total de Protestos	Motivação Socioeconômica (%)	Motivações Cíveis e Políticas (%)	Outras Motivações (%)
1994	226	77,4	18,1	4,4
1995	204	69,6	24,0	6,4
1996	241	82,3	13,0	4,8
1997	178	81,7	14,7	3,6
1998	199	74,9	20,1	5,0

Fonte: López-Maya e Lander (2006, p. 08-09).

---

Após o Caracazo, especialmente durante os anos de 1993 e 1994, a organização e a mobilização popular no país se deram em grande medida através do estabelecimento das *Asembleas de Barrios*. Tais estruturas - formadas nos bairros periféricos dos grandes centros urbanos - estavam preocupadas em estabelecer o autogoverno em questões importantes como, por exemplo, o gerenciamento da água e da luz. A rápida difusão as transformou em combativos espaços de debate e ação que, por sua vez, proporcionaram a unidade necessária para elevar a um lugar de destaque o discurso e a estratégia política que postulavam a construção do poder popular como força fundamental para a afirmação de um novo modelo político autônomo, levado a cabo sem a mediação dos partidos políticos ou sindicatos.

Organizações tais como as mencionadas no parágrafo anterior, apesar de serem experiências restritas a práticas muito particulares, demonstraram que, aos poucos, emergiram na Venezuela atores políticos que deram vazão aos anseios e lutas pelo

---

<sup>48</sup> A base de dados “El Bravo Pueblo” classificou as resenhas jornalísticas de protesto em dois grandes grupos. O primeiro congrega as descrições de natureza sócio-econômicas, ou seja, todas as manifestações motivadas pelas condições materiais de vida. O segundo agrupa as motivações que se referem às demandas relacionadas aos direitos civis e políticos.

protagonismo popular, pela horizontalidade nas relações políticas e pelo repúdio ao representativismo e a burocracia de forma geral. Foi, então, a partir do início da década de 1990 que a proposta pautada nas comunidades organizadas como o núcleo principal das atividades políticas passou a se solidificar (Denis, 2001).

A massiva, e por vezes, violenta mobilização dos setores sociais menos abastados atestou a fragilidade do modelo de desenvolvimento adotado no decorrer dos anos 90. Tal fator, agregado à péssima conjuntura macroeconômica enfrentada pelo país, agravou a condição de pobreza imposta à Venezuela. Os acontecimentos que estariam por vir – a ascensão bolivariana ao ápice do sistema político nacional – foram extremamente marcados por essa conjuntura e, por isso, devem ser explicados a partir desse contexto.

### **Considerações Finais**

Tendo como base os apontamentos históricos firmados no decorrer das páginas anteriores, a presente dissertação tem condições para, agora, analisar de forma contextualizada as principais características assumidas pelo governo bolivariano em sua atuação à frente do Estado venezuelano a partir de 1998. Nesse sentido, o próximo capítulo irá se debruçar, entre outras discussões, nas circunstâncias que contribuíram para fazer de Hugo Chávez o porta-voz e principal líder das organizações populares no país. De antemão, vislumbram-se dois grandes fatores, a saber:

Inicialmente, o completo fracasso das políticas fundomonetaristas implantadas por Pérez e Caldera, as quais resultaram em irremediáveis danos sociais. Os setores populacionais prejudicados por tal contexto, por sua vez, não foram capazes de levar adiante a massiva mobilização obtida durante o Caracazo abrindo espaço, assim, para o estabelecimento de uma estrutura política paralela – as conexões entre o bolivarianismo e o movimento popular venezuelano serão oportunamente trabalhadas – que se aproveitou da oportunidade política e unificou sob seu comando os setores populares do país. A fulminante ascensão chavista, amparada por um projeto político sistemático e hierarquicamente controlado pelos líderes bolivarianos, prejudicou a articulação autônoma das bases populares.

Agregado a esse fator, pesou a perspicácia chavista de não converter os pressupostos bolivarianos em dogmas fundamentalistas. A constante alternância da postura do governo, que variava de acordo com o momento político, tornou possível a incorporação dos valores mais fortes e positivos propostos pelas lutas sociais de então. Tais valores foram nominalmente integrados ao universo programático e ideológico bolivariano. Nesse sentido, o incentivo à democracia participativa e a constante confrontação com os interlocutores do capital nacional e transnacional permitiram a Chávez recuperar e, de certa forma, tornar suas as principais demandas do movimento popular da época. Assim, o bolivarianismo logrou acomodar dentro de sua estrutura valores e projetos políticos que lhe eram estranhos facilitando, assim, a sua conversão de um movimento eminentemente militar em um movimento popular (Denis, 2001).

A oratória apresentada pelo então candidato era extremamente clara: “Sin una transformación a fondo de las estructuras del Estado y del sistema político venezolano, no hay posibilidades de impulsar un proceso realmente productivo de desarrollo económico y social (Chávez em Venezuela, 1999, p.37)”. Muito por conta desse tipo de proposta, comprometida com o que os bolivarianos chamaram de “refundação do Estado”, 3,67 milhões de cidadãos (cifra que representou 56,2% do total de votos válidos) elegeram a Hugo Chávez Frías o 53º presidente da Venezuela.



## CAPÍTULO II

### DE YARE A MIRAFLORES: A SAGA DA REVOLUÇÃO BOLIVARIANA NA VENEZUELA (1983-2006)

#### PARTE I

##### Da conspiração às urnas: o bolivarianismo na Venezuela (1983-1998)

*Hay personas que le tienen miedo a esa palabra “revolución”. No! La revolución es hermosa, es la única vía que tienen los pueblos para hacerse libres y lo que en Venezuela está desatado es eso, una revolución, aunque la nuestra es pacífica y es democrática. Hemos logrado una vía pacífica, pero esta revolución huele a pólvora porque venimos de rebeliones, de cárceles, de persecuciones. Si hiciéramos especulación histórica, pudiéramos conseguir esa conclusión: si no hubiese sido por la rebelión popular de 1989 – el Caracazo – que disparó las rebeliones militares del 4 de febrero de 1992 y del 27 de noviembre del mismo año, a la mejor en Venezuela estarían gobernando todavía los mismos de siempre, “el Pacto de Punto Fijo”. Hasta ese entonces, ellos pensaban que iban a gobernar un siglo más. Pero los tumbó el pueblo, los pobres. El apoyo de la masa, de ustedes, fue lo único que abrió este camino, si no, no estaríamos aquí. Eso hay que reconocerlo como una verdad histórica.*

Hugo Chávez Frías  
(VENEZUELA, 2005, t.1, p.125)

##### 2.1.1. O legado de Bolívar e a formação da(s) ideologia(s) bolivariana(s)

Simón José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar Palacios y Blanco (1783-1830) é o principal personagem da história política venezuelana. Seu feito foi o de ter liderado os processos que, através de uma intensa atividade militar especialmente entre os

anos de 1813 e 1830, culminaram na independência da Venezuela, Peru, Colômbia, Equador e Bolívia.

Membro de uma das mais influentes famílias oligárquicas venezuelanas, a prática política de Bolívar caracterizou-se, essencialmente, por seu republicanismo. O foco central de sua luta era garantir que o restrito, porém em expansão, grupo social do qual fazia parte - os descendentes dos colonizadores nascidos na colônia - obtivesse soberania e, assim, o direito a exercer o lucrativo comércio transatlântico sem as amarras até então impostas pela coroa espanhola. Através da organização de uma força militar independentista, Simón Bolívar emergiu como porta-voz da irreconciliável oposição entre os interesses dos espanhóis europeus e dos espanhóis *criollos*.

Assim, mais do que a figura do general responsável pela libertação nacional, Bolívar assumiu o papel de líder e artífice de uma nova realidade a ser desempenhada no país, realidade esta que deveria ser construída soberanamente pelos indivíduos nascidos naquele território - independentemente de sua etnia, sendo o fim da escravidão uma de suas principais bandeiras - através do estabelecimento de um projeto político anti-colonial.

De acordo com Carrera-Damas (1969), há consenso na historiografia venezuelana sobre a amplitude do legado de “*El Libertador*”, uma vez que este transcende a experiência histórica e concreta da proclamação da independência e vincula-se intimamente com o processo de construção da nação e da nacionalidade venezuelana.

O estudo de Ferreira (2006, p. 40) aponta a obra de Salcedo-Bastardo (1983) como a que melhor consegue sintetizar os elementos essenciais e permanentes do chamado “pensamento bolivariano”:

Rasgos genuinamente bolivarianos son: independencia cabal; empeño en la construcción de un gobierno democrático, efectivo, fuerte y civil; igualdad social; organización financiera; justicia en todos sus aspectos; moral en su dimensión absoluta; sometimiento al derecho y confianza en su eficacia [...] Profundizando todavía en su línea política y jurídica, insistimos en lo que define su propósito democrático es la expresión de su personalidad nutrida en la Revolución Francesa y la adaptación dese ideario a la realidad americana que reclama grados sucesivos, previos a la perfección deseada.

Quase dois séculos após a independência venezuelana, identificam-se preponderantemente duas vertentes de análise sobre o impacto e a influência dos feitos galgados por Simón Bolívar: uma abordagem que, omitindo o esforço dos milhares de escravos e homens-livres que ofertaram suas vidas pela vitória independentista, glorifica e

exalta sua figura ao retratá-lo como o arquétipo do guerreiro bravo e destemido que ousou enfrentar até a morte as poderosas tropas realistas. Por sua vez, inicialmente patrocinados pelos defensores da Colônia, uma interpretação oposta a esta foi erigida. Nela, Bolívar é retratado como um déspota promíscuo e sanguinário que, por meio de acordos políticos obtusos, tornou-se o representante do patriciado crioulo, principal beneficiário da emancipação (Ferreira, 2006).

Apesar desta maniqueísta dualidade, fato é que a construção historiográfica pró-Bolívar tornou-se hegemônica não só na Venezuela como, também, em toda a América Latina. “*El Libertador*” transformou-se numa espécie de santidade em seu país, em especial entre o campesinato e os setores ligados às forças armadas. Incontáveis são as estátuas, praças, ruas, avenidas, universidades e prédios públicos espalhadas por todo o território nacional que, como forma de homenagem, levam o nome de Simón Bolívar. Tamanha devoção fez de seu legado o principal elemento de coesão do que se tornaria a “identidade nacional venezuelana”.

Tal identidade, segundo Carrera-Damas (1969), forjou-se a partir do processo de seleção e apropriação de fatos históricos que, unidos e concatenados, transformaram-se numa manifestação essencialmente ideológica, ou seja, num projeto sistemático e deliberadamente construído para transformar Bolívar em objeto de veneração. Assim, desde então, recorre-se a ele como a mais legítima e aceitável alternativa para enfrentar as diferentes situações e dificuldades impostas ao país. A ideologia bolivariana caracteriza-se, portanto, por sua constante e permanente re-atualização.

Nesse sentido, ainda de acordo com Carrera-Damas (1969), o culto à figura de Simón Bolívar não representa o fruto de uma mera criação literária dotada de exacerbado nacionalismo. É, pelo contrário, uma necessidade historicamente construída para compensar a frustração gerada pela não resolução dos principais problemas herdados do colonialismo, mesmo após a conquista da independência. Os problemas sociais e políticos denunciados por Bolívar ainda não foram sanados, de modo que, de forma reiterada, os venezuelanos invocam tal legado como maneira de expressar insatisfação com sua própria sociedade. A afirmação do bolivarianismo torna-se, portanto, uma exigência estruturada no presente, com base no passado e com vistas a um projeto de futuro o qual, embora anunciado, ainda não foi atingido.

A dinâmica acima apresentada fez-se presente ao longo de todo o desenvolvimento da história contemporânea da Venezuela: uma sucessão de projetos políticos que, para serem aceitos perante a população, optaram por retomar o bolivarianismo (sempre exaltado como o exemplo histórico a ser seguido) e fazer dele a base de sustentação dos governos que se alternavam. Tal estratégia, consolidada ao longo do século XIX, permaneceu em evidência mesmo em situações políticas totalmente opostas: tanto na era *puntofijista* como no atual processo liderado por Chávez, a figura de Bolívar segue sendo utilizada como elemento ideológico e discursivo para exaltar a necessidade da unificação do país e de seu povo.

Tem-se, portanto, que a ideologia bolivariana representa uma forma de consciência portadora de contradições e heterogeneidade. Bolívar sedimentou-se como o “pai da pátria”, mártir permanentemente resgatado para legitimar a construção do Estado nacional e fortalecê-lo como a única e inquestionável instituição capaz de levar a cabo a organização social seguindo os preceitos republicanos (Ferreira, 2006).

### **2.1.2. MBR-200 e o “bolivarianismo castrense”**

Conforme apresentado no capítulo anterior, após a falência do sistema arquitetado em Punto Fijo seguiu-se um momento político notadamente contestador, voltado para denunciar as debilidades estruturais do rentismo e a ineficiência e corrupção do aparelho burocrático venezuelano. A completa subserviência apresentada pelo parlamento nacional ante ao executivo afetou, o longo dos anos, a credibilidade e os vínculos entre as representações parlamentares – inclusive os de esquerda - e os atores sociais preocupados em, efetivamente, empreender as lutas cotidianas em nome das classes exploradas do país. O fato de haver no congresso [poucos] representantes dos setores populares não garantiu nem auxiliou a expansão e o fortalecimento das lutas sociais venezuelanas, uma vez que tais mobilizações pouco afetavam a refratária dinâmica parlamentar, sempre subserviente à ordem política *puntofijista*.

Assim, em 1982, insuflados pela impossibilidade de promover modificações estruturais a partir das vias do poder representativo, um pequeno grupo formado por

militares de baixa patente da *Fuerza Armada Nacional* (FAN)<sup>49</sup> decidiu, com o expresse objetivo de promover atividades subversivas contra o regime *puntofijista*, fundar o “*Movimiento Bolivariano Revolucionario 200*” (MBR-200). O nome foi dado como forma de seus membros, entre eles o jovem Hugo Chávez Frías, prestarem homenagem ao bicentenário de nascimento de Simón Bolívar.

Inicialmente, os fundadores do grupo organizaram-se a partir do silêncio dos quartéis onde, por praticamente dez anos, dedicaram-se ao estudo da conjuntura política venezuelana e ao diagnóstico dos principais problemas nacionais. Inspiraram-se na história de seu país e da América Latina para construir os fundamentos de suas concepções e projetos políticos<sup>50</sup>.

Ideologicamente, elegeram a metáfora “árvore das três raízes” para representá-los: a primeira das raízes nutre-se das contribuições ofertadas pelo pensamento de Simón Rodríguez, principal mentor de Bolívar, e refere-se à busca por formas de organização sociais e políticas próprias, ou seja, genuinamente venezuelanas e latino-americanas; a segunda raiz reflete a teoria e a prática bolivariana propriamente ditas reforçando, através de seu viés antiimperialista, a importância da independência e da soberania; por fim, a terceira raiz firma-se na herança libertária de Ezequiel Zamora<sup>51</sup>, protagonista da Guerra Federal (1859-1863), onde notabilizou-se por sua combativa luta pela reforma agrária (Azzellini, 2001).

A escolha do referencial histórico e cultural bolivariano pelos jovens militantes não significou sua mera repetição mecânica. O MBR-200 trouxe ao bolivarianismo uma dimensão a que Mézaros (2006) chamou de “renovação criativa”: a partir do reconhecimento de que, até então, não foram asseguradas as demandas postuladas por “*El Libertador*”, propõe-se a realização das mesmas levando-se em conta as atuais condições históricas impostas pelo modo de produção capitalista. Para o pensador húngaro, a única maneira de se colocar em prática o verdadeiro legado de Bolívar é por meio de um

---

<sup>49</sup> A Força Armada Venezuela que, por determinação constitucional, é una e indivisível compõem-se dos seguintes segmentos: o Exército Nacional, a Armada Nacional, a Aviação Militar e a Guarda Nacional. Todos eles são administrados por um comando central, sendo pouca a autonomia de cada uma das divisões.

<sup>50</sup> Em entrevista a Marta Harnecker (2004), Hugo Chávez relatou que o grupo dedicava-se a leitura dos autores venezuelanos clássicos como Simón Bolívar, Simón Rodríguez e Ezequiel Zamora, além de obras de teoria política, em especial as de Jean Jacques Rousseau, Karl Marx e Mao Tse-tung.

<sup>51</sup> A reforma agrária era a principal bandeira política do General Ezequiel Zamora (1817-1860), quem se notabilizou por sua luta não só pela reforma agrária, mas, também, pela inserção protagônica dos camponeses no desenvolvimento da nação que estava se formando.

bolivarianismo que incorpore em si um sentido socialista às transformações radicais previstas. Foi exatamente essa a motivação levantada por Chávez ao lançar, em 2007, o projeto que vislumbra a construção do chamado “Socialismo do Século XXI”. A análise acerca de capacidade da administração chavista efetivamente disseminar os preceitos socialistas em sua prática bolivariana, para além do discurso, é um dos assuntos mais controversos nas discussões sobre o atual governo venezuelano que, oportunamente, será abordado na presente dissertação.

Em termos organizacionais, o MBR-200 projetou-se como uma estrutura política de abrangência nacional, arregimentando membros através do chamado “compromisso bolivariano”, juramento onde se prometia ser “honesto, trabalhador, humilde e solidário”. Os participantes eram agrupados nos chamados “comitês bolivarianos”, espaços nos quais se realizavam encontros destinados à leitura de textos sobre teoria política e análises de conjuntura nacional e estrangeira.

Em oposição à rígida disciplina militar a qual, por conta de seus empregos, a maioria dos participantes era submetida, desde os primórdios da fundação, o MBR-200 buscou desenvolver uma estrutura organizativa horizontal e não-hierarquizada. Frequentemente, assembléias eram convocadas para discutir e agrupar as mais diversas opiniões sobre as atividades e objetivos do grupo (López-Maya, 2005).

Portanto, em oposição aos procedimentos adotados pelos partidos políticos de então, o movimento bolivariano passou a utilizar em suas instâncias deliberativas mecanismos típicos das práticas de democracia direta. No entanto, embora considerasse as lutas sociais como forças essenciais ao projeto político por ele proposto, o MBR-200 sustentava a necessidade de se obter primeiramente o controle das instâncias estatais para, a partir de lá, colocar em prática medidas destinadas a incluir as organizações populares no processo de tomada de decisões políticas (Bonilla-Molina e El Troudi, 2004).

O sucesso obtido pelos militantes do MBR-200, segundo eles próprios, esteve diretamente relacionado à forma como seu projeto de atuação política foi desenhado. Cientes da imperiosidade de se articularem com outros agrupamentos ideologicamente afins, o MBR-200 nunca foi pensado como uma organização estritamente militar (Harnecker, 2004). Pelo contrário, desde o início, Chávez e seus companheiros buscaram promover a aproximação do grupo junto a outras organizações civis, de forma a conferir-

lhe caráter cívico-militar. Estes civis - muitos dos quais membros de combativas organizações políticas espalhadas pelo país - procediam em sua maioria do entorno familiar e do círculo de amigos dos jovens militares.

Contudo, apesar do esforço para não circunscrevê-lo ao aparelho militar, o fato é que o lugar de formação e desenvolvimento do MBR-200 não foram as ruas, mas sim os quartéis (um ambiente o qual, apesar de tradicionalmente hostil às idéias subversivas, dava aos componentes do grupo condições mais estáveis e auto-suficientes para o planejamento de suas ações). Esta singularidade repercutiu de forma relevante na atividade política desempenhada pelo MBR-200 por dois motivos: o primeiro refere-se à estruturação de um fechado e, em certa medida, auto-suficiente projeto político que, com a ascensão de Chávez, acabou por substituir o autonomismo característico das lutas sociais, fato este que conduziu o grupo, com suas particularidades e interesses, a um papel preponderante e super-dimensionado no processo de organização popular. Por outro lado, a centralização da luta – e conseqüente perda de espontaneidade na organização das mobilizações – permitiu a concentração dos esforços para a efetiva tomada do poder, sem maiores distrações. Por ter fixado rígidas regras de organização, o MBR-200 ficou praticamente imune às tensões e tergiversações próprias das práticas próprias do “democratismo de base”. Esse fator permitiu o aumento de sua eficiência operativa, incentivou a lealdade em relação às cadeias de mando e, com isso, facilitou o personalismo de seus líderes (Denis, 2001).

Por conseguinte, numa nação onde a classe operária industrial é marginal e pequena, a esquerda venezuelana se viu obrigada a buscar novos sujeitos políticos para construir alianças na luta pela revolução. E foram os militares rebeldes do MBR-200 os que acabaram por preencher esse vazio superando, assim, a histórica posição anti-militarista dos principais militantes revolucionários em atividade no país.

### **2.1.3. Militares à esquerda: a face popular-progressista da *Fuerza Armada Nacional***

Algumas particularidades contribuíram decisivamente para a materialização de uma força subversiva no interior do aparelho militar venezuelano. A primeira delas refere-se ao maciço recrutamento de jovens provenientes das camadas populares os quais, por ocasião do estabelecimento do puntofijismo, foram integrados ao contingente das forças armadas do país. Tal reforma fez parte da estratégia de composição sócio-política levada a cabo pelos

primeiros governos *puntofijistas* que, ao incentivar a entrada dos setores menos favorecidos no aparelho militar, lograram substituir e desarticular as bases desta instituição que, até então, funcionava como a principal base de sustentação do regime ditatorial antes em voga.

Concomitantemente, a referida medida também foi utilizada como ferramenta para proporcionar maior popularidade ao novo grupo político que comandava o Estado, tendo em vista o fato da modificação nos quadros da Força Armada ter representado uma rara oportunidade para que os jovens oriundos das classes médias e baixas pudessem vislumbrar o acesso à educação formal gratuita e de qualidade, bem como a inserção numa carreira promissora.

Hugo Chávez e a maior parte dos membros fundadores do MBR-200 pertencem à primeira geração de militares submetidos aos novos delineamentos políticos e ideológicos estabelecidos na FAN. Formaram-se sob a égide do “*Plan Andrés Bello*”<sup>52</sup>, programa iniciado em 1971 e que foi estruturado com o objetivo de incentivar o aperfeiçoamento da carreira militar, por meio da matrícula de oficiais e aspirantes em instituições de ensino superior. Após completarem as etapas requeridas para atingirem o oficialato, aos quadros militares também era ofertada a possibilidade de prosseguirem seus estudos em cursos de pós-graduação. Ademais, e de forma ainda mais contundente para a formação política dos oficiais, o “*Plan Andrés Bello*” sobrepujou a influência da “Escola das Américas”<sup>53</sup> na Força Armada Venezuelana.

Nesse sentido, ao serem incentivados à instrução, os oficiais venezuelanos formados pelo “*Plan Andrés Bello*” tornaram-se mais bem preparados para o exercício da carreira militar. Munidos pelos debates teóricos desenvolvidos em sala de aula, muitos dos novos recrutas - eles próprios tendo vivenciado as mazelas e a flagrante desigualdade entre ricos e

---

<sup>52</sup> Andrés Bello (1781-1865), humanista venezuelano e professor de Simón Bolívar, é uma figura conhecida e respeitada não só na Venezuela como em toda a América espanhola. Participou ativamente do processo de independência de seu país e, após o feito, tornou-se parte da primeira missão diplomática venezuelana instalada na cidade de Londres, onde residiu por aproximadamente duas décadas. Após, alocou-se no Chile para trabalhar na confecção do Código Civil chileno, ordenamento que foi inspirado pelo diploma civil napoleônico.

<sup>53</sup> A “Escola das Américas” é instituição acadêmica mantida pelo governo dos Estados Unidos que, desde 1946, ministra cursos sobre assuntos militares para oficiais provenientes de todos os países latino-americanos. Sua missão principal, como parte da doutrina de segurança nacional norte-americana, é a de fomentar a cooperação e servir de instrumento para adestrar as nações dessa região contra a crescente influência exercida das organizações populares e de esquerda nesses países.

pobres – passaram a emitir opiniões críticas e a demandar mudanças em relação ao direcionamento político imposto ao país pelo regime *puntofijista* (Maringoni, 2009).

Desse modo, os acontecimentos políticos envolvendo forças militares progressistas na América Latina afetaram de maneira profunda Chávez e seus companheiros de armas. O grupo bolivariano nutriu, pois, admiração pelo governo comandado pelo general Juan Velasco Alvarado (chefe do autodenominado “*Gobierno Revolucionário de las Fuerzas Armadas*” o qual, em 1969, depôs o governo do presidente Fernando Balaúnde Terry e instalou no Peru uma ditadura militar apoiada por partidos de esquerda que perdurou até 1980). A administração de Velasco Alvarado caracterizou-se pela expropriação dos campos petrolíferos das companhias estadunidenses e por um combativo programa de reforma agrária desenhado para combater a oligarquia latifundiária. Também foram estabelecidas medidas protecionistas e intervencionistas com vistas a nacionalizar os setores chave da economia peruana. Velasco Alvarado – apesar de ele próprio ter sido formado nas fileiras da “Escola das Américas” – quebrou a tradição e mobilizou os setores militares para participarem ativamente de um projeto contrário aos interesses liberais norte-americanos e, por conseguinte, favorável à diminuição da exploração dos setores populares peruanos.

Por motivos similares, o governo do general panamenho Omar Torrijos também foi tomado como exemplo pelos jovens militares bolivarianos. Ao chegar ao poder por meio de um golpe de Estado ocorrido em 1968, a junta liderada por Torrijos - além de negociar a restauração da soberania nacional através da devolução do Canal do Panamá - notabilizou-se por exercer políticas voltadas às transformações sociais, em especial através da distribuição de terras aos camponeses e do estabelecimento de diversos programas sociais e assistenciais.

Ambos os generais, cada um a sua maneira, demonstraram aos membros do MBR-200 que, de fato, havia outras possibilidades de atuação [à esquerda] para as forças militares alocadas nos países latino-americanos. Utilizavam a Velasco Alvarado e a Torrijos como forma de contrapor o militarismo de extrema-direita praticado, por exemplo, no Chile de Augusto Pinochet.

Assim, os casos peruano e panamenho comprovavam que era possível, também na Venezuela, o estabelecimento de um processo político comandado por militares e que se

pautasse essencialmente pela salvaguarda dos interesses nacionais. Nas palavras de Chávez (Harnecker, 2004, p. 22):

Todas essas coisas, de alguma maneira, me causaram impacto: Torrijos; tornei-me torrijista; Velasco; tornei-me velasquista. E, com Pinochet, tornei-me anti-pinochetista. Nessa ocasião me interrogava: para que servem os militares? Para mantê-los encerrados nos quartéis? Para servir a que tipo de governo? Para instaurar uma ditadura como Pinochet ou para governar como Alvarado e Torrijos ao lado do povo, enfrentando inclusive interesses das correntes hegemônicas mundiais? Então, eu comecei a perceber o militar não como um massacrador do povo, nem para dar golpes de Estado, mas como um servidor social; e a Força Armada, como uma instituição social.

Muito embora não citadas expressamente, há incontestes semelhanças entre o posicionamento assumido pelo MBR-200 e outras experiências políticas levadas a cabo por militares de clivagem nacionalista e progressista. Entre outros, merecem destaque o governo de Mustafá Kemal Atatürk, militar revolucionário fundador da República turca que, após vencer as tropas enviadas pelas forças aliadas durante a Primeira Guerra Mundial, modernizou, democratizou e conduziu o país à efetiva soberania nacional frente ao califado.

Para tanto, priorizou o estabelecimento de empresas estatais nas áreas da agricultura, das indústrias de base e em empreendimentos fabris têxteis. Atatürk construiu um Estado extremamente participativo e militarizado, desenvolvendo estruturas públicas desenhadas para regular e participar no desenvolvimento das relações econômicas e sociais cotidianas.

Além da experiência turca comandada por Atatürk, outro movimento militar que merece ser lembrado por ter sido marcado pelo posicionamento combativo e “pró-popular” foi o tenentismo brasileiro. Embora não sendo filiados a nenhuma corrente partidária, os jovens oficiais de baixa e média patentes, durante a década de 1920, rebelaram-se contra a estrutura social e política estabelecida no país pela oligarquia do “café-com-leite”. Tem-se, assim, mais um exemplo - este ocorrido meio século antes da fundação do MBR-200 - de que a emergência de forças contestatórias e revolucionárias no interior dos aparelhos militares nacionais não foi privilégio nem exclusividade dos venezuelanos. Pelo contrário, este foi, e continua sendo, um fenômeno até certo ponto corriqueiro e difundido em várias partes do globo que, no caso dos bolivarianos, emergiu com bastante força.

#### **2.1.4. Às armas: investidas golpistas em 1992 e suas repercussões na organização popular**

Uma ação mais contundente por parte do MBR-200 teve de ser protelada até a promoção de seus comandantes a cargos que os possibilitassem exercer, na hierarquia militar, efetivo controle sobre um número razoável de batalhões. E assim ocorreu. Hugo Chávez Frias comandava desde agosto de 1991 uma divisão de pára-quedistas do exército. Poucas semanas depois, os bolivarianos Jesús Urdaneta Hernández e Joel Acosta Chirinos também receberam regimentos. Francisco Arias Cárdenas já controlava um batalhão de artilharia na cidade de Maracaibo<sup>54</sup>.

O plano insurrecional foi, então, concebido. No dia 03 de fevereiro de 1992, um destacamento do MBR-200 se incumbira de deter no aeroporto internacional de Caracas o presidente Carlos Andrés Pérez que, naquela ocasião, retornava ao país depois de ter cumprido uma viagem oficial. Em caso de êxito, Chávez faria um breve pronunciamento à nação para anunciar uma série de 24 decretos que, além de colocar fim ao governo Pérez, anularia por completo o andamento dos processos relativos à privatização das empresas estatais, além de estabelecer medidas para o controle sobre a livre-circulação de capitais. Na avaliação dos bolivarianos, a crise institucional era tamanha que somente uma solução era plausível: a imediata instauração de um processo constituinte destinado a, pela quinta vez, refundar a república venezuelana<sup>55</sup>.

A sublevação teve início na tarde da data planejada, quando divisões fiéis ao MBR-200 tomaram os dois maiores quartéis-generais do interior do país: o de Maracay e o de Maracaibo. Logo em seguida, cinco unidades do exército, comandadas pelo tenente-coronel Hugo Chávez Frías, deslocaram-se por terra em direção a Caracas. No entanto, a partir desse ponto, os planos dos insurrectos passaram a desmoronar. Momentos antes de a ação ter início, um capitão membro do MBR-200 optou por trair o grupo e denunciou ao alto-

---

<sup>54</sup> Os capitães Urdaneta e Acosta eram “membros-fundadores” do MBR-200 e acompanharam Chávez desde o início da formulação dos projetos revolucionários. O general Arias Cárdenas, que trabalhava nos serviços de inteligência, se incorporou ao projeto já em sua fase final.

<sup>55</sup> A historiografia venezuelana, segundo Gott (2004), divide em quatro a era republicana no país: as duas primeiras repúblicas foram formadas durante a Guerra de Independência: a Confederação de Estados da Venezuela, em 1811, e a Segunda República, em 1813; a Terceira República foi criada nos tempos da formação da Grande Colômbia, em 1819. A Quarta República, fundada em Valencia, em 1830, por um general de Simon Bolívar, José Antonio Paez, é a mais duradoura. Construída, disse Chávez, por ‘uma classe de oligarcas e de banqueiros, sobre os restos de Bolívar e de Sucre’, a Quarta República venezuelana sempre foi dominada por conservadores.

comando da FAN todos os detalhes e procedimentos do plano golpista (Gott, 2004). Com base nessas informações, a Força Armada agiu com extrema rapidez, formulando uma contra-ofensiva para conter a sublevação. Os destacamentos bolivarianos comandados por Chávez foram recebidos a balas quando chegaram à capital. Concomitantemente, outro batalhão insurgente atacara o palácio presidencial de Miraflores sem conseguir, porém, invadir e ocupar o local conforme haviam planejado.

Hugo Chávez, ao ser informado das derrotas experimentadas por seus comandados, concluiu que os esforços do MBR-200 haviam fracassado. Por isso decidiu se entregar ao comandante-em-chefe da Força Armada. Sua única exigência foi que lhe fosse concedido um espaço em rede nacional para clamar pela rendição pacífica dos demais oficiais rebelados. O breve discurso foi decisivo para o futuro da organização política liderada por Chávez. De cabeça erguida e demonstrando bastante confiança, disse:

Companheiros: infelizmente, no momento, os objetivos a que nos propusemos não puderam ser atingidos na capital. Os que estávamos em Caracas não pudemos tomar o poder. Aí onde vocês estão, trabalharam bem, mas agora é tempo de refletir; novas possibilidades surgirão e o país terá a oportunidade de avançar definitivamente para um futuro melhor [...] Baixem as armas, pois é certo que os objetivos que nos havíamos propostos em nível nacional não estão em nosso alcance. Companheiros ouçam essa mensagem de solidariedade. Agradeço sua lealdade, sua coragem e sua generosidade desinteressada; diante do país e diante de vocês mesmos, assumo pessoalmente a responsabilidade por este levante militar (transcrito por Maringoni, 2009, p.95-96).

O saldo final da tentativa malograda de golpe não parecia nada favorável aos militantes do MBR-200. De um total de aproximadamente seis mil soldados envolvidos na sublevação, 14 foram mortos em combate, somando-se a estes mais de 50 feridos. O poder judiciário venezuelano decretou a prisão de 180 oficiais, 58 suboficiais e cerca de dois mil soldados envolvidos na sublevação. Naturalmente, Chávez foi um dos que acabaram na cadeia. Os líderes bolivarianos, em sua maioria, foram enclausurados no presídio de Yare. Carlos Andrés Pérez tinha certeza de que, dali, teriam dificuldades para manter em atividade sua organização política.

Contudo, a mensagem transmitida ao vivo concedeu aos rebeldes a oportunidade de, pela primeira vez desde sua fundação, apresentarem-se ao povo venezuelano como uma organização preocupada em promover drásticas modificações na estrutura sócio-econômica do país. De um completo desconhecido, Chávez passou a ser uma importante figura para a conjuntura política nacional. O MBR-200 deu um importante salto, passando de uma

organização cívico-militar pequena e clandestina a uma real, perigosa e difundida ameaça ao regime *puntofijista*.

Por sua vez, no contexto geral das atividades de mobilização popular e entre a maioria dos líderes e ativistas sociais, a tentativa de golpe de Estado emergiu como um fato surpreendente. Até então, a FAN não se portara como um agente político comprometido com a transformação sócio-política. Entretanto, a partir de um trabalho discreto e sigiloso, Chávez e os demais arquitetos da insurgência se aproximaram das camadas mais radicalizadas do movimento popular, em especial dos grupos herdeiros e/ou influenciados pela luta armada da década de 1960.

Nesse sentido, tecnicamente, não se deve classificar o intento golpista como uma ação estritamente militar, uma vez que, mesmo de forma bastante tímida, grupos civis esquerdistas liderados pelos ex-guerrilheiros Douglas Bravo e José Vicente Rangel tomaram parte do ato. O seu resultado final demonstrou, no entanto, a debilidade de tais laços (Denis, 2001)<sup>56</sup>.

A confiança dos militantes bolivarianos em relação à possibilidade de, eles próprios, destituírem Pérez do poder era tanta que, poucos meses depois, a 27 de novembro, uma segunda tentativa de golpe foi levada a cabo. Apesar de ter se mostrado muito mais violenta, a revolta comandada pelo vice-almirante da Marinha Hernán Grüber Odréman foi pensada como um prolongamento da primeira, tendo em Hugo Chávez, mesmo encarcerado, um importante e participativo colaborador. As cidades de Caracas e Maracay foram palcos de intensos combates, nos quais mais de 170 pessoas perderam a vida. Novamente, porém, a insurreição articulada pelo MBR-200 não obteve êxito, apesar de, desta feita, o levante ter tipo maior apoio e participação popular.

Segundo Denis (2001), apesar de fracassarem, as operações insurgentes fizeram com que a “auto-estima” subversiva crescesse de forma exponencial. Dalí em diante, as manifestações populares na Venezuela ganharam maior consistência, pois passaram a contar com o apoio dos militares bolivarianos e dos outros setores políticos que se tornaram simpáticos à causa. As tentativas de golpe deram vazão à confluência de forças sociais

---

<sup>56</sup> De acordo com Maringoni (2009, p. 97), “a participação civil praticamente não existiu, a não ser residualmente em Valência, onde alguns estudantes externaram seu apoio ao enfrentamento. Não aconteceram manifestações populares de apoio. As ruas de Caracas amanheceram vazias, como se fosse um feriado, com a maioria do comércio fechado. Nem mesmo partidos políticos ou sindicatos convocaram algum tipo de manifestação”.

dispostas a fortalecer o sentimento “anti-sistema” o que, ciclicamente, aumentou a capacidade de arregimentar agentes dispostos a fazer parte da resistência civil ao programa neoliberal.

Outro elemento importante que, juntamente com a publicização do MBR-200, contribuiu para a maior mobilização dos setores populares em apoio aos militares golpistas foi o fato dos principais comandantes bolivarianos serem reconhecidos como “homens do povo” pela maior parte da população venezuelana. Assim:

La regla básica del modo de resistencia naciente desde el Caracazo se repetía; las bases, el mundo subordinado a los altos estratos deslegitimados se rebelaba, expresando con toda violencia su antagonismo hacia ellos. En segundo lugar, sus discursos [de los bolivarianos] no eran de defensa al orden sino de libertad; la identidad nacional constitutiva, condensada en la épica bolivariana, vuelve a emerger de manera volcánica inspirada en las palabras de los insurgentes. Y tercero, Arias, Chávez, como el resto de los comandantes golpistas eran hombres del pueblo; la identidad de clase también ayudó muchísimo en este caso. En fin, el sentimiento generalizado era que las armas de la república volvían a ser nuestras, y detrás de ellas la imagen de un hombre fuerte que se había responsabilizado personalmente por los hechos sucedidos. Una inmensa franja de la subversión social comenzaba desde entonces a identificarlo como su líder indiscutible (Denis, 2001, p. 16-17).

Nesse sentido, em linhas gerais, as rebeliões militares trouxeram três grandes conseqüências para o quadro da organização popular venezuelana no início da década de 1990. Primeiramente, tornou-se clara a transformação dos motivos ensejadores das lutas sociais, antes de cunho eminentemente sócio-econômicos (como, por exemplo, ocorreu na rejeição ocasionada pelo aumento no preço das passagens de ônibus que acabou por desencadear o Caracazo) e, agora, abertamente políticas (uma vez que os esforços golpistas vislumbravam se contrapor e, ao mesmo tempo, tentar tomar o lugar do governo Pérez); também, como segunda conseqüência, emergiu pela primeira vez o fenômeno do “chavismo”, ou seja, Hugo Chávez tornou-se a principal figura na articulação entre os diversos elos do movimentos popular; por fim, ficou patente a debilidade operacional dos militares vinculados ao MBR-200 que mostraram-se inaptos para se lançarem com sucesso em uma escalada ao poder por meio da força.

Cientes do novo momento conjuntural acima descrito, os bolivarianos concluíram que, naquela ocasião, a única alternativa prudente seria uma mudança drástica na estratégia organizacional do MBR-200 (Harnecker, 2003). Passaram, então, a concentrar esforços no

estreitamento dos vínculos junto à população, de modo a propagar seus posicionamentos ideológicos e suas concepções políticas de oposição ao governo de Carlos Andrés Perez.

Por sua vez, no âmbito do movimento popular, a hegemonia bolivariana foi consolidada na medida em que esta conseguiu se sobrepôr ante as duas principais vertentes até então melhor articuladas: os núcleos de militantes vinculados à militância política nos bairros e comunidades urbanas e, também, os grupos de esquerda de tradição guerrilheira.

Tais vertentes, até 1992, levavam a cabo as lutas sociais caracterizadas, essencialmente, por sua autonomia, ou seja, os protestos não eram organizados por partidos políticos ou sindicatos. Até então, sequer havia no país movimentos sociais de amplitude nacional. Contudo, com a demonstração de força obtida através das duas sublevações, estabeleceram-se as condições necessárias para que Chávez conseguisse massificar e colocar sob seu comando as incipientes, porém importantes, lutas sociais. Passou, então, a manejar sua liderança de maneira a satisfazer seus objetivos particulares e dar força ao projeto político por ele idealizado (Denis, 2001).

Como forma de afirmar a recém-conquistada hegemonia entre os atores responsáveis pela articulação das lutas sociais na Venezuela, Chávez introduziu a sua versão do bolivarianismo como o eixo ideológico central da rebelião que ali estava sendo construída. Elegeu o legado de Bolívar, que até então não tinha peso no processo de resistência popular, como o guia da luta emancipatória por ele liderada. Fez do pensamento de *“El Libertador”* a resposta para todos os males e o elegeu como a única ponte capaz de garantir a efetivação das demandas sociais ainda não resolvidas. Uma visão romântica e nostálgica que perdura até os dias de hoje (Denis, 2001).

### **2.1.5 Às urnas: a consolidação da figura do caudilho e a opção pela institucionalidade**

Ao analisar as conseqüências advindas das duas insurreições militares ocorridas na Venezuela em 1992 para a atuação dos movimentos sociais estruturados no país tem-se na ascensão política de Hugo Chávez Frias a mais importante delas. Sua imagem se consolidou no imaginário popular como a representação da figura do anti-herói: um militar de origem humilde e nada parecido com os tradicionais políticos venezuelanos que, ao ser derrotado e preso, assumiu a responsabilidade por seus atos e se comprometeu a livrar seus

compatriotas da opressão e exploração causadas pelo regime *puntofijista* (Maringoni, 2009).

Por outro lado, a imediata empatia em relação à figura de Chávez impactou profundamente os esforços até então praticados pelos grupos de esquerda no sentido de construir um movimento político genuinamente horizontal e popular na Venezuela. Contrariando a lógica coletivista estabelecida durante os levantes que conduziram ao Caracazo, as sublevações bolivarianas de 92 ficaram marcadas pelo triunfo da figura salvacionista emanada por um único indivíduo ante a pluralidade de atores que, juntos, levavam a cabo as lutas pelas transformações sociais no país. Nesse sentido, a ascensão chavista mostrou-se análoga ao centralismo típico do regime *puntofijista*: enquanto o último utilizava-se de uma dupla de partidos para promover a mediação e o controle político, a primeira apostou na carismática figura do líder para se estabelecer como a principal força política no decorrer da década de 1990 (Dennis, 2001).

Cientes da repentina popularidade alcançada pelo movimento, o passo inicial da nova estratégia bolivariana foi a de, ao articular uma ampla campanha a favor da chamada “abstenção combativa” para as eleições presidenciais de 1993, expor e exaltar ao máximo a figura de Chávez (Maringoni, 2009). A partir de uma série de textos e documentos por ele elaborados no cárcere e distribuídos nacionalmente argumentava-se que qualquer tipo de participação em um pleito ainda dominado pelos partidos tradicionais representaria uma grande incongruência com os objetivos bolivarianos. Nesse sentido, propunha a abstenção coletiva e consciente como forma de demonstrar a desaprovação popular não só ao regime político como, também, aos postulantes à presidência da República.

Chávez liderou a campanha abstencionista e os resultados finais da eleição deram mais uma prova de que sua figura mantinha-se bem avaliada: a abstenção chegou a mais de 40%, a maior taxa já registrada na história. O índice suplantou, inclusive, a quantidade de votos obtidos por Rafael Caldeira, o vencedor do pleito<sup>57</sup>. O recém-eleito presidente, a 29 de março de 1994, concedeu anistia e, assim, libertou da prisão todos os envolvidos nas tentativas de golpe de Estado, sob a condição de que estes se retirassem dos quadros da Força Armada Nacional.

---

<sup>57</sup> Conforme atestam os resultados finais da eleição que podem ser consultados através do sítio: <http://www.cne.gov.ve/estadisticas/e042.pdf>.

Fora da cadeia, Chávez passou os anos de 1994 e 1995 percorrendo o território venezuelano com o objetivo de fortalecer sua imagem através do contato mais próximo com a população. Procurou alavancar a divulgação de sua maior bandeira política naquele momento: a necessidade da imediata convocação da Assembléia Constituinte. Ao mesmo tempo, ao expor-se cotidianamente nas ruas e outros espaços públicos, o líder bolivariano consolidava sua imagem como o autêntico representante dos setores populares. Estes, por sua vez, passaram a depositar em Chávez suas esperanças por uma vida melhor. Cada vez mais, através da excelente retórica estabelecida pelos comandantes do MBR-200, foram sendo convencidos de que aquele seria o homem capaz de conduzir e aglutinar as forças sociais necessárias para promover as transformações sócio-políticas por eles ansiadas (Bonilla-Molina e El Troudi, 2004).

Estabeleceu-se, pois, um relacionamento de mútua dependência, no qual Chávez aproveitou-se da “força das ruas” para tornar-se a principal figura política do país e, em troca, amplificou a defesa das temáticas democrático-populares em seus discursos, fato que gerou entre os militantes da base a sensação de que, finalmente, suas propostas e demandas seriam implementadas.

Essa dinâmica modificou profundamente a lógica e o desenvolvimento das lutas sociais no país. Tornou-se hegemônica a concepção segundo a qual não era mais necessária a articulação de mobilizações de natureza reivindicativa (produzidas e realizadas nas ruas tal como ocorrera durante o Caracazo). Tais esforços deveriam ser deslocado para a materialização de ações centradas na tarefa de consolidar a figura de Chávez no cenário político nacional. O povo, até então o centro protagônico das lutas, se converteu em “massa” ao passo que Chávez, apontado como líder inequívoco de todo o processo reivindicativo, se tornou o símbolo personalizado da rebelião de todos (Denis, 2001).

Nesse sentido, a figura de Hugo Chávez firmou-se tal como a de um caudilho, conceito que reputamos ser essencial para analisar o processo político em curso na Venezuela. O vocábulo “caudilhismo”, de acordo com o dicionário de política de Norberto Bobbio (1998, p.156-157), se refere ao “regime imperante na maior parte dos países da América espanhola durante os primeiros anos da consolidação definitiva da Independência - em torno de 1820 até 1860 - quando se concretizaram as inspirações de unificação nacional”. Por meio da divisão de poder entre lideranças regionais, as quais mantinham sob

sua influência vastos contingentes populacionais, o caudilho (líder político local) lograva estabelecer uma ampla coalizão de forças ao seu redor para, assim, fazer frente aos remanescentes interesses da coroa. Por isso, foram tidos como os primeiros “heróis nacionais” latino-americanos. Em regra autoritários e paternalistas, exigiam adesão incondicional de seus seguidores, mesmo não possuindo um programa ideológico rígido e conexo.

No caso da Venezuela contemporânea, o termo pode ser utilizado de forma repaginada: Hugo Chávez, um ex-militar, emergiu com ares heróicos por ser um indivíduo oriundo das classes subalternas que, supostamente, empenha-se em defender os interesses da nação e de seu povo. A criação do “herói de carne e osso” permitiu que se estabelecesse uma ponte direta entre o fato político concreto e as crenças populares. Agrega-se, ainda, uma lógica e um discurso fundados na prática política das ruas, o que aproxima ainda mais o líder de seus seguidores. Chávez, tal como os caudilhos do passado, tende a verticalizar as relações de poder e utilizá-las a seu favor sendo-lhe útil a imagem de “salvador da pátria”, na medida em que esta lhe serve para impor-se sobre a dinâmica das instituições tradicionais do Estado liberal (Denis, 2001).

Tal estratégia política é nítida e se faz presente durante o desenrolar do projeto bolivariano de forma constante e ininterrupta. Inclusive, há esforços teóricos efetuados pelo próprio Chávez destinados a salvaguardar, utilizando uma interpretação polêmica da obra “*El papel del individuo em la historia*” de George Plekhanov (1857-1918), em termos teóricos a referida opção. O texto de Krauze (2009, p. 179) comprova a profunda influência que a obra acima mencionada exerceu na formação ideológica do líder bolivariano antes mesmo da formação do MBR-200<sup>58</sup>.

O ponto inúmeras vezes aludido pelo atual presidente venezuelano diz respeito, em linhas gerais, ao debate levantado por Plekhanov acerca do equacionamento do complicado dilema que reconhece dialeticamente, de um lado, as “forças impessoais da história” (as quais atuam por si próprias conduzindo à humanidade ao socialismo) e, de outro, a capacidade dos indivíduos em incidir na história e, pessoalmente, modificá-la.

---

<sup>58</sup> Afirma Krauze (2009, p. 176): “Según su propia versión [a de Chávez], su destino se le reveló con la lectura de uno de los más prominentes teóricos del marxismo ortodoxo. En aquel automóvil abandonado por los guerrilleros hasta 1977 no sólo halló historia de Zamora y manuales revolucionarios sino el libro que le cambiaría la vida: el de Plekhanov.”

Nesse sentido, ao propor a síntese entre a tese de Thomas Carlyle (para quem os indivíduos são as forças motrizes da história) e a antítese determinista de Friedrich Engels sobre o caráter meramente incidental dos indivíduos, Plekhanov afirma que estes podem sim influir sobre o destino da sociedade. Porém as possibilidades e o alcance dessa influência estão predeterminados pela forma de organização social<sup>59</sup>. Assim, o autor russo apontava a existência dos “grandes homens” – aqueles que enxergam mais à frente e desejam com mais força do que os demais - como agentes responsáveis pela combustão dos processos históricos. Dessa maneira, “el grande hombre es un héroe, pero no un héroe en el sentido de que pueda detener, o cambiar, el curso natural de las cosas, sino en el sentido de que sus actividades son una expresión consciente y libre de ese curso inevitable e inconsciente” (Plekhanov citado por Krauze, 2009, p. 184).

Chávez, equivocadamente para muitos, fez dessas passagens suas principais avalistas para legitimar seu protagonismo e sua superdimensionada liderança à frente do projeto bolivariano<sup>60</sup>. A partir dessa leitura pessoal de Plekhanov, Chávez elaborou a defesa de seu próprio caudilhismo:

Si toman conciencia real, se abstraen su persona y ven el proceso desde lejos; si dedican su vida, su esfuerzo, a colectivizar a través de su poder “mítico” [...] se puede justificar la presencia del caudillo. Basta que él líder se declare sinceramente servidor del colectivo y que un sector del colectivo lo acepte como tal, para que se cumpla el papel del individuo en la historia (Chávez citado por Krauze, 2009, p. 180).

Ou seja, para o caudillo Chávez “lo importante es la unión mística entre el colectivo y el líder, la adoración del colectivo al líder, la adoración del líder al colectivo, la disolución del colectivo en el líder (Krauze, 2009, p. 181).

Assim, apostando na crescente popularidade de seu principal líder e percebendo a completa inabilidade da administração Caldeira em amenizar a grave crise sócio-econômica instalada no país, os comandantes bolivarianos avaliaram que a opção de não participar de eleições já não era a mais conveniente.

---

<sup>59</sup> “Las cualidades de las personas con liderazgo determinan las características individuales de los eventos históricos; y elemento accidental [...] siempre juega un papel en el curso de esos eventos, cuya tendencia está determinada [...] por el desarrollo de fuerzas productivas y por las mutuas relaciones entre los hombres en el proceso socioeconómico de producción (citado por Krauze, 2009, p. 184).”

<sup>60</sup> “Los hombres podemos ubicarnos [...] en puestos protagónicos que aceleran, retardan, le dan un pequeño toque personal [...] al proceso. Pero creo que la historia es producto del ser colectivo, de los pueblos. Y me siento entregado absolutamente a ese ser colectivo”. (Hugo Chávez Frías, citado por Krauze, 2009, p. 180).

Por meio de um conjunto de pesquisas de opinião, o MBR-200 atestou o fato de seus simpatizantes esperarem de sua parte uma participação mais ativa e direta na vida política venezuelana<sup>61</sup>. A descrença popular frente aos partidos tradicionais (conforme demonstra o quadro nº 7) abriu possibilidades para a ascensão de novos atores no cenário político nacional.

---

**Quadro nº 7**  
**Confiança nos Partidos Políticos<sup>62</sup>**  
**(1997)**

<b>País</b>	<b>Muita (%)</b>	<b>Alguma (%)</b>	<b>Pouca (%)</b>	<b>Nenhuma (%)</b>
<b>Média (A.L.)</b>	<b>4</b>	<b>17</b>	<b>34</b>	<b>41</b>
Venezuela	5	10	27	57
Equador	5	10	30	54
Argentina	3	14	30	51
Bolívia	2	18	30	42
Brasil	4	16	40	39
Honduras	4	18	34	32
Uruguai	6	28	35	28
México	6	28	42	22

Fonte: Sáez e Freidenberg (2002. p. 152).

---

Os bolivarianos aproveitaram-se da situação e, a 21 de outubro de 1997, anunciaram a intenção de agregar ao movimento um “braço político-partidário” capaz de disputar o

---

<sup>61</sup> De acordo com o estudo efetuado por Gott (2004), foram efetuadas mais de 100 mil entrevistas entre todos os setores da população venezuelana durante os anos de 1996 e 1997. As perguntas eram diretamente relacionadas ao apoio ou não do entrevistado em relação à intenção de alguns militantes de transformar o MBR-200 em um partido político. Os resultados demonstraram que mais de 70% dos que responderam apoiavam e ansiavam por essa transformação.

<sup>62</sup> A organização civil *Latinobarómetro* promoveu uma pesquisa de opinião durante o ano de 1997, na qual fez a seguinte indagação a cidadãos residentes em todos os países da América Latina: qual é o grau de confiança (muita, alguma, pouca ou nenhuma) que você deposita nos partidos políticos?

poder pelos meios eleitorais. Fundou-se, então, o “Movimiento V República” (MVR), desenhado para funcionar como o representante do MBR-200 nas áreas correspondentes às atividades da política institucionalizada focando-se, primordialmente, no novo objetivo bolivariano: eleger Hugo Chávez Frias presidente da república já nas eleições de 1998.

Tem-se, pois, que a criação do MVR foi pensada como um importante passo tático para reunir em torno da figura de seu principal líder todos os grupos e personalidades que, de uma forma ou de outra, apoiavam as idéias e propostas por eles propagadas. Assim, com a estruturação de um partido, o projeto político bolivariano procurou fortalecer as relações carismáticas entre seu líder e as massas, estratégia esta ausente nas práticas até então desenvolvidas nas lutas sociais travadas no país (Denis, 2001).

Faz-se necessário ressaltar a importância desse novo momento para o próprio bolivarianismo. Anteriormente, quando o movimento se resumia ao MBR-200, a entrada de novos membros na organização era relativamente controlada por seus fundadores, preocupados e comprometidos com a rígida formação política dos participantes os quais, após ingressarem, deveriam atuar ativamente na construção das decisões tomadas pelo grupo. Situação completamente diversa da experimentada a partir da fundação do MVR o qual, por ter sido fundado para tomar decisões pontuais e construir alianças de cunho eminentemente eleitoral, reproduziu a estrutura organizativa dos partidos políticos tradicionais, concentrando e hierarquizando suas instâncias deliberativas. Os debates e a homogeneidade teórica foram minimizados em favor de uma estratégia que vislumbrava a massificação do partido (López-Maya, 2005).

Assim, entre o fim de 1996 e o início de 1997, Chávez e o movimento bolivariano passaram a dar mostras claras das mudanças em sua estratégia política. Abandonaram peremptoriamente em seus discursos alusões ou apologias à violência frente ao poder constituído, passando a adotar um tom mais moderado e respeitador em relação às formas e procedimentos estipulados pela democracia representativa venezuelana.

Tal guinada causou grande polêmica entre os demais líderes bolivarianos, uma vez que a nova postura assumida por Chávez não foi plenamente aceita por importante parcela do grupo, ainda apegado à possibilidade de levar a cabo outra tentativa de golpe de Estado. Mesmo em meio a essa celeuma, Chávez pressionou pela decisão de romper com o passado

insurrecional e abraçar a alternativa eleitoral<sup>63</sup>. Após acaloradas discussões, o movimento bolivariano seguiu o posicionamento defendido por seu líder máximo.

Tal decisão foi crucial, primeiro porque “abriu” o bolivarianismo, o tornando, oficialmente, um movimento de massas; depois, porque fez com que os setores sociais vinculados à Chávez mimetizassem os códigos essenciais e necessários para a vitoriosa escalada ao poder empreendida pelo caudilho: os princípios de lealdade à liderança e a aquiescência incontestes às ordens impostas pelo líder (Denis, 2001).

Dessa maneira, em 1998, sob uma nova égide organizacional, o recém fundado “partido das massas” começou a deslanchar. A estratégia adotada pelo MVR era bastante clara: depois de um exíguo período de sincronização de interesses, estabelecer-se-ia nas ruas uma organização na qual se reuniriam as heterogêneas forças políticas de apoio à candidatura. Nela, funcionariam como princípios básicos: a verticalidade na tomada de decisões, nenhuma negociação com o inimigo, o patriotismo e a lealdade.

Ou seja, entre outros fatores, incentivaram-se o estabelecimento de relações interpessoais que tendiam a verticalização e a não-reciprocidade: a lealdade clamada era, apenas, em relação ao chefe/superior; porém, a mesma lealdade não deveria ser cobrada em seu caminho inverso. Consagraram-se, pois, as relações de poder que pressupõem um grau cada vez maior de dependência em relação a um “comandante” único e indiscutível (Denis, 2001).

O MVR, habilmente, costurou alianças com os mais proeminentes partidos políticos de oposição ao governo Caldera. O primeiro a incorporar-se, em março, foi o também neonato Pátria Para Todos (PPT), cuja origem remete a uma dissidência da Causa R. Em maio, foi a vez de uma importante fração do MAS se juntar ao grupo. Assim, mais pela coalizão de siglas do que propriamente pela elaboração de um projeto de governo conjunto,

---

<sup>63</sup> O choque entre as duas tendências do movimento bolivariano se deu no congresso organizado pelo MBR-200 na cidade de Valencia, em 1997. O embate foi entre a vertente liderada por Chávez (pela participação nas eleições) contra o grupo encabeçado por Freddy Bernal (que confrontava abertamente essa possibilidade). A disputa atingiu seu ápice quando, ao perceber que a maioria dos presentes não o respaldaria, Chávez ameaçou abandonar o movimento. Aí entraram em cena os mediadores cujas atitudes conciliatórias evitaram o fim do grupo, uma vez que este se mostrava dependente da liderança personalizada na figura de Chávez. Os componentes a ele afeitos conseguiram convencer muitos militantes a mudarem de opinião, fato que fez a vertente eleitoral vencer a contenda interna. O MBR-200 resolveu, assim, dar carta branca ao seu principal líder. Após serem cicatrizadas algumas das feridas provenientes do conflito ocorreu o realinhamento total do grupo: a maior parte abraçou a tarefa de construir o esforço eleitoral que levaria Chávez à presidência da República.

formou-se o *Pólo Patriótico*. Chávez encabeçou a frente eleitoral e a dotou de características essencialmente nacionalistas e progressistas as quais, segundo Gott (2004, p. 193):

[...] fixaram efetivamente um marco na história do MAS e da Causa R, os dois mais importantes partidos de esquerda resultantes de cisões do PCV no início dos anos de 1970 e que, lentamente, construíram sua força como movimentos independentes. A partir de então, suas idéias sobreviveriam e prosperariam para preencher o vazio ideológico do MVR de Chávez, que tinha pouco a propor, além de seu nacionalismo mal definido e de seu entusiasmo milenarista. Mas, ao mesmo tempo, tanto o MAS quanto a Causa R assinavam a sentença de morte de suas organizações enquanto organizações independentes.

Logo, a coalizão passou a distribuir em larga escala a *Agenda Alternativa Bolivariana*<sup>64</sup>, documento escrito em 1995 que seria transformado no plano de governo a ser apresentado pelo candidato Hugo Chávez durante o processo eleitoral. Nesse documento há, entre outras diretrizes, as principais delineações sobre o papel e o alcance do Estado no projeto político-econômico bolivariano. Lá estão elencados os cinco setores produtivos sobre os quais a economia deveria se desenvolver e seus respectivos responsáveis:

1. Empresas básicas e estratégicas (setor petrolífero e militar): Propriedade estatal.
2. Empresas de bens de consumo essenciais (pequenas e médias): Propriedade mista.
3. Empresas de serviços essenciais (educação, saúde, etc.): Propriedade mista.
4. Bancos e financiadoras: Propriedade mista (regulado pelo Estado).
5. A grande indústria (importação, etc.): Propriedade privada.

Estabelece-se, assim, um modelo econômico preponderantemente misto, no qual setores específicos são vinculados ao setor público, ao passo que as demais atividades estão abertas à exploração de agentes e empresas vinculados à iniciativa privada. Tal modelo, basicamente, seria o adotado pela Constituição Federal de 1999 (Añez, López e Suarez, 2003).

---

<sup>64</sup> Basicamente, a Agenda Alternativa Bolivariana identificava dois elementos como os principais fatores que travavam o desenvolvimento nacional, a saber: primeiro, a pobreza - relacionada à péssima distribuição de renda e à falta, quantitativa e qualitativa, de serviços sociais eficientes. Apontava, em seguida, a desnacionalização - alimentada pela alarmante dívida externa, pelos programas de abertura da indústria petrolífera e pelas privatizações levadas a cabo pelos governos da época. A solução para ambos os problemas, segundo o documento bolivariano, obrigatoriamente estaria relacionada ao fortalecimento do Estado, pensado como proprietário, promotor e regulador de uma opção integral de desenvolvimento cuja orientação seria endógena e baseada no fortalecimento do poder nacional “desde dentro y por dentro” (MBR-200, 1996, p. 15).

A candidatura Chávez, bem como as forças que se aglutinaram ao redor dela, através de uma ousada retórica antiimperialista e avalizada por suas insurrecionais experiências pretéritas, ofereceu ao eleitorado venezuelano uma alternativa real de ruptura, através de propostas de mudanças drásticas, mais em relação à classe política dominante (os *puntofijistas*) do que na ordem econômica estabelecida no país. Em linhas gerais, o discurso e as propostas eleitorais do MVR vislumbravam reconstruir o conceito de “povo” na Venezuela, retratando-o como o único e legítimo dono das riquezas do país, entre as quais, evidentemente, o petróleo<sup>65</sup>.

Ademais, os bolivarianos apresentaram seu projeto como uma resposta direta ao processo histórico engendrado pela desastrosa investida neoliberal - e seus programas de desnacionalização da economia - impostos ao país a partir das recomendações do Fundo Monetário Internacional.

Nesse sentido, a principal proposta de desenvolvimento apontada por Chávez, e colocada desde o início como o objetivo central de sua futura administração, dizia respeito à efetiva nacionalização da maior riqueza nacional, através do controle técnico e administrativo por parte do governo sobre a PDVSA. Posicionaram-se, portanto, frontalmente contra as privatizações e denunciavam com veemência as práticas adotadas tanto no governo Caldera como nos governos anteriores, conduzidos pelos partidos *puntofijistas*.

A utilização dessa estratégia, num contexto de extrema pobreza e grave crise institucional, estimulou a mobilização de vastos setores sociais em torno das propostas bolivarianas. O momento eleitoral experimentado nas eleições de 1998 serviu como prova do colapso do sistema político e da contrariedade à adoção de soluções ortodoxas de natureza neoliberal para enfrentar a crise econômica. A percepção de que o país não conseguiria solucionar os graves problemas sócio-econômicos enquanto estivesse sendo comandado por uma pequena e corrupta casta de políticos moldou a preferência popular no sentido da necessidade de se optar por uma imediata mudança (López-Maya, 2005).

---

<sup>65</sup> De acordo com González (2003), na medida em que o assunto petrolífero era incansavelmente abordado (sempre no sentido de afirmar a propriedade coletiva do combustível), os bolivarianos faziam desta questão parte rotineira do cotidiano político vivenciado na Venezuela. Ao propagar a idéia de que o petróleo é um bem coletivo e, por isso, deve ser usufruído por todos, Chávez fundamenta uma importante convicção política que seria decisiva durante sua administração segundo a qual, para garantir a efetividade do postulado acima apresentado, faz-se necessário resgatar a centralidade do Estado como agente responsável pela justa e equânime distribuição dos recursos advindos do comércio petrolífero.

Assim, já nas primeiras pesquisas eleitorais, o candidato bolivariano apareceu com larga vantagem em relação aos demais postulantes. Às vésperas da eleição, os partidos tradicionais tentaram desesperadamente impedir a vitória do MVR, através de uma estapafúrdia coalizão de candidaturas. A medida só fez piorar a situação. Com 3,67 milhões de votos, que representaram 56,2% do total de votos válidos<sup>66</sup>, Hugo Chávez foi eleito presidente da República.

### **2.1.6. O novo bloco no poder. Quem são os chavistas?**

Em linhas gerais, pode-se afirmar que as organizações e bases de apoio chavistas existem em variadas formas e instâncias, fazendo-se presentes em pequenas associações de bairro e se estendendo até redes de apoio internacionais. Tais estruturas, extremamente heterogêneas entre si, desenvolvem uma grande variedade de atividades que, não necessariamente, limitam-se ao apoio político ao presidente Chávez (Bonilla-Molina e El Troudi, 2004).

Os militantes e membros dos grupos de suporte ao governo não provêm apenas das classes sociais menos abastadas. Também fazem parte dela indivíduos ligados às “lutas de esquerda”, entre os quais se destacam os estudantes universitários e secundaristas, além de acadêmicos e outros profissionais liberais que compõem setores da classe média venezuelana. Igualmente há, no interior das forças armadas, militares que apresentam estreitos vínculos com as classes populares e, também por isso, apóiam a revolução bolivariana (Ramírez, 2005).

De forma mais específica, segundo o estudo de Denis (2001), existem duas vertentes políticas que compõem a “liderança política” do movimento bolivariano liderado por Chávez, a saber:

1. **A vertente militar e da “velha esquerda”**: integrada essencialmente pelos militantes originários do MBR-200 que, após tomarem a decisão de constituir o partido político, absorveram em suas fileiras os principais líderes revolucionários da década de 1960. Estes, após a derrota da luta armada, foram marginalizados e, por isso, encararam a

---

<sup>66</sup> Conforme atestam os resultados finais da eleição que podem ser consultados através do sítio: <http://www.cne.gov.ve/estadisticas/e042.pdf>.

aliança com os chavistas como uma possibilidade de retomar seu lugar de destaque no cenário político venezuelano.

Tal tendência tem no voluntarismo sua principal característica, ou seja, seus esforços centram-se essencialmente no fortalecimento do espaço político favorável ao bolivarianismo. Procuram aglutinar o maior número de atores dispostos a conferir governabilidade à administração chavista. São personagens tais como Douglas Bravo, Luis Miquilena<sup>67</sup> e José Vicente Rangel<sup>68</sup>, os quais trabalharam para expandir e fortalecer o “corpo político” bolivariano, até então relevante somente entre os setores militares.

O referido grupo, ao longo dos anos, tornou-se a corrente hegemônica do chavismo exercendo, assim, grande influência em suas decisões políticas. Para tanto, se guiou por um quadro estratégico composto por quatro elementos centrais:

La idea de **pueblo-nación** (elemento mítico indispensable), de **organización** (espacio síntesis de la logística social del proceso), de **insurgencia** (sin mucha precisión en su carácter pero muy pertinente en su lectura de los deseos políticos de no negociación con el puntofijismo que cada día ganan más consenso) y, por fin, **la exaltación a figura del líder** (encarnación final y necesaria de todo el proceso en una sola figura conductora). El lenguaje, las imágenes que se ofrecían en los discursos y volantes, los escritos, y toda la retórica que le irá dando vida al movimiento bolivariano, estará montada sobre este cuadrado. El nacionalismo revolucionario y bolivariano en que se inspiraron los líderes de la rebelión de 4 de febrero de 1992 terminaba de encontrar en este cuadrado su propia síntesis retórica, garantizándoles la posibilidad de fortalecer el sentimiento de nostalgia por una gloria perdida y a partir de allí construir una racionalidad de la acción que pueda moverse absorbiendo todas las tensiones y oportunidades del momento sin perder su propia identidad (Denis, 2001, p. 80-81).

O grande responsável por conferir a este desenho viabilidade prática e correção estratégica foi, sem dúvidas, o próprio Chávez. Estabelecendo uma atuação combativa e determinada – em especial no que se refere ao elemento da “insurgência” – o movimento bolivariano tomou corpo, somou forças e se estabeleceu como principal agente de oposição ao regime *puntofijista*.

---

<sup>67</sup> Milquilena, também ex-militante do PCV, após ficar preso durante a ditadura militar comandada por Marcos Pérez Jiménez (1952-1958), aceitou unir forças com os partidos AD e COPEI para firmar o Pacto de Punto Fijo. Após divergências com o governo adeco de Rómulo Betancourt (1959-1964), rompeu com a aliança e decidiu se ausentar da vida pública. Após mais de 30 anos, no início da década de 1990, conheceu a Hugo Chávez e se tornou um de seus principais conselheiros. Foi um dos fundadores do MVR e exerceu importantes cargos durante a administração bolivariana antes de romper com Chávez no início de 2001.

<sup>68</sup> Parlamentar vinculado aos partidos venezuelanos de esquerda, Rangel tentou, por três vezes, eleger-se presidente da República, sem êxito, como candidato de oposição ao regime *puntofijista*. Após a eleição de Chávez tornou-se chanceler do governo bolivariano ocupando, logo após, o cargo de vice-presidente da República entre 2002 e 2007.

Auxiliado pelas figuras políticas acima elencadas, Chávez fez com que a insurgência militar presente nos tempos de MBR-200 fosse transformada numa estratégia eminentemente eleitoral, desenvolvida e colocada em prática pelo MVR. Nesse sentido, também, deixaram de lado o culto a um arcabouço ideológico profundamente nacionalista e antiimperialista e passaram a adotar um projeto que vislumbrava o equilíbrio entre propostas de participação e representação, Estado e mercado, nação e globalização.

2. A “**corriente histórico-social**”: Grupo formado por militantes e ativistas sociais – muitos dos quais envolvidos no massacre de Yumare<sup>69</sup> – cujas tendências ideológicas abarcam o marxismo (influenciados pelo guevarismo, mariateguismo e pelo autonomismo europeu de Gramsci e Lukács), o bolivarianismo revolucionário (centrados no pensamento nacional-popular-revolucionário de Bolívar e Martí), o cristianismo libertador (inspirados na obra de Gustavo Gutiérrez e Frei Beto e em suas idéias relativas às comunidades eclesiais de base), além dos movimentos de resistência negra e indígena. Reivindicam como mote de atuação política a consigna “a organizar a desobediência popular”, ou seja, pautam-se no apego e no incentivo às lutas sociais (Dennis, 2001).

Tal estratégia tomou corpo a partir de duas propostas paralelas e complementares estruturadas para estabelecer diálogos críticos com a vertente hegemônica do bolivarianismo chavista: no que diz respeito à construção sócio-política do processo revolucionário, colocou como proposta a execução do “Processo Popular Constituinte” (um programa de construção e afirmação contínua do poder constituinte<sup>70</sup>, a partir da ação social participativa e organizada); já em relação aos mecanismos necessários para dar forma e força à insurgência popular propuseram a união “3 em 1”, ou seja, o estabelecimento de um movimento insurgente entendido como a interação horizontal e complementar entre as forças militares rebeldes, os núcleos herdeiros da luta guerrilheira e a milícia popular em construção.

---

<sup>69</sup> Ocorrido em maio de 1986, durante o governo de Jaime Lusinchi, tal massacre consistiu no assassinato de nove pessoas por parte da “Dirección de los Servicios de Inteligencia y Prevención” (DISIP). Os mortos eram ativistas sociais que, após serem presos e torturados, foram executados friamente. Tais crimes nunca foram apurados pela justiça venezuelana (Bonilla-Molina e El-Troudi, 2004).

<sup>70</sup> Segundo Denis (2001), o processo constituinte passa a ser entendido não só como um procedimento para a elaboração de um novo texto constitucional, mas, também, como um projeto constitutivo e permanente de incentivo à participação e ao protagonismo dos setores populares, em oposição à democracia estritamente representativa praticada durante o puntofijismo.

Teoricamente, assumem como principal influência a obra do filósofo político italiano Toni Negri, (2005) em especial seu conceito de “democracia infinita”: através da “fagulha” de um poder constituinte popular indelegável seria possível, pouco a pouco, iniciar um processo revolucionário que tenderia a ser permanente.

É exatamente essa base teórica que inspirou a noção de “democracia participativa e protagônica”, consagrada na Constituição Bolivariana aprovada em 1999 a qual, como veremos, estabelecerá no texto constitucional um vasto conjunto de temas cuja competência será delegada aos mecanismos de participação direta.

Tem-se, pois, que movimento bolivariano capitaneado por Chávez foi estruturado a partir dessa profusão de marcos teóricos e experiências políticas. É, portanto, um todo extremamente fluído e heterogêneo em constante transformação e onde a conjuntura e o momento político são fatores determinantes para a definição do posicionamento a ser assumido pelos líderes do grupo (Azzellini, 2008).

Ademais, fazendo uso do conceito poulantziano de “*bloco no poder*”, é possível constatar que a ascensão política de Hugo Chávez acabou por favorecer os interesses econômicos de atores sociais que, outrora, se viam marginalizados e/ou escanteados pelo sistema *puntofijista*.

Através da atuação político-administrativa de uma gestão comprometida com a substituição da antiga máquina burocrática e, também, através da ruptura de relações financeiras e comerciais do Estado com importantes membros do sistema empresarial e bancário criou-se uma nova classe hegemônica no país.

Tomou corpo, assim, a chamada “boliburguesia”: um conjunto de indivíduos e empresas que se aproximaram do chavismo para, os primeiros, comporem o novo quadro do funcionalismo público nacional e, as últimas, para se aproveitarem dos vultosos investimentos sociais e em infra-estrutura realizados pelo governo para, assim, obterem favorecimentos em contratos comerciais firmados com o Estado.

Não há, conforme será desenvolvido a seguir, elementos substanciais que permitam se falar em modificação no modo de produção na Venezuela. Apesar da oratória, inexistem indícios sólidos da efetiva estruturação do tão aclamado “Socialismo do Século XXI”.

Contudo, é flagrante a oscilação das frações da classe dominante no contexto político e econômico do país ocorridas a partir da eleição presidencial de 1998<sup>71</sup>.

Somando-se e, na verdade, dando sustentação às duas correntes de dirigentes acima apresentadas, emergiu e conferiu peso ao processo uma poderosa, numerosa e heterogênea base popular de apoio ao movimento liderado por Hugo Chávez. A experiência bolivariana na Venezuela, nas diversas ocasiões em que foi socorrida e respaldada pelo imprescindível apoio dos setores populares, demonstrou a pertinência e a atualidade do pensamento de Michelet (citado por Wilson, 1987, p. 31):

Outra coisa que essa História [das revoluções] demonstra com clareza, e que vigora em todos os casos, é que o povo era normalmente mais importante que os líderes [...] Compreendi que é um grande erro tomar esses oradores brilhantes e poderosos, que exprimem o pensamento das massas, como os únicos atores desse drama [...] O ator principal é povo. Para reencontrar o povo e recolocá-lo em seu lugar correto, fui obrigado a reduzir às devidas proporções as ambiciosas marionetes cujas cordas o povo manipulava, e nas quais procurávamos e julgávamos encontrar o mecanismo secreto da História

Nesse sentido, é essencial destacar que as “cordas” responsáveis pela materialização do processo político bolivariano foram – e continuam sendo - os setores sociais mais explorados os quais, eleição após eleição, marcha após marcha, avalizaram, nas urnas e nas ruas, o governo Chávez.

Tal assertiva é desenvolvida em detalhes no estudo de caso levado a cabo por López-Maya, o qual mapeou estatisticamente o comportamento eleitoral de venezuelanos residentes em localidades economicamente opostas em três regiões do país (conforme dados contidos no **quadro nº 8**, onde estão representados os resultados eleitorais referentes ao Referendo Revogatório presidencial ocorrido no ano de 2004. Os votantes que optaram pela opção “Não” manifestavam-se, assim, contrários à revogação do mandato de Hugo Chávez).

---

<sup>71</sup> Ciente da existência de vários outros indivíduos que se encaixariam na definição, cabe aqui mencionar alguns dos “emergentes” que atualmente conformam a “boliburguesia”: **Diosdado Cabello**, membro do MBR-200, antigo vice-presidente e atual ministro das obras públicas e habitação que, durante a administração bolivariana, comprou três bancos e as ações de empresas de serviço as quais prestam assistência ao governo; **Wilner Ruperti**, dono de uma pequena frota de navios mercantes que, depois de ter furado a sabotagem opositorista na PDVSA durante o “II Paro Nacional”, virou aliado de Chávez e transformou-se no homem mais rico do país ao beneficiar-se de vários contratos lucrativos para o transporte do petróleo venezuelano; **Ricardo Fernandez Barrueco**, proprietário de uma média indústria de alimentos que, ao ser contemplada com a possibilidade de oferecer e distribuir alimentos para a rede de supermercados estatal MERCAL, multiplicou em pouquíssimo tempo seu patrimônio, tendo diversificado suas atividades ao comprar os Bancos Canárias e o Bolívar Banco, operações pelas quais foi preso no final de 2009 ao ser acusado descumprimento das regras monetárias venezuelanas e corrupção.

---

**Quadro nº 8**  
**Referendo Presidencial**  
**(2004)**

	<b>NÃO</b>	<b>SIM</b>
<b>Nacional</b>	58,9	40,6
<b>Zona Metropolitana de Caracas</b>	48,1	51,3
Municipio Libertador	56,0	44,0
Centro Iurtirla **	25,3	74,7
Parroquia La Dolorita *	73,1	26,9
<b>Estado Zulia</b>	52,4	47,3
Municipio Maracaibo	47,9	52,1
Parroquia Idelfonso Vásquez *	67,4	32,6
Parroquia Olegario Villalobos **	26,3	73,7
<b>Estado Lara</b>	64,1	35,4
Municipio Iribarren	60,9	39,1
Parroquia Unión *	72,5	27,5
Parroquia Sta. Rosa	40,5	59,5

\* Municípios, Paróquias ou centros onde predominam setores populares.

\*\* Municípios, Paróquias ou centros onde predominam setores médios ou altos.

Fonte: López-Maya (2005, p. 288)

---

Tais informações permitem que a historiadora conclua o seguinte:

Desde las elecciones presidenciales de 1998, con cambios de énfasis, el comportamiento electoral de los venezolanos ha estado fuertemente determinado pela condición socioeconómica [...] Con variantes, este fenómeno de segregación socio-espacial se repite en otras ciudades de Venezuela, replicando el mismo comportamiento electoral. Nótase que desde las elecciones de 1998, mientras nacionalmente el apoyo al presidente Chávez y las fuerzas sociopolíticas que lo respaldan tiende a estabilizarse en términos porcentuales y a incrementarse en cifras absolutos, en los municipios donde predominan sectores medios o altos el rechazo al Presidente y su proyecto se acentúa (López-Maya, 2005, p. 289-290)

Por conseguinte, a existência de um padrão no comportamento eleitoral dos venezuelanos o qual relaciona o status sócio-econômico do cidadão e sua respectiva preferência política nos ajuda a explicar não só o cenário eleitoral desde as eleições presidenciais de 1998 como, também, a profunda polarização social engendrada pela ascensão das forças bolivarianas. Tal polarização está diretamente relacionada à crescente mobilização de importantes e amplos setores da sociedade venezuelana que, ou para apoiar ou para se opor ao governo, organizaram-se entre seus próximos para promover ações coletivas no sentido de fazer valer seus interesses políticos e econômicos.

## PARTE II

### A Refundação da República (1999-2001)

*Nos dedicamos a recorrer el país de punta a cabo durante esos dos años (1994-95). Íbamos de pueblo en pueblo con la bandera de la Constituyente. Así que el tema central de la propuesta macropolítica, el eje central de la transformación, de la revolución política en Venezuela, es el tema del proceso constituyente, la activación del poder para refundar la República, la Asamblea Constituyente [...] El proceso constituyente, precisamente tiene como objetivo rehacer la copa que está partida en pedazos. Rehacer el marco político, las instituciones, rehacer todo el estado de derecho, rehacer todos los elementos del sistema político que están hoy descompensados y anarquizados.*

Hugo Chávez Frías  
(Venezuela, 2005, t.1, p. 89)

#### 2.2.1. Continuismo na economia e modificações na política

O movimento político liderado por Hugo Chávez Frías saiu vitorioso das eleições presidenciais venezuelanas em 1998, entre outros fatores, por ter retratado a democracia representativa até então praticada como um sistema elitista, sem conteúdo democrático real e, por isso, alheia e refratária à participação popular. Para sanar tais deficiências, o programa de governo bolivariano ofereceu duas alternativas ao redor das quais construiu um sistema simbólico que lhe permitiu agrupar amplos setores populares: prometia a estruturação de um sistema democrático efetivamente aberto à participação (o qual denominou “democracia participativa e protagônica”) e, também, garantia o resguardo à

independência do país ante os organismos financeiros internacionais, por meio de uma orientação política de base nacionalista (Sanmartino, 2007).

O início da administração bolivariana foi determinada pela temerária situação econômica em que o país se encontrava. Os índices macroeconômicos registrados durante o ano de 1998 mostraram-se bastante críticos, influenciados pela importante queda nos preços do petróleo no mercado internacional. Vale lembrar novamente que a desvalorização do preço do combustível se deu, em grande medida, pela conduta não cooperativa e de sistemática violação às cotas de produção estabelecidas pela OPEP por parte de alguns de seus membros, entre os quais o governo venezuelano de Rafael Caldera e seu programa de “Apertura Petrolera”.

Dessa forma, a dois de fevereiro de 1999, Hugo Chávez Frías recebeu a faixa presidencial num contexto econômico extremamente adverso, onde as restrições impostas por conta da dívida externa e pela contração financeira eram significativas. No ano anterior, as reservas internacionais venezuelanas haviam sofrido importante queda na ordem de US\$ 3 bilhões. O déficit fiscal representava cerca de 4 pontos percentuais do total do Produto Interno Bruto. A queda do ingresso petrolífero fez do já exorbitante endividamento externo - na casa dos US\$ 8,8 bilhões - um problema ainda mais difícil de ser solucionado. Os reflexos da crise eram evidentes: estancamento do crescimento produtivo (aumento de, apenas, 0,2% no PIB em 1998), altas taxas inflacionárias (da ordem de 35,8%) e pronunciada tendência ao aumento dos indicadores de pobreza e das taxas de desemprego (Vera, 2005).

O momento em que se deu a posse de Chávez não poderia ter sido pior. Sua gestão iniciava-se coberta de grandes expectativas por mudanças estruturais da situação sócio-política do país. Contudo, a fase desfavorável do ciclo petrolífero tornava muito difícil o manejo macroeconômico necessário para dar respostas ao quadro de miséria que assolava grande parte da população venezuelana.

Ademais, a postura contestadora ao sistema político tradicional desempenhada por Chávez durante a campanha eleitoral acabou por criar, por ocasião da confirmação de sua vitória, certa apreensão entre os investidores e credores estrangeiros. Os investimentos internacionais desapareceram quando os financiamentos para recuperar o país eram mais necessários. A eleição de um presidente que questionava às medidas neoliberais levantou sérias dúvidas sobre o real comprometimento do Estado venezuelano em cumprir as

obrigações previamente contraídas. A gravidade da crise a que o país estava submetido só fez aumentar as incertezas sobre qual seria o comportamento adotado pelo governo recém-empossado frente à tão adversa conjuntura.

Tal contexto fez com que, durante seus três primeiros anos, o projeto bolivariano fosse estruturado, concomitantemente, a partir de uma postura até certo ponto conservadora no que tange à economia e, por outro lado, num esforço bem mais agressiva nas questões concernentes à composição e participação do aparelho estatal venezuelano em suas atividades internas e internacionais.

A primeira parte da afirmação acima feita se sustenta, primeiramente, pela surpreendente decisão tomada pelo presidente Chávez de manter em seu cargo Maritza Izaguirre, ex-ministra da Fazenda durante a gestão de Rafael Caldera. Tal escolha transmitiu um claro sinal, em especial aos organismos internacionais, que, ao menos no curto prazo, não haveria substanciais modificações no panorama econômico até então desempenhado pelo país.

De fato, a administração bolivariana reconheceu a gravidade do cenário a ela imposta e não hesitou ao diminuir em 10% o volume total dos gastos públicos, limitando significativamente as possibilidades de investimento federal em programas destinados ao combate à pobreza e ao saneamento dos demais problemas sociais venezuelanos.

Dessa maneira, Chávez não teve a oportunidade de executar uma política agressiva de gastos públicos. O déficit fiscal moderado (na ordem de 1,8%) percebido ao término de 1999 é prova de que não houve extravagâncias durante o primeiro ano da presidência chavista. O governo, por conta da pressão exercida pela restrição fiscal, viu-se forçado a um manejo conservador do orçamento. Em maio de 1999, os salários foram elevados na mesma proporção que o aumento dos preços verificado no ano anterior. Contudo, a referida medida não impediu que o poder aquisitivo médio caísse cerca de 8% (Severo, 2003).

Por sua vez, a majoração da carga tributária – “remédio macroeconômico” colocado em prática por Chávez para elevar a arrecadação - na prática se fez sentir mais entre a parcela da população que menos pagava impostos e, portanto, tinha menos renda. Tais medidas contribuíram ativamente para a diminuição do consumo interno que, por sua vez, causou acentuada retração econômica, com o Produto Interno Bruto registrando queda na ordem de 6,1% durante o primeiro ano de administração bolivariana. A taxa de desemprego

subiu dos 11,4 para 14, 51%, sendo que mais da metade dos venezuelanos com postos de trabalho se encontravam no setor informal da economia (Vera, 2005).

Ao mesmo tempo, o temor quanto ao possível isolamento do país nas relações comerciais internacionais, bem como a premente necessidade de atrair investimentos externos para o financiamento das políticas sociais, representaram fatores que levaram o governo, desde seus primeiros pronunciamentos a, enfaticamente, assumir o compromisso de honrar as obrigações financeiras contraídas pelo Estado venezuelano. E assim foi feito. A administração Chávez esforçou-se ao máximo para, mesmo em tempos de crise, pontualmente pagar as dívidas internas e externas.

Tais fatos, somados, permitem sustentar a constatação amplamente feita pelos estudiosos do processo político venezuelano, segundo os quais é “totalmente verdade que, durante seu primeiro mandato (1999-2001), os bolivarianos permaneceram prisioneiros das políticas macroeconômicas e não concederam benefícios imediatos para aqueles que mais precisavam” (Ali, 2008, p. 80).

Entretanto, tal análise não pode ser feita de forma taxativa, uma vez que, já nesse primeiro momento, Hugo Chávez imprimiu uma característica totalmente oposta àquela adotada por seus predecessores (Carlos Andrés Pérez e Rafael Caldeira) no manejo do mais importante setor da economia venezuelana: a indústria petroleira.

Cabe aqui ressaltar, conforme sustenta o texto de Vera (2005), a clara conexão entre as decisões tomadas por Pérez e Caldera no que concerne o comércio internacional do petróleo e o estilo administrativo há tempos impresso pelos técnicos e burocratas responsáveis pela gestão produtiva e operacional da PDVSA. As linhas mestras que conduziram a “Apertura Petrolera” eram consonantes com o pensamento hegemônico dos altos dirigentes da empresa que, seguida e reiteradamente, pressionavam pela expansão da produção e diversificação do negócio apostando, assim, na maximização da competitividade da estatal em um contexto internacional capitalista cada vez mais disputado.

Contudo, esse posicionamento não era considerado o adequado pelos bolivarianos que, ao contrário, decidiram modificar a tendência expansionista da PDVSA e tomar o caminho inverso, fazendo da distribuição do aporte fiscal petroleiro para os programas sociais a regra a ser seguida. Ou seja, ao invés de investir em novas tecnologias destinadas

ao aumento da produção, como queriam os dirigentes da PDVSA, a administração Chávez optou por utilizar a renda em atividades outras que não o crescimento da própria empresa. Para isso, o presidente teve de exercer com firmeza o controle diretivo na PDVSA através de nomeação de diretores claramente alinhados às novas diretrizes. Porém, não foi tarefa fácil desfazer a estrutura burocrática da estatal, altamente apegada ao passado e aos valores corporativos dele oriundos. O fato de Chávez ter mudado o presidente da estatal por quatro vezes em apenas três anos e meio é prova das dificuldades por ele enfrentadas.

Sabe-se que, em um país onde a presença do combustível é tão marcante, a consolidação dos projetos políticos emergentes está atrelada ao controle produtivo desse recurso natural e, por conseguinte, de sua renda. No caso bolivariano não foi diferente, em especial pelo fato deste ter na ampliação da presença do Estado nas atividades econômicas uma de suas principais bandeiras e objetivos políticos, o que, em se tratando de Venezuela, obrigatoriamente passa pela indústria petroleira.

Assim, uma vez empossada, a nova administração determinou, em consonância com os padrões estipulados pela OPEP, a redução da produção nacional de hidrocarbonetos, que estava no teto histórico de 3,45 milhões de barris por dia, para a faixa de 3,16 milhões de barris/dia. A diminuição da oferta, além da imediata elevação do preço final<sup>72</sup>, deu início a uma agressiva campanha por parte do governo venezuelano para restaurar a credibilidade do cartel para, assim, devolver a ele o controle dos preços do combustível no mercado internacional<sup>73</sup> (Vera, 2005).

Se a agenda econômica adotada nos primeiros anos do governo Chávez não obedeceu a padrões definidos e harmônicos, oscilando entre medidas que ora destoavam e ora afirmavam as premissas neoliberais, o mesmo não pode ser dito sobre sua agenda política. Nesse tópico específico, as atitudes do presidente mostraram-se coerentes com as propostas por ele apresentadas durante o período eleitoral. O tom do discurso chavista sobre o assunto era extremamente claro:

---

<sup>72</sup> O barril de petróleo, no primeiro trimestre de 1999, foi cotado a U\$ 9,69. Após a diminuição da produção o seu valor rapidamente subiu atingindo, no último trimestre do mesmo ano, o patamar de U\$ 21,64, segundo os dados que constam no estudo de Vera (2005). Também foi determinante o aumento da demanda mundial, especialmente após o ano 2000, com a estabilização da China como nação grande consumidora do combustível.

<sup>73</sup> O esforço feito por Chávez para reestruturar politicamente a OPEP culminou na reunião da organização em Caracas, no mês de julho do ano 2000. Os resultados positivos advindos do encontro coroaram o lance econômico internacional mais ousado do início de seu governo.

Sin una transformación a fondo de las estructuras del Estado y del sistema político venezolano, no hay posibilidades de impulsar un proceso realmente productivo de desarrollo económico y social [...] El Estado está desarticulado. Yo soy Jefe de Estado, pero de cuál Estado soy jefe? De un Estado desarticulado, un Estado con un motor fundido, como cuando al tractor se le funde el motor. El motor venezolano está fundido y el Estado es el motor de la nación. Tiene que ser uno de los motores generadores del impulso nacional, sin duda alguna, el Estado (Venezuela, 2005, p.156, t.1).

A completa reformulação das instituições venezuelanas era, portanto, o ponto determinante para o sucesso ou fracasso das transformações estruturais vislumbradas pelos bolivarianos.

### **2.2.2 A Constituição Bolivariana e a afirmação legal da “participação cidadã”**

As modificações no aparelho de Estado estavam profundamente atreladas à construção do denominado “Processo Constituinte”, expressão que remete ao período da história contemporânea da Venezuela iniciado a partir da ascensão política de Chávez, uma vez que a principal proposta bolivariana era, exatamente, a de estabelecer um novo texto constitucional para o país. Ou seja, antes mesmo da instalação da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) já eram fortes os embates relacionados ao previamente anunciado nascimento da chamada “V República”.

A efetiva materialização deste processo teve início em abril de 1999, quando os venezuelanos foram chamados às urnas para responder a um referendo questionando sobre a necessidade ou não de se convocar a ANC. Oitenta e oito por cento daqueles que compareceram decidiram pelo “sim”. Dessa forma, já no dia 25 de julho, foram realizadas novas eleições, desta feita para a nomeação dos deputados constituintes. Demonstrando, novamente, extraordinária pujança eleitoral os bolivarianos conseguiram 121 das 131 cadeiras disputadas no pleito. A 15 de dezembro, pela terceira vez em menos de um ano, a população foi convocada às urnas, agora com o propósito de referendar a nova Carta Magna. Setenta e um por cento dos votantes a aprovaram<sup>74</sup>.

No discurso que marcou o início dos trabalhos da ANC, Chávez ressaltou a necessidade de que a nova constituição fosse elaborada de forma a instituir no país um “Estado de justiça” antes de, propriamente, um “Estado de direito”. Ao fazer esta distinção

---

<sup>74</sup> Conforme atestam os resultados finais da eleição que podem ser consultados através do sítio: <http://www.cne.gov.ve/estadisticas/e042.pdf>.

o presidente colocou em xeque um dos principais cânones do regime *puntofijista* - a igualdade formal entre os cidadãos e os demais elementos da tradição jurídica dogmática - e a ele contrapôs o que viria a ser o mote político de seu governo - a idéia de que deveriam ser instituídas medidas que, ao tratar diferentemente os diferentes na medida de sua diferença, combatessem a desigualdade historicamente arraigada ao desenvolvimento social venezuelano. Em outras palavras, portanto, o discurso inaugural de Chávez instigou aos constituintes a serem ambiciosos, no sentido de produzirem um texto inovador e, acima de tudo, fiel à realidade do país. A carta magna, segundo o presidente, representaria uma oportunidade para começar a reverter e transformar a essa lógica tão desigual (Venezuela, 2005, t.1).

A maioria de legisladores vinculados ao bolivarianismo garantiu a primazia da visão propugnada por Chaves. Dessa forma, no texto constitucional, o sentido atribuído à noção de “direito” dialoga constantemente com o sentido de “equidade”, ou seja, almeja-se o estabelecimento de instituições públicas que promovam mecanismos para a formação de uma sociedade efetivamente igualitária, tanto no âmbito econômico (através de um modelo distributivo e cooperativo) como no político (por meio da democracia participativa e protagônica). Esse posicionamento é, sem dúvida, um reconhecimento ao esforço e às pressões exercidas pelas diversas lutas sociais conduzidas por uma variedade heterogênea e difusa de organizações políticas especialmente a partir da década de 1980<sup>75</sup>.

Contudo, faz-se necessário ponderar que tais princípios são minimizados quando, em artigos subseqüentes, se mantém os privilégios de uma classe social minoritária que continua gozando do direito de explorar a propriedade privada capitalista. O texto assume, portanto, características de um “pós-modernismo constitucional”, onde as linhas políticas ali projetadas conduzem a lugares completamente antagônicos os quais são forçados a conviverem dentro do espaço unitário da constituição (Denis, 2001).

---

<sup>75</sup> O estudo de Garcia-Guadilla (2003), ao classificar as organizações mais ativas durante o processo constituinte com base em suas “plataformas” políticas (luta pelos Direitos Humanos, contra as reformas neoliberais, preocupações ambientais e questões de gênero), conclui que as que obtiveram maior sucesso - medido pelo percentual de propostas formuladas incorporadas ao texto constitucional - foram as organizações civis vinculadas à causas relacionadas aos Direitos Humanos, com 65% das demandas atendidas. Afirma também que as propostas melhores aceitas foram aquelas relacionadas com temas como o aprofundamento da democracia e da cidadania. Não por acaso, esses eram temas os quais faziam parte do “Projeto Bolivariano” para uma nova Constituição e, por isso, receberam apoio da maioria dos constituintes eleitos por meio da plataforma chavista.

Assim, a constituição bolivariana, cumprindo a função de ser a lei fundamental e suprema do Estado, aborda as principais questões referentes à estruturação do aparelho burocrático e formação dos poderes públicos, além de dispor sobre as formas de governo e distribuir competências, direitos, garantias e deveres aos cidadãos<sup>76</sup>.

Há nela, também, outras particularidades previstas que nitidamente carregam em si novidades e/ou marcas típicas do pensamento bolivariano e, pelo seu peso no processo de transformação institucional, devem ser expostas de maneira mais detalhada. São elas:

- Já no preâmbulo, além de renomear o país como “República Bolivariana de Venezuela”, se invoca o exemplo histórico e a doutrina de Simon Bolívar como fontes inspiradoras sob as quais se deve refundar a República e nela estabelecer uma sociedade democrática e participativa.
- Institui-se, na seção referente aos direitos políticos, a possibilidade de se executar referendo popular para matérias de “especial transcendência nacional” (art. 71) e, também, instaura-se a revogabilidade para todos os cargos públicos de natureza eletiva (art. 72).
- Assegura-se expressamente a todos os cidadãos, como obrigação fundamental do Estado, o direito à seguridade social (arts. 80 e 86), habitação (art. 82), saúde (art. 83), formação cultural (art. 100) e educação (art. 102).
- Privilegiam-se as relações internacionais com países da América Latina e Caribe, tendo como esforço fundamental a criação de uma comunidade de nações para a região (art. 153).
- Anuncia-se a descentralização administrativa e transferência de poder decisório (a partir da instalação de mecanismos típicos do modelo participativo de democracia) para as comunidades e associações de bairro como forma destas gerenciarem as atividades sociais básicas, dentre os quais serviços relacionados à saúde, educação, habitação, transporte e cultura (art. 184).
- Reserva-se inteiramente aos entes vinculados ao poder público o comando da atividade petroleira, bem como das demais relacionadas à exploração dos recursos naturais (art. 302). Por razões de soberania econômica, política e de estratégia nacional também se

---

<sup>76</sup> Conforme Moraes (2005) conceitua o termo “constituição”.

delega ao Estado a totalidade das ações da empresa estatal “Petróleos de Venezuela S.A” (art. 303).

- Condena-se expressamente o regime de terras baseadas no latifúndio, definindo-o como contrário ao interesse social (art. 307).
- Afirma-se a co-responsabilidade cívico-militar como princípio básico e indispensável para a efetivação da segurança nacional (art. 326). Confere aos militares o direito ao voto e veda a sua elegibilidade (art. 330).

Ficaram expressos no novo texto, portanto, fortes traços nacionalistas e sociais, características estas historicamente defendidas pelo movimento bolivariano. Assim, entre outras questões, a promulgação da Constituição mantém as atribuições do Estado como o principal ente regulador e supervisor das atividades econômicas; reafirma a universalidade dos direitos humanos e sociais, bem como o dever do Estado de prover os mecanismos necessários para garanti-los; reconhece, além da propriedade privada individual, formas alternativas e comunitárias de propriedade; ratifica a propriedade estatal sobre a totalidade dos recursos naturais, entre os quais os hidrocarbonetos (López-Maya 2004).

À contramarcha das tendências neoliberais até então dominantes, a Constituição de 1999 não só reafirmou como, de fato, aprofundou a gama de direitos sociais, econômicos e culturais dos cidadãos venezuelanos, uma vez que o texto afirma taxativamente a obrigação das instâncias estatais em garantir universal e gratuitamente os direitos acima elencados.

Dentre o conjunto de modificações colocadas, talvez a mais audaz delas refira-se ao novo modelo de democracia instituído no país. Elege-se na carta magna - em seus artigos de número 62, 67 e 168 - a “participação cidadã” como o elemento central a ser seguido pela administração pública venezuelana. A lei suprema estabeleceu a participação como o mecanismo procedimental que define o Estado de direito, o qual não mais se limita ao sufrágio universal.

Estabelecem-se, assim, mecanismos como, por exemplo, a possibilidade de referendo revogatório e a transferência de competência administrativa para associações de bairro. Dessa maneira, se viabiliza a intervenção direta e vinculante dos cidadãos na formulação, definição e instrumentalização da gestão nos governos nacionais e subnacionais, bem como na controladoria social dos mesmos, mediante a instalação de

instâncias de participação que transcendem o marco eleitoral (conforme dispõe o artigo 70 do texto constitucional aprovado em 1999).

Promove-se, pois, uma nova concepção de participação política, agora orientada para a efetiva outorga de poder, autonomia de decisão, controle de recursos e responsabilidades em favor das comunidades organizadas, investindo-as de competência para fazerem parte do processo de planejamento e execução das políticas públicas no país (Añez, López e Soares, 2003).

### **2.2.3. A apoteose eleitoral da revolução bolivariana**

As transformações na configuração institucional venezuelana sedimentada através da Constituição de 1999 forneceram os elementos basilares que permitiram o avanço do projeto de desenvolvimento nacional proposto pelos bolivarianos.

Num intervalo de apenas um ano, o processo político liderado por Hugo Chávez, além de modificar por completo a estrutura administrativa e o arcabouço jurídico nacional, aumentou em grande medida seu peso na correlação das forças políticas atuantes na sociedade venezuelana. As sucessivas vitórias foram tão importantes que Chávez, com menos de seis meses de vigência do novo texto constitucional, posicionou-se da seguinte maneira:

En muchos países han hecho constituciones, han cambiado constituciones, por acuerdos de una cúpula o por acuerdos del poder dominante y han reformado o han hecho otra Constitución. No, nosotros no podemos decir que hicimos otra Constitución, eso no recoge toda la riqueza y la profundidad de este proceso. Hemos derribado la fuerza política dominante del viejo orden. Esa es una realidad perfectamente verificable en la práctica, además, perfectamente cuantificable con matemáticas, incluso [...] Eso viejo orden ha caído estrepitosamente y no debe volver a levantarse. Levantemos un nuevo orden. Levantémoslo en democracia. Amplio y diverso, eso sí, como lo hemos levantando (Venezuela, 2005, p. 416, t.2).

Nesse sentido, já sob a vigência da nova carta magna, o ano dois mil representou mais um passo rumo ao objetivo bolivariano de solidificar seu avanço no cenário político nacional. Por determinação do Tribunal Superior de Justiça, a 30 de julho, convocou-se novamente a população para comparecer às urnas e participar do que ficou conhecido como a “mega-eleição”. Nela, aconteceram votações para todos os cargos eletivos do executivo (presidente, governadores e prefeitos) e do legislativo (deputados que comporiam a nova Assembléia Nacional e os “Conselhos Legislativos Estaduais”).

Chávez, de forma incontestada, saiu como vencedor do pleito. Foi reeleito com 59,72% dos votos válidos que, em comparação com as eleições de 1998, representou um salto de pouco mais de 3 pontos percentuais<sup>77</sup>.

Ademais, de acordo com o estudo de López-Maya (2005), o candidato bolivariano - que havia obtido mais votos em 18 das 24 unidades federativas do país nas eleições de 1998 - saiu-se vencedor, desta feita, em todas menos uma (o estado de Zulia, no qual foi derrotado por seu ex-companheiro de MBR-200 Francisco Arias Cárdenas pela apertada margem de 1,43%).

A avassaladora vitória bolivariana repetiu-se em todos os demais pleitos: 17 governadores (em comparação aos 8 eleitos em 1998), 105 dos 165 deputados da nova Assembléia Nacional (cifra que proporcionou à coalizão governista uma maioria cômoda na casa legislativa) e a maioria absoluta dos novos prefeitos municipais<sup>78</sup>.

O “furacão chavista” completara seu tortuoso caminho. As modificações no cenário político venezuelano por ele provocadas eram profundas, conforme sintetiza López-Maya (2005, p. 232):

En diciembre de 2000 finalizó un período de intensa actividad electoral. En un lapso de 25 meses, que se inició en noviembre de 1998, se habían llevado a efecto dos elecciones presidenciales, dos para gobernadores de estados, se eligieron dos parlamentos, se dieron dos comicios de representantes a las legislaturas regionales, se votaran los representantes para una Asamblea Nacional Constituyente, una elección de alcaldes, otra para concejales y miembros a juntas parroquiales y, por fin, tres referendos [...] Esta intensa actividad electoral permitió el desplazamiento de una elite política dominante en el país desde 1958 y su sustitución por nuevos actores políticos emergentes. Con mucho, la figura más descollante de este proceso fue el actual presidente de la república Hugo Chávez Frías, cuyo carisma y popularidad explican en gran medida las victorias obtenidas. Así, Chávez y las fuerzas y organizaciones que lo respaldaron accedieron a una significativa mayoría de los cargos públicos en los diversos niveles, lo que les va a posibilitar desarrollar en los próximos años las propuestas que venían defendiendo para el país.

Ao cenário político favorável agregou-se outro fator extremamente benéfico à administração bolivariana: o preço do barril de petróleo produzido na Venezuela superou, em setembro de 1999, a barreira dos U\$20,00 chegando ao patamar dos U\$30,00 um ano mais tarde para, em seguida, valorizar-se ainda mais. Desde o início de 2003 a cotação

---

<sup>77</sup> De acordo com o Conselho Nacional Eleitoral, disponível em (<http://www.cne.gov.ve>), Chávez obteve 3.673.685 de votos nas eleições de 1998 e 3.757.773 no ano 2000.

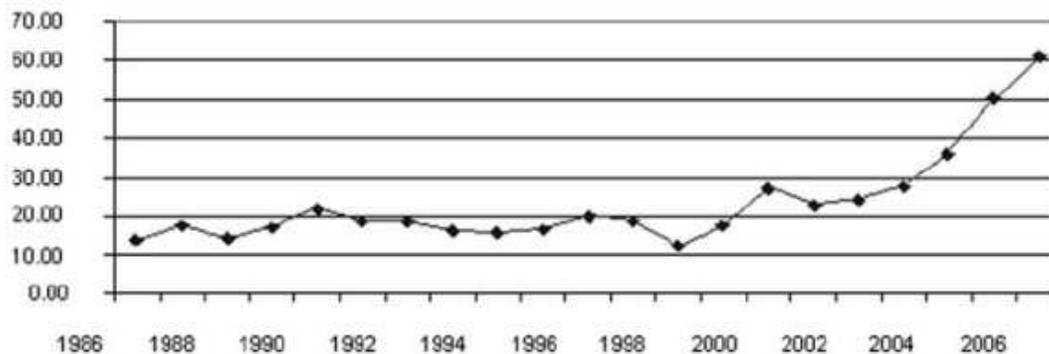
<sup>78</sup> Conforme demonstram os resultados disponibilizados pelo *Consejo Nacional Electoral* no sítio <http://www.cne.gov.ve/>.

mensal do barril subiu de forma exponencial e ininterrupta atingindo o patamar de U\$60,00 em 2006.

---

**Gráfico nº 2.**

**Variação de preço do barril de petróleo venezuelano (dólares)**



Fonte: Hernández e Avedaño (2008, p. 37).

---

Assim, ao largo de 6 anos e meio (como demonstra o **gráfico nº 2**), Chávez teve a oportunidade de desenvolver sua gestão econômica pautado em um valor médio, por barril, de aproximadamente U\$26,00, quase U\$12,00 a mais do que a média registrada durante os tempos em que Rafael Caldera era o presidente<sup>79</sup>.

Tal conjuntura propiciou o incremento nos gastos e investimentos públicos praticamente na mesma proporção do aumento percebido nos preços do combustível. Se no primeiro ano de governo os bolivarianos não dispunham das condições financeiras necessárias para desenvolver uma política agressiva no que se refere aos gastos públicos, a partir do ano 2000 o panorama foi outro.

Em consonância com o prometido durante a campanha eleitoral, Chávez deu vazão a sua “agenda social”, aumentando ininterruptamente os montantes empregados pelo Estado nos programas de combate à pobreza e à exclusão social (conforme demonstra o **quadro nº 9**):

---

<sup>79</sup> O texto de Vera (2005) é bastante rico em números e análises comparativas entre o governo Chávez e o de seus antecessores no que concerne à situação econômica enfrentada pelo país.

**Quadro nº 9.**  
**Gastos Sociais na Venezuela**  
**(1998-2006)<sup>80</sup>**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>Gasto Público Total (% do PIB)</b>	23,7	24,5	29,6	31,6	29,4	31,0	28,4	28,5	31,0
<b>Gasto Social Total (% do PIB)</b>	<b>8,2</b>	<b>9,4</b>	<b>11,0</b>	<b>12,1</b>	<b>11,1</b>	<b>12,1</b>	<b>11,8</b>	<b>11,6</b>	<b>13,6</b>
Educação	3,4	4,1	4,5	4,8	4,6	4,8	4,8	4,1	5,1
Saúde	1,4	1,5	1,4	1,5	1,7	1,5	1,6	1,6	1,8
Habitação	1,0	0,8	1,7	1,0	0,8	1,1	0,6	1,3	1,6
Seguridade Social	1,4	2,0	2,2	3,4	2,8	3,4	3,1	3,0	3,6
Desenvolvimento Social	0,8	0,9	0,8	0,9	0,8	1,1	1,2	0,9	1,0
Cultura e Comunicação Social	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,3	0,3	0,3	0,3
Ciência e Tecnologia	0,1	0,1	0,2	0,3	0,1	0,1	0,3	0,3	0,2
<b>Gasto Social (% do Gasto Público)</b>	34,7	38,5	37,7	38,4	38,2	39,0	41,4	40,6	44,0

Fonte: Weisbrot e Sandoval (2007, p.12)

O significativo aumento da receita petroleira também se fez presente nos demais setores da economia venezuelana. Os principais objetivos traçados pela equipe econômica *chavista* pautaram-se, essencialmente, no incentivo ao reaquecimento do consumo e das transações econômicas internas<sup>81</sup>. Graças à maior capacidade de intervenção e financiamento por parte do setor público foi possível a adoção de uma política monetária de natureza expansionista, aumentando a liquidez das divisas e, com isso, provocando a queda sustentável das taxas de juros (Silva Barros, 2006).

Assim, impulsionado pelo aumento da demanda agregada do mercado interno na ordem de 6%, o Produto Interno Bruto registrado em 2000 cresceu 3,2% em comparação ao ano anterior. Os demais índices macroeconômicos também foram positivos, em especial os que exprimiram a taxa inflacionária (regrediu ao patamar de 13,4%), a balança comercial

<sup>80</sup> Tais cálculos não incluem os gastos sociais efetuados pela PDVSA que, somente em 2006, investiu US\$ 13.300 milhões (equivalentes a 7,3% do PIB nacional) em projetos de cunho social.

<sup>81</sup> De acordo com Maringoni (2009), a partir de 2004, solidifica-se um quadro de altíssima liquidez na economia venezuelana. Tal contexto resultou num aumento exponencial do crédito (conforme as taxas de juros negativas apuradas durante este período demonstram) o que, por sua vez, levou à majoração do consumo de alimentos e de bens de consumo duráveis.

(fechou em superávit na casa dos U\$5,8 bilhões) e o percentual da dívida externa em relação ao PIB (que em 1994 superava os 68% e, seis anos depois, caiu para a casa dos 26,5%). A reação da economia teve efeito positivo imediato nas ações de combate ao desemprego, com a criação de aproximadamente 450 mil novos postos de trabalho (conforme demonstram os dados extraídos do estudo de Severo, 2003).

Somente após dois anos de mandato, período no qual concentrou esforços na recuperação da economia nacional e na construção de um cenário político amplamente favorável às suas pretensões, o governo bolivariano passou a adotar uma postura mais incisiva em relação à profundidade das transformações econômico-sociais por ele perseguidas.

#### **2.2.4. As leis habilitantes e o despertar opositorista**

O ano de 2001 é extremamente importante para a história recente do país, pois simboliza o marco inicial dos embates políticos que assolariam a sociedade venezuelana por um longo período. As forças de oposição à administração chavista, até então desarticuladas, emergiram e organizaram-se para fazer frente às modificações implantadas pelos governistas. A partir daí, estabeleceram-se dois pólos com projetos políticos substancialmente distintos e, em grande medida, excludentes. A disputa entre bolivarianos e seus opositores produziu numerosos e violentos confrontos que colocaram a Venezuela à beira de uma guerra civil.

A mencionada articulação opositorista se deu, num primeiro momento, como resposta à atitude governista de, ao fazer uso das faculdades extraordinárias conferidas ao presidente da República pela Assembléia Nacional, promover importantes modificações na estrutura econômica do país. Tal ação se tornou possível através da utilização de um subterfúgio legal, presente no arcabouço constitucional venezuelano desde a Carta Magna de 1961, que concede ao chefe do Executivo a oportunidade de, excepcionalmente, por um lapso temporal de um ano, legislar nas seguintes matérias consideradas “estratégicas para o desenvolvimento nacional”: financeira, econômica e social; infra-estrutura, transportes e serviços; ciência e tecnologia e, finalmente, organização e funcionamento do Estado.

Assim, a 11 de novembro de 2001, Hugo Chávez veio a público anunciar a promulgação das “49 Leyes Habilitantes”, editadas pelo governo com o objetivo central de

colocar em prática aquilo que, apenas de forma programática, fora regulamentado pela Constituição Federal dois anos antes<sup>82</sup>.

Dentre esse conjunto de leis, quatro tiveram maior repercussão, em especial porque impuseram novas regulamentações para as principais bases de sustentação da economia do país. São elas:

- **Lei de Terras:** Traça novos regulamentos em relação à produtividade e tamanho das áreas rurais de grande extensão e fixa parâmetros técnicos para a efetiva realização de uma reforma agrária no país. Outorga ao Estado o poder de desapropriar e redistribuir as terras de proprietários que não consigam provar com títulos válidos sua legítima propriedade. A redistribuição inclui, também, as terras que ultrapassem os 5.000 hectares ou aquelas consideradas improdutivas. Ademais, é conferido ao ente público o poder e a discricionariedade de decidir sobre o uso das propriedades privadas como medida para enfrentar a crônica debilidade do país em produzir gêneros alimentícios.
- **Lei da Pesca:** Regulamenta as atividades relativas à pesca, sua segunda maior fonte de riquezas do país. Alarga a área de proteção ambiental na costa, ao proibir a pesca de arraste na faixa litorânea situada entre 3 e 6 milhas. O novo texto, explicitamente, protege e favorece a pesca artesanal em detrimento da pesca industrial (controlada, majoritariamente, pela indústria estrangeira) ao instituir medidas para garantir o equilíbrio ecológico marinho.
- **Lei dos Hidrocarbonetos:** fortalece o controle do Estado sobre as atividades de exploração, refino, industrialização, transporte, armazenamento, comercialização e conservação do petróleo ao ampliar os assuntos de competência exclusiva do Ministério de Minas e Energia. Requer-se, ainda, maioria estatal em todas as “joint ventures” do setor petrolífero. Tais medidas diminuem drasticamente a autonomia dos altos-funcionários da PDVSA no controle administrativo da produção do combustível. Também é aumentado o percentual de imposto pago pelas companhias petrolíferas ao Estado venezuelano (de 16,75 para 30%) com o expresse objetivo de ampliar e reforçar os programas sociais.

---

<sup>82</sup> O texto completo que reúne as 49 Leis Habilitantes pode ser acessado através do sítio eletrônico: <http://www.antiescualidos.com/img/00.%20Leyes%20Habilitantes%20-%20Revolucion%20Bolivariana%20-%20Habilitantes.doc>

- **Lei da Educação:** confere ao Estado a possibilidade de supervisionar os programas de ensino ministrados pelas instituições de educação privadas. Limita os subsídios/incentivos a estas favorecendo, assim, a educação pública e gratuita.

Em linhas gerais, é seguro afirmar que o conteúdo das leis habilitantes não transformou a estrutura de classes no país. Porém, não há como negar o fato de seu estabelecimento ter perturbado de maneira significativa os grupos sociais que, historicamente, comandaram o cenário sócio-econômico venezuelano.

O plano de governo levado a cabo pelos bolivarianos durante o ano de 2001 tornou pouco confortável a situação dos grandes latifundiários, dos setores que gerenciavam a produção petroleira e do empresariado local na intrincada disputa entre dois pólos portadores de objetivos e projetos políticos diametralmente opostos.

Ademais, dada a definição constitucional sobre a democracia venezuelana como “participativa e protagônica”, os setores sociais contrários ao projeto político bolivariano se rebelaram contra a imposição das habilitantes, as quais os impedia de exercer seu direito de participar da elaboração das leis complementares à Constituição.

Cientes da adversidade de sua situação, tais setores passaram a empreender uma grande ofensiva para extirpar da presidência da República o grande responsável pelas transformações que, sistematicamente, afrontavam seus interesses. Desde então, conforme abaixo demonstrado, o país foi submetido a uma crescente onda de instabilidade política, ações violentas e desestabilização econômica.

### **2.2.5. Transformações e continuidades no sistema sindical**

A ascensão chavista também provocou drásticas modificações no sindicalismo venezuelano. Desde seu início - tendo em vista o passado extremamente vinculado ao regime *puntofijista* da maior central do país - a postura governista foi a de confrontar a atuação política dos sindicatos ligados à CTV. Tal posicionamento pode ser resumido nas palavras de Nicolas Maduro, um dos principais dirigentes do MVR, para quem:

Los sindicatos son proclives a la corrupción y, por lo tanto, no tienen cabida en el gobierno revolucionario; debemos propiciar alternativas laborales modernas como, por ejemplo, la posibilidad que cada trabajador negocie sus propias condiciones de trabajo, es decir propiciar la contratación individual, el cooperativismo como alternativa al sindicalismo (Citado por Díaz, 2000).

Assim, durante o primeiro mandato de Hugo Chávez (1999-2001), houve várias situações de confronto entre a nova administração e a tradicional central: intervenções em sindicatos, proibição de descontos sindicais em relações de trabalho envolvendo funcionários públicos, congelamento de contas bancárias de sindicatos, entre outras.

Por sua vez, ante esse tratamento, a CTV assumiu – pela primeira vez em sua história – uma atitude confrontacional perante a um governo na Venezuela. Os partidos políticos *puntofijistas* a utilizaram como último e principal reduto de resistência ao governo bolivariano, atitude esta que, novamente, reafirmou a tendência de submissão da central aos interesses do grupo político destronado por Chávez (Diaz, 2000).

Frente à forte resistência exercida pelos dirigentes da CTV diante das propostas bolivarianas, e reconhecendo a importância e o peso da entidade, o governo modificou a sua estratégia de ação e, no final do ano 2000, passou a incentivar que quadros vinculados ao MVR ingressassem na disputa por posições diretivas na central. Formou-se, então, a *Frente Bolivariana de Trabajadores* (FTB), grupo através do qual os apoiadores de Chávez planejavam tomar para si o controle diretivo da mais importante central sindical venezuelana.

Contudo, após um processo eleitoral bastante conturbado, o candidato do governo, Aristóbulo Ruiz, foi derrotado. A frente situacionista foi hábil em desqualificar a candidatura ao expor Ruiz como um agente externo ao movimento sindical, que seria ali inserido para servir exclusiva e mecanicamente aos interesses de Chávez. A derrota deixou clara a grande influência ainda exercida pela AD na CTV.

Também, e de forma mais grave, expôs o equívoco por parte das forças bolivarianas que, estimuladas pelos contínuos triunfos eleitorais de seu principal líder, preferiram apostar na tomada dos cargos diretivos – e, por conseguinte, na manutenção da estrutura verticalizada - ao invés de investir na formação de militantes no chão das fábricas e no interior dos pequenos e médios sindicatos para, assim, dar início a uma duradoura (porém trabalhosa) transformação do sindicalismo desde e a partir de sua base o que, eventualmente, culminaria no controle diretivo da confederação<sup>83</sup>.

Este foi, portanto, um duplo erro por parte dos bolivarianos: político (já que saíram perdedores do pleito) e estratégico (uma vez que perdeu-se a oportunidade de investir na

---

<sup>83</sup> Conforme Diaz (2000) argumenta em seu texto.

formação de um sindicalismo de base). Também fez com que, pela primeira vez desde 1998, a oposição se juntasse para combater alguma proposta elaborada por Chávez. A partir daí, o movimento oposicionista tornar-se-ia cada vez mais forte, transformando a CTV em um dos principais redutos de apoio à oposição.

O resultado das eleições fez com que as relações entre governo e CTV se tornassem ainda mais complicadas. O primeiro passou a tratar a segunda mais como um opositor político do que, propriamente, como uma agremiação laboral. Esta, por sua vez, assumiu um posicionamento combativo frente ao governo, tornando-se uma dos principais agentes articuladoras do golpe de Estado desferido em abril de 2002 e do “lock-out” organizada no ano seguinte.

Para tentar neutralizar a força política assumida pela CTV, no ano de 2002, por iniciativa dos setores de apoio ao presidente Chávez, foi fundada a *Unión Nacional de Trabajadores* (UNT). Esta nova central formou-se pela aglutinação de organizações trabalhistas, especialmente aquelas vinculadas ao funcionalismo público, que se desprenderam da CTV por ocasião da derrota eleitoral governista. Não obstante, devido à falta de coesão interna<sup>84</sup> e à pequena adesão, a UNT foi incapaz de se transformar num ator relevante para o jogo político nacional.

Desde então, se observou uma modificação da ação governamental no manejo das relações sindicais. O bolivarianismo passou a investir pesado em políticas públicas para a formação de cooperativas<sup>85</sup> e para a nacionalização de empresas privadas<sup>86</sup>, de modo a

---

<sup>84</sup> Havia, em linhas gerais, dois posicionamentos políticos antagônicos no interior da UNT: de um lado, a corrente encabeçada por Orlando Chirinos que lutava pela articulação do ao governo sem que houvesse perda de autonomia por parte da recém criada central. Por sua vez, liderada pela dirigente Marcela Maspero, outra vertente assumiu a total defesa e o apoio irrestrito ao governo bolivariano.

<sup>85</sup> As cooperativas estão sendo formadas em praticamente todos os setores da economia. De acordo com a *Superintendencia Nacional de Cooperativas* (SUNACOOOP), havia aproximadamente 1900 cooperativas na Venezuela em 2001. Em julho de 2003 as cifras saltaram para mais de 10 mil - constituídas por cerca de 625.000 cooperados - das quais 34% encontram-se no setor de serviços, 31% na produção de alimentos e 23% no ramo dos transportes. Em julho de 2003, o presidente Chávez anunciou o investimento de 15 bilhões de bolívares direcionados especificamente para o financiamento e auxílio às cooperativas. Ademais, ainda em 2001, uma legislação sobre o tema foi aprovada prevendo que, em igualdade de condições, esse tipo de empresa terá preferência junto a instituições financeiras e de crédito e em contratos com o governo. Através das cooperativas, o Estado pretende fazer com que as comunidades assumam responsabilidades de co-governança na supervisão, controle, administração e execução de políticas públicas. O modelo, em tese, descentraliza o poder das prefeituras, fornecendo aos cidadãos instrumentos legais para o exercício do poder popular. Os cooperados devem se organizar de forma a, coletivamente, gerir seu próprio negócio ou, através de mutirões, tocar alguma obra pública segundo interesses que beneficiem a todos. Tal tarefa requer a participação política dos cooperados em assembléias e reuniões as quais lhes oferecem voz e participação em

retirar os trabalhadores das relações formais de emprego e convertê-los em trabalhadores não sindicalizados.

## PARTE III

### Venezuela em conflito: lutas sociais e participação política (2002-2006)

*Son los capitalistas que tienen, todavía, en sus manos, buena parte de las industrias, los factores de producción desde la tierra y por tanto, el ganado; y tienen todavía, en sus manos, el transporte, los mataderos, se han adueñado de los mataderos que deberían ser municipales, según la ley [...] entonces, le aplican al pueblo la política de desabastecimiento, para tratar de desestabilizar al gobierno, para tratar de restarle apoyo al gobierno, y luego, atacar, y eso es parte de lo momento que estamos viviendo; por lo que hace necesario, imprescindible, un conjunto de medidas, una de ellas, la conformación de nuestro Partido Unido, Socialista, Revolucionario, Bolivariano, porque la situación interna se va a agudizar; en los próximos meses, seguirán mas contradicciones, sencillamente porque nosotros no tenemos planes de detener la marcha de la revolución; todo lo contrario, es la marcha a fondo, y en la medida en que la revolución vaya profundizándose, vaya expandiéndose, esas contradicciones van a aflorar, incluso, algunas que, hasta ahora, se han mantenido tapadas, van a agudizarse, van a intensificarse, porque se trata del tema económico, y no hay nada que le duela más a un capitalista que el bolsillo, pero tenemos que entrar en ese tema; no podemos evadirlo.*

Hugo Chávez Frías.  
(citado por Buzzetto, 2005, p. 178-179)

#### 2.3.1. A oposição em marcha

A construção histórica até aqui apresentada deixa clara as substanciais modificações ocorridas na conjuntura social venezuelana desde meados da década de 1980. Conforme exposto no primeiro capítulo, esse período foi marcado pelo crescente e ininterrupto empobrecimento da população do país. O abismo existente entre o nível de vida experimentado pelos pobres e pelos ricos minou por completo as bases de legitimação da

---

níveis que dificilmente teriam como operários/trabalhadores em empresas privadas (dados obtidos no sítio: <http://www.sunacoop.gob.ve/>).

<sup>86</sup> As estatizações efetuadas na administração Chávez, no que se refere às relações trabalhistas, acabaram não tendo um efeito verdadeiramente transformador, na medida em que a única diferença encontrada é a de que, ao invés de serem trabalhadores de uma empresa privada, estes passam a ser empregados do Estado. A exploração e a extração da mais-valia continuam as mesmas, pois, raramente, se vê a transferência administrativa para as mãos dos operários (Denis, 2001).

democracia *puntofijista* e abriu caminho para a profunda polarização atualmente percebida na política venezuelana.

Datada por este contexto, a ascensão bolivariana foi resultado de uma seqüência de acontecimentos que, cada um a sua maneira, contribuíram diretamente para o colapso do sistema *puntofijista* em voga desde o início da década de 1960. Impulsionados pela atroz repressão ao Caracazo de 1989, um pequeno grupo nacionalista formado majoritariamente por jovens militares, após duas frustradas tentativas de golpe de Estado em 1992, ganhou grande projeção e popularidade ao propor um projeto de desenvolvimento que vislumbrava opor-se às reformas neoliberais que, desde o início da década de 1990, provocavam o aprofundamento dos níveis de pobreza e, por conseguinte, enorme caos social.

Assim, a partir de uma base política constituída por um enorme contingente popular cuja ânsia por profundas transformações era latente, os bolivarianos empreenderam, por ocasião da eleição de Hugo Chávez Frias para a presidência em 1998, um articulado e complexo esforço visando a “refundação” da república. Nesse sentido, o advento da Constituição de 1999 serviu de base para, num primeiro momento, modificar por completo a estrutura institucional do país. Depois, por meio das Leis Habilitantes, tornou-se viável o estabelecimento de significativas transformações nos mais importantes segmentos do setor produtivo nacional como, conforme demonstrado acima, na indústria da pesca e na exploração do petróleo.

Até esse exato momento, as tradicionais forças políticas, inertes e desconexas, derrota após derrota, pareciam não ter resposta para a fulminante investida bolivariana. Contudo, a partir do final de 2001, o país foi tomado pelo desenvolvimento de um poderoso movimento de integração das forças de oposição ao governo que rapidamente se fortaleceu e, por diversas vezes, esteve próximo de derrubar Chávez e retomar seu espaço privilegiado no cenário político do país.

Para tanto, exigiu-se um comportamento político bastante ativo por parte das camadas mais abastadas da sociedade venezuelana. Até a ascensão chavista, tais setores concentravam-se primordialmente em manter sob seu controle as instituições estatais. Porém, o novo contexto os obrigou a assumir uma postura mais combativa e de mobilização, projetando sua influência e poderio econômico de forma incisiva para

envolver e organizar parte importante da população em torno de seu objetivo de desestabilizar o novo regime.

Nesse sentido, a primeira “greve”<sup>87</sup> geral oposicionista (dezembro de 2001), o efêmero golpe de Estado (abril de 2002), a segunda greve geral (entre 2002 e 2003) e o referendo revogatório (agosto de 2004) são acontecimentos extremamente relevantes para história contemporânea do país. Porém, não faz sentido estudá-los sem, antes, ter a exata noção de quais foram os agrupamentos sociais responsáveis por tais ações.

De acordo com López-Maya (2004), as forças de oposição ao presidente Chávez foram formadas por um conjunto bastante diversificado de grupos políticos articulados em torno da chamada “*Coordinadora Democrática de Acción Cívica*” (CD), organização “guarda-chuva” cuja principal singularidade dizia respeito à constante alternância de atores em seu comando. De acordo com García-Guadilla (2006, p. 42):

La Coordinadora Democrática se autodefinió como un movimiento democrático y pluralista, destinado a canalizar esfuerzos de diversos grupos e individualidades de la sociedad civil, respetando la autonomía y la independencia de cada uno, con la finalidad de defender el sistema democrático, el estado de derecho, las libertades individuales y la estabilidad institucional. Más aún, aspiraba convertirse en un punto de apoyo para la oposición democrática, y en una referencia válida, sólida y coherente con credibilidad y alcance dentro del entorno político nacional e internacional y actuar como ente vigilante del Estado, sin pretender convertirse en partido político ni en plataforma electoral.

A mencionada organização foi composta por um conjunto diverso e heterogêneo de setores sociais os quais, por diferentes motivos, sentiram-se prejudicados pelas modificações estruturais impostas no decorrer da administração bolivariana. Dentre estes, o que trabalhou com mais afinco pela organização e mobilização oposicionista foi, indubitavelmente, o empresariado (representado pelo sindicato patronal FEDECAMARAS, o qual liderou o movimento pela reestruturação dos tradicionais partidos políticos, em especial a AD).

Vale destacar, também, o decisivo papel desempenhado pelos meios privados de comunicação que, atuando com alto nível de coesão, foram extremamente valiosos para a

---

<sup>87</sup> Cumpre salientar de antemão que o uso do termo “greve” para classificar as ações perpetradas pela oposição à Chávez é uma imprecisão teórica. Tanto o movimento levado a cabo em dezembro de 2001 quanto a paralisação entre 2002 e 2003 são, na verdade, “*lock outs*” e não greves: foram organizadas pelos patrões, sem o apoio dos trabalhadores. Contudo, na presente dissertação, será mantido o uso do termo “greve”, uma vez que este foi erroneamente utilizado pelos próprios manifestantes e, por isso, difundido na imprensa e incorporado em muitos dos estudos sobre o tema.

elaboração e organização das manifestações oposicionistas. A imprensa escrita e as emissoras privadas de rádio e televisão venezuelanas, por serem de propriedade das famílias politicamente ligadas ao *puntofijismo*, funcionaram como uma poderosa arma utilizada pelos opositores para desestabilizar o governo e agregar força ao seu movimento.

Sobre as convicções políticas do bloco de oposição ao presidente Chávez é nítido que correspondem a posicionamentos de matriz eminentemente liberal, afastados dos velhos valores do populismo totalitário típico do período *puntofijista*. Não obstante, o referido grupo logrou absorver em seu interior as estruturas e personagens que restaram do referido regime. Suas principais características remetem-se à postura refratária perante as propostas por eles consideradas “voluntaristas” levadas a cabo pela administração Chávez. Também, colocam-se em oposição à prática estabelecida pelas elites políticas no início da década de 1990, assumindo uma postura crítica e de lucidez teórica e programática em relação aos limites da democracia liberal e da proposta neoliberal de desenvolvimento (López-Maya, 2005).

Nesse sentido, o grupo em questão reconheceu a necessidade de não mais ignorar política e socialmente as classes subalternas e, por isso, passaram – ao menos na oratória – a propor projetos pautados na incorporação de tais classes à dinâmica internacional do modo de produção capitalista. Assim, parte da oposição - a vertente “social-democrata” - vê com bons olhos a formatação dos programas sociais *chavistas* os quais propiciam, através da distribuição de renda, o aquecimento do consumo e o fortalecimento do mercado interno. Contudo, cabe destacar que, apesar de minoritários, também fazem parte da oposição venezuelana setores golpistas - instruídos por concepções retrogradadas e ultraconservadoras - que enxergam o governo Chávez como um completo retrocesso. Por isso, não medem esforços para removê-lo do poder (Denis, 2001).

### **2.3.2. Entre o golpe e as marchas: a explosão participativa em tempos de Chávez**

Foi contando com o total apoio dos principais meios de imprensa venezuelanos que a CD organizou para 10 de dezembro de 2001 (o dia da entrada em vigor das Leis Habilitantes) um ato político de protesto. Como forma de se opor às novas intervenções estatais nas atividades econômicas as quais, segundo eles, feriam princípios básicos do estado democrático de direito, a federação das indústrias (FEDECAMARAS) conclamou

aos empresários a pararem por um dia as atividades produtivas do setor privado para, assim, aderirem ao “**I Paro Nacional**”.

Este foi, de fato, o primeiro ato concreto organizado pela oposição com resultados contundentes. Além de reunir um amplo conjunto de forças contrárias ao bolivarianismo que, até então, encontravam-se dispersas, estima-se que cerca de 90% das atividades econômicas foram paralisadas naquele dia. Os setores bancários, as empresas de telecomunicações, os empresários do turismo, da energia, os proprietários rurais, enfim, o empresariado local dava uma resposta “contundente e cristalina” contrária às atitudes do governo<sup>88</sup>.

As conseqüências provocadas pelos resultados desta manifestação tornaram ainda mais conturbadas as relações e o convívio entre as forças oposicionistas mobilizadas e o governo bolivariano. De um lado, as primeiras - fortalecidas pelo êxito do Paro - ameaçavam com novas paralisações caso as 49 leis não fossem imediatamente derogadas. De outro, o último endurecia ainda mais sua posição negando-se a modificar ou suspender a vigência das leis. Já o MVR firmou posição de expulsar de seus quadros os deputados que fizessem acordos ou negociassem com a oposição. O desenrolar dos acontecimentos indicava, tomando como base o comportamento confrontacional das duas partes, que uma saída conciliatória e institucional era cada vez menos provável.

A tensão entre os dois pólos tornou-se cada vez mais freqüente. Os primeiros meses de 2002 foram marcados pela intensa atividade política tanto por parte dos governistas quanto de seus opositores. A estratégia utilizada por ambos os lados era a de reunir o máximo de simpatizantes e realizar marchas pelas ruas de Caracas como forma de reafirmar suas convicções políticas e demonstrar sua força e poder de organização.

Assim, em 23 de janeiro (aniversário da queda do regime ditatorial comandado por Marcos Pérez Jiménez) a oposição conseguiu reunir uma multidão para marchar contra o que eles consideravam ser o surgimento de uma nova ditadura imposta pelos bolivarianos ao país. Por sua vez, logo em seguida, os governistas responderam com uma mobilização

---

<sup>88</sup> Foram esses os termos utilizados por Pedro Carmona, principal articulador da *lock out*, para definir o movimento. Segundo ele a paralisação era resultado direto de “uma demonstração de miopia do governo que virou as costas para a realidade nacional e para o sentimento das grandes maiorias. A responsabilidade do estadista é reunificar o país, não estimular a luta de classes”. Citado por Maringoni (2004, p.187).

ainda maior em 4 de fevereiro, homenageando os dez anos da tentativa frustrada de golpe de Estado comandado por Hugo Chávez.

Nessa toada, mês após mês, uma sucessão de marchas organizadas pelas forças de oposição eram prontamente respondidas por contramarchas lideradas por apoiadores do governo bolivariano, e vice-versa. Os venezuelanos de classes médias e altas, capitaneados pela FEDECARAMAS e pela CTV, disputavam palmo a palmo as ruas de Caracas com os setores populares liderados pelo presidente e suas forças políticas.

Pouco a pouco, o quebra-cabeça que conduziu ao golpe de Estado em 11 de abril foi sendo montado com base nas manifestações e protestos que mobilizavam parte significativa da população venezuelana. O envolvimento e a ativa participação de diversos setores sociais demonstram que, muito em decorrência da ascensão bolivariana, instalou-se no país uma complexa e densa luta pelo poder político, luta esta não circunscrita à tradicional disputa partidária pelo controle das instituições estatais. Ao contrário, considerável parcela da população - incentivada ou não pelo *chavismo* - demonstrou estar ativa e profundamente envolvida com o processo político em curso. Estendeu-se, de fato, o espaço da política. A sociedade civil venezuelana, extremamente heterogênea e polarizada, tornou-se parte decisiva na intrincada disputa pela hegemonia política no país (López-Maya, Smilde e Stephany, 2002).

O ápice dos confrontos entre os dois pólos ocorreu em abril de 2002, mês em que Hugo Chávez decidiu nomear pessoas de sua confiança para formar uma nova diretoria na PDVSA. Aqui, mais uma vez, a questão petroleira assumiu posição central nas disputas políticas venezuelanas. O projeto delineado pelos bolivarianos para o funcionamento da atividade e a destinação do lucro petroleiro era notoriamente conflitante com aquele defendido pelos funcionários de carreira da empresa. O alto grau de autonomia historicamente experimentado pela estatal dificultou a implementação da nova política idealizada pelos bolivarianos. As ordens do governo eram abertamente rechaçadas pela diretoria da PDVSA (Uharte Pozas, 2008, p. 137).

Exposto a tais obstáculos, Chávez optou por modificar por completo o corpo de gestores responsáveis pela administração da empresa. Argumentando que tal atitude não respeitava a meritocracia interna da corporação, os diretores não aceitaram as novas nomeações e, de quebra, decretaram “greve” por tempo indeterminado. Essa era a fagulha

que necessitava a oposição para articular suas bases de apoio, colocá-las nas ruas e pressionar pelo impeachment do presidente<sup>89</sup>.

A CTV, em apoio à “greve” promovida pelos dirigentes da PDVSA, convocou uma paralisação geral do setor privado para o dia 9 de abril. Inicialmente, o ato estava previsto para durar 24 horas e contou com o apoio contumaz da FEDECAMARAS, da igreja católica e de diversas organizações sociais e políticas de oposição ao governo bolivariano. Contudo, a mobilização ficou longe de obter os resultados contundentes obtidos durante o “Paro” de dezembro do ano anterior. Desapontados com os resultados, os organizadores decidiram prolongar a “greve” por mais um dia e, também, articular uma marcha pela cidade de Caracas. No dia seguinte, a convocatória oposicionista foi prontamente atendida e uma multidão marchou pelo percurso programado. À medida que as imagens eram divulgadas pela mídia, a marcha oposicionista ia aumentando de tamanho<sup>90</sup>. Estima-se que aproximadamente 500 mil pessoas juntaram-se à caminhada.

Cientes da propensão golpista adquirida durante a manifestação da oposição os militantes do MVR, também em grandes quantidades, se dirigiram ao palácio de Miraflores com o objetivo de brechar a marcha e proteger ao presidente. Estava claro, já naquele momento, que o conflito era inevitável<sup>91</sup>.

O que se presenciou durante à tarde do dia 11 de abril de 2002 nas principais avenidas da capital venezuelana foi mais um sangrento episódio da história política do país. Franco-atiradores contratados pelas forças oposicionistas foram previamente posicionados no alto de alguns prédios que circundam Miraflores e esperaram o momento exato em que se deu o encontro entre os dois pólos para, a esmo, atirarem contra a multidão, ocasionando a morte de 14 pessoas e ferindo outras 56. O caos estava instalado. Nenhuma das marchas

---

<sup>89</sup> A narrativa dos fatos históricos que culminaram no golpe de Estado baseia-se no relato feito por López-Maya (2004).

<sup>90</sup> Sobre a participação dos meios privados de comunicação durante o golpe de Estado na Venezuela, Maringoni (2004, p. 32-33) elucida: “Quem quisesse acompanhar em detalhes os meandros do golpe não deveria ir a Miraflores e muito menos ao forte Tiúna. [...] Aquele que desejasse ter uma visão privilegiada dos acontecimentos deveria ir para casa e sentar-se em frente à televisão. Era lá que o verdadeiro golpe ocorria. [...] A história do golpe de abril, na Venezuela, pode ser resumida como a tentativa da realidade virtual se apoderar do que se poderia chamar de ‘mundo real’. E a crônica da reação popular seria a narrativa de como a realidade empurrou de volta às telas, ao mundo do simbolismo eletrônico, a fúria das classes dominantes.”

<sup>91</sup> “Cuando los líderes de la oposición invocaban la consigna ‘ni un día más’ frente a un mar de ciudadanos que luego pudo alcanzar el medio millón, seguramente ya vislumbraron que la cívica iniciativa se convertiría en un cruento duelo batido en los alrededores del Palacio de Miraflores”. Esse é o relato da jornalista Luisa García que cobriu *in loco* a manifestação oposicionista (citado por Objetivo: Miraflores, 2002, p. 06)

sabia de onde vinham os tiros e, pior, quem atirava. Tudo perfeitamente orquestrado<sup>92</sup>. Havia, enfim, uma justificativa para a efetivação do **golpe de Estado**.

Algumas horas depois, uma junta de militares veio a público para demonstrar apoio ao golpe: não mais reconheciam Hugo Chávez Frias como presidente da República. Diversos noticiários davam conta de que Pedro Carmona Estanga já era, oficialmente, o responsável pelo governo de transição. Nas primeiras horas do dia 12 de abril, o general Lucas Rincón Romero, em rede nacional, anunciou a renúncia de Chávez. Pouco depois, ficaria comprovado que a renúncia nunca ocorrera. Às quatro horas da manhã foi televisionado, ao vivo, o momento em que Chávez saiu escoltado do palácio presidencial de Miraflores para entregar-se preso na base militar de *Forte Tiuna*, nas cercanias de Caracas. Em seguida, foi transferido para outra base localizada na ilha *La Orchila*, onde ficaria sob custódia pelos próximos dois dias.

Após terem logrado prender o líder bolivariano, a euforia tomou conta dos golpistas e de seus apoiadores. Já ao amanhecer, em um momento napoleônico, Pedro Carmona se auto-proclamou presidente da República, muito embora não existisse nenhum tipo de documento comprovando a renúncia oficial de Chávez. As primeiras atitudes de Carmona, logo em seu “discurso de posse”, foram as de revogar por completo as Leis Habilitantes, fechar o Congresso Nacional, destituir os responsáveis pelo poder Judiciário e retirar a designação “Bolivariana” do nome oficial do país<sup>93</sup>.

O que não estava previsto pela, até então perfeita, articulação golpista era a possibilidade de um contragolpe. Uma sucessão de equívocos (como, por exemplo, as decisões de Carmona acima descritas) e os diversos conflitos surgidos no interior da aliança demonstraram o total despreparo e inabilidade dos líderes da insurreição em manejar o poder após a efetiva tomada do palácio presidencial.

---

<sup>92</sup> Para compreender detalhadamente tudo o que ocorreu durante esta conturbada tarde em Caracas, é indispensável assistir a dois documentários produzidos a partir de filmagens ao vivo dos acontecimentos. O primeiro, cujo título é “*La revolución no será transmitida* (abril de 2003), demonstra claramente que os militantes bolivarianos filmados disparando armas de fogo o faziam não contra a marcha opositora (conforme foi amplamente divulgado pela imprensa), mas sim contra guardas metropolitanos. O fizeram como forma de defesa, uma vez que os policiais disparavam contra civis desarmados. Estes chavistas demonstram judicialmente sua inocência e, por isso, foram absolvidos das acusações a eles imputadas no final de 2003. O segundo documentário chamado “*Punte Llaguno: las claves de una masacre*” (2004) comprova, a partir de uma incontestável documentação audiovisual, ser falaciosa e irresponsável a cobertura dos meios privados de comunicação.

<sup>93</sup> O golpe de Estado se configurou plenamente, já que a Constituição venezuelana dispõe que, em caso de renúncia, destituição ou morte do presidente da República, cabe ao vice-presidente assumir o cargo.

Ademais, os militares que apoiavam o regime bolivariano - segundo López-Maya (2005), estima-se que 80% dos generais com comando operacional permaneceram fiéis à Constituição - já articulavam meticulosamente um plano para ocupar Miraflores e devolver a Chávez seu lugar como o chefe do executivo.

Esse fato, somado à extraordinária pressão exercida por aproximadamente um milhão de pessoas que desceram os morros da cidade de Caracas para exigir a volta imediata do presidente democraticamente eleito, pode explicar a efemeridade do regime encabeçado por Pedro Carmona. As forças opositoras, menos de 48 horas após terem forçado sua saída pelos fundos de Miraflores, não foram capazes de deter a insurreição civil e militar que, apoteoticamente, reconduziu Chávez ao poder. Acabava, assim, o governo de “Pedro, o breve”.

Em que pese o resultado final dos confrontos terem sido amplamente favoráveis aos bolivarianos, as conseqüências deles decorrentes não os deixaram em uma situação confortável. O governo foi obrigado a reconhecer suas falhas e teve de redirecionar esforços para se fortalecer política e institucionalmente. Em oposição às intransigentes atitudes tomadas após o Paro de dezembro de 2001, Chávez optou por uma estratégia caracterizada pelo esforço à conciliação e ao diálogo com as forças opositoras.

Nesse sentido, houve reformulação de boa parte do gabinete executivo do governo, em especial da equipe econômica, para torná-la mais flexível às demandas do empresariado nacional. Também se costurou uma aliança com os gerentes da PDVSA, mantendo-os em seus postos e, por conseguinte, revogando a polêmica diretiva que ensejou o movimento “grevista” na estatal. Por fim, o presidente afastou e colocou na reserva todos os militares insurrectos sem, contudo, submetê-los à corte marcial.

Entretanto, tais medidas não surtiram os efeitos idealizados pela equipe chavista. A oposição, após algumas semanas de tensão causada pelo fracasso da insurreição, reagrupou-se e insistiu em seu posicionamento pretérito de não negociar com o governo. Dessa forma, já no mês de outubro, as forças opositoras - insufladas pelo sentimento de impunidade gerado pela controversa decisão da Suprema Corte Venezuelana de sequer levar a julgamento quatro oficiais pelo crime de rebelião militar<sup>94</sup> - demonstraram estar plenamente

---

<sup>94</sup> Em seu estudo, Margarita López-Maya (2004, p. 116) reproduz parte do relatório da Provea, importante organização de direitos humanos da Venezuela, sobre o caso. “Negar la posibilidad de un juicio cuando es público y notorio la existencia de indicios de comisión del delito de rebelión militar sería un acto de

recuperadas a ponto de, a partir da iniciativa de quatorze membros da FAN, fazer apologias pela desobediência civil e ocupar e declarar “território livre” um importante bairro da cidade de Caracas.

Nesse sentido, mesmo após o violento desenlace ocorrido em abril, a intensa mobilização por parte dos dois pólos permaneceu constante. As gigantescas marchas oposicionistas, e as não menores contramarchas bolivarianas, continuaram a ser mensalmente organizadas, demonstrando que a instabilidade política e o clima de violência ainda estavam presentes. Essa dinâmica conduziria a uma nova ofensiva insurrecional por parte das forças contrárias ao governo. Desta vez, porém, o país sairia ainda mais prejudicado, tendo em vista as devastadoras conseqüências que as atitudes oposicionistas trariam para a economia nacional.

A mencionada investida teve início a 2 de dezembro de 2002, quando outra paralisação geral dos serviços privados foi convocada. Arquitetada pelos mesmos grupos organizadores da “greve” no ano anterior, a novo esforço oposicionista atingiu proporções ainda maiores, na medida em que abarcou não só as instâncias administrativas da gigante estatal PDVSA como, também, considerável parcela da gerência operativa e dos capitães das embarcações mercantes da empresa.

Dessa forma, em poucos dias, o chamado “**Paro Sabotagem Petroleiro**”<sup>95</sup>, logrou interromper por completo as atividades de prospecção e comercialização de petróleo na Venezuela. Consubstanciava-se, portanto, outro duro golpe ao governo bolivariano que se via obrigado a enfrentar novamente a oposição, desta feita respaldada pela companhia responsável pela mais importante fonte de recursos do país.

Novamente, a adesão à “greve” por parte do setor privado foi quase total. Até mesmo as escolas particulares suspenderam suas aulas. Supermercados e bancos abriam, apenas, durante meio expediente. A situação mostrava-se bastante crítica, em especial pelo fato de, já nos primeiros dias de paralisação, produtos essenciais - tais como gasolina e alimentos - não estarem normalmente disponíveis para o rotineiro consumo da população.

---

impunidad de suma gravedad, solo explicable por la polarización del Tribunal Superior de Justicia de la cual, como hemos dicho, el oficialismo es uno de sus principales responsables.”

<sup>95</sup> A narrativa dos fatos históricos que compõem o “Paro Sabotagem Petroleiro” baseia-se no relato apresentado por López-Maya (2005).

Contrariando muitos prognósticos que asseguravam ser impossível a sobrevivência de um regime político na Venezuela sem o suporte do comércio petrolero, Chávez e as forças a ele aliadas resistiram. O governo resolveu utilizar-se da coerção para reaver o controle sobre a PDVSA. A FAN foi chamada para retomar as embarcações que estavam paradas. E assim ocorreu. Apesar das enormes dificuldades, a indústria petrolera aos poucos retomou sua produção habitual e a administração bolivariana, além de demitir aproximadamente 18.000 funcionários sob a justificativa de abandono do trabalho, teve a oportunidade de aprofundar o processo de reestruturação da empresa.

Por sua vez, os setores populares, novamente, vieram em socorro do governo ao se articularem para pressionar os comerciantes a reabrirem seus estabelecimentos. Para tanto, incontáveis ações judiciais foram ajuizadas contra as grandes empresas e instituições bancárias sob o argumento de que não havia elementos para investir de legalidade o movimento “grevista”. A partir do momento em que as sentenças judiciais passaram a ser favoráveis aos autores das ações - instituindo vultosas multas aos estabelecimentos que permanecessem fechados - a paralisação perdeu força. Depois de 63 dias, sem nunca ter tido seu término formalmente decretado, o “Paro Petrolero” se dissolveu e a vida no país começou a voltar à normalidade.

Ao contrário do que ocorrera por ocasião do golpe de Estado, o “Paro Sabotagem” produziu um claro resultado político a favor das forças bolivarianas. O fato de a rebelião ter sido liderada pelo alto funcionalismo da PDVSA acabou propiciando ao governo a oportunidade de trocar todo o corpo dirigente da empresa e, com isso, livrar-se do principal entrave para a execução da “reforma petrolera” por ele idealizada. De um total de aproximadamente 40.000 empregados, quase a metade foi demitida, sendo que a maior parcela deste montante correspondia a cargos ocupados por executivos. Com isso, colocou-se em xeque a histórica autonomia da corporação frente ao executivo nacional.

O caminho estava livre para o Estado venezuelano converter os elevados rendimentos provenientes do comércio petrolero na principal fonte de financiamento das políticas econômicas e sociais claramente vinculadas ao projeto bolivariano. Estas, em contrapartida, solidificaram ainda mais a popularidade de Chávez entre os setores populares. Ao mesmo tempo, a oposição perdeu uma de suas principais, senão a principal, forças de articulação e financiamento.

Por outro lado, os efeitos da “greve” geral também causaram graves prejuízos para o projeto bolivariano e, em grande medida, à população venezuelana em geral. A devastação econômica gerada pela paralisação da PDVSA culminou na estrondosa queda de 27% do PIB no primeiro trimestre de 2003<sup>96</sup>. Tamanho buraco resultou na falência de um incontável número de pequenas e médias empresas o que, por sua vez, elevou de imediato o índice de desemprego no país. Em um intervalo de apenas 4 meses, a porcentagem de desempregados saltou de 15,4 para 20,3% (Vera, 2005).

Vale destacar, também, que ocorreu sabotagem em diversos setores da indústria petrolífera. Importantes equipamentos e instalações foram seriamente danificados. Até todo material ser recuperado a empresa teve de ser operada total ou parcialmente de maneira manual sofrendo, com isso, grandes dificuldades para voltar ao pleno desempenho produtivo.

Diante dessa difícil conjuntura o restante de 2003 foi adverso para a equipe econômica do governo que teve de se desdobrar para recuperar o setor produtivo do país. Entre outras medidas, foram colocadas em prática políticas públicas de caráter emergencial para promover a normalização do abastecimento da gasolina e dos gêneros alimentícios. Também, apostou-se em um rígido controle cambial para possibilitar o aumento dos gastos públicos<sup>97</sup>.

### **2.3.3. As *misiones* e o novo modelo administrativo do Estado venezuelano**

Mediante tais ajustes o projeto bolivariano conseguiu reativar com sucesso seu audacioso conjunto de políticas sociais. Agregado a essa favorável conjuntura interna, os altos preços do petróleo no mercado internacional proporcionaram ao governo de Hugo

---

<sup>96</sup> No mesmo período, a atividade petrolífera registrou recuo de aproximadamente 50% (Vera, 2005).

<sup>97</sup> Conforme explica Vera (2005, p. 23), uma das medidas macroeconômicas adotadas desde o início da administração Hugo Chávez foi, exatamente, o forte controle cambial como mecanismo para estabilizar a inflação. Nos dois primeiros anos de governo, a escolha de tornar fixo o câmbio mostrou-se amplamente exitosa e o índice inflacionário mensal manteve-se no patamar de um ponto percentual. Contudo, à medida que o mercado se deu conta da sobrevalorização da moeda, a saída e o fluxo de capitais passaram a ameaçar o regime cambial. Assim, em 2001, a situação já era preocupante tendo em vista que 36% dos ativos externos líquidos das reservas internacionais foram perdidos. Em fevereiro de 2002, ante a iminência do colapso cambial, o governo decidiu promover mais um ajuste e transformou em flutuante o sistema de câmbio. Como consequência, houve uma aguda reação nos preços e a inflação registrada nesse mês superou os 4%. Os “Paros” só agravaram os problemas. Porém, em março de 2003, com o arrefecimento da crise política e contando com a possibilidade de, a partir do controle político da PDVSA, gerenciar a maior parte do fluxo de divisas o governo optou, novamente, pela implementação de um controle de câmbios integral.

Chávez abundantes recursos fiscais para salvaguardar a economia nacional<sup>98</sup>. Após a devastadora queda do PIB ordem de 7,7% no ano de 2003 (decorrente das perdas ocasionadas pelo Paro petrolero), a atividade econômica no país só aumentou, crescendo 17,9% em 2004, 9,3% em 2005 e 9,6% em 2006<sup>99</sup> (conforme dados da CEPAL).

Os altos investimentos efetuados pelo governo, além de responder às urgentes necessidades da população, ajudaram a recuperar o aparelho produtivo nacional. Com esse propósito foram instituídos programas destinados ao desenvolvimento da economia popular, fomentando-se a formação de cooperativas e de pequenas empresas. Concomitantemente, aumentou-se a disponibilidade de crédito para o financiamento de microempresas e articulou-se um plano de combate ao desemprego por meio de um projeto de capacitação para o trabalho financiado pelo Estado (Ellner, 2006).

Até aquele momento, o governo bolivariano enfrentara dificuldades em suas tentativas de reorientar a gestão pública e, por conseguinte, os órgãos administrativos então existentes. A realidade apontava para estruturas ineficientes que, há muito, haviam sendo continuamente submetidas a processos de desvalorização e precarização: baixos salários, pouca produtividade e limitada formação técnica eram, e ainda são, alguns dos inúmeros problemas encontrados. Ademais, o funcionalismo público estava tomado pela corrupção, pelo clientelismo e pelo corporativismo e, por isso, mostrava-se totalmente refratário às modificações propostas (Dennis, 2001).

Contudo, respaldado pela incontestada vitória política obtida com a derrota do “Paro Petrolero”, o governo Chávez optou por implementar um novo modelo administrativo pautando-se pela expansão do aparelho público e pela criação e fortalecimento de uma estrutura administrativa paralela e complementar à existente.

Tais modificações foram impostas para dar vazão à expansão dos programas sociais vislumbrados pelo governo. Ao invés de apostar na confrontação frontal e na reforma completa das estruturas existentes, o projeto bolivariano optou por construir instituições paralelas e complementares para que estas, com o tempo, acabassem por substituir e/ou

---

<sup>98</sup> O barril do petróleo venezuelano, que em 2003 era cotado a U\$ 25,80, passou a valer no ano de 2006 mais do que o dobro, sendo cotado a U\$ 55,90 (conforme aponta o estudo de Baptista, 2005).

<sup>99</sup> Ademais, a Venezuela desempenhou um ativo, e por vezes controverso, papel no sistema internacional, em especial por sua decisão de modernizar a Força Armada e pelo investimento em esforços para a conformação de alianças multilaterais entre os países latino-americanos (entre os quais se destacam a formação da ALBA, o ingresso do país no MERCOSUL e os diversos convênios de cooperação energética com nações da América Central).

absorver as anteriores. Ou seja, ao invés de delegar, por exemplo, ao Ministério da Saúde a supervisão das políticas de saúde, a administração bolivariana criou outra instância, chamada *Barrio Adentro*, para fazê-lo. Contrataram-se, assim, novos funcionários, muitos deles militantes e líderes populares dispostos a seguir as determinações dos políticos ligados à Chávez (Denis, 2001).

Assim, em 2003, ano marcado pelas mudanças diretivas na PDVSA e pelo exponencial aumento nos preços internacionais do petróleo, o governo bolivariano reuniu as condições necessárias para concretizar as modificações de governabilidade acima aventadas e deu início à uma massiva e dispendiosa campanha de investimentos públicos destinados ao combate e à erradicação da pobreza. A partir desse período foram implantadas as chamadas “*misiones sociales venezolanas*”, programas de auxílio social e de distribuição de renda estruturados para sanar as mais básicas debilidades há muito presentes no país.

Dentre estas, as que receberam maior atenção e recursos foram: “Misión Robinson” que, com a ajuda de mais de 100.000 voluntários, conseguiu alfabetizar aproximadamente 1.200.000 cidadãos, fazendo da Venezuela o segundo país latino americano, depois de Cuba, a extirpar o analfabetismo de seu território; “Misión Sucre” que possibilitou a meio milhão de jovens e adultos a oportunidade de ingressar em algum curso de ensino superior; a supramencionada “Misión Barrio Adentro” que, contando com a ajuda de aproximadamente 18.000 profissionais da saúde, implantou no país o modelo cubano de medicina preventiva realizando, em apenas um ano e meio, o total de 56.883.421 consultas médicas e, por fim, a “Misión Mercal” que instituiu uma rede de mercados populares subsidiados pelo governo para ofertar a preços simbólicos os alimentos que compõem a cesta básica (Bonilla-Molina e El Troudi, 2004).

De acordo com Lander (2007), as principais virtudes das *misiones* residem, por um lado, em sua capacidade de ignorar os obstáculos burocráticos então existentes e, assim, chegar de forma direta e rápida aos setores mais explorados da população, para os quais as políticas públicas foram desenhadas e, em grande parte das vezes, implantadas com sucesso. Ademais, muitas dessas experiências incentivaram a promoção de atividades coletivas e dividiram responsabilidades com os próprios beneficiários dos programas, os quais definiram a territorialidade (os *Barrios* nos espaços urbanos e as pequenas

comunidades rurais) como principal delimitador de sua atuação. Conseqüentemente, não há como negar o expressivo impacto exercido pelas *misiones* na melhoria das condições de vida dos venezuelanos e, também, sua ajuda para a formação de uma amplo e novo grupo de instâncias políticas coletivas e populares.

Porém, ainda de acordo com Lander (2007), a dupla-institucionalidade estabelecida pelas *misiones* – que, em alguns casos, concorriam com os ministérios para administrar as mesmas áreas – onerou profundamente os cofres públicos venezuelanos. Além disso, a maleabilidade e, por vezes, a falta de instâncias administrativas - fator que, inicialmente, permitiu às *misiones* chegarem de forma rápida e direta aos setores populares - passou a ser uma fonte de problemas, tendo em vista que a pouca regulamentação institucional resultou numa profusão de procedimentos obtusos. Impossibilitou-se, assim, o eficaz exercício da controladoria social e o conseqüente combate à corrupção e ao clientelismo.

Outra debilidade referente às *misiones* - que será mais bem desenvolvida no próximo capítulo - diz respeito à dependência estrutural entre as instâncias organizativas populares e os recursos provenientes do Estado, fato que dificultou o estabelecimento de experiências autônomas para e por parte dos setores populares, ao quais ainda se encontram à mercê da burocracia, desta feita bolivariana.

#### **2.3.4. Democracia participativa na era bolivariana: impulsos e amarras.**

As experiências bolivarianas de organização popular com base em políticas públicas, de acordo com Lander (2007), foram muito desiguais. Situações de flagrante clientelismo e paternalismo conviveram simultaneamente com exemplos concretos onde, efetivamente, se conseguiu alcançar importantes níveis de autonomia das comunidades frente aos organismos governamentais responsáveis.

Nesse último caso, são particularmente ricos os feitos proporcionados pelas empresas públicas ligadas à distribuição e manejo dos recursos hídricos. Através das “Gerências Comunitárias” – inicialmente formadas nos subúrbios de Caracas a partir da participação ativa e majoritária das comunidades organizadas – articulou-se um eficaz sistema no qual as mesmas deliberavam sobre as prioridades do abastecimento de água nos inúmeros espaços habitacionais que, historicamente, apresentam graves problemas de saneamento básico.

Tal modelo de gestão pública - proposto pelos bolivarianos já em 1999 – conseguiu melhorar significativamente o “problema da água” na capital e, por isso, estendeu-se por todo o país como um amplo processo organizativo em escala nacional. Articularam-se, assim, as chamadas “Mesas Técnicas de Água” que, com o tempo, tornaram-se mecanismos de acesso através dos quais se tornou possível aos moradores interferirem ativamente em assuntos de maior proporção como, por exemplo, a participação no processo decisório sobre que setores deveriam ser priorizados no recebimento de investimentos em suas comunidades. Assim, as experiências proporcionadas pelas “Mesas Técnicas de Água” implicaram em importantes transformações nas instâncias de gestão pública em todo o país. Tornaram-nas mais abertas e eficientes e, portanto, melhor geridas. Ajudaram também no tortuoso processo de modificação da cultura tecnicista instalada no funcionalismo, uma vez que a gestão dos recursos hídricos - que era vista como um assunto estritamente técnico – passou a ser administrada, também, com o apoio e as opiniões das comunidades que foram incentivadas a participar dos diagnósticos e das tentativas de soluções para os problemas encontrados em seus bairros (Lander, 2007).

Além do caso específico das “Mesas Técnicas”, firmaram-se outras tentativas de materializar os lineamentos constitucionais referentes à efetivação da democracia participativa no país. Sobre isso, vale ressaltar a norma que tornou obrigatória a transferência de parte do orçamento municipal - o significativo montante de 20% do total das receitas petroleiras - às organizações sociais devidamente constituídas. Tal preceito é disposto pelo artigo 59 da *Ley de Asignaciones Económicas Especiales para los Estados y el Distrito Metropolitano de Caracas Derivadas de Minas e Hidrocarburos*, ordenamento promulgado em novembro do ano 2000.

Por sua vez, o *Decreto com Fuerza Orgánica de Planificación* (número 1528, de novembro de 2001) estabelece em seu artigo 59:

Sin perjuicio de lo dispuesto en la Constitución y en la ley respectiva, los órganos y entes de la Administración Pública promoverán la participación ciudadana en la planificación. A tales fines, las personas podrán, directamente o a través de las comunidades organizadas o las organizaciones públicas no estatales legalmente constituidas, presentar propuestas y formular opiniones sobre la planificación de los órganos y entes de la Administración Pública

Também se faz necessário ressaltar que não foram apenas as forças de apoio ao bolivarianismo que fizeram uso dos mecanismos de participação direta instituídos pela

Constituição de 1999. A oposição - após a contundente derrota experimentada por ocasião do “Paro Petrolero” - optou por empreender uma mudança radical em sua tática de organização e ação política. O modelo baseado na confrontação e nos embates de rua foi abandonado para dar lugar a uma estratégia que vislumbrava remover Chávez do poder por meio do **referendo revogatório presidencial**.

Para tanto, recorreram ao artigo 72 da Constituição, o qual prevê a possibilidade de revogação de todos os cargos eletivos do país sob duas condições: que a metade do mandato para o qual o funcionário(a) foi eleito tenha transcorrido e que ao menos 20% do total de eleitores presentes naquele pleito específico solicitem a instauração do referendo revogatório. Então, cumpridos tais requisitos, se 20% do total de eleitores habilitados comparecerem para votar e se o número de votos favoráveis à revogação superar o total de votos recebido pelo funcionário(a), considerar-se-á revogado o mandato e, de imediato, terá início um novo processo eleitoral para o preenchimento daquele cargo.

A tarefa oposicionista não era simples. A eleição presidencial vencida por Chávez no ano 2000 contou com um total de 6.283.901 votos. Tal cifra indicava a necessidade de colher, pelo menos, 1.256.780 assinaturas para a viabilização do referendo revogatório. Caso conseguissem, a oposição necessitaria, no mínimo, suplantar os 3.757.773 votos obtidos por Chávez para, ganhando o pleito, revogar seu mandato. Pouco antes do final de 2003, o “Consejo Nacional Electoral” (CNE), supervisionado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), pelo Centro Carter e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), autorizou o início da coleta das assinaturas necessárias para a execução do referendo<sup>100</sup>.

Em 23 de fevereiro de 2004, os líderes oposicionistas entregaram ao CNE as planilhas contendo as assinaturas recolhidas. Porém, muitas delas não foram prontamente validadas, ou por motivo de fraude ou por discordância com os parâmetros formais estabelecidos pelo regimento do CNE. Este, por sua vez, estabeleceu um prazo para que se retificassem as assinaturas com problemas.

Inconformadas, entre 27 de fevereiro e 4 de março, as forças oposicionistas mobilizaram e instruíram seus seguidores à desobediência civil, pois rechaçaram a decisão

---

<sup>100</sup> A narrativa dos fatos históricos que compõem o “Referendo Revogatório” baseia-se no relato apresentado por López-Maya (2005).

do CNE e questionaram sua legitimidade. Os inúmeros protestos ocorridos nesse ínterim, que ficaram conhecidos como o “*Guarimbo*”, incluíram a construção de barricadas nas estradas e nas ruas mais movimentadas de Caracas e de outras cidades interioranas, além da queima de pneus e carros. O clima de tensão, os atos de violência e o bloqueio das vias públicas fizeram com que milhares de famílias fossem obrigadas a ficarem confinadas em suas residências e, novamente, demonstraram a capacidade de organização dos agentes políticos de oposição à Chávez.

Após dias de enfrentamento a CD consentiu em convocar suas bases para retificar as assinaturas e, em 3 de junho, o CNE emitiu comunicando informando que havia assinaturas suficientes para viabilizar o referendo revogatório, o qual foi marcado para o dia 15 de agosto de 2004. Por fim, na data estipulada, a população venezuelana compareceu às urnas para decidir pela continuidade ou não do governo bolivariano. A extrema politização e mobilização da sociedade foram comprovadas pelas imensas filas formadas nos postos de votação e pelos mais de 10 milhões de sufrágios computados. Na madrugada do dia seguinte, o CNE divulgou os resultados finais do pleito os quais, por uma margem de 58,25% contra 41,74%, folgadoamente favoreceram a Hugo Chávez Frías. Poucas horas depois, os observadores internacionais previamente aceitos pelas forças de oposição reconheceram a legalidade dos cálculos. Em que pese a falta de sucesso no intento específico de remoção do presidente Chávez resta claro, no que concerne aos mecanismos participativos de democracia, a eficácia e validade do referendo revogatório.

Entretanto, tal como todas as demais alterações propostas pela carta constitucional e pelas legislações complementares sobre o tema, tem-se que o efetivo cumprimento das mesmas exige transformações ambiciosas e profundas na estrutura e no funcionamento dos processos de tomada de decisão nos âmbitos municipal e nacional. Lander (2007) afirma que, com exceções, a experiência venezuelana avançou muito pouco nesse aspecto. O principal fator que contribuiu para tal situação diz respeito à limitada experiência organizativa e, sobretudo, de gestão existente entre os membros das comunidades. A essa defasagem se somou a resistência das autoridades legislativas e executivas municipais em compartilhar o poder político relativo à distribuição e utilização dos recursos públicos. Tais fatores traduziram-se em severos obstáculos para a efetiva e eficaz materialização dos dispositivos legais concernentes à implantação da democracia participativa no país.

Mais importante ainda é afirmar que a transição paradigmática da democracia representativa para a participativa representa um processo sócio-cultural o qual não pode ser decretado e/ou imposto pela direção política bolivariana ou por qualquer outra. E, mesmo que tal situação fosse possível, seria ingênuo inferir que os problemas de governabilidade e de exclusão social seriam solucionados simplesmente pela incorporação de mecanismos participativos no desenrolar do processo político.

Os ideólogos bolivarianos, fortemente inspirados pela experiência dos governos petistas no Brasil, em especial na cidade de Porto Alegre (RS), supervalorizaram as potencialidades das transformações eminentemente institucionais ao invés de reconhecer a importância e a necessidade do incentivo à organização popular e autônoma.

Há barreiras estruturais que impedem que a democracia participativa se torne - como muitas vezes dela se espera - a solução para todos os males políticos da sociedade. A possibilidade de participar diretamente nos processos decisórios e na implantação de políticas públicas pode representar mais um risco do que propriamente uma oportunidade para os movimentos sociais, tendo em vista a grande possibilidade de cooptação dos últimos pelas instâncias governamentais. Há, também, claros limites nas estratégias de luta social que se circunscrevem estritamente à ordem instituída.

No mesmo sentido, não é prudente olvidar que, muitas vezes, os mecanismos de democracia participativa propostos pelos bolivarianos – notadamente os Conselhos Comunais, conforme será demonstrado nas páginas seguintes – foram utilizados como subterfúgios pensados para ludibriar o movimento popular através do estabelecimento de mecanismos legais que, na verdade, necessitam de mediação governamental para disporem de aplicabilidade prática.

Embora os objetivos contidos nos discursos presidenciais falem em transferência de poder para o povo, de transformações estruturais e de democratização, as práticas observadas apontam para o clientelismo, cooptação, verticalização e exclusão por razões ligadas à polarização política. A entrega de recursos para as comunidades – sem que existam mecanismos que comprovadamente garantam a transparência desse processo – faz com que as experiências participativas na Venezuela sejam vulneráveis às demandas puramente reivindicativas afastando-se, assim, da real possibilidade da construção do poder comunal idealizado na teoria proposta por Toni Negri (García-Guadilla, 2008).

### **2.3.5. Socialismo do Século XXI ou rentismo repaginado?**

A conjuntura político-econômica interna e internacional fez com que o período subsequente ao referendo revogatório fosse marcado pelo auge da popularidade experimentada por Hugo Chávez no comando de Estado venezuelano. Tal fato lhe permitiu incorporar novas propostas ao plano de governo as quais, em seu juízo, contribuiriam para a efetiva instalação do “Socialismo do Século XXI” que, de acordo com Dieterich (2005, p.01), assim deve ser definido:

Un ‘socialismo ambientado al siglo XXI’ como lo pide el presidente Hugo Chávez, no es algo que se puede resolver rápidamente en un esfuerzo de escritorio. Porque se trata, nada menos, que de la elaboración de una teoría científica, ética y estética sobre la transición del capitalismo contemporáneo hacia la civilización post burguesa. Esa teoría es, por lo tanto, un proceso vivo a través de los tiempos en el cual tanto el empeño del investigador como los cambios en las condiciones objetivas contribuyen a su evolución y forma final [...] Hugo Chávez se catapultó a la vanguardia del debate mundial, al proclamar la necesidad de ‘seguir alejándonos del capitalismo’ e ‘inventar el socialismo del siglo XXI. Caso seguido, el Comandante [Chávez] reforzó su posición, enfatizando que el socialismo en Venezuela sería de carácter democrático y participativo, en concordancia con las ideas originales de Carlos Marx e Federico Engels.

Para tanto, os bolivarianos elegeram como prioridade a construção de um partido que agrupasse e centralizasse as diversas vertentes e forças políticas de apoio ao governo. Nasceu, então, no início de 2007, o “Partido Socialista Unido de Venezuela” (PSUV) o qual - apesar de não ter conseguido reunir sob seu comando todas as agremiações e organizações políticas de esquerda - logrou arregimentar em pouquíssimo tempo a estrondosa cifra de mais de cinco milhões de militantes filiados. Pautaram-se na urgente necessidade de se promover uma revolução socialista no país como sua principal arma discursiva.

A decisão de criar o PSUV confirmou de maneira inequívoca a tentativa por parte dos bolivarianos de partidizar o movimento popular venezuelano. Ou seja, reconheceu-se a necessidade de se construir um instrumento orgânico de sustentação para o governo. Assim, a idéia segundo a qual somente através de um partido político vanguardista a classe trabalhadora adquire a condição de sujeito revolucionário renasce com grande vigor no “Socialismo do Século XXI”. O governo bolivariano apostou, então, numa estratégia extremamente controversa ao colocar, ao invés das forças propulsoras das lutas sociais, a

burocracia partidária como o agente político de maior relevância na condução do processo revolucionário.

O argumento mais utilizado por aqueles que pressionaram por tal escolha – o apelo à dicotomia “partido ou anarquia” - mostrou-se insustentável, na medida em que o caso venezuelano demonstrou que em situações de extrema importância – tais como foram o Caracazo e o contragolpe de 2002 – a organização popular, sem qualquer tipo de liderança ou direcionamento de partidos políticos, foi bastante eficiente ao agrupar os elementos necessários para cumprir seus objetivos políticos.

Pautados pela orientação acima descrita, a principal plataforma de luta lançada pelo novo partido afirmava a necessidade de se reformar o texto constitucional para que nele fossem inseridos elementos através dos quais se legitimaria atitudes tais como, por exemplo, a nacionalização de bancos e empresas privadas, a expropriação de terras subutilizadas e a inserção de programas educacionais de matriz marxista nas instituições públicas de ensino<sup>101</sup>.

Contudo, passados pouco mais de três anos de desenvolvimento do “socialismo-bolivariano” na Venezuela, pode-se afirmar que a programada transição pós-capitalista não se estabeleceu. Apesar de a administração bolivariana ter empreendido um importante esforço financeiro destinado ao incremento dos gastos sociais – diminuindo, assim, a pobreza e a diferença econômica entre as classes - não ocorreram avanços capazes de solucionar o maior entrave para o sustentável e contínuo desenvolvimento do país: a economia venezuelana continua a ser extremamente dependente dos recursos oriundos do comércio petrolífero. No decorrer da administração bolivariana, ou ao menos até a parte final da segunda gestão chavista, estes continuaram a representar aproximadamente 80% do total das exportações efetuadas pelo país, cerca de 30% de seu Produto Interno Bruto e mais da metade das receitas fiscais do Estado (Vera, 2005).

---

<sup>101</sup> A vasta política de estatização de empresas levada a cabo pela administração Chávez modificou o panorama das relações econômicas na Venezuela, em especial no que concerne ao papel e à importância aferida à iniciativa privada. Segundo dados contidos no estudo de Krauze (2009), o governo venezuelano - desde o início da implementação das medidas vinculadas ao “Socialismo do Século XXI” – adquiriu o controle de cerca de 30% do total do comércio de alimentos no país. Mais de 2 milhões de hectares de terras produtivas foram expropriadas do setor agrário privado para serem entregues aos camponeses sem, contudo, lhes transferir a propriedade da mesmas. Ademais, o governo estatizou várias empresas, entre as quais a principal companhia de telecomunicações do país e diversas instituições bancárias.

Não houve, portanto, diversificação do aparelho produtivo nacional e o Estado ainda é refém da oscilação do preço do combustível no mercado internacional. Nesse sentido, a multiplicação dos programas sociais exclusivamente financiados pelos recursos vinculados ao orçamento ordinário da PDVSA faz com que ocorram sérios questionamentos quanto à eficiência e durabilidade de tais projetos, uma vez que não há garantias reais de que estes se sustentem quando o valor do barril do petróleo sofrer mais uma de suas constantes e pendulares variações (Gómez e Alarcón, 2003).

Dessa forma, o esforço de retórica e propaganda levado a cabo pelos bolivarianos para anunciar a implantação de um novo modelo econômico e político de desenvolvimento – o chamado “Socialismo do século XXI” – não garante que, de fato, uma revolução socialista esteja em curso no país. Longe disso. A argumentação exposta nesta seção demonstra que, estruturalmente, o projeto bolivariano foi e continua sendo alimentado pelo velho e danoso capitalismo rentista petrolero. O lucro obtido com o comércio internacional do combustível é, em última e definitiva instância, o financiador das atividades do Estado.

No mesmo sentido, não se nota enfrentamento ou, sequer, ajustes de grande monta no que diz respeito à regulamentação sobre a propriedade privada das multinacionais, em especial no setor petrolero onde as grandes corporações inglesas, espanholas e norte-americanas - responsáveis pelo refino do combustível - ainda abocanham aproximadamente 49% do total dos proventos do gerados neste robusto e lucrativo mercado. Tal situação reafirma os malefícios causados por um sistema econômico dependente do rentismo petrolero onde não se produz riquezas, mas apenas lucros. E os lucros – passivamente distribuídos por meio de programas sociais – acabam por neutralizar grande parte do potencial disruptivo do conflito de classes no país (Weisbrot e Sandoval, 2007).

O Estado venezuelano dirigido por Chávez reafirma, assim, sua tendência em ser um aparelho capitalista coletivo, ou seja, uma paradoxal forma capitalista-nacionalista onde se confere enorme importância às empresas estatais em detrimento do desenvolvimento da iniciativa privada. Por outro lado, paradoxalmente, a situação no país reproduz a atual faceta do sistema capitalista global, o qual restringe o campo de soberania e de ação dos Estados. As empresas transnacionais e o sistema financeiro mundial destruíram as fronteiras nacionais e se impuseram de forma avassaladora sobre a realidade político-

econômica enfrentada pelas nações. O que há na Venezuela, portanto, é um Estado forte internamente, porém fraco e dependente no contexto internacional.

Por conseguinte, as tentativas de prática política alternativas ao modelo capitalista de desenvolvimento têm grandes chances de encontrar obstáculos nas próprias estruturas administrativas bolivarianas as quais – apesar de reivindicarem para si o discurso da democracia participativa – ao reproduzirem as relações de poder tipicamente capitalistas tendem a afirmar as formas hierárquicas e autoritárias de exercê-lo. O que resta aos líderes políticos contestadores de tal lógica - como pretende ser Hugo Chávez - é demonstrar alguma altivez retórica que demonstre descontentamento com os rumos delineados pelo modo de produção capitalista. E é exatamente isso o que tenta fazer a administração bolivariana desde seu início por meio, principalmente, da reestruturação política da OPEP e dos inúmeros esforços integracionistas e latino-americanistas, muito embora tais iniciativas sejam estruturalmente limitadas pela ordem internacional da qual a Venezuela faz parte (Denis, 2001).

Nesse sentido, o governo bolivariano acabou portando-se de forma inconsistente, ora preso nas amarras impostas pelo sistema de Estados capitalistas e ora apostando em medidas que tentaram resgatar os interesses das classes trabalhadoras. Assim, a primeira gestão chavista (1999-2001) – marcada por um manejo fiscal conservador e pelo prosseguimento das políticas pautadas na substituição de importações – sustenta a primeira parte da assertiva. Contudo, o fato deste mesmo governo, especificamente em seu segundo mandato ter, entre outras medidas, detido os persistentes esforços pela privatização da indústria petroleira e do sistema de seguridade social e, também, por ter terminantemente se recusado a negociar com o FMI representam posturas condizentes com a parte final do posicionamento acima descrito.

#### **2.3.6. Afinal, como definir a administração Hugo Chávez?**

A tarefa de rotular determinado processo político é, na grande maioria das vezes, complicada e, acima de tudo, controversa. Tais dificuldades acentuam-se quando a experiência concreta submetida à classificação é, por si só, extremamente polêmica. E este é o caso do governo venezuelano liderado por Hugo Chávez.

Feitas essas ponderações, nada mais apropriado do que iniciar esta discussão mencionado a maneira como, rotineiramente, o próprio Chávez define seu governo: para ele, trata-se de um “**bolivarianismo revolucionário**”. Fato é, porém, que o componente revolucionário foi agregado – se é que efetivamente tenha sido – somente com o passar do tempo. A prova que valida tal assertiva emerge, entre outras situações, a partir da análise do gabinete montado para a primeira gestão bolivariana, o qual se mostrou bastante eclético ao ser composto por elementos oriundos de setores políticos de direita, de esquerda e, especialmente, por ex-militares. T tamanha diversidade levou ao respeitado periódico francês *Le Monde Diplomatique* a classificar a administração Chávez em seus anos iniciais como “o primeiro governo pós-moderno do planeta” (Bonilla-Molina e El Troudi, 2004).

Contudo, progressivamente, foi sendo estabelecido um perfil bem mais nítido em relação aos componentes que ocupam os cargos de maiores responsabilidades junto ao governo: são, essencialmente, militares conjurados, tecnocratas progressistas e ativistas vinculados aos movimentos populares. Através dessa nova configuração Chávez deixou de ser retratado como o “presidente pós-moderno” e passou a ser reconhecido como uma liderança latino-americana cujas principais características são o nacionalismo e a grande aceitação popular. Ademais, a importância e o peso de sua imagem pessoal – muito bem lapidada pela excelente oratória e poder de persuasão – tornou-se cada vez mais forte o colocando, assim, como protagonista incontestado não só no grupo bolivarianismo com, também, no movimento popular venezuelano, o qual sucumbiu perante o carisma do líder.

Junto à emergência da nova liderança carismática ascendeu também uma nova burguesia nacional, conferindo ao processo político engendrado pelo governo Chávez ares de uma **revolução democrática burguesa**. Tal posicionamento ganhou força quando o governo anunciou que o “socialismo” venezuelano estruturar-se-ia a partir do respeito à propriedade privada. Abriu-se, assim, espaço para a consolidação da chamada “boliburguesia”, grupo este já apresentado pela presente dissertação.

Contudo, não se deve olvidar de significativos elementos que afastam a experiência chavista de um comportamento político estritamente vinculado aos interesses de classe das frações burguesas venezuelana. O fato de Chávez não ter se aproximado e, em alguns casos, se colocando em rota de colisão com os principais expoentes das referidas frações é o principal deles. Indivíduos como, por exemplo, o multimilionário Gustavo Cisneros –

expoente da tradicional, débil e dependente burguesia venezuelana – foram, inclusive, os principais articuladores das mobilizações e “greves”, além do golpe de Estado perpetrado contra o governo bolivariano.

Tal comportamento demonstra, assim, o descontentamento dos principais setores da classe burguesa perante o projeto político implantado pelo governo bolivariano. A ascensão da “boliburguesia” - formada pelos emergentes do sistema social venezuelano que conseguiram, de variadas maneiras, beneficiar-se por manterem relações privilegiadas com o *chavismo* – remodelou a configuração das forças sociais hegemônicas. E este novo cenário, certamente, não favoreceu aos interesses políticos e econômicos da antiga elite *puntofijista* (Sanmartino, 2007).

Ademais, cumpre destacar a origem de classe daqueles que compõem o aparelho de Estado (majoritariamente oficiais e suboficiais da Força Armada Nacional cujas famílias, assim como a do próprio Chávez, pertencem aos setores populares da sociedade). Este fato confere à prática política estabelecida pelo governo bolivariano características críticas e, em alguns momentos, de oposição aos preceitos e interesses típicos de um governo burguês, muito embora os principais destes continuem presentes.

Por sua vez, muitas são as análises que procuram estabelecer conexões entre a administração bolivariana e os componentes típicos do chamado “**bonapartismo**”. Nessa forma de se fazer política, comum em países periféricos onde a burguesia não é suficientemente forte para dirigir o Estado, lideranças carismáticas se apóiam nos setores populares para estruturar um Estado nacional centralizado e autoritário capaz de fazer frente às pressões e desmandos imperialistas e obter, com isso, uma margem um pouco maior de autonomia frente às classes dominantes internacionais. Segundo Bobbio (1998, p. 129-130):

Para os fundadores do materialismo histórico [Marx e Engels], o bonapartismo é a forma de Governo em que é desautorizado o poder legislativo, ou seja, o Parlamento, que no Estado democrático representativo, criado pela burguesia, constitui normalmente o poder primário, e em que se efetua a subordinação de todo o poder ao Executivo, dirigido por uma grande personalidade carismática, que se apresenta como garante da ordem pública e como árbitro imparcial diante dos interesses contrastantes das classes.

Estabelece-se, assim, um governo de coalizão nacional - fusão das elites com a adesão popular – pautado na democracia plebiscitária no qual se privilegia a burguesia

através de táticas que ludibriam a classe trabalhadora por meio de promessas inatingíveis e esmolos assistencialistas.

As peculiaridades presentes do caso venezuelano não permitem a utilização desse conceito tal como foi utilizado no passado, ou seja, para representar um tipo de governo personalista e verticalizado que procura desvencilhar-se das estruturas partidárias e, principalmente, utilizar a luta de classes a seu favor, de modo a amenizá-la e mediá-la em benefício último da burguesia nacional para que esta ratifique seu apoio ao governo do líder. Não há indícios que os *chavistas* tenham atuado nem em favor nem em harmonia com os interesses da burguesia tradicional venezuelana. E em alguns momentos, até pelo contrário. Chávez afrontou os interesses dos setores burgueses tradicionais e, por isso, as empresas estrangeiras aumentaram sua participação no total das relações comerciais efetuadas no país. Portanto, até o aclamado nacionalismo chavista (essencial para firmar análises relacionando a experiência contemporânea na Venezuela com o bonapartismo) merece ser flexibilizado.

Nesse sentido, ficam comprometidas as análises que tentam vincular as experiências políticas “bonapartistas” à administração bolivariana, tendo em vista o fato de não haver, como não houve, o exposto comprometimento e subserviência aos interesses dos setores burgueses *puntofijistas*.

Talvez o conceito de “**populismo**”<sup>102</sup> seja o mais utilizado para caracterizar o governo de Hugo Chávez. O estudo de Mendes (2009) aponta a ascensão política do MBR-200 como um exemplo de saída populista para a situação de crise de hegemonia vivenciada na Venezuela no decorrer da década de 1980. Para tanto, retoma Portantiero e Ipola (1981),

---

<sup>102</sup> De acordo com o dicionário de Bottomore (2001, p. 289-290) este é um conceito polissêmico cuja origem remonta aos movimentos populistas russos inspirados pelas idéias de Lavrov, Bakunin e Tkachev. O termo referia-se à teoria do desenvolvimento segundo a qual a Rússia poderia [e deveria] prescindir da etapa capitalista para edificar, através da aproximação das camadas populares, uma sociedade socialista. Porém, nos países da América Latina, desenvolveu-se outro significado para a mesma expressão: o populismo passa a representar uma estratégia política empregada pelas débeis burguesias locais desta região para forjar alianças com as classes subordinadas, contra as oligarquias agrárias e com o objetivo de promover a industrialização. Os casos paradigmáticos de populismo na América Latina são os do Brasil de Vargas e o peronismo na Argentina, regimes que se pautavam na retórica nacionalista para mobilizar, manipular e controlar grupos subalternos da sociedade. O populismo latino-americano caracterizou-se pela acentuada ênfase no papel do Estado, além dos vastos investimentos num estilo de política baseado na atração pessoal de um líder e na fidelidade pessoal a ele. Assim, a idéia de luta de classes não é parte da retórica populista, que prefere glorificar o papel do líder como protetor das massas.

os quais postulam que quando se trava a luta hegemônica<sup>103</sup> emerge um conflito político no qual encontramos, de um lado, o Estado e o bloco dominante em crise e, de outro, diversas forças opositoras emergentes. Entre estas últimas, a saída “populista” se diferencia por sua capacidade de efetivamente mobilizar as massas populares ao construir e apresentar a noção de “povo” como sujeito político para, assim, articular uma nova ordem estatal. Nesse sentido, Mendes (2009, p. 07) analisa:

Essa emergência do popular revela um conflito latente que permeia a existência do Estado moderno: para os autores [Portantiero e Ipola], essa instituição, “como forma ‘universal’ de uma dominação particular”, deve construir-se a partir da vinculação do nacional ao estatal, procedimento através do qual cria a ilusória unidade abstrata da realidade social, diante da qual se coloca como árbitro soberano. Na Venezuela, a partir da crise dos anos 80, essa unidade ilusória começou a se desfazer e vieram à superfície as fissuras no tecido social que nunca foram radicalmente combatidas [...]Ao longo dos anos 90, o movimento popular articulou-se em oposição àquela configuração nacional-estatal em crise [...]Neste cenário, o MBR-200 foi o movimento político que logrou oferecer uma estratégia capaz de canalizar as demandas populares.

Tal concepção parece coadunar com outra vertente importante – e, segundo Ribeiro (2009), bastante comum nas análises feitas por pesquisadores venezuelanos – que utiliza a construção teórica estabelecida por Ernesto Laclau sobre a questão do populismo como guia para analisar o governo bolivariano. Para o pensador argentino (1979, p.79) “a presença de elementos populares em um discurso não é suficiente para caracterizá-lo como populista. O populismo começa no ponto em que os elementos popular-democráticos se apresentam como opção antagônica face à ideologia do bloco dominante<sup>104</sup>”. Nesse sentido, complementa Ribeiro (2009, p. 05)

O populismo emerge quando as interpelações populares-democráticas são articuladas por alguma classe ou fração de classe contra o bloco de poder dominante, em uma situação de crise deste. Nestes momentos, as demandas oriundas de diferentes setores não são incorporadas no regime, abrindo uma situação que Laclau chama de pré-populista, momento no qual há um acúmulo de demandas não-atendidas. Isto é, quando a institucionalidade existente não tem condições de assimilar de forma particular tais demandas.

---

<sup>103</sup> Hegemonia aqui entendida a partir da perspectiva gramsciana que a define “como a capacidade de uma classe para a construção da ‘vontade coletiva nacional popular’ apoiada sobre uma grande reforma intelectual e moral” (Portantiero e Ipola, 1981, p. 7).

<sup>104</sup> Assim, ainda para Laclau (1979, p. 201): “O populismo não é, em consequência, expressão do atraso ideológico de uma classe dominada mas, ao contrário, uma expressão do momento em que o poder articulatório desta classe se impõe hegemonicamente sobre o resto da sociedade. Este é o primeiro movimento da dialética entre povo e classe: as classes não podem afirmar sua hegemonia sem articular o povo em seu discurso; e a forma específica desta articulação, no caso de uma classe que, para afirmar sua hegemonia, tem que entrar em confronto com o bloco de poder em seu conjunto, será o populismo.”

Se optarmos por utilizar esse tipo de entendimento sobre populismo, haveria sólidas aproximações e convergência com o caso bolivariano na Venezuela. Especialmente pelo fato de Chávez ter se apoiado nas demandas populares para, através do atendimento de algumas delas, construir e solidificar sua popularidade e força no cenário político nacional.

Contudo, conforme o próprio Ribeiro (2009, p. 14) admite em seu texto, “o uso do termo “populismo” para definir este processo (o bolivarianismo) é difícil, tendo em vista que seu significado é excessivamente carregado para poder empregar novas definições”. A polissemia inata ao termo torna extremamente polêmica sua utilização na classificação de determinado processo político.

Assim, além das implicações formais a respeito dos diferentes significados que carrega o termo “populismo”, outras considerações devem ser feitas (estas especificamente pautadas no caso venezuelano) que afastam dito conceito do caso em questão. Maringoni (2006) explica:

O termo “populismo” tem sido alardeado pelo pensamento conservador como peça de acusação contra qualquer tentativa de rompimento com os estreitos caminhos da ortodoxia neoliberal. Quem ousar fortalecer o caráter público do Estado e tentar materializar políticas distributivas de renda, será logo xingado de “populista” nas páginas e telas da grande imprensa internacional. Equipara-se o termo à demagogia, à mentira e à conversa mole de políticos espertalhões para se manterem no poder<sup>105</sup>.

Nesse sentido, praticamente a mesma crítica feita à classificação bonapartista pode ser feita, também, em relação ao suposto populismo em Chávez: a relação não alinhada da administração bolivariana com a burguesia tradicional venezuelana. Os programas sociais financiados pela renda petroleira e as reformas administrativas e legais propostas pela gestão Chávez desafiaram os interesses dos mais poderosos grupos econômicos do país, posicionamento nem de longe levado a cabo pelos governos populistas latino-americanos “tradicionais” os quais, por exemplo, se negavam a discutir questões relativas à flexibilização da propriedade privada e incentivavam o crescimento e o domínio de classe por parte das frações burguesas hegemônicas.

Ademais, o maniqueísmo no discurso chavista – estruturado para difundir a lógica de que assistir aos pobres é mais importante do que ajudar aos ricos – é eminentemente pautado pela questão classista, questão esta normalmente deixada de lado pela oratória

---

<sup>105</sup> Em artigo publicado em <http://www.voltairenet.org/article138831.html#article138831>.

populista, a qual fugia do tema do conflito de classes na medida em que procurava articular alianças entre o setor empresarial e os trabalhadores (Ellner, 2006).

Assim, após apontar as principais falhas das mais comuns imputações feitas à postura política desempenhada pelo governo de Hugo Chávez, resta-nos agora propor a classificação que consideramos ser a que melhor define as características do processo político em questão: trata-se de um governo com **base popular, antiimperialista** e com marcantes traços **caudilhistas**. Popular porque, conforme acima demonstrado, soube se colocar a serviço dos setores sociais explorados e, com isso, apresentar-se como a alternativa mais bem estruturada para tomar proveito da crise hegemônica iniciada na década de 1980 e, assim, estabelecer-se como a principal força política do país. É, também, um movimento antiimperialista por seu combativo posicionamento estabelecido por sua política externa, que confrontou interesses estadunidenses tanto ao propor estruturas de integração latino-americanas (tal como a ALBA em oposição à ALCA) como ao reagrupar o cartel de países produtores de petróleo aumentando significativamente com isso o preço do combustível no mercado internacional. Por fim, pode ser considerado um governo com traços caudilhistas por ter sua sustentação ancorada na figura carismática de Chávez, o qual logrou articular uma ampla coalizão de forças políticas ao seu redor para, assim, verticalizar as relações de poder e utilizá-las em benefício próprio, ao estabelecer-se como o grande e incontestável líder do processo político em questão.

Contudo, cumpre destacar o fato de que, por ser este um processo ainda em construção, sua dinâmica e contingências políticas acabam por moldar a cara do governo Chávez, o qual começou bastante moderado – em especial em relação às políticas econômicas adotadas – e, aos poucos, passou a ser cada vez mais consistente com relação aos aspectos de inclusão social em seus ideais e projetos políticos.

## **Considerações Finais**

. O presente capítulo teve como objetivo firmar considerações e refletir sobre os principais aspectos políticos, econômicos e sociais que caracterizaram os dois primeiros mandatos da administração Hugo Chávez Frias na Venezuela (1999-2006).

Pautada por esse alicerce, a dissertação passará a tratar, no capítulo seguinte, das especificidades e questões relacionadas a um ponto central que, certamente, exerce vasta influência no desenvolvimento do processo político em pauta: as disputas de poder no interior do *chavismo* pela hegemonia na direção e controle do projeto bolivariano para a Venezuela.

A tensão contínua entre, de um lado, uma perspectiva de estratégia política de “cima para baixo”, a qual busca construir o bolivarianismo em comunhão inseparável com as estruturas hierarquizadas do partido governista e, de outro, uma proposta centrada no protagonismo das lutas sociais e, por isso, conduzida de “baixo para cima”, caracterizam o processo político atualmente em curso no país. A análise sobre as bases e o desenvolvimento dessas duas estratégias de organização durante o processo político bolivariano será, portanto, a principal tarefa a ser desenvolvida nas próximas e derradeiras páginas.

## CAPÍTULO III

### As “duas almas” da revolução: tensões entre base e liderança nas fileiras do *chavismo*

*Nunca debemos olvidar ni podemos olvidarlo, que la tarea estratégica más importante, en mi criterio, es la organización del movimiento popular. Eso es algo fundamental, estratégico: organizarlo, ideologizarlo, concientizarlo, politizarlo para que el pueblo tome conciencia de qué es lo que está ocurriendo aquí.*

Hugo Chávez Frías<sup>106</sup>  
(19 de abril de 1999)

No capítulo anterior, ao retomar o texto de Dennis (2001), foram expostas as duas principais vertentes que se contrapõem no interior do movimento bolivariano pelo controle e direcionamento do projeto político desenvolvido na Venezuela. Apontou-se que o segmento formado pelos militares ligados ao MBR-200 e pelos membros da “velha esquerda” compõem o grupo político hegemônico, ao passo que a chamada *corriente histórico-social* emerge como uma força crítica e, até certo ponto, de oposição ao primeiro grupo por sua postura favorável ao empoderamento urgente e irreversível da base bolivariana na condução do processo político atualmente em curso na Venezuela.

Em linhas gerais, de acordo com Ellner (2008), o embate entre as duas vertentes ocorre, pois cada uma delas apresenta concepções bastante distintas sobre a prática e a

---

<sup>106</sup> Discurso proferido na Primeira Assembléia Nacional do Pólo Patriótico na sala plenária do Parque Central e citado por Francia (2003, p. 18).

ideologia que devem ser aplicadas na condução política da revolução. A coexistência de ambas as estratégias, por diversas vezes, faz com que Hugo Chávez Frias – líder incontestado e portador da palavra final quando há divergências – seja obrigado a fazer um difícil exercício de equilíbrio para manter controladas as graves tensões presentes no interior do movimento bolivariano.

## PARTE I

### A Estratégia “de baixo para cima”

#### 3.1.1. Fundamentos e propostas da *corriente histórico-social*

Na Venezuela, repetindo uma tendência comum às demais nações latino-americanas, os agentes que atuam politicamente pautados pela estratégia “de baixo para cima” apostam no desenvolvimento crescente de um movimento contestador e popular que, ao ser organizado sem a mediação “de cima para baixo” imposta pelos partidos, apresenta um imenso potencial para promover e executar a radicalização da agenda sócio-política<sup>107</sup>.

---

<sup>107</sup> As atividades políticas desenvolvidas pelos inúmeros movimentos sociais espalhados por toda a América Latina estão assumindo caminhos que os afastam não apenas da experiência originada pelo “velho” movimento sindical, mas também por aquela advinda dos chamados “novos movimentos sociais”, presentes nos países de capitalismo avançado. Em terras européias, a ascensão de mobilizações transclassistas propostas, por exemplo, por grupos feministas, ecologistas e estudantes, levou a autores como Touraine e Melucci a anunciarem a sociedade “pós-industrial”, na qual a categoria “classe social” não mais poderia ser empregada para, satisfatoriamente, compreender a atuação dos movimentos sociais. Isso porque, nesse novo contexto, os referidos atores assumiriam características notadamente culturalistas ao travarem lutas pelo reconhecimento de identidades e pelo direito à diferença. Portanto, a classe social dos participantes que, outrora, servia como agente aglutinador dos interesses e atividades propostas pelos movimentos sociais não mais seria uma categoria determinante para caracterizá-los, tendo em vista o predomínio das relações “pós-industriais” típicos da contemporaneidade. Contudo, as atuais lutas sociais latino-americanas colocam profundos questionamentos a essa concepção teórica – e, por que não dizer, a torna inviável. Nesta parte do mundo, as relações capitalistas pautadas na exploração do trabalho são as causas primárias da injustiça e da falta de direitos sociais e políticos que caracterizam a existência das classes subalternas as quais, por sua vez, organizam-se para, através das lutas sociais, exigir mudanças (Zibechi, 2003). Por meio desta dinâmica, presidentes foram derrubados, regimes corruptos foram destituídos e processos de privatização foram freados e/ou retardados através da promoção de ações populares massivas que, em algumas ocasiões, geraram insurreições como ocorreu na Venezuela em fevereiro de 1989. Assim, os movimentos sociais – portadores de um traço classista bastante definido – forçaram as elites a negociarem de forma que suas exigências fossem consideradas. Nesse sentido, a onda de protestos da década de 1990 se chocou diretamente contra as medidas neoliberais que estavam sendo impostas à região. Como consequência, os esforços e a mobilização populares foram responsáveis pela abertura de fissuras no modelo neoliberal (Tischler, 2005). Fortemente vinculado à esse contexto histórico é que se deu a construção da luta levada a cabo, cada uma a sua maneira, por movimentos sociais ainda em plena atividade tais como o brasileiro Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), os chamados *piqueteros* na Argentina e os camponeses indígenas do sul do México vinculados ao Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

O objetivo principal propugnado por essa forma de militância é, essencialmente, o de trabalhar para facilitar a extensão prolongada e sustentável de um sistema de organização social construído a partir das atividades políticas pensadas e executadas nas ruas (e não em gabinetes) e para a luta - aguerrida e constante - contra as variadas formas de exploração cotidianamente exercida em prejuízo das camadas não burguesas.

A proposta é, portanto, maximizar e aperfeiçoar a participação da base e dos movimentos sociais especialmente nas situações que envolvem os processos de tomada de decisões relacionadas às políticas públicas. Ao mesmo tempo, propõem que tal participação seja efetuada autonomamente, ou seja, sem a ingerência do Estado ou dos partidos políticos, os quais, para esta vertente, não mais contribuem com a luta popular, entre outras razões, por reiteradamente tolerar práticas de corrupção, além de promover uma conduta burocrática que bloqueia o desenvolvimento do processo revolucionário (Dennis, 2001).

Partem, assim, do pressuposto segundo o qual a “era dos partidos” na condução dos processos e mobilizações políticas deve chegar ao fim<sup>108</sup>. Conseqüentemente, lutam pela desmistificação da crença relacionada ao arquétipo do “revolucionário perfeito”, ou seja, a figura idealizada e messiânica que, durante o século XX, compôs a chamada “vanguarda da revolução” e, por isso, desempenhou um papel imprescindível e superestimado nas decisões sobre as práticas e destinos dos processos de contestação. Eram – e ainda são - pouquíssimos os indivíduos que concentravam em si toda a vontade, poder e sabedoria revolucionárias sem os quais, supostamente, a luta não poderia avançar.

Em oposição a esse modelo, os agentes que defendem a estratégia de organização “de baixo para cima” militam pelo estabelecimento de uma prática concreta e coletiva a partir de onde se torne possível a construção de relações horizontais e inovadoras de formação, compartilhamento e produção de saberes, de forma a estender a possibilidade de participação nos processos políticos a todos os que demonstrem interesse e comprometimento para fazê-lo.

---

<sup>108</sup> Os defensores desta estratégia apresentam, portanto, profunda desconfiança ante as relações que evoluem questões relativas à autoridade. Seus partidários acreditam na capacidade de mobilização dos setores populares a partir de organizações autonomamente constituídas e gerenciadas, tal como foi – conforme será demonstrado logo em seguida – a experiência levada a cabo no início das atividades desempenhadas pelos Círculos Bolivarianos. Ademais, proferem críticas à “institucionalização” do processo revolucionário na Venezuela, a qual não permitiria a evolução e o aprofundamento das medidas que transformariam as estruturas sociais além do que foi proposto pela Constituição Bolivariana (Ellner, 2008).

Tais relações devem guiar as atividades preocupadas em cumprir a tarefa de levar a cabo e garantir a preponderância dos atos de confrontação ante a dominação perpetrada pelos setores sociais beneficiários da exploração capitalista. Busca-se a construção, nesse sentido, de práticas autônomas frente aos eixos tradicionais de representação política, ou seja, procura-se investir no fortalecimento de uma nova cultura política baseada na participação direta e no enfrentamento aos mecanismos de intermediação representativa do poder (Dennis, 2001).

Contudo, faz-se necessário mencionar que - se efetuadas de maneira crítica e não dogmática - as negociações ou, até mesmo, a formação de alianças estratégicas com setores institucionalizados não necessariamente significa uma afronta ao cumprimento dos princípios acima aventados. A idéia é, sim, passar de um comportamento passivo ante as estruturas estatais (relação esta pautada, essencialmente, na solução clientelista de problemas particulares e pontuais) para uma relação ativa de apropriação dos seus espaços e funções para, assim, inserir também no aparelho estatal uma lógica de gestão majoritariamente participativa (Lander, 2002). A intenção é, portanto, aproveitar as oportunidades conjunturais para ajudar a abrir espaços insurgentes – dentro e fora do governo – os quais, ao serem coordenados, contribuíram para o desenvolvimento de experiências que aceleram a construção de espaços sócio-políticos onde se conteste as injustiças e a exploração características da sociedade contemporânea.

Afirma-se, pois, o respeito às vontades e convicções apresentadas pelos múltiplos agentes participantes e construtores da luta política. É sobre eles que deve recair a legitimidade para, coletivamente, decidir sobre os rumos dos movimentos reivindicativos, sendo que tais decisões devem ser preferencialmente tomadas com base nas experiências da luta cotidiana.

Não se trata, entretanto, de assembleísmo. Apesar de a dinâmica proposta ser extremamente fugaz - pelo fato de pautar-se nas especificidades das relações políticas locais - a organização entre os militantes e o planejamento regrado das atividades a serem desenvolvidas permanecem sendo tarefas indispensáveis. Tal necessidade não deve remeter, contudo, à desgastada fórmula utilizada pelos partidos políticos onde as decisões são tomadas por pequenos comitês e verticalmente aplicadas em todas as instâncias organizativas. Nas palavras de Roland Dennis (2001, p. 11-12), um dos mais destacados

ideólogos da estratégia política feita “de baixo para cima” na Venezuela, tal vertente caracteriza-se, essencialmente, por inserir-se:

Desde el contexto de la lucha hegemónica, siempre acompañada por la reivindicación de una cultura de la horizontalidad, del repudio al representativismo y las burocracias, comienza a construirse la figura de la comunidad organizada como núcleo principal de cualquier cambio profundo [...] Podemos indicar que los modos de resistencia que comienzan a ordenarse adquieren las características de una actividad de subversión constante que por regla se genera desde las bases sociales, pero además, de la imprevisibilidad de sus manifestaciones, de la dispersión de sus liderazgos, de la ausencia de estrategias consensuales, de la agregación permanente de nuevos estratos sociales a las espirales protestarias, y del constante fortalecimiento y enriquecimiento de los idearios referenciales que fundamentan la actividad contrahegemónica. Estamos hablando entonces de modos de resistencia con muchas expresiones de articulación y amplitud, completamente descentradas, pero sin mayores instrumentos para la unificación política de su acción. Aunque esto último es curiosamente lo que aquí sí pudo lograrse con el avance del tiempo, nuevamente de la manera más inesperada, pero a un costo enorme.

A idéia é, portanto, a de incentivar a estruturação de espaços onde a troca de experiências e idéias entre os militantes possibilite o estabelecimento de uma direção política coerente, a qual abarque em seu interior o máximo de diversidade possível e que, principalmente, dê conta de administrar as diferenças não de forma instrumental, mas sim de maneira solidária, respeitosa e construtiva (Dennis, 2001).

Fortemente inspirados por tais marcos teóricos, a partir do início da década de 1980, estruturou-se em terras venezuelanas um movimento de forças contestadoras e populares<sup>109</sup> que, ao superarem o colapso dos partidos revolucionários, lograram reunir as condições necessárias para estabelecer no país uma dinâmica política através da qual se qualificou e garantiu a ascensão política do projeto proposto pela revolução bolivariana comandada por Hugo Chávez.

Deve-se, entretanto, contextualizar tal análise. Conforme demonstrado nos capítulos anteriores, o regime *puntofijista* representou um entrave para o desenvolvimento dos movimentos sociais na Venezuela. Ao arrebatrar o movimento sindical para a sua esfera de influência, os partidos políticos tradicionais (AD e COPEI) frearam os tímidos esforços organizativos levados a cabo pelo incipiente proletariado venezuelano. Foi somente no início da década de 1980, com o início da crise estrutural *puntofijista*, que se deu a estruturação das primeiras organizações políticas preocupadas em, coletivamente,

---

<sup>109</sup> Esse “movimento de movimentos” é o que a bibliografia venezuelana costuma referir-se como a *corriente histórico-social*.

formarem um bloco de oposição no país. O surgimento de associações de vizinhos e o fortalecimento do movimento estudantil contribuíram para, aos poucos, formar-se um cenário de agitação e de lutas sociais que iria explodir de forma violenta na rebelião popular ocorrida em fevereiro de 1989. Até então, a mais relevante influência exercida sobre a atuação dos movimentos sociais provinha da já longínqua luta guerrilheira travada durante a década de 1960. Tratava-se, portanto, de um movimento que se fundara e se solidificava nas periferias das cidades sem a participação sistemática dos partidos políticos os quais, na época, estavam totalmente deslegitimados perante a população.

Contudo, as insurreições golpistas organizadas pelo MBR-200 em 1992 foram responsáveis por drásticas modificações. A partir de então, surge claramente uma liderança centralizadora junto a este “movimento de movimentos” que congregava diversas lutas sociais até aquele momento. Hugo Chávez Frias e seus companheiros militares tornam-se as principais figuras e os catalisadores da organização popular no país. E é a partir daí que começam a surgir os problemas relativos à cooptação/falta de autonomia dos movimentos sociais que passam a funcionar/agir sob a tutela bolivariana. É exatamente sobre este tema que o presente capítulo pretende se debruçar nas páginas seguintes.

### **3.1.2. A inserção da estratégia “de baixo para cima” no bolivarianismo chavista**

As atividades e o tipo de organização empreendida ao longo do desenvolvimento do projeto político bolivariano, especialmente em seu início, caracterizaram-se pela constante e, em determinados períodos, hegemônica influência exercida pelos delineamentos acima expostos. Vale lembrar que uma das principais, senão a principal, características evocadas desde os primórdios da formação do MBR-200 referia-se, exatamente, ao caráter cívico-militar do movimento<sup>110</sup> (Ellner, 2008).

---

<sup>110</sup> É necessário mencionar, entretanto, que nem todos os militantes de esquerda venezuelanos no início da década de 1990 aceitaram aliar-se aos bolivarianos. Para muitos, a origem eminentemente militar do grupo representava um grande empecilho para a união de forças, pois duvidavam da possibilidade de estabelecer com eles uma aliança horizontal capaz de projetar a construção de uma nova cultura política e, por conseguinte, uma nova sociedade. Muitos ativistas se recusaram a apoiar a ascensão eleitoral dos bolivarianos já que acreditavam que a aliança inverteria as prioridades do movimento popular ao converter a conquista do poder governamental em um fim em si mesmo (Dennis, 2001).

Fortemente inspirados pela força insurgente demonstrada durante a sublevação popular de fevereiro de 1989<sup>111</sup>, os líderes bolivarianos preocuparam-se em se abrir para o diálogo e em compor forças com as principais individualidades, grupos e movimentos sociais responsáveis pela organização popular venezuelana de então. Datam desta época, portanto, as alianças com o ex-guerrilheiro Douglas Bravo e a aproximação com as mais combativas associações de vizinhos da periferia de Caracas, notadamente aquela localizada no populoso *barrio* “23 de Enero”<sup>112</sup>

Assim, conforme demonstrado no primeiro capítulo da presente dissertação, a atuação política nos primeiros anos de MBR-200 ficou marcada pelo respeito aos princípios originários da estratégia “de baixo para cima”, ou seja, apostaram na consolidação de seu grupo político como parte da dinâmica de lutas sociais desenvolvidas nas ruas pelos agentes que, naquele momento, se opunham frontalmente às hierarquizadas formas de organização propostas pelo PCV e os demais partidos de esquerda<sup>113</sup>. Estes, por sua vez, encontravam-se bastante desarticulados, pois sofriam com graves debilidades organizativas e, também, com o crescente distanciamento de suas bases. Abriram-se, então, espaços para que atores portadores da orientação “de baixo para cima” – em especial os bolivarianos – conquistassem cada vez mais espaços no cenário político nacional.

Mesmo após a súbita popularidade alcançada por Hugo Chávez em decorrência da elevada exposição obtida por conta das frustradas tentativas de golpe de Estado em 1992, o movimento bolivariano continuou a apostar na disseminação de seu projeto político através do incentivo à militância entre os setores populares autônomos e desvinculados da lógica hierarquizada proposta pelas estruturas partidárias. De acordo com as palavras do próprio Chávez (Harnecker, 2004, p.189-190):

---

<sup>111</sup> Insurgência esta originada e exercida nas ruas, sem a mediação e/ou comando dos falidos e desacreditados partidos políticos da época.

<sup>112</sup> O *barrio* “23 de Enero” localiza-se a oeste da cidade de Caracas, encravado entre uma série de íngremes colinas. Construída por ordem do general Marcos Pérez Jiménez durante a década de 1950, a urbanização atualmente conta com uma população que ultrapassa os 80 mil habitantes, dos quais grande parte de classe média-baixa e baixa. Foi neste aglomerado de comunidades que, em 1989, originaram-se os principais protestos que deram início ao Caracazo. Desde então, e cada vez mais, esta localidade assume importante papel na estrutura de organização popular venezuelana (Ellner, 2008).

<sup>113</sup> Tanto que, após as duas frustradas sublevações de 1992 (as quais, vale dizer, não receberam apoio de nenhuma agremiação partidária) confirmaram-se as sérias e mútuas desconfiança entre Chávez e os demais líderes bolivarianos frente aos partidos políticos. Isso porque os primeiros acusavam os últimos de, deliberadamente, utilizarem-se do recém-adquirido prestígio obtido pelo MBR-200 para promover seus interesses eleitoreiros através da persuasão junto a alguns militantes bolivarianos para que estes, formalmente, se filiassem aos partidos e, vinculados às siglas tradicionais, concorressem a cargos eletivos.

Deixávamos claro que o MBR-200 não era um partido e nem era patrimônio de nenhum partido; que era, sim, o próprio povo organizado defendendo e impulsionando a revolução. Dizíamos, em 1993, que o povo era o combustível da máquina da história e dizíamos também que não basta que possamos dizer, do ponto de vista sociológico, sociopolítico ou histórico que aí há um povo. Para que haja um povo precisa haver uma espécie de sentimento comum. O povo venezuelano, durante muito tempo, esteve sem consciência, esteve dividido, não tinha um projeto comum [...] Mas em seguida, resultado do processo histórico que aconteceu em nosso país nas últimas décadas, o povo veio se formando. Trata-se de um gigante que despertou. Precisávamos orientar o povo para que aumentasse seu nível organizativo, ideológico e sua capacidade de combate. Naquele momento tínhamos uma direção nacional formada no cárcere, mas não queríamos que se transformasse em cupulismo, em que nós decidíamos tudo, sem nos importar com os demais. Procurávamos modelos de organização para transformar a organização popular em uma força de baixo para cima.

Reafirmando esta opção, Chávez construiu sua campanha eleitoral para as eleições de 1998 apoiando-se numa postura extremamente crítica ao sistema político venezuelano dominado, de um lado, pelos falidos partidos políticos *puntofijistas* (AD e COPEI) e, por outro, pelas inaptas agremiações partidárias de esquerda (como, por exemplo, o PCV e o MAS).

Estabeleceu, assim, uma atitude “anti-partido” e amplamente favorável à reforma completa das instâncias políticas nacionais, privilegiando a inserção de mecanismos que impulsionassem a organização popular autônoma e a participação política direta, sem mediações. Não causou surpresa, portanto, o comportamento assumido pelo líder bolivariano ao se tornar um dos principais entusiastas da inserção de mecanismos constitucionais que, formalmente, flexibilizavam a hegemonia política dos partidos em favor da população autonomamente organizada. Novamente em suas palavras<sup>114</sup>:

O poder eleitoral do Estado federal tornar-se-á o componente político-jurídico pelo qual os cidadãos serão os depositários da soberania popular, cujo exercício se manterá, portanto, efetivamente nas mãos do povo. O poder eleitoral será alargado a todo o sistema sociopolítico da nação, estabelecendo os canais para uma verdadeira distribuição policêntrica do poder, deslocando o poder do centro para a periferia, e reforçando o poder efetivo da tomada de decisões e a autonomia das diversas comunidades e municipalidades que funcionarão com autonomia absoluta dos partidos políticos [...] Assim, o conceito de democracia participativa será transformado em uma forma em que a democracia, baseada na soberania popular, se constitua como protagonista do poder.

Nesse sentido, conforme relatado no capítulo anterior, a carta magna conferiu grande espaço às formas participativas de democracia como antídoto contra o excessivo

---

<sup>114</sup> Trecho reproduzido por Mészáros (2006, p. 90) de um texto escrito por Hugo Chávez, cujo título é “*Pueblo, Sufragio y Democracia*” publicada no ano de 1993 como um documento oficial produzido pelo MBR-200.

poder das elites partidárias, além de ter eliminado – por meio do artigo 61 – os subsídios financeiros estatais destinados aos cofres dos partidos políticos. No mesmo diapasão, a Assembléia Nacional Constituinte foi extremamente receptiva às propostas formuladas pelos movimentos sociais e pelas organizações civis defensoras dos Direitos Humanos<sup>115</sup> e, por conseguinte, mostrou-se compatível com os princípios propugnados pela estratégia de “baixo para cima”.

Assim, e certamente influenciados pela constante oratória de exaltação à organização popular praticada nos discursos dos bolivarianos, os ativistas políticos e/ou membros vinculados à *corriente histórico-social* assumiram o risco de unir forças a um processo flagrantemente contraditório<sup>116</sup>, mas que se mostrava determinante para a materialização das transformações nas relações de poder por eles ansiadas.

De modo que a proposta apresentada pelo referido grupo é, essencialmente, a de levar a cabo uma luta a ser travada no interior do movimento bolivariano. O principal objetivo é o de dar corpo às propostas, ideais e práticas que incentivem a preponderância da organização popular através do apoio aos poucos movimentos sociais que tomaram corpo após a rebelião popular de fevereiro de 1989. Procuram organizar, qualificar e incentivar a mobilização popular em atividades vinculadas, por exemplo, à democracia participativa, às experiências de controle de produção por parte dos trabalhadores em empresas estatizadas, à construção de novas instâncias de poder popular e de espaços classistas de resistência cultural, às plataformas políticas para a formação e multiplicação de coletivos e movimentos sociais, às experiências produtivas auto-geridas, entre outras atividades (Dennis, 2005).

Optaram, então, por manter uma negociação horizontal com o governo bolivariano – ou, ao menos, com os quadros mais progressistas dele – como apoio necessário para a realização de seus projetos e experiências ante a carência de recursos próprios. O Estado é visto, nesse sentido, como uma estrutura de apoio – não determinante e nem central – que ajuda na materialização e aprofundamento do processo de transição rumo à formação de uma sociedade socialista na Venezuela (Dennis, 2005).

---

<sup>115</sup> Tais atores, juntos, foram responsáveis pela apresentação de um total de 624 propostas, sendo que quase a metade delas foram plenamente incorporadas nos mais variados assuntos tratados pelo novo texto constitucional (Ellner, 2008).

<sup>116</sup> Tendo em vista o fato de, simultaneamente, os mesmos líderes bolivarianos defenderem concepções notadamente oriundas da estratégia de “cima para baixo”, conforme já mencionamos e retornaremos a seguir.

Trata-se, portanto, de uma escolha política efetuada pelos que acreditam ser possível sintetizar numa nova concepção de país e de Estado o passado de lutas populares (que, apesar de exíguo, foi caracterizado pelas atitudes reivindicativas como ocorreu, por exemplo, durante o Caracazo) e na possibilidade de se construir, a partir e desde o impulso proporcionado pela experiência bolivariana, um futuro potencialmente favorável à consolidação da cultura e das práticas políticas autônomas e horizontais.

Conforme explicado anteriormente, o governo comandado por Hugo Chávez encontra-se ainda hoje em disputa, sendo que uma de suas tendências – a minoritária, a bem da verdade – tenciona em favor da estratégia acima apontada. Ainda que os mecanismos constitucionalmente instituídos em favor da participação direta sejam, na prática, bastante débeis<sup>117</sup>, o processo político extremamente polarizado ao qual foi submetida a sociedade venezuelana (especialmente após ao ano de 2001) impulsionou as bases de apoio ao governo bolivariano para o epicentro dos acontecimentos. Solidificou-se, assim, entre os militantes favoráveis à essa tendência uma expectativa positiva quanto à preponderância da participação popular no desenvolver do processo político bolivariano.

O ápice desse sentimento, sem sombra de dúvidas, ocorreu por ocasião do contragolpe de Estado de 2002, o qual foi organizado e executado, essencialmente, pelos Círculos Bolivarianos (que serão analisados a seguir), setores da esquerda não-burocratizada, alguns poucos sindicatos combativos e muitas organizações populares que se articularam para agrupar e mobilizar a militância chavista contra as forças de oposição golpistas instaladas no palácio de Miraflores em 14 de abril.

Sobre o assunto, é importante lembrar que, de acordo com os relatos de Bonilla-Molina e El Troudi (2004), no início, tais esforços de mobilização popular foram rechaçados por grande parte dos dirigentes ligados ao MVR e aos demais partidos de apoio ao governo destituído, uma vez que estes, erroneamente, acreditavam que a FAN sairia em defesa da democracia e, por conseguinte, do governo bolivariano. Os líderes partidários, novamente, optaram por subestimar o poder e a força das bases, recorrendo a elas somente quando se viram traídos pelos comandantes da força armada.

---

<sup>117</sup> Os relatos feitos na próxima seção sobre a experiência dos *Consejos Comunales* esmiuçaram melhor tal afirmação.

O triunfal retorno de Chávez ao poder materializou, pela primeira vez desde a rebelião popular de fevereiro de 1989, a vitória da “democracia de rua” sobre a representatividade. Enquanto muitos dos líderes com importantes cargos no governo deposto, externando o receio de serem perseguidos, optaram por se esconder durante as primeiras horas do golpe, os militantes e ativistas políticos oriundos das comunidades não hesitaram em tomar as ruas de Caracas para restituir a ordem constitucional<sup>118</sup>. Nesse importantíssimo episódio da revolução bolivariana, os militares e os dirigentes políticos (representantes da estratégia “de cima para baixo”) foram um ponto de apoio subsidiário à mobilização popular (organizado através da perspectiva “de baixo para cima”), e não o contrário.

Contudo, após a restauração chavista, a importância da contribuição das bases para a manutenção do processo bolivariano não foi devidamente reconhecida pela cúpula diretamente ligada ao presidente. Temendo serem vítimas de outro intento golpista, os principais agentes políticos vinculados ao governo centraram-se, ainda mais, na hierarquização das instâncias deliberativas e, a todo custo, buscou-se manter o movimento unificado sob a figura centralizadora e carismática de Hugo Chávez. Indubitavelmente, tal decisão representou um duro golpe para aqueles que lutavam pela horizontalidade e pela preponderância popular e participativa no interior do bolivarianismo.

Tal quadro só foi parcialmente alterado no momento em que as forças opositoras saíram derrotadas do *Paro Petrolero* de 2004 quando, novamente, estas sucumbiram à intensa pressão exercida pelos setores populares frontalmente contrários à “greve”. A partir de então, devido à desarticulação e enfraquecimento das organizações de oposição ao governo chavista, a estratégia política desenvolvida pelo movimento bolivariano voltou a estimular a participação direta tanto das comunidades na implementação e desenvolvimento das políticas públicas como, também, dos trabalhadores nas empresas recém estatizadas ou expropriadas pelo governo como parte das novas delimitações advindas do projeto “Socialismo do Século XXI”.

---

<sup>118</sup> Está claro que a grande responsável pela manutenção de Hugo Chávez em seu cargo foi, de fato, a estrondosa mobilização da base chavista nas ruas. Nesse sentido, é seguro afirmar que a revolução bolivariana só não foi interrompida pelo golpe opositor por conta do trabalho efetuado pelos ativistas com poder de mobilização perante os setores populares venezuelanos.

Assim, a criação de dezenas de milhares de cooperativas de trabalhadores e o estímulo à formação de organizações comunais – em especial os Círculos Bolivarianos – sedimentaram um novo momento no desenvolvimento do processo político liderado por Chávez. Nesse sentido, no início de 2004, o presidente era enfático ao incitar seus compatriotas a fazerem a “revolução dentro da revolução”, ou seja, a interpelarem criticamente as estruturas burocráticas e, com isso, iniciarem uma guerra contra a corrupção (Ellner, 2008). E é exatamente sobre a principal estrutura gerada nessa nova fase do processo bolivariano que a presente dissertação irá, agora, se ater.

### **3.1.3. Os Círculos Bolivarianos como [parte da] da estratégia “de baixo para cima”**

Os primeiros relatos informando sobre a existência de organizações políticas chamadas “Círculos Bolivarianos” (CB) na Venezuela ocorreram no início do ano 2000<sup>119</sup>. Surgiram por iniciativa própria das comunidades, uma vez que o governo liderado por Hugo Chávez, num primeiro momento, não teve participação direta em sua formação. As atividades políticas inicialmente desenvolvidas por estes grupos comunitários referiam-se, basicamente, ao estudo da história venezuelana e de sua recém-aprovada constituição nacional. Com o tempo, passaram a trabalhar em projetos visando à melhoria das condições de vida em suas respectivas comunidades para, em seguida, expressarem a intenção de participar direta e complementarmente junto às instâncias governamentais nos processos decisórios sobre as políticas públicas que ali seriam implementadas (Gable, 2004).

Notando a potencialidade organizativa e a rápida expansão apresentada pelos CB nos diversos *Barrios* venezuelanos (especialmente em Caracas), o presidente Chávez, em um discurso proferido em 25 de abril de 2001, sem consultar as principais lideranças de seu partido, clamou pela criação – agora por todo o país – de instâncias nos moldes daquelas que espontaneamente surgiram um ano antes na capital. Era, portanto, uma convocação dirigida aos seus apoiadores para que estes formassem imediatamente um amplo coletivo de lutadores e ativistas sociais para fazer frente ao que, naquele momento, já se desenhava

---

<sup>119</sup> López-Maya (2003, p. 80) afirma que os Círculos Bolivarianos eram a unidade organizativa básica do MBR-200 nos anos de sua formação (meados da década de 1980). Entretanto, documentos emitidos pelo próprio grupo denominam tais células “Círculos Bolivarianos Revolucionários”, as quais não apresentam nenhuma ligação direta com os CB surgidos na primeira década do século XXI.

como uma contínua e perigosa atividade subversiva e conspiratória por parte da oposição (Bonilla-Molina e El Troudi, 2004).

O fala presidencial no referido discurso também criticava duramente a burocratização do MVR e apontava para a urgente necessidade da base bolivariana retomar os valores e práticas materializadas durante a efêmera história do MBR-200 para, assim, estruturarem uma organização oposta e complementar ao partido oficial. Expôs Chávez (Venezuela, 2005, t.3. p.131-156):

Convoco al renacimiento del Movimiento Bolivariano Revolucionario 200 con la aspiración de que sea un movimiento de movimientos, un movimiento que recoja, ahora, en una nueva etapa la fuerza popular, la concentre, la ideologice profundamente, la dirija y la lleve a consolidación de la Revolución Bolivariana [...] Se trata de incrementar la ofensiva social, se trata de incrementar la fase ejecutiva del proceso constituyente. Necesitamos impulsar la democracia social y participativa y no hay otra manera que impulsar las corrientes populares, organizándolas para la participación en lo social, en lo político, en lo económico; es el pueblo soberano ejerciendo el poder constituyente [...] Es imprescindible la participación, darle vida a la democracia participativa y protagónica en todos esos espacios políticos, económicos e sociales.

Claramente, portanto, o discurso incitou a organização e mobilização popular ao prometer-lhes papel protagônico nas relações políticas a serem desenvolvidas na Venezuela. Tudo aquilo que os militantes favoráveis à estratégia de organização popular de “baixo para cima” gostariam de ouvir.

### **3.1.3.1. Estrutura, atividades e financiamento: o início favorável à autonomia (2000-2002)**

Em oposição à rígida estrutura delimitada por uma legislação específica – que, como veremos em seguida, marcou a criação dos *Consejos Comunales* – o governo bolivariano não elaborou nenhum documento oficial que, formalmente, instituísse os CB. Ou seja, apostou-se num modelo já em desenvolvimento, pensado e colocado em prática pelas próprias comunidades. Num primeiro momento, a principal ingerência governamental foi a confecção e distribuição de uma cartilha<sup>120</sup> contendo os principais objetivos e os requisitos necessários para o estabelecimento dessas instâncias organizativas. Lê-se no referido texto a seguinte passagem detalhando o preceito central sobre o qual deveriam ser estruturados os CB:

---

<sup>120</sup> Cartilha esta denominada “*Lineamentos Estratégicos para la conformación de los Círculos Bolivarianos*” que pode ser encontrada no sítio: <http://www.gobiernoonlinea.ve/cartelera/CirculosBolivarianos.html>.

Los Círculos Bolivarianos son grupos organizados, conformados por el pueblo en un número variable que puede oscilar entre siete (07) y once (11) personas, las cuales se reúnen para discutir los problemas de su comunidad y canalizarlos a través del organismo competente para buscar su pronta solución, basándose en lo consagrado en la Constitución Nacional de la República Bolivariana de Venezuela.

Complementarmente - desta feita num outro documento intitulado “*Temas de organización y política para revolucionarios*” – se estabelece que a mais importante tarefa a ser desempenhada pelos CB diz respeito à organização da sociedade, de forma a ajudar no aumento da combatividade por parte dos bolivarianos para, além de encorajar a participação das comunidades nos atos e programas do governo, salvaguardar o processo revolucionário<sup>121</sup>. Aos Círculos, portanto, foram transferidas muitas das funções que outrora eram desempenhadas pelos comitês ou juntas de vizinhos formados, especialmente, entre as comunidades populares espalhadas pelo território venezuelano (Ramírez, 2005).

Nesse sentido e em linhas gerais, havia duas funções primordiais que deveriam ser cumpridas por meio das atividades cotidianamente desempenhadas pelos CB: a primeira, em nível local, referia-se à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos mediante a autogestão dos serviços e políticas públicas; já em nível nacional, a meta era tornar viável a articulação entre instâncias participativas que, juntas, deveriam trabalhar pela afirmação e pelo protagonismo do poder popular na condução política da revolução bolivariana (García-Guadilla, 2008).

A parcela da população simpática ao bolivarianismo não hesitou em atender à convocatória de seu principal líder. Já em 2003, levantamentos governistas davam conta de que havia aproximadamente 2,2 milhões de cidadãos inscritos em algum dos duzentos mil Círculos Bolivarianos espalhados por todo o território nacional. Esses números, apesar de notoriamente exagerados<sup>122</sup>, indicavam que importante parcela da população venezuelana mostrava-se disposta a participar cotidianamente da rede de apoio ao presidente Chávez. Nesse sentido, o instantâneo e surpreendente crescimento que fez dos Círculos uma das

---

<sup>121</sup> A brochura pode ser encontrada em: [http://lap.sagepub.com/cgi/pdf\\_extract/32/3/79](http://lap.sagepub.com/cgi/pdf_extract/32/3/79).

<sup>122</sup> Segundo o estudo de Ellner (2003, p.04), o número de pessoas formalmente cadastradas pela Coordenação Nacional dos Círculos Bolivarianos nunca chegou a ultrapassar um milhão. Contudo, o próprio autor ressalta em seu trabalho que é extremamente complicado assinalar com certeza o número de Círculos, uma vez que grande parte deles funcionava “informalmente”, ou seja, sem registrarem-se junto à repartição pública competente.

principais forças políticas na Venezuela reforçou a vitalidade que, naquele momento, a estratégia de “baixo para cima” desfrutava entre as fileiras do bolivarianismo chavista.

A rápida aceitação teve como causa principal a estrutura organizativa encontrada nos Círculos, menos rígidas do que a utilizada pelo MVR ou pelos demais partidos políticos de apoio ao presidente Chávez. Os militantes bolivarianos, ao invés da forte hierarquia partidária, se adaptaram melhor a uma organização mais maleável, fundada majoritariamente por laços de amizade e convergência política onde, em especial, os membros compartilhavam direitos e deveres<sup>123</sup>. Assim, a manutenção da democracia interna nos CB era prezada e exercitada entre os membros do grupo, conforme assinalaram Hawkins e Hansen (2006, p. 112-113):

Ficou claro que a democracia interna era uma área onde os Círculos eram bastante fortes [...] Noventa e três por cento [dos Círculos] contavam com algum tipo de liderança. Porém, nenhum entre os que responderam mencionou a utilização de votações secretas para a escolha do líder, mas mais da metade das pessoas escolheram o líder através de uma votação oral e outro terço simplesmente reconheceram alguém a partir do consenso entre os participantes. Esse procedimento reafirma uma característica dos Círculos já mencionada: que eles apreciam a organização de tipo horizontal ou não hierarquizada<sup>124</sup>.

Nesse sentido, e reafirmando a tendência referente à organização política não institucionalizada, houve uma grande quantidade de CB que – mesmo após várias súplicas feitas pelo próprio presidente Chávez<sup>125</sup> – se recusaram a registrarem-se junto à *Coordinación Nacional de Círculos Bolivarianos* (CNCB), a instância organizacional e deliberativa criada pelo poder executivo para coordenar e comandar as atividades práticas e políticas levadas a cabo pelos CB.

---

<sup>123</sup> Atestam Hawkins e Hansen (2006): “Os Círculos Bolivarianos pareciam ser uma forma de substituição da organização partidária, mais palatável aos chavistas do que as estruturas explicitamente partidárias do MVR, o partido oficial de Chávez, que era muito hierarquizado”. Tradução livre do fragmento: “The Bolivarian Circles seemed to be a surrogate form of partisan organization, one that was more palatable to Chavistas than the explicitly partisan structure of MVR, Chavez’s official party, which was very hierarchical” (p. 106).

<sup>124</sup> Tradução da passagem em inglês: “We found that this was an area in which the Círculos were very strong [...] Ninety-three percent had some kind of leader. None of the respondents mentioned using a secret ballot to choose this leader, but over half of the people had chosen their leader through a voice vote, and another third simply recognized someone out of an organizational consensus. This matches a characteristic of the Círculos that we already mentioned: that they value horizontal or non-hierarchical organization”.

<sup>125</sup> Lê-se no documento oficial que formalizou a existência dos Círculos Bolivarianos a seguinte passagem: “El máximo dirigente de los Círculos Bolivarianos será el Presidente de la República Bolivariana de Venezuela. La sede a nivel nacional e internacional en donde se llevarán los registros en lo que respecta a los Círculos Bolivarianos será el Palacio de Miraflores”. O documento pode ser encontrado na íntegra através do sítio: <http://www.efemeridesvenezolanas.com/html/circulos.htm>.

O apreço à prática autonomista tornou-se evidente, assim, no rechaço dos Círculos em relação à obrigatoriedade do registro junto à CNCB. Ou seja, tendo em vista o fato que os CB foram formados a partir das expressões de um movimento popular o qual, retomando o Caracazo, construiu sua história de maneira a prezar pela conservação dos ideais fundados na participação direta e autônoma da base, houve sérias dificuldades para que a perspectiva vertical e hierarquizada proposta pelo governo fosse aceita. Se, antes, as atividades eram planejadas e executadas pelos próprios membros dos CB, o interesse por parte dos *chavistas* despertado pela rápida e espontânea expansão dos círculos significou o aumento crescente de ingerências externas por parte do governo bolivariano que, ao tornar obrigatório o registro administrativo dos Círculos, tentou controlar e unificar em seu favor a força política proporcionada pela pluralidade dos grupos bolivarianos.

Ocorreram, por conseguinte, sérios atritos entre os líderes oriundos do partido bolivariano – os quais encaravam os CB como uma plataforma para exercer sua influência política e, assim, angariar seguidores - e as lideranças locais efetivamente vinculadas às comunidades (García-Guadilla, 2008).

Quanto às atividades desenvolvidas pelos CB é nítido que, devido à grande quantidade de células espalhadas em regiões bastante distintas entre si, foram extremamente variadas. A participação direta da comunidade ocorreu de diversas maneiras, seja no trabalho para o reparo ou melhoria da infra-estrutura dos bairros, passando pela promoção de eventos culturais ou, freqüentemente e de forma voluntária, se dispondo a auxiliar no desenvolvimento das políticas públicas governamentais. Os pesquisadores estadunidenses supracitados, a partir de um estudo empírico onde aplicaram *surveys* em participantes de 110 CB entre junho e julho de 2004, assim sintetizaram as principais atividades por eles praticadas:

Praticamente todos os membros dos Círculos que nós entrevistamos disseram que seu Círculo fazia algum tipo de trabalho na comunidade. Os Círculos por nós examinados eram particularmente ativos em programas de alfabetização e de saúde. Esses esforços eram caracterizados por um alto nível de coordenação junto aos programas oficiais do governo – as missões – para promover educação, saúde e auto-suficiência econômica (Hawkins e Hansen, 2006, p. 108)<sup>126</sup>.

---

<sup>126</sup> Tradução livre do fragmento em inglês: “Nearly all the Círculo members that we interviewed said that their Círculo did some kind of work in the community. The Círculos that we examined were particularly active in remedial education and health programs. These efforts were characterized by a high level of coordination with the government’s official programs or *misiones* to promote education, health, and economy self-sufficiency”.

Outra particularidade apresentada pelos CB – e que não será repetida no caso dos *Consejos Comunales* – diz respeito à ausência de financiamento público. Ao contrário dos últimos (beneficiários de vultosos montantes de investimentos diretamente oriundos dos cofres do governo bolivariano), relatos dão conta que os primeiros raramente recebiam recursos, quer seja do Estado quer seja de qualquer outra instância. Aliás, a escassez de recursos foi considerada um dos principais empecilhos que frearam a atuação dos CB:

Concluimos que os Círculos consultados em nossa pesquisa tendiam a ter baixos orçamentos e que financiavam a maioria de suas atividades em fontes que não o governo. Na verdade, a maioria dos recursos provinha de contribuições individuais dos próprios membros dos Círculos. A segunda fonte de renda mais importante eram as rifas e vendas. O financiamento do governo era pouco e reduzia-se a bens para facilitar as atividades dos Círculos como, por exemplo, ônibus fretados, almoços, tinta e bandeiras nacionais. Esse dinheiro público provinha de fontes variadas como o escritório do prefeito local, agências governamentais responsáveis pelo desenvolvimento de cooperativas e, também, em resposta a petições diretas feitas junto ao governo federal (Hawkins e Hansen, 2006, p. 109)<sup>127</sup>.

Levando em consideração as características acima descritas, pode-se inferir que, ao menos num primeiro momento, a atuação dos CB foi desempenhada de forma satisfatória no que concerne às questões relativas à manutenção de sua autonomia como instâncias de participação política com potencial para desenvolverem os princípios centrais da estratégia de organização popular “de cima para baixo”: estabeleceram-se espontaneamente, organizaram-se de forma a não hierarquizar os cargos entre seus membros, procuraram exercer atividades que melhorassem diretamente o convívio social e político em suas comunidades e, sobretudo, mantiveram uma relação de apoio crítico - e não subserviente - às instâncias governamentais. Ademais, a participação nos Círculos era estritamente voluntária (sem remuneração) e as reuniões se davam em espaços comunitários já existentes (Ramírez, 2005).

Essa dinâmica manteve-se forte e hegemônica entre os CB até o ano de 2002, quando se deu a materialização da articulação e mobilização das forças de oposição ao governo Chávez.

---

<sup>127</sup> Tradução livre do fragmento em inglês: “We found that Círculos in our sample tended to have small budgets and funded most of their activities from sources other than the government. Actually, most of the resources came from contributions by the individual members of the Círculos. The next most important source was raffles and sales. Government financing was little and most of it came in the form of goods to facilitate Círculo activities, such as chartered buses, lunches, paint or national flags. This government money came from a variety of sources, such as the office of the local mayor, government agencies dealing with cooperatives and development, and in response to direct petitions to the national government”.

### 3.1.3.2. Polarização política e metas eleitorais: pretextos para cooptação (2002-2004)

Com o acirramento dos conflitos entre os bolivarianos e seus opositores e, em especial, após a premente necessidade de se mobilizar eleitoralmente indivíduos favoráveis à continuidade do governo Chávez – que corria risco, entre outros motivos, em razão da validação das assinaturas requeridas para promover o referendo revogatório – as atividades desenvolvidas através dos CB foram estruturalmente modificadas. A partir de então, alvos da crescente e sustentada penetração por parte dos partidos políticos governistas (em especial o MVR), as instâncias deliberativas comunais passaram a funcionar como comitês eleitorais responsáveis pela propaganda e pela campanha nacional em favor da manutenção de Chávez em seu cargo (García-Guadilla, 2008).

A nova conjuntura, conseqüentemente, fez com que o trabalho previamente construído pautado em parâmetros de autonomia e focado na melhoria das condições de vida nas comunidades fosse abandonado em benefício do cumprimento de funções estritamente eleitoreiras, as quais em muito se distanciavam dos ideais horizontais e contestadores da prática política feita “de baixo para cima”. O comando e a administração dos CB – antes a cargo de seus próprios membros – se tornaram prerrogativas do governo bolivariano que, apoiado nos discursos de seu principal líder, tomou de assalto as rédeas da organização popular na Venezuela.

Não demorou muito para que tais transformações repercutissem em todos os espaços de ação vinculados aos CB. A mudança foi tão drástica que, inclusive, culminou no desaparecimento da grande maioria deles<sup>128</sup>. Por meio de uma ordem imposta diretamente por Chávez, foram criadas as *Unidades de Batalla Electoral* (UBA)<sup>129</sup> com a finalidade expressa de maximizar as tarefas eleitorais por parte dos militantes chavistas junto às comunidades. Com o tempo, e tendo em vista que os objetivos dos CB estavam, agora, se

---

<sup>128</sup> O estudo de Hawkins e Hansen (2006) afirma que, cinco anos após sua criação, dois terços dos Círculos não mais existiam. Ou seja - segundo os insuflados dados do governo - dos mais de dois milhões de cidadãos inscritos no auge da participação dos CB em 2002 recuou-se para, no máximo, 700 mil inscritos em 65 mil organizações que permaneciam ativas no ano de 2006. Com o advento dos *Consejos Comunales* essa cifra caiu ainda mais e, hoje, há pouquíssimos CB ainda em ação.

<sup>129</sup> Segundo documento oficial emanado do gabinete presidencial, e que pode ser lido na íntegra a través do sítio <http://www.gobiernoenlinea.gob.ve/miscelaneas/maisanta/maisanta8.html>, as UBA são “la organización de base de todas las fuerzas bolivarianas para implementar la estrategia electoral en la comunidad, que opera en una zona de batalla electoral entendida como un área geográfica variable delimitada en torno al centro de votación”.

confundindo com os das UBA, as últimas acabaram naturalmente tomando o espaço e, assim, substituindo os primeiros. O texto de Gómez Calcaño (2006, p.13) oferece interessantes colocações que ajudam a explicar os motivos que levaram ao rápido declínio dos Círculos Bolivarianos:

En los años transcurridos desde su creación ha disminuido la importancia de los Círculos, ya que ellos no parecen disfrutar del monopolio de la organización legítima del movimiento chavista y deben competir con una multiplicidad de organizaciones de base que surgen o desaparecen según las coyunturas políticas [...] Los Círculos Bolivarianos más adelante fueran sustituidos por las “Unidades de Batalla Electoral”, que constituyeran el motor de la movilización de los partidos del gobierno frente al referéndum revocatorio de 2004. Cumplida esta coyuntura, cambiaron su nombre a “Unidades de Batalla Endógena” [...] Independientemente de las diferentes denominaciones, todas estas organizaciones tienen algunos rasgos en común. Su meta pareciera ser crear el pueblo organizado e ‘ideologizado’ que canalice las demandas y llene el espacio que normalmente ocupa la sociedad civil.

Tal efemeridade, ocorrida tanto na experiência dos CB quanto na das demais organizações políticas posteriormente formadas pelo governo bolivariano, fez com que nenhuma delas conseguisse se consolidar a ponto de manter sua existência após o cumprimento, satisfatório ou não, do objetivo específico para o qual foram criadas.

A partir de então, ao contrário do que ocorrera em sua primeira fase de atuação, os CB tampouco obtiveram sucesso no desenvolvimento de mecanismos capazes de articular as propostas e lutar pelos interesses políticos originados nas e pelas comunidades. Os líderes comunitários que outrora ajudavam a cumprir tão importante tarefa, gradativamente, foram absorvidos e formalmente incorporados aos quadros administrativos do governo para auxiliarem na implementação das diversas e dispendiosas políticas públicas desenhadas pelos bolivarianos<sup>130</sup>.

Assim, emprestando a expressão cunhada por Denis (2005), os CB tornaram-se um “movimento popular administrado”, ou seja, um agrupamento político regido a partir da forte influência das instâncias governamentais que, por sua vez, intervieram de forma direta nas atividades a serem exercidas pelos grupos ocasionando, nesse sentido, a anexação dos últimos ao Estado. Tal tendência, inicialmente imposta aos CB, consolidou-se em seguida com o advento dos *Consejos Comunais* (CC).

---

<sup>130</sup> Políticas públicas estas que foram financiadas pelo aumento da oferta de recursos à disposição do Estado por conta da alta nos preços do petróleo no mercado internacional.

Antes de empreender a análise a respeito das atividades políticas desempenhadas pelos CC, ainda faz-se necessário tratar da resistência – ou, mais propriamente, da falta dela – oferecida pelos militantes das comunidades organizadas em relação ao movimento de cooptação por parte do governo bolivariano. Esse debate mostra-se bastante complexo: ao mesmo tempo em que não se pode olvidar do fato do governo, por dispor das superdimensionadas receitas petrolíferas, ostentar uma posição extremamente privilegiada para atrair à sua esfera de influência as forças populares, também não se deve deixar de questionar a incapacidade destas defenderem sua autonomia frente às tentações financeiras proporcionadas pelos programas sociais e oportunidades de emprego no governo bolivariano.

Aqui é preciso retomar uma importante especificidade presente na estrutura das classes sociais venezuelanas e que exerce grande impacto em relação à organização popular naquele país: o fato da classe trabalhadora não ter desempenhado um papel centralizador ou de vanguarda no atual processo político. Essa peculiaridade está fortemente vinculada ao tipo de formação social da Venezuela, baseada numa economia dependente da exploração petrolífera, sem indústrias de base e, por isso, com uma classe trabalhadora precarizada e extremamente segmentada.

O referido cenário resultou na inexistência de um movimento de trabalhadores forte e articulado, sendo a luta trabalhista travada por uma central sindical não-classista e desconectado tanto de sua própria base como dos outros movimentos sociais. Assim, não há indícios de que na Venezuela o proletariado tenha conseguido se firmar como o agente centralizador das aspirações da esquerda. Por conseguinte, ficou dificultada a possibilidade de se construir, a partir da luta cotidiana e ilimitada dos trabalhadores, a cultura e a prática socialista pelo fim da exploração do trabalho assalariado e pela socialização dos meios de produção. O assistencialismo - solidificado durante as quatro longas décadas *puntofijistas* - ficou tão incrustado nas práticas sociais que, em muitos casos, parece bastar para conter o crescimento de iniciativas efetivamente contestadoras ao modo de produção (Sanmartino, 2007).

Tal característica contribuiu para a abertura de espaços para a ascensão do bolivarianismo como a força política que logrou aproveitar-se deste vazio para catalisar o ressurgimento da esquerda na Venezuela. Contudo, conforme exposto nas primeiras sessões

da presente dissertação, tal ascensão foi construída a partir de princípios muito mais próximos das tradições nacionalistas do que, propriamente, das socialistas. Este fato repercute diretamente tanto nos sucessivos insucessos bolivarianos para colocar em prática o tão alardeado “Socialismo do Século XXI”, quanto na incapacidade da população venezuelana em preservar a autonomia de suas organizações sociais e, com isso, pressionar pelo estabelecimento de práticas destinadas a, efetivamente, revolucionar as estruturas políticas, produtivas e sociais no país.

## **PARTE II**

### **A Estratégia “de cima para baixo”**

#### **3.2.1 Fundamentos e propostas**

A estratégia política hegemônica nas fileiras do chavismo, aqui definida como a vertente “de cima para baixo”, se baseia na concepção segundo a qual o manejo orquestrado e sistêmico das instâncias estatais por meio de uma organização partidária hierarquizada representa a melhor forma de alcançar resultados satisfatórios na difícil tarefa de conservar o poder político e, a partir dele, efetuar as modificações estruturais propostas pelo bolivarianismo.

Trata-se, portanto, de um enfoque vertical, na medida em que privilegia o partido político chavista - primeiro o MVR e, a partir de 2007, o PSUV<sup>131</sup> - e as estruturas diretamente a ele vinculadas (bem como as instâncias burocráticas que o compõem) como os agentes responsáveis por promover e coordenar a atividade política exercida pela totalidade do movimento bolivariano que, por meio da subserviência aos ditames da direção do partido, deve se manter unificado. O referido enfoque assume, concomitantemente, características estadocêntricas tendo em vista sua determinação em assegurar o poder nacionalmente – ao invés de investir nos focos de poder regionais ou locais – e, também,

---

<sup>131</sup> Vale lembrar que ambos os partidos foram criados repentinamente, sem qualquer tipo de discussão ou planejamento junto à população para, no caso do MVR, tornar possível a candidatura de Chávez nas eleições de 1998 e, no caso do PSUV, reagrupar o bolivarianismo para tornar mais forte a pressão pela instalação do “Socialismo do Século XXI”. Portanto, a principal estrutura escolhida pelo governo Chávez para desenvolver e coordenar a revolução “socialista” na Venezuela remonta a um partido político recém-criado, sem laços históricos com sua base.

pela utilização das estruturais estatais como a principal arena para o desenvolvimento das ações e intervenções bolivarianas (Ellner, 2006).

Nesse sentido, o objetivo central da vertente em questão remete à necessidade de criar e fortalecer uma estrutura política em forma de pirâmide, na qual Chávez ocupa o cume enquanto as demais forças de apoio são hierarquicamente organizadas de maneira que quanto mais alto determinado militante se encontrar na escala de poder, mais influente sua opinião se tornará para o desenvolvimento do projeto político bolivariano. A principal justificativa utilizada para a adoção de tal estrutura é a suposta conduta indisciplinada e imediatista por vezes sustentada pelos setores da base chavista, comportamento este que tornaria inviável a gestão administrativa de um processo político tão disputado e polarizado como é o comandado por Chávez.

Também contribuiu para a consolidação dessa vertente a formação militar a que Chávez e os demais líderes bolivarianos foram submetidos durante a juventude. É notório o fato de a rígida estrutura hierarquizada ser um dos principais componentes da cultura militar e, por isso, não é surpresa o apreço dos comandantes *chavistas* por este elemento, apesar de, no início, as atividades propostas pelo MBR-200 terem tentado flexibilizar tal paradigma (Denis, 2005).

Trata-se, portanto, de um posicionamento corriqueiramente defendido pelo próprio presidente através do qual se reconhece a importância da solidificação de uma rígida estrutura partidária que seja capaz de conduzir eficientemente a revolução por suas perigosas encruzilhadas, sem que haja cisões ou rachas que comprometam a unidade do movimento. Recomenda Chávez:

Organicemos a esos cientos de miles de trabajadores. En las fábricas, vayamos a las fábricas a organizar un poderoso movimiento obrero que comience a levantarse de nuevo, como lo hubo antes. Pero eso depende de la lucha que nosotros militantes bolivarianos y miembros del MVR tenemos que hacer allá. Los trabajadores venezolanos han sido maniatados, manipulados, por falsos dirigentes sindicales que lo dividieron, lo desviaron, lo manipularon y todo eso tenemos que rescatarlo<sup>132</sup>.

Foram diversas as ocasiões no decorrer da ascensão política bolivariana em que a referida estratégia foi utilizada. Sua gênese ocorreu nas sublevações militares levadas a cabo pelo MBR-200 as quais, conforme apresentado no primeiro capítulo da presente

---

<sup>132</sup> Trecho extraído do discurso pronunciado por Hugo Chávez a 19 de abril de 1999 e citado por Francia (2003, p. 105).

dissertação, acabaram por tornar a figura de Chávez nacionalmente reconhecida como o legítimo representante do descontentamento popular em relação ao regime *puntofijista*. A partir daí, passou-se de um cenário de mobilização popular caracterizado por forças de organização dispersas e desconexas – forças estas responsáveis, por exemplo, pela rebelião de fevereiro de 1989 – para outro, no qual emergiu uma clara e incontestada liderança que tomou para si a responsabilidade de unificar e conduzir a oposição ao *puntofijismo* rumo à hegemonia política na Venezuela. Eis aí o principal motivo pelo qual os bolivarianos, em meados da década de 1990, acharam por bem transformar suas clandestinas instâncias organizativas (o MBR-200) em um partido político voltado para as massas e com claras e prioritárias perspectivas eleitorais (o MVR).

As vitórias obtidas por Hugo Chávez nos diversos processos eleitorais ocorridos entre os anos de 1999 e 2001 fizeram com que diversas personalidades políticas que outrora eram vinculados ou se beneficiavam do arranjo de poder sustentado pelo regime *puntofijista* mudassem de lado ao serem incorporadas às fileiras do MVR. O fato de o chavismo ter se tornado a principal força política do país acabou por atrair muitos indivíduos sem qualquer ligação histórica ou identidade com a luta bolivariana.

O partido, por sua vez, preocupado em consolidar sua vantajosa posição política, não foi criterioso e, mesmo sem estrutura, abraçou uma grande quantidade de novos membros, os quais forjaram seu comprometimento ao movimento exclusivamente por meio do culto à personalidade do líder Chávez. E foram exatamente esses novos membros, em especial o já mencionado Luis Miquillena, os que mais pressionam pela manutenção da hierarquia e pela protagônica participação das estruturas partidárias no governo. Para tanto, costumavam articulações com os mais proeminentes atores políticos venezuelanos de forma a legitimar e aprovar os projetos propostos pelo governo, sem que os mesmos fossem alterados ou, sequer, discutidos com as comunidades ou seus representantes (Bonilla-Molina e El Troudi, 2004).

Tal posicionamento acabou por pavimentar o caminho para a consolidação das práticas monolíticas e clientelistas no partido e, por conseguinte, no próprio governo<sup>133</sup>. O

---

<sup>133</sup> A principal justificativa utilizada pelas lideranças do MRV para a aceitação desse tipo de comportamento remonta aos diversos processos eleitorais enfrentados pelo governo Chávez. Devido às necessidades pontuais especificamente vinculadas às eleições, de acordo com os dirigentes, era preciso adiar as implementações de medidas democratizantes no partido, tais como a realização de prévias internas para a escolha de candidatos, a

referido percurso desfigurou profundamente os ideais primários do bolivarianismo e até seu principal líder fez questão de criticar o papel exercido pelo MVR no processo:

Fuimos sintiendo que el MVR se fue burocratizando y alejando de las masas. Había como una modorra, una pesadez. Empezaron a surgir elementos preocupantes, por ejemplo, la gente se quejaba mucho en las regiones de que no había dirigentes a la altura de las necesidades, de que había muchas divisiones internas, rivalidades [...] Yo sentía que el MVR ya no convocaba, que ya no servía para la nueva situación estratégica en la que estábamos entrando: una fase de profundización del proceso<sup>134</sup>.

Outro momento em que a perspectiva “de cima para baixo” passou a ser amplamente aplicada foi a partir da organização das forças oposicionistas em resposta à entrada em vigência das 49 leis habilitantes. Devido à polarizada conjuntura política vivenciada no país entre os anos de 2002 e 2004 os líderes chavistas se aproveitaram para frear os esforços voltados “de baixo para cima” que, como vimos na seção anterior, foram empregados com relativo sucesso durante e pouco após o processo constituinte.

A mobilização dos setores oposicionistas fez com que se modificassem as prioridades políticas dos bolivarianos e, assim, a instauração de um regime democrático pautado pelo domínio do “poder popular” - conforme consagrado na Constituição de 1999 - passou a ser, apenas, um objetivo distante e subutilizado. O conturbado período clamava pelo uso de estruturas típicas de um governo eminentemente representativo preocupado, tão somente, em manter-se no poder. O constante e aberto conflito com as forças de oposição expôs as deficiências do bolivarianismo para controlar o embate político em momentos críticos, tal como foi o golpe de Estado de 2002. (Ellner, 2006).

Como resposta a essa deficiência apostou-se - novamente - na verticalização das relações de poder no interior do movimento e, para isso, recorreu-se à implementação de um modelo para a condução do projeto bolivariano expressamente inspirado na experiência cubana, ou seja, uma estrutura única e centralizada, onde não há espaços para disputas internas e/ou dissenso<sup>135</sup>. Foi exatamente esta a principal meta que ensejou a criação do

---

aplicação de medida contra a corrupção e o aprofundamento dos debates ideológicos sobre o posicionamento político a ser defendido pelo bolivarianismo (Ellner, 2006).

<sup>134</sup> Trecho extraído de entrevista dada por Hugo Chávez à Marta Harnecker e citada por Francia (2003, p. 26).

<sup>135</sup> Sobre a influência da Revolução Cubana, e em especial do “fidelismo”, na personalidade e nas ações políticas levadas a cabo por Hugo Chávez, Krauze (2009) faz uma interessante comparação entre o líder bolivariano e o Subcomandante Marcos, principal expoente do “Exército Zapatista de Libertação Nacional” (EZLN) que, em terras chiapanecas, promove a luta pela dignidade dos indígenas do sul do México a partir de ideais fundados essencialmente na noção de autonomia. Segundo o supracitado autor, tanto Marcos quanto

PSUV: reforçar institucionalmente o governo, tendo em vista o agudo conflito que seria ocasionado pelos setores oposicionistas aos quais, por razões óbvias, seriam contrários à adoção das medidas necessárias para o desenvolvimento das políticas públicas propostas pelo “Socialismo do Século XXI”.

Nesse sentido, os métodos impostos pela cúpula bolivariana como forma de aperfeiçoar a participação popular no processo revolucionário passaram a ser, via de regra, profundamente atrelados ao poder executivo e/ou controlados pelas instâncias partidárias as quais, por sua vez, são administradas a partir da concepção “de cima para baixo”. Conseqüentemente, apesar dos constantes ataques à burocratização feitos pelo próprio presidente Chávez<sup>136</sup> e de seus chamados para que as bases fizessem valer seus direitos, o processo político em curso na Venezuela, na prática, é operado de forma verticalizada. Sequer há espaços para que denúncias sobre situações envolvendo corrupção e oportunismo sejam efetivamente resolvidas (Denis, 2005).

Assim, se por um lado, a referida estratégia confere maior unidade e coordenação às atividades e projetos propostos pelo movimento bolivariano, por outro, muitos são os “efeitos colaterais” originados a partir dela. O mais aparente deles diz respeito ao estabelecimento de uma estrutura partidária superdimensionada e comandada por uma elite de funcionários burocratizados e, também, “desproletarizados”. A partir da consolidação dessa elite administrativa estabelece-se a ilusória concepção segundo a qual seria possível, através da planificação e distribuição equânime da renda capitalista do Estado venezuelano, promover uma transição pacífica, etapista, centralizada e ordenada rumo ao socialismo.

---

Chávez são exemplos de líderes carismáticos, com contatos diretos com os movimentos revolucionários de seus respectivos países e, por conseguinte, com a tradição guerrilheira dos anos 60. Ambos construíram sua luta política a partir da retomada de fortes mitos históricos: a profunda raiz indígena do povo mexicano por parte de Marcos e o legado de Bolívar no caso de Chávez. Contudo, os dois personagens em questão sustentam uma diferença fundamental: ao passo que o primeiro é discípulo de Ernesto “Che” Guevara, o último admira Fidel Castro e os rumos por ele designados para a Revolução Cubana. Para exemplificar sua assertiva, o autor levanta entre outras situações, o fato de que enquanto o guevarista Marcos insistentemente nega-se a incorporar-se à vida civil como líder da esquerda em seu país – por acreditar que as vias institucionais não permitem o desenrolar de um projeto político efetivamente revolucionário – o fidelista Chávez não teve dúvidas em se lançar à política “formal” quando se deu conta da real possibilidade de ascender ao poder pela via eleitoral.

<sup>136</sup> Dentre tantas falas contra a burocratização, pode-se citar a seguinte passagem extraída de um discurso pronunciado por Hugo Chávez durante o ato de juramentação da Assembléia Nacional Legislativa para o período 2000-2006 aqui citada por Francia (2003, p. 23): “Cuidado con la burocratización de los cargos, cuidado con lo gustito de la silla, a la comodidad, al aire condicionado y los grandes espacios y el protocolo. Rompamos con todo eso, que nos encadene todo eso porque nos estaríamos encadenando el fracaso”.

No entanto, concordando com Dennis (2005), ainda que se sejam válidos e importantes os mencionados esforços no sentido de manter sob o controle das forças bolivarianas as posições ideológicas e de mando no interior da esfera estatal, o centro motor do processo revolucionário necessita ser centrado no amplo, porém ainda débil, sistema de coletivos, redes e movimentos sociais. Estes, especialmente até o recrudescimento da polarização política ocorrida no país depois de 2002, a partir do exercício de sua autonomia política e ideológica, apresentam-se como uma alternativa viável para estabelecerem-se como centros de pressão e, assim, lutar por um processo autenticamente revolucionário e potencialmente socialista na Venezuela.

Não é esta, contudo, a realidade atual. A necessidade de se impor uma unidade rígida ao movimento gera, em seu interior, uma maniqueísta oposição entre os que, por acatarem as ordens dos superiores, são considerados *chavistas* e aqueles que, por se rebelarem ante a hierarquia partidária, são pejorativamente taxados de “*anti-chavistas*”. Assim, o bolivarianismo torna-se hermeticamente fechado às críticas construtivas que partem de suas próprias fileiras, pois se estabelece uma improdutiva e implacável caça àqueles que expressam qualquer tipo de desacordo em relação a algum aspecto do plano de governo. Ademais, a partir dessa estrutura hierarquizada, a solidariedade tende a ocorrer apenas entre os subordinados perante seus superiores e quase nunca no caminho inverso.

Por fim, outra questão controversa gerada pela aplicação da estratégia “de cima para baixo” no processo político venezuelano diz respeito à contínua absorção/cooptação das organizações populares e de seus mais destacados militantes por parte das instâncias governamentais bolivarianas.

A lógica verticalizada e centrada essencialmente nos aparelhos de Estado faz com que as diferentes vertentes do movimento tenham de se vincular às instâncias governamentais para, assim, disporem de alguma chance no sentido de verem seus projetos e intervenções desenvolvidos. As mobilizações respondem, então, a uma agenda política imposta pela cúpula partidária, sendo quase inexistentes convocatórias autonomamente produzidas ou atos de solidariedade quando determinada instância ou vertente do movimento é reprimida pelas instituições formalmente constituídas (Dennis, 2005).

Tal dinâmica, ao invés de incentivar a solidificação das ferramentas participativas e socializar entre o maior número de pessoas a responsabilidade pela construção do

bolivarianismo, acaba por frear as iniciativas que vislumbram o fortalecimento da organização autônoma dos setores populares. Assim, o controle hierarquizado dos recursos e do poder político opera como um mecanismo de cooptação das lideranças populares as quais, por sua vez, exercem de forma mecânica e não crítica a mediação entre a cúpula e a base chavista nos processos de tomada de decisão. Tem-se, portanto, na prática, a primazia da representação em detrimento da efetiva participação popular.

### **3.2.2. Os Consejos Comunales como expressão da estratégia “de cima para baixo”**

Tendo como norte a perspectiva acima descrita, ou seja, a estratégia de comandar o movimento bolivariano em todas as suas instâncias – em especial nos Barrios e outras comunidades populares onde vivem a maioria dos que apóiam o governo Chávez - a atual administração elaborou um documento chamado *Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007* que impõe diretrizes sobre como deve ocorrer a organização política da base bolivariana junto ao poder central. Lê-se no documento<sup>137</sup>:

Para lograr la democracia bolivariana es necesaria la participación co responsable de la ciudadanía. El principio de la participación, que atraviesa toda nuestra carta magna, significa, además de ampliar y complementar la democracia representativa, lograr que exista, entre elección y elección de representantes, un mayor control de parte de la sociedad sobre los asuntos que los afectan directamente [...] La tendencia moderna es la incorporar tanto a las organizaciones no gubernamentales, como la sociedad en general, en la solución de los asuntos que la afectan. Por ello, la acción del Estado se orientará a ser un agente activo en el estímulo y creación de ese tipo de organizaciones, para crear una red de relaciones, fundamentadas sobre principios democráticos participativos, que contribuyan al desarrollo armónico de la acción pública.

Explicitamente, pois, o governo bolivariano coloca o Estado por ele administrado como um instrumento facilitador e necessário para a efetiva criação de mecanismos que propiciem o desenvolvimento do poder popular, participativo e protagônico no país.

Tem-se, portanto, que o princípio geral o qual guiou o desenvolvimento das principais iniciativas participativas na Venezuela propostas pelo governo Chávez – *os Consejos Comunales* - corresponde a uma estratégia típica do pensamento “de cima para baixo” (organização popular atrelada às instâncias estatais) com vistas a promover práticas que desenvolvam iniciativas “de baixo para cima” (descentralização administrativa através

---

<sup>137</sup> O plano pode ser lido na íntegra no sítio: <http://www.mpd.gob.ve/pdeysn/pdesn.pdf>.

da democracia participativa). Emerge, assim, o grande paradoxo e um dos principais dilemas de todo processo bolivariano (García-Guadilla, 2008).

### **3.2.2.1 O caminho legislativo percorrido para criar e definir as atribuições dos CC**

A “Constituição Bolivariana” de 1999, conforme apresentado no capítulo anterior, fixou as bases para a implementação da participação direta no sistema político nacional. Essa inovação foi bastante importante, uma vez que flexibilizou o que vinha sendo uma constante na história republicana da Venezuela: a exclusividade da democracia representativa no sistema político nacional, no qual a participação política se resumia ao direito ao sufrágio nas eleições presidenciais a cada cinco anos.

Grosso modo, a Carta Magna dispõe sobre a construção de instrumentos que facilitem o controle social, ou seja, ações que possibilitem aos indivíduos ou grupos de cidadãos, de forma organizada e independente, exercer a co-responsabilidade na gestão dos assuntos públicos. Estabelece, por exemplo, o artigo 62: “Todos los ciudadanos tienen el derecho de participar libremente en los asuntos públicos, directamente o por medio de sus representantes elegidos”. Nesse sentido, a norma sugere que não se pode prescindir do modelo representativo. Contudo, deixa claro que é essencial reforçá-lo com a participação direta dos cidadãos.

A estrutura criada para cumprir tal tarefa de “incentivar” a participação cidadã foram os “Consejos Comunales” (CC). A criação das referidas instâncias, por sua vez, passou por duas etapas. Na primeira delas, ocorrida no ano de 2005 e instituída por meio da *Ley Orgánica del Poder Municipal*, os conselhos tornaram-se parte do *Sistema Nacional de Planificación* (SNP) e, a partir dele, passaram a desempenhar o papel de articulação entre as comunidades de bairro e/ou associação de vizinhos junto aos órgãos municipais responsáveis pelo desenvolvimentos de políticas públicas.

O diálogo entre os dois pólos – conselhos e Poder Público - ocorria no chamado *Consejo Local de Planificación Pública* (CLPP), espaço consultivo cuja coordenação ficava a cargo, obrigatoriamente, do prefeito municipal, conforme aponta o artigo 114 da referida lei<sup>138</sup>:

---

<sup>138</sup> O texto legal completo pode ser encontrado no sítio <http://www.scribd.com/doc/4656533/Diapositivas-modelo-del-Sistema-nacional-de-Planificacion>.

La ordenanza del Consejo Local Planificación Pública [a cargo do prefeito municipal] deberá regular todo lo relativo a la integración, organización y funcionamiento de los Consejos Parroquiales y Comunes. La integración podrá ser sectorial y/o vecinal, en los Consejos Comunes, según sea la realidad organizacional de las comunidades en los municipios y sectorial en los Consejos Parroquiales, éstos deberán estar vinculados con los sectores representados en el Consejo Local de Planificación Pública del municipio.

Já na segunda etapa, iniciada em abril de 2006, na qualidade de legislação complementar à constituição federal, entrou em vigência a *Ley de los Consejos Comunales* (LCC), que estabeleceu as bases para a formação e desenvolvimento das unidades territoriais básicas a partir de onde, em tese, se potencializariam a participação popular e o autogoverno. Nas palavras de Chávez (Venezuela, 2005, t.7, p. 178), os CC representam:

Los disparadores del ejercicio real de la soberanía popular y un instrumento de redistribución y descentralización del poder, pues se trata del poder popular en marcha, la democracia participativa. No es para nada esto de que allá cuatro o cinco personas van a decidir por mí; no, vamos todos a participar.

Para tanto, ao contrário das pretéritas instâncias participativas propostas pelo governo bolivariano, as funções e competências dos CC foram aumentadas. Além de gozar do direito de definir e hierarquizar as prioridades para o reparo e/ou desenvolvimento dos setores essenciais para a vida em suas comunidades, aos participantes dos CC foram abertas novas possibilidades de atuação sendo que, a mais relevante delas, diz respeito à oportunidade de executar diretamente os recursos econômicos disponibilizados pelo Estado, além de exercer eles próprios a controladoria social sobre tais investimentos. A LCC<sup>139</sup>, em seu artigo segundo, os define da seguinte maneira:

El marco constitucional de la democracia participativa y protagónica; son instancias de participación, articulación e integración entre las diversas organizaciones comunitarias, grupos sociales y los ciudadanos y ciudadanas, que permiten al pueblo organizado ejercer directamente la gestión de las políticas públicas y proyectos orientados a responder a las necesidades y aspiraciones de las comunidades en la construcción de una sociedad de equidad y justicia social.

Dados oficiais apontam que, até o mês de março de 2008, havia 26.143 CC em funcionamento e outros 10.669 se encontravam em processo de conformação por toda a Venezuela. Portanto, em pouco menos de dois anos, quase quarenta mil conselhos foram ou

---

<sup>139</sup> A lei pode ser lida na íntegra em: <http://www.asuntopublico.com/documentos/LECC.pdf>

estavam sendo estruturados em todo o território venezuelano. Estes, por sua conta, estavam executando e/ou administrando aproximadamente 1,7 bilhões de Bolívares<sup>140</sup>.

### 3.2.2.2. Estrutura e funcionamento

A LCC é bastante didática e rigorosa no sentido de cobrir os passos necessários para a formação e posterior homologação dos CC junto aos órgãos públicos competentes<sup>141</sup>.

Inicialmente, deve-se mencionar que o trabalho efetuado pelos participantes em todos os níveis dos conselhos deve ser a eles delegado por algum órgão do CC, ou seja, todos aqueles que quiserem participar em alguma tarefa administrativa e/ou prática devem ser designados ou eleitos pela própria comunidade para exercer determinada atividade. Tais cidadãos permanecem dois anos em suas funções podendo, a qualquer momento, serem reeleitos. A eles é atribuído o título “vocero” ou vocera”, ou seja, funcionam como porta-vozes da comunidade e, por isso, não lhes cabe tomar decisões. O único órgão legitimado para, efetivamente, tomá-las é a *Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas*, sendo esta também a instância competente para determinar quais grupos de trabalho e comitês comporão o CC<sup>142</sup>. Por outro lado, os *voceros* devem formar um órgão executivo encarregado da planificação e articulação das atividades participativas organizadas pelas comunidades por meio dos CC.

Para chegarem ao pelo funcionamento, o passo inicial e imprescindível para a formação das referidas instâncias participativas refere-se ao estabelecimento de um grupo de voluntários da comunidade – obrigatoriamente acompanhados por um funcionário público designado pela *Comisión Nacional Presidencial del Poder Popular* (CNPPP) – que irá difundir entre os habitantes os objetivos e o alcance dos CC. Assim, num primeiro encontro, além de definir a designação dada ao CC, deverá ser eleita uma comissão temporária que terá como tarefas elaborar um mapa do espaço geográfico da comunidade (respeitando-se o limite máximo de 200 famílias para centros urbanos, 50 para zonas rurais

---

<sup>140</sup> Segundo dados oficiais colhidos no sítio <http://www.mps.gob.ve>, de responsabilidade do “Ministerio del Poder Popular para la Participación y el Desarrollo (Minpades)”.

<sup>141</sup> O resumo dos procedimentos aqui apresentados pautou-se na exegese da lei em questão e no trabalho desenvolvido por Azzellini (2008).

<sup>142</sup> Estes podem ser, por exemplo, as Mesas Técnicas de Água (MTA) – as quais, em conjunto com as entidades públicas administram a distribuição da água na comunidade; o *Comité de Salud* que, em cooperação com a *Misión Barrio Adentro*, gerencia as questões referentes à administração da saúde no bairro; e tantos outros comitês que a assembléia ache necessário criar (comitês de cultura, esportes, habitação, segurança, entre vários outros).

e 10 para comunidades indígenas), além de compilar informações sobre a história daquela localidade e realizar um senso sócio-econômico.

Tais atividades devem ser efetuadas em um prazo não maior do que 90 dias para, em seguida, ser convocada a assembléia constituinte comunitária. Nela, obrigatoriamente contando com um quorum mínimo de 20% dos membros da comunidade maiores de 15 anos, serão eleitos os *voceros* e demais representantes para os comitês, os quais têm como tarefa inicial a elaboração de um estatuto que regerá as atividades do CC.

Uma vez estabelecidos, os CC devem obrigatoriamente se registrar junto a CNPPP por meio da entrega do estatuto e da ata constitutiva aprovados pela assembléia comunitária. Em seguida, elabora-se um diagnóstico sócio-econômico da área com a finalidade de detectar as prioridades para, assim, estabelecer um plano de trabalho único a partir do qual se definem os projetos. Apenas após o cumprimento destes procedimentos é que os CC tornam-se aptos a solicitarem o financiamento necessário para o desenvolvimento das atividades propostas.

Os membros formadores da CNPPP são escolhidos discricionariamente pelo presidente da República e tem como funções primordiais coordenar, avaliar e orientar o desenvolvimento dos trabalhos da totalidade dos CC, além de impulsionar e incentivar a criação do máximo de conselhos possíveis, gerar mecanismos de formação e capacitação para os *voceros* ou demais interessados, encaminhar os projetos aprovados nas comunidades e tramitar os recursos financeiros necessários para a sua execução. A CNPPP deve prestar contas de seu trabalho e das atividades desenvolvidas pelos CC junto à comissão especial criada junto a Assembléia Nacional venezuelana.

### **3.2.2.3. Avanços e retrocessos**

É evidente que devido às distintas experiências históricas de organização em cada comunidade e, por conseguinte, às desigualdades tanto nos níveis de ativismo como no acesso à informação, tem-se que as experiências e os resultados obtidos em cada um dos CC são bastante distintos entre si (Azzellini, 2008).

Tendo em vista a rápida difusão – a qual, entre outros fatores, ocorreu pelos benefícios materiais alcançados pelas comunidades organizadas em CC - torna-se imprudente negar alguns progressos atingidos por conta da criação desses espaços. O

principal deles, apontado pela maior parte dos estudos consultados, diz respeito à possibilidade trazida pelos CC no que concerne ao enfrentamento dos problemas estruturais – como, por exemplo, o combate às debilidades nas políticas públicas relacionadas à saúde, saneamento básico e coleta de lixo - que afetam de maneira cotidiana a vida das comunidades desde onde estão assentadas as instâncias deliberativas (conforme apontam, entre outros, os textos de Cilano Peláez, Córdova Jaimes e Chaguaceda, 2009 e o de García-Guadilla, 2008).

Outro importante avanço proporcionado pela estruturação dos CC diz respeito ao estímulo à politização e à participação dos cidadãos nos assuntos referentes ao trato do bem comum<sup>143</sup>. Nesse sentido, os resultados obtidos pelos CC mostram-se satisfatórios no que concerne à sua tarefa de constituir um espaço no qual é ofertada a possibilidade aos cidadãos de se envolverem na programação, desenvolvimento, execução e fiscalização das principais políticas públicas desenvolvidas no entorno de sua residência. Funcionam satisfatoriamente, também, como instâncias de articulação entre as diversas organizações comunitárias e grupos sociais que, uma vez unidas, conseguiram mais facilmente pressionar pela participação direta das comunidades na gestão de políticas públicas.

Os CC representam, portanto, células territoriais que, formal e legalmente, criaram espaços deliberativos com potencial para incentivar o comportamento participativo dos cidadãos na vida política local. Serviram, assim, como um local propício para a aprendizagem e execução de elementos da prática política centrais para o aperfeiçoamento do senso de sociabilidade e politização dos membros das comunidades, os quais têm fortalecido seu apego pelo espaço geográfico o qual habitam (Cilano Peláez, Córdova Jaimes e Chaguaceda, 2009).

Contudo, a experiência proporcionada pelos CC não trouxe apenas benefícios para a estruturação da organização popular na Venezuela. Vários foram os prejuízos contra os esforços voltados ao desenvolvimento político autônomo das comunidades. Imprimindo diretrizes típicas da verticalidade “de cima para baixo”, a instalação dos CC debilitou

---

<sup>143</sup> O estudo empírico sobre os CC levado a cabo por Machado (2009) concluiu que somente poucas pessoas tinham envolvimento com grupos de vizinhos anteriormente, uma vez que havia incredulidade quanto à possibilidade de se conseguir resultados concretos que beneficiariam diretamente a vida de seus membros. Este, certamente, não é o caso hoje, pois os participantes [dos CC] expressaram esperança na possibilidade de seu envolvimento com os conselhos trazerem benefícios para a comunidade da qual fazem parte.

significativamente as instâncias locais de participação, uma vez que seu funcionamento obrigou as organizações já existentes a se colocarem sob o comando dos neonatos CC para ter acesso aos recursos públicos.

Repetiu-se, portanto, a tendência diversas vezes levada a cabo pela administração bolivariana: a cada vez que se criava uma nova forma de canalizar a participação popular mediante um instrumento legal, ou seja, “de cima para baixo”, exigia-se que o novo modelo englobasse a todas as outras iniciativas participativas então em exercício. Tudo para manter a homogeneidade do movimento popular e afirmar sua subserviência ante as instâncias governamentais (García-Guadilla, 2008).

#### **3.2.2.4. Sobre a autonomia**

A subserviência acima referida toca no ponto central para os debates sobre a natureza da prática política exercida pelos CC: a questão da [falta de] autonomia. Por autonomia entendemos a capacidade que determinado movimento ou grupo social tem de tomar decisões sobre suas pautas e atividades de maneira soberana ante o Estado ou qualquer outra forma organizativa tal como os partidos políticos e os sindicatos.

A falta de autonomia tende a indicar cooptação o que, por sua vez, ocorre a partir do momento em que estruturas de poder alheias à dinâmica participativa passam a controlar e/ou exercer forte influência sobre as atividades e posicionamentos assumidos pelo grupo em questão. Tal situação é extremamente complicada na medida em que é exatamente a autonomia uma das principais características responsáveis pela diferenciação entre um movimento social e um grupo de interesse, por exemplo<sup>144</sup>.

Contudo, conforme demonstra o acirrado debate teórico acerca do tema, não é prudente afirmar peremptoriamente que determinado movimento não é autônomo simplesmente por relacionar-se com instâncias governamentais e/ou partidárias. Pode acontecer - e não raro acontece - do ideal político de determinada organização social coincidir com o projeto sócio-político implantado por um governo ou partido, sem que isso

---

<sup>144</sup> Para Lander (2002), a tarefa mais importante na existência dos movimentos sociais é, exatamente, a preservação de sua autonomia. Segundo o autor, nenhum movimento popular consegue se desenvolver de forma vigorosa e verdadeiramente democrática se carecer de autonomia, ou seja, se ficar subordinado política e/ou financeiramente às diretrizes do Estado. Caso isso ocorra, muito provavelmente, disseminar-se-ão relações tendentes ao clientelismo.

necessariamente signifique que a primeira submeteu seus valores, interesses e objetivos à vontade dos últimos. A respeito do debate explica Galvão (2009, p. 11):

Esse debate não pode ser traduzido em termos dicotômicos, numa polarização entre “autonomia x institucionalização”. Antes de mais nada, é necessário qualificar o que se entende por institucionalização. Ela compreende tanto a constituição de novas instituições (que tendem à burocratização à medida que se consolidam) quanto à participação em instituições já reconhecidas pelo sistema político. Nesse sentido, todo movimento social cria instituições e/ou se relaciona com as instituições políticas existentes, ainda que o faça de formas e em graus variados. O aspecto que nos parece central é a discussão sobre autonomia, para verificar se a relação com outras organizações e a participação nos espaços institucionalizados da política implica o abandono de sua plataforma reivindicativa e se comporta o risco de cooptação. Isso não significa associar automaticamente participação e cooptação. A participação não é por si só virtuosa, nem, de maneira oposta, a causa de todos os males. Por outro lado, a recusa à participação não é sinônimo de sectarismo e isolacionismo. É necessário avaliar a conjuntura em que ela se produz.

No caso venezuelano, porém, há situações (que, inclusive, foram formalizadas legislativamente) onde a autonomia dos CC é flagrantemente violada em benefício dos dirigentes bolivarianos – em especial Hugo Chávez – os quais gozam de prerrogativas fortemente impositivas e de comando sobre a fundação e o desenvolvimento das atividades dos conselhos. As situações abaixo mencionadas maculam, pois, a autonomia a que espaços preocupados com a instalação de instâncias participativas efetivamente destinadas a promover o poder popular devem gozar.

A primeira delas refere-se ao procedimento necessário para se requerer a aquisição da personalidade jurídica dos CC, condição imprescindível para seu estabelecimento e legal funcionamento. O único órgão habilitado para conferir dita chancela é a CNPPP que, composta por funcionários vinculados ao governo, tem poderes discricionários para deferir ou não os pedidos. Assim dispõe o artigo 30 da LCC:

Se crea la Comisión Nacional Presidencial del Poder Popular, designada por el Presidente de la República de conformidad con el artículo 71 de la Ley Orgánica de la Administración Pública, a los fines de: 1. Orientar, coordinar y evaluar el desarrollo de los Consejos Comunales a nivel nacional, regional y local [...] 4. Recabar los diversos proyectos aprobados por los consejos comunales [...] 6. Crear en las comunidades donde se amerite o considere necesario, equipos promotores externos para impulsar la conformación de los Consejos Comunales, de acuerdo a lo establecido en la presente Ley y su reglamento.

Outra peculiaridade imposta pelo ordenamento diz respeito à federalização dos conselhos. Ao contrário das experiências anteriormente realizadas no país – as quais se

desenvolveram a partir de prefeituras ou governos estaduais - os recursos destinados ao financiamento dos CC provêm de verbas federais. Conseqüentemente, a distribuição e gestão financeira estão atreladas ao governo. Institui o artigo 25 da lei em pauta:

Los Consejos Comunales recibirán de manera directa los siguientes recursos: 1. Los que sean transferidos por la República, los estados y los municipios. 2. Los que provengan de lo dispuesto en la Ley de Creación del Fondo Intergubernamental para la Descentralización (FIDES) y la Ley de Asignaciones Económicas Especiales derivadas de Minas e Hidrocarburos (LAEE). 3. Los que provengan de la administración de los servicios públicos que les sean transferidos por el Estado. 4. Los generados por su actividad propia, incluido el producto del manejo financiero de todos sus recursos. 5. Los recursos provenientes de donaciones de acuerdo a lo establecido en el ordenamiento jurídico. 6. Cualquier otro generado de actividad financiera que permita la Constitución y la ley.

Nesse sentido, ao serem desenhados a partir de um modelo de financiamento dependente das instâncias governamentais, críticas dão conta de que o mandatário venezuelano controla política e ideologicamente o processo, escolhendo quais projetos serão efetivamente colocados em prática de acordo com o apoio ou não de determinada comunidade ao bolivarianismo (Garcia-Guadilla, 2008).

Estabelecem-se, portanto, profundas diferenças quando se analisa o funcionamento e o grau de autonomia atingido pelos CC vinculados à oposição em comparação com aqueles que apóiam o governo:

En síntesis, existen diferencias entre los sectores populares y los de clase media en lo que respecta al tema de la autonomía. En el caso de los CC de clase media que se crearon, éstos rechazan la injerencia del gobierno y de los partidos políticos de la oposición, lo que pudiera favorecer su autonomía política; no obstante, este rechazo no garantiza que se de tal autonomía pues ello depende de las características, percepciones y objetivos de cada CC. Por otro lado, la afinidad ideológica de los CC con el proyecto político promovido por el gobierno que les dio origen, si bien teóricamente no debería atentar contra la autonomía, ya que el gobierno y las organizaciones pueden relacionarse de distintas formas incluyendo modalidades autónomas tales como promoción de las identidades colectivas, las praxis de los CC de muchos de los sectores populares indican que el tema de la transferencia de recursos por parte del Estado resulta fundamental a la hora de explicar la posibilidad de ser cooptadas por parte del gobierno (García-Guadilla, 2008, p. 18-19).

Assim, de acordo com a perspectiva defendida pelos setores oposicionistas, os CC não funcionam como instâncias verdadeiramente comprometidas com a participação cidadã e com o processo de descentralização administrativa. Pelo contrário. Tais setores os denunciam como importante parte da estratégia bolivariana com vistas a exercer o controle político em nível local por meio da utilização de medidas essencialmente clientelistas, ou

seja, pautadas na distribuição de recursos públicos tendo em vista a manutenção do apoio das bases<sup>145</sup>.

São comuns os relatos (García-Guadilla, 2008) de que, especialmente nos CC fundados em bairros populares, a filiação de seus membros junto ao PSUV é exigida como requisito indispensável para que estes possam ser atendidos pelos burocratas do governo e, assim, submeterem à avaliação seus projetos e propostas de intervenções.

Por outro lado, nos CC onde predominam os setores oposicionistas, também se estabelece a tendência – agora por parte dos partidos políticos contrários ao bolivarianismo – de utilizá-los mais como espaços de doutrinação no contexto da polarização social do que, propriamente, como instâncias preocupadas com a disseminação da democracia participativa e protagônica. Conforme atesta o estudo de Cilano Peláez, Córdova Jaimés e Chaguaceda (2009, p. 13):

Ciertamente debido a la vocación del poder (a su lógica intrínseca), el gobierno como estructura de dominación y los partidos políticos de oposición de diversa índole que persiguen dominar alcanzando el poder, intentan permear estas estructuras de participación popular a los efectos de reproducirse. Ello coloca la cuestión de los CC en esa lógica en la que los ciudadanos están enfrentados a intereses que en la mayoría de los casos son extraños a su agendas naturales, vinculados a la proximidad que da el espacio local versus intereses de referencia nacional y de corporaciones partidistas. La búsqueda de la autonomía, el reconocimiento y la participación para la construcción de espacios públicos deliberativos y de decisión es una meta a la que hoy todavía no llegamos.

Por fim, faz-se necessário mencionar mais um fator que também afeta diretamente a autonomia dos CC: trata-se da pressão exercida pelo governo bolivariano para militarizar-los mediante a incorporação de seus membros como reservistas do exército<sup>146</sup>.

### **3.2.2.5. Transferência de poder ou estratégia clientelista?**

García-Guadilla (2008, p.15), em seu estudo empírico, estabelece duas tendências percebidas na prática a respeito da atuação dos CC no que concerne à efetiva transferência de poder político à população por meio das referidas instâncias: de um lado existe a

---

<sup>145</sup> O estudo de García-Guadilla (2008) sugere que os CC formados por pessoas não simpáticas ao presidente Chávez tem maiores dificuldades para conseguir a aprovação de suas solicitações e, também, para terem acesso aos investimentos públicos. Ademais, são vários os empecilhos burocráticos impostos aos oposicionistas propositalmente colocados para justificar a negativa final que recebem, em boa parte das vezes, os projetos formulados pelos referidos setores.

<sup>146</sup> Por ocasião da comemoração do centésimo nonagésimo primeiro aniversário da assinatura da independência venezuelana, 3.264 representantes de diversos CC desfilarão armados como parte da Força Armada Nacional sob a consigna “Pátria, socialismo ou morte” (García-Guadilla, 2008).

tendência fundada a partir da perspectiva do “empoderamento popular”, representada pelos poucos CC constituídos a partir de organizações sociais pré-existentes e que optaram por formar conselhos para, efetivamente, exercitar a participação cidadã como maneira de lograr as transformações sócio-políticas por eles ansiadas<sup>147</sup>.

Por outro lado, ainda de acordo com a supracitada autora, há a vertente denominada “técnico-clientelar”, que ocorre na maioria dos casos, onde a população recorre aos CC como uma etapa necessária no caminho para se obter recursos junto ao governo.

Nesse sentido, pode-se inferir que os principais fatores que mantêm ativos a maior parcela dos conselhos relacionam-se à obtenção de verbas públicas. Ou seja, caso tais recursos não sejam mais distribuídos há grandes chances dos CC serem desativados. Além disso, a prática de entregar inadvertidamente altos valores para as comunidades sem se assegurar da existência de mecanismos que garantam a transparência do processo faz dos conselhos instâncias bastante vulneráveis às práticas pautadas pelo clientelismo, dependência e cooptação<sup>148</sup>. A instauração de uma lógica clientelista e dependente em relação ao Estado, por sua vez, afeta profundamente a autonomia dos CC.

O investimento por parte do governo bolivariano de abundantes volumes de dinheiro na estruturação e desenvolvimento das atividades dos CC - recursos estes gerados em grande medida pelos lucros resultantes da alta no preço do petróleo – gera outra situação que coloca em risco sua efetividade como estratégia preocupada com a participação popular direta e autônoma na política, qual seja a questão do tempo e da urgência por resultados.

Nesse sentido, os CC (por se tratarem de um elemento essencial para a propaganda e afirmação do bolivarianismo perante a população venezuelana) são forçados a operarem de

---

<sup>147</sup> García-Guadilla (2008) aponta um pequeno grupo de movimentos sociais de base popular, os quais já existiam antes da presidência de Chávez, que passaram a atuar de maneira autônoma e em diálogo com as instâncias governamentais mais progressistas, tais como a *Frente Nacional Comunal* e a *Frente Nacional Campesino Ezequiel Zamora*, além de diversas rádios comunitárias que foram legalizadas durante a administração bolivariana.

<sup>148</sup> Outra situação que deve ser levada em consideração quando se trata das tentativas de cooptação dos CC refere-se à participação dos partidos políticos neste processo. Muito embora a ascensão chavista tenha representado, por um lado, a falência dos partidos de oposição e, por outro, a completa dependência do PSUV ante a figura de seu principal líder, é plausível considerar que o advento dos CC recolocou as agremiações partidárias em local privilegiado no desenvolvimento das relações políticas venezuelanas. Isso porque a abertura de pequenos e múltiplos espaços de participação lhes proporcionou a oportunidade de penetrar, exercer influência e, em alguns casos, cooptar tais organizações para, com isso, utilizá-las como redutos partidários. Atenta-se, assim, novamente, contra a autonomia dos CC.

acordo com o chamado “tempo político”, ou seja, devem produzir resultados imediatos e quantificáveis. Contudo, sabe-se que a dinâmica exigida para a o desenvolvimento de uma cultura cívica<sup>149</sup> participativa - e, por isso, preocupada com o estabelecimento de valores como, por exemplo, o pluralismo, o respeito à diversidade de opiniões e a transparência - necessita ser implementada de forma bem mais lenta e, ao menos num primeiro momento, não preocupada com resultados e metas rígidas (García-Guadilla, 2008).

Assim, levando em consideração os problemas acima aventados, Margarita López-Maya - outra importante voz da sociologia venezuelana que vem se debruçando sobre o tema da participação popular no país – em artigo publicado em fevereiro de 2007<sup>150</sup>, tem ressalvas e discordâncias sobre a experiência participativa obtida por meio dos CC:

La estructura actual de los consejos comunales tiene severas limitaciones para impulsar una participación democrática y autónoma. La participación para que genere empoderamiento debe traer una dinámica de abajo hacia arriba. Tal y como está concebida la ley es al revés, promueve dependencia al Presidente y se podría prestar fácilmente al clientelismo. Hoy te financio y mañana me pagas con tu voto (López-Maya, 2007).

Importante destacar, por fim, que o reduzido tamanho das unidades as quais conformam os CC é outro fator não favorável aos esforços pela incorporação de tais instâncias em situações mais amplas, ou seja, menos centradas nos problemas circunstanciais das comunidades e, portanto, de maior peso político. O fato de serem estruturas pequenas e de tratarem exclusivamente de problemas cotidianos, pontuais e de caráter local torna complicada a realização de atividades que transcendam o âmbito das próprias comunidades.

Pautada por tais críticas, López-Maya (2007) aconselha:

La estructura actual de los consejos comunales tiene severas limitaciones para impulsar una participación democrática y autónoma. Según la ley, los consejos dependen en todo del Ejecutivo Nacional [...] En definitiva, el Presidente es quien decide quién recibe el dinero [...] La democracia participativa requiere tiempo para su desarrollo. El respeto por la autonomía y el pluralismo deben cultivarse entre la gente, y especialmente entre los funcionarios del Estado que

---

<sup>149</sup> A dimensão cívica relaciona-se com a condição de inclusão ativa dos cidadãos na comunidade política, esfera onde se comparte um sistema de atitudes e opiniões a respeito dos poderes públicos, da sociedade e do conjunto de direitos e deveres aos quais, juntos, configuram a condição de cidadão. Ou seja, não basta apenas o reconhecimento formal e jurídico da cidadania. Deve existir, concomitantemente, a possibilidade concreta para a construção política dessa cidadania no plano do espaço público, sendo este um cenário onde efetivamente haja reais possibilidades para a negociação, representação, concentração e/ou eleição num marco de autonomia e auto-regulação indispensáveis para o desenho e execução de alternativas políticas (Cilano Peláez, Córdova Jaimes e Chaguaceda, 2009).

<sup>150</sup> Texto completo disponível no sítio <http://www.aporrea.org/poderpopular/a30301.html>.

llegan a los barrios con el poder que les dan los recursos y escasa formación para relacionarse con las comunidades a quienes sirven. El gobierno haría bien en revisar los tiempos con los cuales pretende impulsar la democracia participativa. La lógica de la urgencia y los operativos, que es la que pareciera predominar en el Ejecutivo, choca con los tiempos requeridos para la maduración de la participación democrática. De prevalecer aquella sobre ésta, el fracaso es seguro.

As considerações acima formuladas explicitam, portanto, importantes falhas no desenho institucional dos CC, os principais mecanismos de participação direta na política venezuelana. Tal situação nos leva a crer que o governo bolivariano tende a considerar como “rede de movimentos sociais” apenas os grupos organizados que se mostram simpáticos a seu projeto<sup>151</sup>. Nesse sentido, sobre as conseqüências resultantes da existência dos CC alertam Cilano Peláez, Córdova Jaimes e Chaguaceda (2009, p.17):

Se han reproducido mecanismos tendientes al clientelismo y la corrupción típicos de los últimos años de la democracia representativa, por lo que se haría necesario discutir la crisis que ello representa para un modelo político que, según el gobierno, es producto e impulso de una revolución radical. Lo más sintomático resulta que la pretorianización del poder parece amenazar incluso a los aliados no incondicionales del ejecutivo, quienes ya comienzan a reaccionar cuando ven bajo asedio sus espacios de representación política<sup>30</sup>. El reto es impedir el afianzamiento de un modo de hacer y vivir la política donde los derechos y deberes ciudadanos se sustituyan por favores y lealtades, ahogando la esperanza y protagonismo populares orientados hacia una democracia participativa.

Assim sendo, a partir de tamanha intervenção por parte das instâncias governamentais, parece não haver espaço para a estruturação de uma rede de movimentos sociais combativa e suficientemente autônoma. O que há, sim, é a formação de um

---

<sup>151</sup> Segundo Smith (2007) é exatamente a polarização da sociedade venezuelana o principal fator que trava a estabilização dos CC como uma genuína ferramenta que contribui para a efetivação da estratégia “de baixo para cima”. Expressa o autor que, apesar da experiência de se observar pessoas marginalizadas participando em uma forma de auto-determinação influencia positivamente aqueles que acreditam na democracia, há o risco de se romantizar o objeto [...] O mais importante problema para os CC e para a realização da democracia participativa na Venezuela é, sem dúvidas, a intensa polarização política. Para algumas análises a polarização na Venezuela ocorre antes mesmo da ascensão do *chavismo* tendo em vista as diferenças materiais que dividem a nação. Para essas análises, a polarização passou a representar um problema apenas quando as elites foram removidas do poder. Por isso, o movimento em favor do aprofundamento da democracia foi forçado a escolher entre apoiar inteiramente ao governo ou a se opor a ele. Essa situação pode afrontar iniciativas positivas por parte do governo apenas por que elas se originaram do governo, bem como vice-versa. Tradução livre do fragmento em inglês: “Though the experience of observing marginalized people participating in a form of self-determination is affecting for a believer in democracy, there is the danger of romanticising the object [...] The most pressing issue for the CC, and for the realization of participatory democracy in Venezuela must be the intense political polarization. By some accounts Venezuela has been polarized long before the advent of Chavismo, only it was the material inequalities that divided the nation. By this reasoning polarization has only become a issue since the elites have been displaced from power. However, the movement in favor of deepening democracy has been forced to choose whether it will support the government wholeheartedly or whether it will oppose it. This could serve to undermine positive initiatives from the government simply because they are from the government and the other way around as well (p.51)”.

emaranhado de pequenas estruturas espalhadas pelos bairros venezuelanos que, por serem parte da estratégia política de organização popular “de cima para baixo”, são pensadas e forçadas a funcionar de forma limitada quanto a suas possibilidades de ação e alcance de suas atividades.

### 3.2.3. A confirmação

A mais recente fase das transformações propostas pelo bolivarianismo chavista no que concerne ao modelo de administração pública e às possibilidades para a participação cidadã na Venezuela iniciou-se em 31 de julho de 2008, com a entrada em vigor da *Ley Orgánica de la Administración Pública (LAP)*<sup>152</sup>.

Em termos gerais, e concordando com Cilano Pelaéz, Córdova Jaimes e Chaguaceda (2009), pode-se afirmar que a LAP reverteu o processo de descentralização administrativa iniciado na Venezuela no final da década de 1980, ainda durante o regime *puntofijista*. Ao invés de investir em mecanismos que possibilitassem a construção de um modelo onde as instâncias do funcionalismo público se mostrassem menos hierarquizadas, mais auto-suficientes e abertas à participação do cidadão, optou-se por inserir elementos jurídicos tais como a desconcentração<sup>153</sup> (artigo 31) e a delegação<sup>154</sup> (artigo 41).

Tais instrumentos compõem um tipo de gestão no qual a delegação de funções é prerrogativa apenas dos órgãos hierarquicamente superiores na estrutura da administração pública. Ou seja, os setores elevados na pirâmide administrativa venezuelana solidificaram-se como agentes portadores de todo o poder de decisão, uma vez que tanto a delegação

---

<sup>152</sup> O referido dispositivo legal, que pode ser consultado na íntegra através do sitio [http://www.ipsfa.mil.ve/images/ley\\_organica\\_administracion\\_publica\\_31jul08.pdf](http://www.ipsfa.mil.ve/images/ley_organica_administracion_publica_31jul08.pdf), é mais um exemplo de “lei habilitante”, ou seja, entrou no ordenamento venezuelano por iniciativa do poder executivo, sem ter passado pelo crivo do legislativo.

<sup>153</sup> Sobre tal princípio estabelece a lei: “La Administración Pública, con el objetivo de acercarse a las personas y mejorar el servicio prestado, podrá adaptar su organización a determinadas condiciones de especialidad funcional y de particularidad territorial, transfiriendo atribuciones de sus órganos superiores a sus órganos inferiores, mediante acto administrativo dictado de conformidad con el presente Decreto con Rango, Valor y Fuerza de Ley Orgánica”.

<sup>154</sup> A legislação aponta como *avocación* a possibilidade de: “La Presidenta o Presidente de la República, así como las demás funcionarias o funcionarios superiores de dirección, podrán avocarse al conocimiento, sustanciación o decisión de un asunto cuya atribución corresponda ordinariamente o por delegación a sus órganos jerárquicamente subordinados, cuando razones técnicas, económicas, sociales, jurídicas o de interés público lo hagan necesario”.

como a desconcentração – se e quando colocadas em prática - podem ser por estes revogadas a qualquer momento (artigo 93).

Não há no texto legal nenhum título ou seção que trate especificamente do tema da participação cidadã. O assunto é regulado, apenas, em sua relação com a administração pública. Não há, portanto, qualquer referência sobre o alcance e o papel a ser desempenhado pelas organizações civis na condução política dos assuntos públicos. Ou seja, no que concerne ao tratado pelo diploma em análise, a participação restringe-se à colaboração na gestão administrativa e à controladoria social. Assim, a lei estabelece um novo modelo – pautado pela gestão pública compartilhada – e aponta para uma ação participativa ofertada aos cidadãos caracterizada, eminentemente, por sua limitação consultiva e com forte dependência ante aos órgãos governamentais<sup>155</sup>.

Outra importante inovação imposta pela LAP exerce influência direta no funcionamento dos CC. Em sua exposição de motivos, a lei expressamente os obriga – assim como as demais formas de organização comunitária que façam uso de recursos públicos – ao cumprimento do princípio da eficiência na utilização dos mesmos, de forma que estes só poderão ser empregados em atividades discriminadas no requerimento aprovado pelos órgãos da administração pública.

Nesse sentido, de certa maneira, a lei converte/equipara os cidadãos que participam dos CC aos funcionários públicos e, conseqüentemente, inclui as instâncias participativas no quadro administrativo da República e em obrigatória harmonia com as práticas e objetivos ditados pela política nacional. O artigo 18 é claro ao dispor sobre o tema:

El funcionamiento de los órganos y entes de la Administración Pública se sujetará a las políticas, estrategias, metas y objetivos que se establezcan en los respectivos planes estratégicos, compromisos de gestión y lineamientos dictados conforme a la planificación centralizada. Igualmente, comprenderá el seguimiento de las actividades, así como la evaluación y control del desempeño institucional y de los resultados alcanzados.

Assim, formaliza-se a transformação de uma situação onde, no cenário anterior, o indivíduo exercia seus direitos e obrigações como cidadão – ou, se quisermos utilizar a

---

<sup>155</sup> É o artigo 138 que regula os princípios da participação cidadã na administração pública: “Los órganos y entes de la Administración Pública promoverán la participación ciudadana en la gestión pública. Las personas podrán, directamente o a través de las comunidades organizadas, presentar propuestas y formular opiniones sobre la gestión de los órganos y entes de la Administración Pública, así como participar en la elaboración de los instrumentos de contenido normativo. Los órganos y entes públicos llevarán un registro de las comunidades organizadas cuyo objeto se refiera al sector correspondiente”.

expressão cunhada pelas tendências simpáticas à promoção de interfaces entre a sociedade e o Estado, exercia sua cidadania - para outra onde este se transforma em um agente formalmente vinculado ao Estado<sup>156</sup>.

Portanto, ao analisar-se a LAP em sua totalidade, fica claro o fato de o poder executivo afirmar o caráter centralizador da administração pública na Venezuela. Tal posicionamento mostra-se contraditório aos discursos proferidos por Hugo Chávez e, também, afronta juridicamente os princípios reguladores do tema estabelecidos constitucionalmente.

Embora a lei em pauta seja progressista nas questões relativas à desconcentração administrativa que, por meio da delegação, permite às comunidades e aos cidadãos organizados a participação direta nas atividades públicas, na prática, o referido ordenamento impõe à administração pública uma estrutura verticalizada e díspar na medida em que, invariavelmente, a titularidade dos cidadãos está sempre sujeita ao controle administrativo, técnico e político por parte da burocracia central.

---

<sup>156</sup> Este novo cenário, obviamente, destrói aspectos medulares para a referida tradição, uma vez que o debate sobre o exercício da cidadania pressupõe exatamente a fictícia separação entre sociedade e Estado.

## CONCLUSÕES

*“La continuación de la autoridad en un mismo individuo frecuentemente ha sido el término de los gobiernos democráticos [...] Un justo celo es la garantía de la libertad republicana, y nuestros ciudadanos deben tener con sobrada justicia que el mismo magistrado, que los ha mandado mucho tiempo, los mande perpetuamente.”*

Simón Bolívar

Discurso de Angostura

A presente dissertação teve como objetivo central, em seu primeiro capítulo, expor detalhadamente o processo histórico-político pelo qual a Venezuela, durante a década de 1990, foi integrada à investida capitalista neoliberal. Tal modelo de [sub]desenvolvimento foi imposto através da atuação de uma classe social hegemônica em crise que, ao se dar conta da irreversível falência do rentismo, achou por bem aliar-se ao Fundo Monetário Internacional e, assim, ser complacente com os desenhos estratégicos delineados pelo Consenso de Washington. O país, por sua vez, mostrou-se vulnerável frente às pressões dos organismos financeiros internacionais, tendo em vista sua desvantajosa situação econômica caracterizada pelas baixas taxas de investimento interno e, também, pelo grande peso da dívida externa. A confluência desses fatores fez com que a nação, apesar da resistência popular e das características superdimensionadas das estruturas estatais, paradoxalmente caminhasse a passos largos em direção ao Estado mínimo e à economia de mercado.

Por outro lado, foi nítida a resistência que importantes frações da sociedade venezuelana (notadamente os setores de classe média-baixa e baixa) apresentaram ante a imposição do modelo de desenvolvimento pautado pela orientação neoliberal. A reação popular ante aos péssimos indicadores sociais herdados desse momento histórico, concordando com a análise de López-Maya e Lander (2000), nos permite encarar o país como um típico exemplo de nação com “fadiga de ajuste”, expressão utilizada para classificar determinada sociedade que, pelas tentativas reiteradamente frustradas, perde a confiança na capacidade do projeto neoliberal em servir como solução para crises financeiras e/ou institucionais.

Não obstante, os mencionados fracassos nas políticas macro-econômicas e a impossibilidade de instrumentalizar, por meio delas, programas exitosos de reestruturação do desenvolvimento nacional acentuaram a crise institucional há muito instalada no país.

Reforçaram-se, assim, as tendências à deteriorização social e às mudanças políticas drásticas.

Fortemente influenciada pela penúria econômica, a conjuntura política venezuelana mostrou-se perfeita para, no ano de 1998, servir de palco para a vitoriosa escalada da candidatura de Hugo Chávez Frias à presidência da República. Suas críticas aos ditames neoliberais contribuíram de maneira decisiva para recolocar os assuntos relativos ao modelo de desenvolvimento no centro do debate nacional. O programa de governo chavista expressamente declarou fora do alcance do capital privado os setores estratégicos da nação, entre os quais a tecnologia militar e a exploração dos hidrocarbonetos.

Respaldado, pois, por uma contundente vitória nas urnas, Chávez assumiu o governo venezuelano com importantes desafios à sua frente. A proposta era, literalmente, refundar o Estado. E os bolivarianos não se furtaram do trabalho: fato é que, desde a posse de Chávez em fevereiro de 1999, a sociedade venezuelana experimentou uma modificação substantiva na configuração de suas forças políticas dominantes e, por conseguinte, no desenrolar de sua história. A partir desse momento, estabeleceu-se a hegemonia de atores portadores de um projeto político que, desde o início da década de 1980, buscava desconstruir as bases estruturais mantenedoras do regime *puntofijista* que, por mais de três décadas, controlara os rumos da nação.

Assim, a chamada “revolução bolivariana” materializou-se com o advento da Constituição Federal de 1999 e, por meio de inúmeras modificações no arcabouço normativo do Estado, logrou produzir alterações em grande escala não só no modelo de administração pública empregada no país como, também, na estrutura de seus principais setores produtivos (por meio das “Leis Habilitantes” de 2001).

O novo momento sócio-político experimentado pelos venezuelanos pode ser constatado, dentre outros parâmetros, através de dados estatísticos relativos aos investimentos públicos: em um espaço de apenas quatro anos (1999-2003), os gastos públicos em geral e os gastos destinados especificamente aos programas sociais, em relação ao PIB, aumentaram, respectivamente, de 9 para 12,1% e de 23,3 para 29,6% (conforme demonstra o estudo de Severo, 2005). Tal escolha política fez melhorar os indicadores socioeconômicos e, por conseguinte, as condições de vida de grande parcela da população

do país. Em contrapartida, esses mesmos investimentos garantiram o constante e progressivo aumento da popularidade do governo bolivariano.

A drástica transformação no padrão de decisões tomadas pelo novo governo produziu uma reação de aguda confrontação por parte dos setores sociais que se sentiram prejudicados pela nova conjuntura social e política estabelecida na Venezuela. Durante o período iniciado no final de 2001 e que se estendeu até o referendo revogatório de agosto de 2004, as forças de oposição ao governo Chávez buscaram reaver o controle decisório das atividades políticas e econômicas havidas no país. Apesar da boa articulação e do seu enorme peso econômico, a oposição falhou em quatro tentativas: um referendo popular, dois *lock-outs* e um golpe de Estado. Em todas as ocasiões, as classes sociais menos favorecidas, principais beneficiárias dos projetos sociais bolivarianos, desempenharam um papel decisivo a favor da manutenção do governo encabeçado por Hugo Chávez.

Entretanto, em que pese a retórica e a instauração de diversas medidas institucionais e legislativas que buscaram modificar a orientação econômica neoliberal exercida pelos governos pretéritos, a administração bolivariana desenvolveu-se mantendo e, em alguns períodos, aumentando ainda mais o peso rentista na estrutura econômica. Por conseguinte, a dependência do petróleo – e os malefícios dela advindos – aumentaram. Nesse sentido, a economia venezuelana, mesmo em tempos de “Socialismo do Século XXI”, continua alinhada com os ditames básicos do modo de produção capitalista.

Por sua vez, no âmbito da participação política, a ascensão chavista expressou a falência do *puntofijismo* e, conseqüentemente, dos partidos políticos tradicionais. Tal fato abriu espaço para a emergência de novos atores sociais os quais, ora apoiando ora se opondo ao bolivarianismo, marcaram presença na Venezuela. Assim, após décadas marcadas pelo engessamento e inibição das lutas sociais, a administração Chávez a elas deu vazão. De modo que, em tempos recentes, construiu-se no país uma arquitetura institucional através da qual, formalmente, incentiva-se a participação dos cidadãos em uma ampla e variada gama de assuntos relacionados à gerência dos assuntos públicos.

Porém, conforme demonstrado no segundo capítulo, a utilização das ferramentas participativas e o novo desenho institucional criado pelas reformas propostas pela administração pública não foram suficientes para o efetivo desenvolvimento de iniciativas políticas autônomas. Críticas dão conta de que os setores populares continuam reféns do

burocratismo e dos interesses estritamente eleitorais exercidos pelas lideranças bolivarianas. Estabeleceu-se, assim, uma espécie de “democracia delegativa”, articulada a partir de uma administração pública centralizadora e não aberta à efetiva participação popular. Produziram-se, pois, mecanismos tendentes ao clientelismo e a corrupção a níveis similares àqueles apresentados durante o regime *puntofijista* (Denis, 2001).

Resta claro, portanto, a chamada “perversa dualidade do bolivarianismo”: ao mesmo tempo em que Chávez propaga aos quatro ventos seu discurso de corte antiimperialista, antineoliberal e socialista, na prática, o governo por ele comandado em diversas ocasiões aponta para a aquiescência da exploração petroleira por parte do capital transnacional, a reprodução do conservadorismo político nas estruturas de Estado e a ratificação do (sub)desenvolvimentismo capitalista.

A construção de tal quadro deve-se, entre outros motivos, às conseqüências da disputa no interior do movimento bolivariano pelo controle do projeto político a ser colocado em prática na Venezuela. Conforme exposto durante o capítulo final desta dissertação, tal disputa opõe, de um lado, a vertente hegemônica que, seguindo a nomenclatura proposta por Eller (2006), se apóia na estratégia política “de cima para baixo”. Em oposição a ela, a estratégia “de baixo para cima”, apesar de minoritária, luta internamente para reverter o atual quadro político ao postular o protagonismo dos movimentos sociais na construção e direcionamento do governo.

No centro de tudo, tal como um equilibrista, encontra-se Hugo Chávez Frias: por um lado, o agente catalisador que se utiliza dos superlativos recursos proporcionados pela renda petroleira para fomentar programas que incentivam a emancipação e a coesão popular; por outro, a figura que impede – por meio de sua oratória e liderança carismática – que as lutas sociais consigam sobreviver autonomamente, ou seja, sem depender do Estado para, assim, “andar com as próprias pernas”.

Entre várias outras situações<sup>157</sup>, os esforços investidos por Chávez para a construção de um partido único e centralizador (como é o PSUV) foram intercalados por chamados aos seus compatriotas para que estes rechacem o burocratismo e, com isso,

---

<sup>157</sup> Ao mesmo tempo em que na frente sócio econômica, por exemplo, o governo implementa políticas inovadoras e compatíveis com a estratégia “de baixo para cima” (como é o caso das *misiones* e das cooperativas) ele contradiz essa orientação com ações que apontam para a direção contrária, ao estabelecer diálogos com o empresariado venezuelano – por meio da central patronal FEDECAMARAS – para, assim, propor uma aliança estratégica com os grandes grupos do setor privado nacional (Ellner, 2006).

assumam o controle da “revolução dentro da revolução”. Esta posição conciliadora exercida pelo líder causa profundas tensões no interior do movimento bolivariano. Ao mesmo tempo, a sobrevivência política [de Chávez] depende diretamente da habilidade em manter o apoio ativo dos militantes dos movimentos sociais – muitos dos quais altamente críticos ao domínio exercido pelos líderes partidários – sem que se perca, contudo, o apoio e a segurança proporcionada pelo partido oficial.

Uma análise atenta dos mais de dez anos de governo Chávez aponta que, desde seu início, as forças políticas instaladas em Miraflores – com algumas poucas exceções – tornaram a estratégia “de cima para baixo” hegemônica no bolivarianismo<sup>158</sup>.

Por sua vez, o enfoque “de baixo para cima” mostrou-se em grande medida ineficaz e em discordância com a realidade política venezuelana, embora – especialmente durante os primeiros anos de governo chavista – tenham sido promissoras as possibilidades de êxito deste paradigma que enaltece os movimentos sociais autônomos e contempla a ascensão desses agentes como a pedra angular de um novo tipo de democracia que, de fato, foi instalada no país<sup>159</sup>.

Não se pode olvidar, portanto, que ditas organizações não só desempenharam um papel bastante ativo na formulação de propostas, muitas delas incorporadas à Constituição aprovada em 1999, como, também, alcançaram importantíssimas conquistas políticas quando, de forma espontânea, deram início à formação dos Círculos Bolivarianos que, em seguida, seriam os grandes responsáveis pela derrota do golpe de Estado perpetrado pela oposição ao regime bolivariano.

Mas, não obstante uma primeira fase de sucesso, os próprios CB, bem como outras instâncias populares organizadas durante o governo Chávez, não conseguiram manter-se funcionando, uma vez que grande parte de seus membros, influenciados pela oportunidade de capitalizarem benefícios pessoais, acabaram sucumbindo às propostas

---

<sup>158</sup> Segundo Denis (2001), tais forças dividem-se entre em uma ala que pode ser considerada de esquerda (preocupada em cultivar e fortalecer as instituições estatais) e outra de direita, favorável à manutenção da ordem burguesa, em especial no que se refere à preservação da propriedade privada no país.

<sup>159</sup> Sem sombra de dúvidas um dos maiores legados da iniciativa “de baixo para cima” refere-se à proposta de “democracia radical” – na qual a participação direta procura substituir as instituições representativas – que influenciou em grande medida a adoção por parte da Assembléia Nacional Constituinte de um modelo constitucional comprometido com a democracia participativa. Entretanto, conforme apresentado no decorrer da presente dissertação, a intensa polarização política que assolou a Venezuela a partir de 2001 impediu o desenvolvimento de organizações independentes e estruturas autônomas essenciais para a afirmação e busca pela democracia radical.

apresentadas pelo governo sendo, assim, cooptados para trabalharem nas *misiones*, cooperativas e outras atividades patrocinadas pelo Estado. O advento da LCC e, em seguida, a sua confirmação por meio da LAP – dispositivos legais os quais praticamente equipararam os cidadãos aos funcionários públicos - consolidaram este quadro.

Contudo, como por diversas ocasiões foi demonstrado pelo processo político em pauta, nada é definitivo na Venezuela. Há, em nosso ver, três cenários que disputam entre si para emergirem da atual conjuntura como aquele que ditará a lógica dos próximos acontecimentos a serem desenvolvidos no contexto da revolução bolivariana, mais especificamente, em sua relação com as lutas sociais.

O primeiro deles aponta para a confirmação da tendência atualmente em curso. Ou seja, caso se mantenha o esforço governista<sup>160</sup> de “tratorar” “de cima para baixo” as modificações delineadas pelos poucos líderes populares vinculados à cúpula chavista, a tão propalada refundação da república se dará pelas costas da mobilização e do poder popular. O clientelismo, a corrupção e o corporativismo continuarão sendo práticas comuns no aparelho de Estado venezuelano e a “boliburguesia” - desfrutando dos vantajosos contratos comerciais firmados com o Estado - consolidar-se-á como a principal força econômica do país, sendo que, no campo político, deverá prestar contas, apenas, a Hugo Chávez Frias.

Este, por sua vez, continuará comandando as ações internas no país – mantendo-se, porém, refém dos preços internacionais do petróleo - ao beneficiar-se do ponto mais débil apresentado pelas lutas sociais e mobilizações rebeldes venezuelanas dos anos 90: sua flagrante fragilidade ante a carismática atuação do caudilho que, sustentado pelo referencial nacionalista-bolivariano, continuará impondo suas vontades e caprichos (como, por exemplo, continuar na presidência da República até o longínquo ano de 2021) em detrimento da vontade coletiva. Esta, como os fatos levam a crer, acabará sendo sufocada pelos limites impostos aos cidadãos por uma estrutura de poder hierarquicamente estabelecida e sem qualquer perspectiva séria de democratização ou de transferência de poder ao movimento popular (Denis, 2001).

---

<sup>160</sup> É essencial reafirmar o fato de que tal esforço só terá condição de ser mantido se as receitas advindas do comércio petrolífero forem preservadas excepcionalmente altas como têm sido durante todo o transcorrer do governo liderado por Hugo Chávez Frias.

O segundo cenário seria bastante similar ao primeiro, apenas com uma sutil diferença: ao invés da super-concentração de poder recair especificamente sobre a figura de Chávez recairia sobre o Poder Executivo.

Devido ao arcabouço legal construído durante toda a última década (notoriamente as supramencionadas LCC e LAP) solidificaram-se no país instrumentos institucionais os quais permitem exercer “de cima para baixo” o controle direto sobre a organização popular por parte daquele que ocupe o principal cargo executivo do país - não necessariamente Chávez no caso de, por algum motivo, este vir a ser derrotado nas próximas eleições presidenciais.

Este quadro de “hegemonia do Executivo” será ainda mais provável se levarmos em conta que a consolidação das práticas participativas de democracia na Venezuela contribuiu para aprofundar a crise que, há tempos, assola os partidos políticos e outras organizações e movimentos sociais. Com isso, tende-se ao aprofundamento da crise nas instâncias de mediação/representação política no país, fato que pode gerar, além da desproporcional preponderância do executivo, instabilidade política semelhante àquela enfrentada durante a decadência *puntofijista* na década de 1980 (Ellner, 2006).

Por fim, em um terceiro possível cenário, as forças propulsoras da estratégia “de baixo para cima” recuperariam seu espaço para, assim, dar início a um movimento de síntese entre as “duas almas” da revolução bolivariana. Segundo Ellner (2008), tal combinação seria factível na medida em que um sistema híbrido seria potencialmente bem aceito entre as duas vertentes, uma vez que ambas não assumem posições rígidas ou teoricamente consistentes em todas as dimensões de suas atuações políticas.

O ponto crucial para a construção de tal síntese encontra-se na democratização e no estabelecimento de práticas políticas horizontais nas relações triviais e cotidianas estabelecidas no interior do partido bolivariano. Esta seria a alternativa viável que, caso venha a ser implantada, em tese, proporcionaria mecanismos para a participação autônoma das bases nos processos de tomada de decisões sem que fosse perdida, entretanto, a disciplina e coesão interna tão prezada pelos líderes políticos diretamente ligados à Chávez.

Nesse sentido, a proposta que ensejou a criação do PSUV no ano de 2006 – ou seja, a fusão dos partidos chavistas com as organizações sociais de base – ofereceu uma

oportunidade de ouro para lograr a renovação organizacional e aprofundar a democracia nas instâncias propulsoras da revolução bolivariana.

Contudo, conforme as páginas acima procuraram demonstrar, este não parece ter sido o rumo tomado pelos acontecimentos. Ao invés de incluir de forma protagônica as organizações sociais nos processos de tomada de decisão, o PSUV acabou suprimindo a diversidade essencial ao desenvolvimento do processo político venezuelano. Tampouco se avançou no fortalecimento do sindicalismo de base e, principalmente, na diversificação do setor produtivo.

Tais características colocam em xeque o real sentido da “revolução” em curso na pátria de Bolívar. Fica patente, portanto, a necessidade de uma rápida e profunda modificação na correlação de forças no cerne do processo, ou seja, dentro e fora da administração bolivariana. A responsabilidade de pressionar pela referida síntese recai sobre as forças populares as quais, a partir das pressões políticas conseqüentes das lutas cotidianas, apresentam-se como as únicas capazes de construir um novo plano diretivo para o processo em curso (Denis, 2005).

É prudente que a análise sobre a viabilidade de tão drástica modificação leve em conta o famoso ensinamento de Antonio Gramsci: deve ser feita com base no otimismo da vontade sem que se perca o necessário pessimismo da razão. Nesse sentido, não se pode olvidar dos limites estruturais que freiam as tentativas de mudança: fato é que a sociedade venezuelana encontra-se imersa numa dinâmica essencialmente capitalista de acumulação, onde não há economia produtiva que não a petroleira. Ademais, vive-se dentro de códigos de convivência e obrigações legais emanados por um Estado que, cotidianamente, legitima o domínio do capital sobre a sociedade.

Assim, tudo indica que se estratégia partidarizante e verticalista se mantiver hegemônica o processo revolucionário tende ao insucesso. Contudo, faz-se necessário mencionar que a história é dinâmica e que, por isso, nada é definitivo. A resultante da pressão cotidianamente exercida pelas lutas sociais em oposição às tentativas de retenção de poder político por parte dos líderes vinculados ao governo chavista será, no final das contas, o que determinará a direção final tomada pelo processo político em curso na Venezuela.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Tariq. **Piratas do Caribe**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ALVARADO CHACIN, Neritza. Pobreza y asistencialismo en Venezuela. **Revista de Ciencias Sociales**. Vol. 9, n.3. Maracaibo, dezembro de 2003 (p.431-458).  
disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=28009306>

AÑES, Carmen, LÓPEZ, Mirtha e SUÁREZ, Wendolin. El estado venezolano y la participación ciudadana. **Espacio Abierto**. Vol 12, n.4, diciembre 2003 (p.579-603).  
disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/122/12212405.pdf>

ARENAS, Nelly. **El empresariado venezolano: ¿del semi-corporativismo al corporativismo estatal?** Paper apresentado no Congresso de 2004 da Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA), Las Vegas, 07 a 09 de outubro de 2004.  
disponível em: [http://lasa.international.pitt.edu/LASA2004/ArenasNelly\\_xCD.pdf](http://lasa.international.pitt.edu/LASA2004/ArenasNelly_xCD.pdf)

ARENAS, Nelly; GÓMEZ CALCAÑO, Luis. Los Círculos Bolivarianos: el mito de la unidad del pueblo. **Revista Venezolana de Ciencia Política**. n.25, janeiro 2004 (p.5-37).  
disponível em: <http://oai.saber.ula.ve/db/ssaber/Edocs/cienciapolitica/num25/articulo1.pdf>

AZZELLINI, Dario. La revolución bolivariana: “o inventamos o erramos”. Llaves para leer el proceso de transformación social venezolano. **Bajo el Volcán**. Vol 7, n. 6, 2008 (p. 11-28).  
disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/286/28671202.pdf>

BÁEZ, Luis; ELIZALDE, Rosa Miriam. **Chávez Nuestro**. La Habana: Casa Editora Abril, 2003.

BANKO, Catalina. **Los desafíos de la política social en América Latina**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2002.  
disponível em: [http://openlibrary.org/desafios\\_de\\_la\\_politica\\_social\\_en\\_America\\_Latina](http://openlibrary.org/desafios_de_la_politica_social_en_America_Latina)

BAPTISTA, Asdrúbal. El capitalismo rentístico: elementos cuantitativos de la economía venezolana. **Cuadernos del CENDES**. Año 22. n. 60. Caracas, dezembro de 2005.  
disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/403/40306005.pdf>

BILBAO, Luis. **Chávez y la Revolución Bolivariana**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2002.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BOITO JR, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BOLÍVAR, Simón. **Discurso proferido ante o Congresso de Angostura em 15 de fevereiro de 1819**. Disponível em: [http://es.wikisource.org/Congreso de Angostura](http://es.wikisource.org/Congreso_de_Angostura).

BONILLA-MOLINA, Luis e EL TROUDI, Haiman. **Historia de la Revolución Bolivariana**. Caracas: Ministerio de Comunicación e Información, 2004.

BORGES, Altamiro. **Venezuela: originalidade e ousadia**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2005.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto. **Cuando la muerte tomó las calles**. Caracas, Editora Ateneo de Caracas, 1990.

BUECHLER, Steve. **Social Movements on Advanced Capitalism: the Political Economy and Cultural Construction of Social Activism**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BUXTON, Julia. **The failure of political reform in Venezuela**. Burlington: Ashgate, 2001.

BUZETTO, Marcelo. As lutas sociais e políticas na Venezuela Bolivariana. **Revista Lutas Sociais**, n. 19/20. São Paulo, 2007/2008 (p. 176-192)

CAMEJO, Irayma. Estado y mercado en el Proyecto Nacional-Popular Bolivariano. Em: SALAZAR, Alexis (org). **Venezuela: horizontes democrático en el siglo XXI. Colección Insumisos Latinoamericanos**. Zulia: libros en red, 2005.

CARRERA-DAMAS, German. **El culto a Bolívar**. Instituto de Antropología e Historia. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1969.

CEPAL. **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe**, 2004. disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd30/anuario2004/anuario2004.html>

CHACÍN FUENMAYOR, Ronald. Hacia una evaluación del pluralismo democrático en Venezuela: los partidos políticos y las agrupaciones sociales en el periodo 1989-1993. **Espacio Abierto**. Vol.10, n.2. Maracaibo, abril-junho de 2001 (p. 201-227). disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/122/12210203.pdf>

CHÁVEZ, Hugo. **El golpe fascista contra Venezuela** (coletânea de discursos). Havana: Ediciones Plaza, 2003.

\_\_\_\_\_. **Programa económico de transición (1999-2000)**. Caracas: Cordiplan, 1999.

CILANO PELÁEZ, Johanna, CORDOVA JAIMES, Edgard e CHAGUACEDA, Armando. Participación ciudadana y reforma del Estado en Venezuela. **OSAL**. Año 10, n.26, outubro de 2009.

disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal26/06pela.pdf>

DEL BÚFALO, Enzo. Las Reformas Económicas en América Latina. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**. Vol. 8, n.2. Caracas, mayo-agosto de 2002 (p. 129-182).

disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/venezuela/rvecs/bufalo.pdf>

DENNIS, Roland. **Los fabricantes de la rebelión: Movimiento popular, Chavismo y Sociedad en los Años noventa**. Caracas: Editorial Primera Línea, 2001.

\_\_\_\_\_. **Revolución en la revolución desde la situación venezolana**. Noviembre de 2005. Disponível em: <http://www.aporrea.org/actualidad/a17733.html>.

\_\_\_\_\_. **Proceso-Rebelión-Revolución** (el problema de la transición). Março de 2006. disponível em: <http://corrientepaxis.org.ar/spip.php?article275>.

\_\_\_\_\_. The revolution seen from the left: Chavismo's original sin. **IV Online magazine**. Año 4, julho-agosto de 2006.

disponível em: <http://www.internationalviewpoint.org/spip.php?article1092>.

\_\_\_\_\_. **Venezuela bolivariana: ¿revolución dentro de la revolución?** (entrevista). Julho de 2006. Disponível em: <http://www.prensadefrente.org/pdfb2//2006/07/07/p1749>.

DIÁZ, Rolando. Sindicatos y Nuevo Escenario Político en Venezuela. **Revista Nueva Sociedad**. nº 169, Setembro-Outubro de 2000 (p. 153-161).

DIETERICH, Heinz. **Hugo Chávez y el Socialismo del Siglo XXI**. Caracas: Alcaldía de Caracas, 2005.

EL TROUDI, Haiman. **El Salto Adelante: la nueva etapa de la Revolución Bolivariana**. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005.

EDER, Klaus. A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 16, n. 46, junho 2001.

disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n46/a01v1646.pdf>

ELLNER, Steve. Izquierda y política en la agenda neoliberal venezolana. **Revista Nueva Sociedad**, n. 157, setembro-outubro de 1998 (p. 125-136).

disponível em: [http://www.nuso.org/upload/articulos/2716\\_1.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/2716_1.pdf)

\_\_\_\_\_. Venezuela imprevisible: populismo radical y globalización. **Revista Nueva Sociedad**. n. 183, setembro-outubro de 2003.

disponível em: [http://www.nuso.org/upload/articulos/3096\\_1.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/3096_1.pdf)

\_\_\_\_\_. Las estrategias “desde arriba” y “desde abajo” del movimiento de Hugo Chávez. **Cuadernos Del CENDES**. Año 23, n° 62, mayo-agosto de 2006 (p. 73-93).  
disponível em: <http://www.cendes-ucv.edu.ve/pdfs/revista62/cap4.pdf>

\_\_\_\_\_. Las tensiones entre la base y la dirigencia en las filas del chavismo. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**. v.14 n.1, abril de 2008 (p.49-64).  
disponível em: [http://www.scielo.org.ve/pid=S1315-6411200800010000&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.ve/pid=S1315-6411200800010000&script=sci_arttext)

FRANCIA, Néstor. **Qué Piensa Chávez**: aproximación a su discurso político. Municipio Libertador: Instituto Municipal de Publicaciones, 2003.

FERREIRA, Carla. **Ideologia bolivariana: as apropriações do legado de Simón Bolívar em uma experiência do povo em armas na Venezuela. O caso da Guerra Federal (1858-1863)**. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

GABLE, Dawn. Civil Society, Social Movements, and Participation in Venezuela's Fifth Republic, 2004. Disponível em: <http://venezuelanalysis.com/analysis/350>.

GALEANO, Eduardo. **Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1971.

GALVÃO, Andréia. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Marxismo Importa na Análise dos Movimentos Sociais?** 32º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 27 a 30 de Outubro de 2008.

\_\_\_\_\_. **Ideologia e Política nos Movimentos Sociais da América Latina**. Paper apresentado no Congresso de 2009 da Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA), Rio de Janeiro, 11 a 14 de junho de 2009.  
disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/papers/lasa2009/files/GalvaoAndreia.pdf>

GAMBOA CÁCERES, Teresa; LOPES VALLADARES, Mirtha; RANGEL CÁCERES, Rosa. Estrategias de las empresas privadas frente a la política estatal venezolana. **Ciencia Política**, n.39, 2007 (p. 31-71).  
disponível em: <http://www.serbi.luz.edu.ve/scielo.php/0798-14062007012000003>

GARCÍA-GUADILLA, Maria Pilar. Polinización y polarización de la sociedad civil venezolana: las dos caras frente la democracia. **Espacio Abierto**. Vol. 12, n.1, Janeiro-março de 2003 (p. 31-62).  
disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/122/12201203.pdf>

\_\_\_\_\_. Organizaciones sociales y conflictos sociopolíticos en una sociedad polarizada: las dos caras de la democracia participativa en Venezuela. **América Latina Hoy**. Vol 42, 2006 (p. 37-60).

\_\_\_\_\_. La praxis de los consejos comunales en Venezuela: Poder popular o instancia clientelar? **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**. Vol.14, n.1, abril de 2008 (p.125-151).  
disponível em: [http://www.scielo.org.ve/scielo.S1315-64112008000109&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.ve/scielo.S1315-64112008000109&script=sci_arttext)

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2001.

GÓMEZ CALCAÑO, Luis. El impacto del conflicto político sobre las organizaciones de la sociedad civil en Venezuela: el dilema entre participación y representación. **Viejas y nuevas alianzas entre América latina y España: XII Encuentro de Latino Americanistas españoles**. Setembro de 2006.  
disponível em: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/10/36/77/PDF/gomez-luis.pdf>.

GÓMEZ, Irey; ALARCÓN, Luis. Los nudos críticos de la política social venezolana de 1989 a 2001. **Revista Venezolana de Economía e Ciencias Sociales**. Vol. 9, n. 2. Maio-agosto de 2003 (p.13-35).  
disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/177/17709202.pdf>

GONZÁLES, Milko. El petróleo como instrumento de política exterior en el gobierno del presidente Hugo Chávez Frías. **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**. Vol.9, n.2, julho de 2003 (p. 1-29).  
disponível em: <http://www.sicht.ucv.ve:8080/bvirtual/doc/Gonzalez.pdf>

GOTT, Richard. **À Sombra do Libertador**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

HARNECKER, Marta. **Militares junto al pueblo**. Caracas: Editores Vadell Hermanos, 2002.

\_\_\_\_\_. **A suis generis revolution**. Paper apresentado no “III Word Social Fórum”. Caracas: janeiro de 2003.

\_\_\_\_\_. **Hugo Chávez Frías, um homem, um povo** (entrevista). São Paulo: Expressão Popular, 2004.

HAWKINS, Kirk; HANSEN David. Dependent Civil Society: The Círculos Bolivarianos in Venezuela. **Latin America Research Review**. Vol. 41, n. 1. Fevereiro de 2006 (p. 102-131).

HERNÁNDEZ, Maximiliano Gracia; AVENDAÑO, Raquel Reyes. Análisis de la Política Económica en Venezuela (1998-2006). **Revista OIKOS**. n.26. Dezembro de 2008 (p. 25-47).  
disponível em: [http://edicionesucsh.cl/oikos/oikos26/26\\_02.pdf](http://edicionesucsh.cl/oikos/oikos26/26_02.pdf)

HIGGINS, José Consuegra. **Las ideas económicas de Simón Bolívar**. Bogota: Plaza & Janés, 1982.

KRAUZE, Enrique. **El poder y el delirio**. México D.F.: Tusquets Editores, 2009.

LACLAU, Ernesto. **Política e ideología na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LANDER, Edgardo. Sociedad Civil: un espacio democrático de los movimientos sociales y del movimiento popular? **Utopía y Praxis Latinoamericana**. Vol. 7, n. 18, 2002 (p. 109-115).

disponible em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=27901809>

\_\_\_\_\_. **Venezuelan social conflict in a global context**. Caracas: Alfandil, 2003.

\_\_\_\_\_. **Neoliberalismo, Sociedad Civil y Democracia: ensayos sobre Venezuela y América Latina**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2006.

disponible em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/venezuela/faces/lander.rtf>

\_\_\_\_\_. El Estado y las tensiones de la participación popular en Venezuela. **OSAL**. Año VIII, n° 22, septiembre de 2007.

disponible em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/D22Lander.pdf>

LEVINE, Daniel. Diez Tesis sobre la decadencia y crisis de la democracia en Venezuela. Em: MAIGÓN, Tais (org.): **Venezuela en transición: elecciones y democracia 1998-2000**. Caracas: CDB Publicaciones, 2001.

LÓPEZ-MAYA, Margarita. Nuevas representaciones populares en Venezuela. **Nueva Sociedad**, no. 144, julio-agosto 1996 (p. 138-151).

\_\_\_\_\_. ¡Se rompieron las fuentes! La política está en la calle. **Venezuela Siglo XX: Visiones y Testimonios**. 3er vol, 2000 (p. 73-132).

\_\_\_\_\_. La protesta popular entonces y ahora: ¿cambios en la política de la calle? **Politeia**, v.30, n.30, enero de 2003 (p. 86-99).

disponible em: [http://www2.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0303-97572003000100009&lng=es&nrm=iso](http://www2.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-97572003000100009&lng=es&nrm=iso)

\_\_\_\_\_. Venezuela 2001-2004: actores y estrategias. **Cuadernos del CENDES**. Año 21. n.56, maio-agosto de 2004.

disponible em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/403/40305606.pdf>

\_\_\_\_\_. **Del viernes negro al referendo revocatorio**. Caracas: Alfandil, 2005.

\_\_\_\_\_. Venezuela 2001-2004: Actores y estrategias en la lucha hegemónica, 2006.  
disponible em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/caeta/PICuno.pdf>

\_\_\_\_\_. Venezuela: las elecciones presidenciales de 2006: hacia el socialismo del siglo XXI? **Cuadernos del CENDES**. Año 24. n.64, janeiro-abril 2007 (p.01-21).  
disponível em: <http://www.cendes-ucv.edu.ve/pdfs/revista64/cap1.pdf>

LÓPEZ-MAYA, Margarita; LANDER, Luis. Ajustes, costos sociales y agenda de los pobres en Venezuela: 1984-1998. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**. Vol. 6, n. 3. setembro-dezembro de 2000 (p.185-206).  
disponível em: <http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar>

\_\_\_\_\_. Novedades y continuidades de la protesta popular en Venezuela. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**. Vol.12, n.1, abril de 2006 (p.11-30)  
disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?pid=S1315-64112006000100002>.

LÓPEZ-MAYA, Margarita; SMILDE, David; STEPHANY, Keta. **Protesto y cultura en Venezuela**: los marcos de acción colectiva en 1999. Buenos Aires: Clacso, 2002.

LUBERNOW, Jorge Adriano. A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**. N. 10, 2007 (p.103-123).

LUCENA, Héctor. La flexibilización neoliberal en Venezuela. **Revista Nueva Sociedad**. n. 110, novembro – dezembro de 1990 (p. 152-159).  
disponível em: [http://www.nuso.org/upload/articulos/1953\\_1.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/1953_1.pdf)

MACHADO, Jesús. Participación social y consejos comunales en Venezuela. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**. Vol.15, n.1, abril de 2009 (p.173-185).

MAINGON, Thais. Comportamiento político-electoral del venezolano y construcción de tendencias: 1998 y 2000. **Cuadernos del CENDES**. Año 19. n.49, Janeiro de 2002 (p.79-101).  
disponível em: <http://pdf2.biblioteca.hegoa.efaber.net/Comportamiento>

MALDONADO FERMÍN, Alejandro: Instituciones clave en la producción y circulación de ideas (neo)liberales en Venezuela. Em: MATO, Daniel (coord.): **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2007.  
disponível em: <http://www.globalcult.org.ve/pub/Rocky/Libro3/Maldonado.pdf>

MALONEY, William; BAER, Werner. Neoliberalismo e distribuição de renda na América Latina. **Revista de Economia Política**. Vol. 17, n. 3, julho-setembro de 1997.  
disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/67-4.pdf>.

MARINGONI, Gilberto. **A Venezuela que se inventa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Populista, um novo xingamento.** Artigo publicado em 2006 e disponível no sítio <http://www.voltairenet.org/article138831.html#article138831>.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Venezuelana.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARTINEZ TORRES, Jose Honório. **De la cuarta a la quinta: neoliberalismo, luchas sociales y régimen político en Venezuela.** Tese de doutorado apresentada à Universidad Autonoma de México (UNAM), 2010.

MBR-200. **Agenda Alternativa Bolivariana.** Caracas: Imprenta Nacional y Gaceta Oficial, 1996.

McADAM, Doug, McCARTHY, John e ZALD, Mayer. **Movimientos sociales.** Perspectivas comparadas : oportunidades politicas, estructuras de movilizacion y marcos interpretativos culturales. Madrid: ISTMO, 1999.

McADAM, Doug, TARROW, Sidney e TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova.** n. 76, São Paulo: 2009 (p. 11-48).

MELUCCI, A. **A invenção do presente:** movimentos sociais nas sociedades complexas. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MENDES, Flávio da Silva. **Povo e Estado na Revolução Bolivariana.** Trabalho apresentado no 6º Colóquio Internacional Marx e Engels. Centro de estudos Marxistas da Universidade Estadual de Campinas, Novembro de 2009.

MÉSZAROS, István. Bolívar e Chávez: o espírito da determinação radical. **Margem Esquerda.** n. 8, novembro de 2006 (p. 76-108).

MOLINA, José. Comportamiento electoral en Venezuela: cambio y continuidad. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales.** Vol.6, n.3, Caracas, setembro-dezembro de 2000 (p. 45-68).  
disponível em: <http://www.revele.com.ve/pdf/reveecciso/vol6-n3/pag45.pdf>

MOMMER, Bernard. Subversive Oil. Em: ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel. **Venezuelan politics in the Chávez era,** Lynne Rienner Publishers. Colorado, 2003.

MORAES, Alexandre de. **Manual de Direito Constitucional.** São Paulo: Atlas, 2005.

MOURIAUX, René; BÉROUD, Sophie. Para uma definição do conceito de ‘movimento social’. Em: LEHER; Roberto; SETÚBAL, Mariana (Org.) **Pensamento crítico e movimentos sociais:** diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

NEGRI, Toni. **Ocho Tesis Preliminares para una Teoría del Poder Constituyente:** la multitud y la metrópoli. Caracas: Alcaldía Metropolitana de Caracas.

OBJETIVO: **Miraflores: retratos de un país herido.** Caracas: Cadena Capriles, 2002.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 2007.

PARKER, Dick. Representa Chávez una alternativa al neoliberalismo? **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**. Vol. 9, n. 3, agosto de 2003 (p. 83-110).  
disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/177/17709305.pdf>

PETIT, Maibort. **La crisis vista desde las debilidades de la sociedad civil venezolana frente al Estado**: un análisis sobre la obra del Dr. Asdrúbal Baptista 'El Relevo del Capitalismo Rentístico'. 2006.  
disponível em: <http://analistaslibres.com/PDF/Crisis-Deb-x-MP.pdf>.

PORTANTIERO, Juan Carlos e IPOLA, Emilio. Lo nacional popular y los populismo realmente existentes. **Nueva Sociedad**, nº 54, 1981 (p. 7-18).

POULANTZAS, Nicos. **Classes in contemporary capitalism**. Londres: NLB, 1978.

RAMÍREZ, Cristóbal Valencia. Who ate the chavistas? **Latin American Perspectives**. Vol. 32, n. 3, maio de 2005 (p. 79-97).

RIBEIRO, Vicente Neves da Silva. Populismo radical e processo bolivariano: o conceito de populismo de Ernesto Laclau e as análises da Venezuela contemporânea. **AEDOS**. N. 5, vol. 2, Julho-Dezembro 2009.  
disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/viewFile/11049/7324>.

RIUTORT, Matias; ORLANDO, Maria. **Las cifras de pobreza en Venezuela**. Caracas: Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales de la Universidad Católica Andrés Bello, 2001.

RODRIGUEZ ARAQUE, Alí. La Reforma Petrolera Venezolana de 2001. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**. Vol. 8, n.2. maio-agosto de 2002 (p. 189-200).  
disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/177/17780208.pdf>

ROITMAN, Marcos. **Las razones de la democracia en America Latina**. Madrid: Editora Complutense, 2001.

ROJAS, Alberto Müller. La nueva cara de la fuerza armada. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, n.9, setembro-dezembro de 2003 (p. 179-204).  
disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/177/17709309.pdf>

SAÉZ, Manuel Alcântara; FREIDENBERG, Flavia. Partidos Políticos na América Latina. **Revista Opinião Pública**. Vol. 8, n.2, 2002 (p. 137-157).  
disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php/S0104-62762002000200001>

SALCEDO-BASTARDO, José Luís. **Bolívar**: vida y obra. Buenos Aires: Imprensa López, 1983.

SALLUM JR., Brasília. Classes, cultura e ação coletiva. **Lua Nova**, 65, 2005.

SANMARTINO, Jorge. **¿Gracias, por hoy paso? Venezuela: La izquierda socialista y el PSUV**. 2007. Artigo disponível em: <http://www.fisyp.org.ar/SANNMARTINO.doc>.

SEVERO, Luciano Wexell. **A Política Econômica do Governo Chávez**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.  
disponível em: <http://www.alternativabolivariana.org/pdf/politicaeconomica.pdf>

SILVA BARROS, Pedro. Chávez e Petróleo: Uma análise da nova política econômica venezuelana. **Cadernos PROLAM/USP**. Ano 5, vol. 2. 2006 (p.209-237).  
Disponível em: [http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_arquivos](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos).

\_\_\_\_\_. **Governo Chávez e desenvolvimento: a política econômica em processo**. Dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

SMITH, Duncan. **Participatory Democracy in the Barrio? Venezuela's Consejos Comunales**. Institute for the Study of the Americas. Bradford University, 2007.

TARROW, Sidney. **Power in Movement**. Cambridge: Un. Press, 1994.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. Londres: Addison-Wesley Publishing Company, 1978.

TISCHLER, Sergio. A forma classe e os movimentos sociais na América Latina. Em: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Org.) **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

TOURAINE, Alain. **O retorno do actor: ensaio sobre sociologia**. Lisboa: Piaget, 1996.

UCHOA, Pablo. **Venezuela: a encruzilhada de Chávez**. São Paulo: Globo, 2003.

UHARTE POZAS, Luis Miguel. Venezuela: Del ajuste noliberal a la promesa de 'Socialismo de Siglo XXI'. **Revista Historia Actual Online**. n. 16. Primavera de 2008 (p. 127-147).  
disponível em: <http://www.historia-actual.com/HAO/Volume1/Issue16/eng/v1i16c12.pdf>

UNIVERSIDAD CENTRAL DE VENEZUELA. Estado y estructura de clases en la Venezuela contemporánea. **Taller "Pio Tamayo" de la Escuela de Trabajo Social**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, 1984.  
disponível em: [http://www.archivochile.com/Ideas\\_Autores/21vc/021vchistsocal0039.pdf](http://www.archivochile.com/Ideas_Autores/21vc/021vchistsocal0039.pdf).

URQUIJO, José Ignacio. **El Movimiento Obrero de Venezuela**. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2000.

USLAR PIETRI, Arturo. **Los Venezolanos y el Petróleo**. Caracas: Monte Ávila, 1990.

VAKALOULIS, Michel. Antagonismo social e ação coletiva. Em: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Org.) **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

VENEZUELA. **1999: Año de la Fundación de la República**: selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005.t.1.

\_\_\_\_\_. **2000. Año de la Relegitimación de Poderes**: selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005.t.2.

\_\_\_\_\_. **2001: Año de las Leyes Habilitantes**: selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005.t.3.

\_\_\_\_\_. **2002. Año de la Resistencia Antiimperialista**: selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005.t.4.

\_\_\_\_\_. **2003. Año de la Contraofensiva Revolucionaria y la Victoria Antiimperialista**: selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005.t.5.

\_\_\_\_\_. **2004. Año de la Gran Victoria Popular y Revolucionaria**. selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005.t.6.

\_\_\_\_\_. **2005: Año del salto adelante**: selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Presidencia de la República, 2005. t.7

\_\_\_\_\_. Constituição (1999). **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**: promulgada em 15 de dezembro de 1999. Caracas: Talleres gráficos de la Asamblea Nacional, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ley del Trabajo**. Caracas: Gaceta Oficial, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ley de Pesca y acuicultura**. Caracas: Gaceta Oficial, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ley de Tierras y desarrollo agrario**. Caracas: Gaceta Oficial, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ley Orgánica de Hidrocarburos**. Caracas: Gaceta Oficial, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ley de los Consejos Comunales**. Caracas: Gaceta Oficial, 2006.

\_\_\_\_\_. **Taller de Alto Nivel: el nuevo mapa estratégico.** Caracas: Publicación del Ministerio de Comunicación e Información, 2005.

VERA, Leonardo. **Liderazgo Político, Renta y Política Económica: la gestión económica en la era Chávez.** Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2005.  
disponible em: [http://www.leonardovera.com/pdfs/pdfs\\_research/MV4.pdf](http://www.leonardovera.com/pdfs/pdfs_research/MV4.pdf)

VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. **Estudos Avançados.** Vol.19, n. 55, 2005 (p. 153-172).  
disponible em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/10.pdf>

WEISBROT, Mark e SANDOVAL, Luis. La economía venezolana en tiempos de Chávez. **Center for Economic and Policy Research.** Julio 2007 (p. 01-26).  
disponible em: <http://www.scribd.com/La-economia-venezolana-en-tiempos-de-Chavez>

WILSON, Edmund. **Rumo à Estação Finlândia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ZIBECHI, Raúl. Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos. Em: **Observatorio Social de América Latina**, n.09, Janeiro de 2003.  
disponible em: <http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/zibechi.pdf>

\_\_\_\_\_. Os Movimentos Sociais latino-americanos: tendências e desafios. Em: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Org.) **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis.** São Paulo: Cortez, 2005.